

Inclui posfácio do autor sobre o Brasil

REDES Manuel Castells DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA



Movimentos sociais
na era da internet

2ª edição revista e atualizada

 ZAHAR

VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM

Inclui posfácio do autor sobre o Brasil

REDES Manuel Castells DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA



Movimentos sociais
na era da internet

2ª edição revista e atualizada

 ZAHAR

Manuel Castells

Redes de indignação e esperança

Movimentos sociais na era da internet

2ª edição revista e atualizada

Tradução:

Carlos Alberto Medeiros



Para Alain Touraine, meu pai intelectual, teórico dos movimentos sociais.

Sumário

Agradecimentos, 2012

Prefácio

Prefácio à 1ª edição: Articular mentes, criar significado, contestar o poder

1. Prelúdio à revolução: Onde tudo começou

Tunísia: “A revolução da liberdade e da dignidade”

A Revolução das Panelas na Islândia: do colapso financeiro ao crowdsourcing de uma nova (fracassada) Constituição

Ventos do sul, ventos do norte: alavancas transculturais de mudança social

2. A revolução egípcia

Espaço dos fluxos e espaço dos lugares na revolução egípcia

A reação do Estado a uma revolução possibilitada pela internet: a grande desconexão

Quem eram os manifestantes e qual era o protesto?

Mulheres na revolução

A questão islâmica

“A revolução vai continuar”

Para compreender a revolução egípcia

3. Dignidade, violência, geopolítica: As insurreições árabes e seu fim

A violência e o Estado

Uma revolução digital?

Postscriptum, 2014

4. Uma revolução rizomática: Os Indignados na Espanha

Um movimento automediado

O que queriam/querem os Indignados

O discurso do movimento

Reinventar a democracia na prática: um movimento sem líderes, conduzido por assembleias

Da deliberação à ação: a questão da violência

Um movimento político contra o sistema político

Uma revolução rizomática

5. Occupy Wall Street: Extraíndo o sal da terra

A indignação, o trovão, a centelha

A pradaria em chamas

Um movimento em rede

Democracia direta na prática

Um movimento sem demandas: “O processo é a mensagem”

Violência contra um movimento não violento

O que o movimento obteve?

O sal da terra

6. Movimentos sociais em rede: Uma tendência global?

Visão geral

O choque entre a velha e a nova Turquia: parque Gezi, junho de 2013

Desafio ao modelo de desenvolvimento, denúncia da corrupção política: Brasil, 2013-14

Além do neoliberalismo: o movimento dos estudantes no Chile, 2011-13

Desfazendo o complexo mídia-Estado: o #YoSoy132 do México

Movimentos sociais em rede e protestos sociais

7. A transformação do mundo na sociedade em rede

Movimentos sociais em rede: um padrão emergente

A internet e a cultura da autonomia

Movimentos sociais em rede e reforma política: um amor impossível?

8. Movimentos sociais em rede e mudança política

Visão geral

Crise de legitimidade e mudança política: uma perspectiva global

Desafiando o fracasso da democracia parlamentar italiana a partir de dentro: Beppe Grillo e seu Movimento Cinco Estrelas

Os efeitos dos movimentos sociais em rede sobre o sistema político

Alavancas da mudança política?

9. Para além da indignação, a esperança: Vida e morte dos movimentos sociais em rede

Posfácio à 1ª edição brasileira

Anexo: A transformação do mundo na sociedade em rede

Notas

Fontes e referências bibliográficas

Agradecimentos, 2012

Novembro de 2011 foi um mês ótimo para mim. Eu fora convidado por meu amigo John Thompson, um dos mais respeitados sociólogos na área da política de mídia, para dar uma série de palestras no programa do Center of Research in the Arts, Social Science and Humanities (Crassh), da Universidade de Cambridge. Hospedei-me no magnífico bloco medieval do St. John's College, onde a atmosfera monástica e a interação estudantil forneciam um sereno espaço/tempo para refletir sobre minhas ideias, após um ano intenso que passei imerso na teoria e na prática dos movimentos sociais. Como muitas outras pessoas no mundo todo, primeiro fiquei perplexo, depois fui mobilizado pelas rebeliões que começaram na Tunísia em dezembro de 2010 e se difundiram de modo viral pelo mundo árabe.

Durante os anos anteriores, eu acompanhara a emergência de movimentos sociais impulsionados pelo uso da internet e das redes de comunicação sem fio, primeiro em Madri, em 2004, depois no Irã e na Islândia, em 2009, e numa série de países. Eu havia passado a maior parte da última década estudando a transformação das relações de poder em conjunção com as mudanças na comunicação, e detectei o desenvolvimento de um novo padrão de movimento social – talvez as novas formas de mudança social do século XXI. Esse fenômeno fazia eco à minha experiência pessoal como veterano do movimento de Maio de 1968 em Paris. Senti o mesmo tipo de contentamento que experimentara naquela época: de repente, tudo parecia possível; o mundo não estava necessariamente destinado ao cinismo político e à imposição burocrática de modos de vida absurdos. Os sintomas de uma nova era revolucionária, uma era de revoluções voltadas para a exploração do significado da vida, e não para tomar o Estado, eram evidentes por toda parte, da Islândia à Tunísia, do WikiLeaks ao Anonymous, e, logo, de Atenas a Madri e Nova York. A crise do capitalismo financeiro global não era necessariamente um beco sem saída – de maneira inesperada, podia até estar sinalizando um recomeço.

Durante 2011, comecei a coletar informações sobre esses novos

movimentos sociais. Debati minhas descobertas com meus alunos da Universidade do Sul da Califórnia (USC); e depois dei algumas palestras para comunicar minhas primeiras ideias na Universidade Northwestern, no Collège d'Études Mondiales em Paris, no Oxford Internet Institute, num seminário em Barcelona chamado Comunicação e Sociedade Civil, realizado no Instituto Interdisciplinar de Internet da Universitat Oberta de Catalunya (UOC), e na London School of Economics. Fui ficando cada vez mais convencido de que algo realmente significativo estava acontecendo mundo afora. Então, dois dias antes de regressar de Los Angeles a Barcelona, em 19 de maio, recebi o e-mail de um jovem de Madri que eu não conhecia, informando-me de que estavam ocupando as praças das cidades espanholas. Não seria bom se eu participasse de alguma forma, escrevendo textos sobre o tema? Meu coração bateu mais forte. Seria possível? Novamente a esperança?

Tão logo aterrissei em Barcelona, dirigi-me à praça Catalunya. Lá estavam eles, às centenas, debatendo pacífica e seriamente sob o sol. Conheci os Indignados. Ocorre que minhas duas principais colaboradoras de pesquisa em Barcelona, Joana e Amalia, já faziam parte do movimento, mas não com a intenção de realizar uma pesquisa. Eram apenas “indignadas”, como os demais, e haviam decidido agir. Eu mesmo não acampeei; não faria bem a meus velhos ossos dormir na calçada. Mas desde então tenho acompanhado diariamente as atividades do movimento, por vezes visitando acampamentos em Barcelona e Madri; ocasionalmente falando, a pedido de alguém, na Acampada Barcelona ou no Occupy London; e ajudando a elaborar algumas das propostas originadas do movimento. Associei-me espontaneamente aos valores e ao estilo do movimento, amplamente livres de ideologias obsoletas e políticas manipulativas. Comecei aí o processo de tentar apoiar esses movimentos investigando, simultaneamente, seu significado. Sem um objetivo específico, e decerto sem a intenção de escrever um livro – pelo menos não a curto prazo. Vivenciá-lo era muito mais fascinante que escrever sobre ele, sobretudo depois de já ter escrito 25 livros.

Assim, lá estava eu em Cambridge, com a oportunidade de debater com um grupo fantástico de estudantes inteligentes que também eram cidadãos comprometidos. Decidi concentrar minha série de palestras

no tema “Movimentos sociais na era da internet”, a fim de colocar as ideias em ordem para mim mesmo, na esperança de obter um melhor entendimento do significado desses variados movimentos em minha interação com alunos e colegas. Tudo transcorreu muito bem. Foi uma atividade intensa, rigorosa, sincera e despidida da pompa acadêmica. No final do mês, ao se despedir, meu colega John Thompson insistiu para que eu escrevesse um livro com base nessas palestras. Um livro pequeno, sucinto e menos acadêmico que o usual. Pequeno? Sucinto? Eu nunca fiz isso. Meus livros em geral levam cinco anos para serem elaborados e têm mais de quatrocentas páginas quando publicados. Sim, disse ele, você pode escrever outro em cinco anos, mas agora é preciso um livro simples, que organize o debate e contribua para que o movimento reflita e para uma compreensão mais ampla do público em geral a respeito desse tema.

Ele conseguiu que eu me sentisse culpado por não fazer nada, uma vez que minha única contribuição potencial para um mundo melhor vem de minha experiência de toda a vida como pesquisador da sociedade, além de escritor e palestrante, e não de meu ativismo, frequentemente confuso. Rendi-me à sua solicitação, e aqui estou, quatro meses depois. Foi um trabalho célere e exaustivo. O livro é pequeno pelos meus padrões. Quanto à sua relevância, cabe a vocês julgar. Assim, meu primeiro agradecimento vai para John, o iniciador deste empreendimento. Ele manteve seu interesse acompanhando e comentando os capítulos ainda em esboço durante a elaboração do projeto. Sou profundamente grato a ele pela generosidade e pela contribuição intelectual.

No entanto, apesar de todo o estímulo que recebi em Cambridge, não conseguiria manter minha promessa sem a ajuda de um grupo extraordinário de jovens pesquisadores com quem trabalhei em Barcelona e Los Angeles. Logo que voltei da Inglaterra, percebi que estava com um problema enorme, e pedi socorro a meus amigos e colaboradores de pesquisa. Joana Conill, Amalia Cardenas e eu criamos uma pequena equipe de pesquisa na Universitat Oberta de Catalunya para estudar o surgimento de culturas econômicas alternativas naquela cidade. Muitos dos grupos e indivíduos que observamos tornaram-se de fato participantes do movimento dos Indignados. Como Joana e Amalia já faziam parte do movimento, elas

concordaram em ajudar com informações e análises, na condição de não participarem, por motivos próprios, da redação final da pesquisa. Amalia também coligiu e analisou informações sobre a Islândia e o Occupy Wall Street, enquanto eu usava minhas redes de colegas e ex-alunos em todo o mundo para obter informações, verificar fatos e ouvir ideias, particularmente a respeito dos países árabes. Outros militantes também concordaram em debater comigo ou com meus colaboradores alguns temas do movimento, assim como sua história. Quero agradecer em particular a Javier Toret e Arnau Monterde, ambos de Barcelona.

Depois, em Los Angeles, minha colaboradora de pesquisa Lana Swartz, destacada aluna de doutorado na Annenberg School of Communication da USC, também estava envolvida no Occupy Los Angeles, e aceitou, com incrível generosidade, inteligência e rigor, ajudar-me na coleta e análise de dados sobre esse movimento nos Estados Unidos. Joan Donovan, participante ativa do Occupy Los Angeles e do Inter-Occupy, veterana de muitas batalhas por justiça social e aluna de doutorado na Universidade da Califórnia em San Diego, deu-me algumas ideias-chave que colaboraram para minha compreensão. Dorian Bon, aluno da Universidade Columbia, transmitiu-me sua experiência no movimento estudantil vinculado ao Occupy Wall Street. Meu amigo e colega Sasha Costanza-Chock, professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), compartilhou comigo os dados de sua pesquisa inédita sobre o movimento Occupy nos Estados Unidos. Maytha Alhassen, árabe-americana que é jornalista e aluna de doutorado em etnicidade na USC, em Los Angeles, e que viajou por países árabes na época dos levantes, trabalhou comigo em relatos sobre eventos-chave que testemunhou em primeira mão, proporcionando-me acesso a fontes em árabe e, o que é mais importante, me educando sobre o que realmente havia ocorrido em toda parte. Evidentemente, sou o único responsável pelos muitos erros que provavelmente cometi em minha interpretação. Mas sem sua inestimável ajuda eles seriam muito mais numerosos. Foi pela qualidade de sua contribuição que ousei me aventurar na análise de processos específicos dos levantes árabes.

Assim, minha gratidão e meu reconhecimento vão para esse grupo bastante diversificado de indivíduos excepcionais que concordou em

colaborar com o projeto deste livro, o qual se tornou um empreendimento realmente coletivo, embora o resultado final tenha sido elaborado na solidão de minha autoria.

Quanto a meus livros anteriores, Melody Lutz, escritora profissional e organizadora pessoal deles, foi o elo-chave entre mim, o autor, e você, o leitor, tornando possível nossa comunicação. A Melody, meus sinceros agradecimentos.

A complexidade do processo de trabalho que acabei de esboçar e que levou a este livro exigiu excepcionais habilidades administrativas e organizacionais, como também grande dose de paciência. Assim, meus mais profundos agradecimentos a Clelia Azucena Garciasalas, minha assistente pessoal na Annenberg School of Communication, que dirigiu todo o projeto, coordenou a pesquisa e a edição, preencheu as lacunas, coletou informações, corrigiu equívocos e assegurou que você tivesse em mãos este volume com a plena garantia de seu controle de qualidade. Também quero agradecer a contribuição de Noelia Diaz Lopez, minha assistente pessoal na UOC, por seu constante apoio a todas as minhas atividades de pesquisa.

Por fim, como ocorreu com minhas pesquisas e meus textos anteriores, nada disso teria sido possível sem o ambiente familiar favorável de que goza o autor. Por isso, meu amor e gratidão a minha esposa Emma Kiselyova, minha filha Nuria, minha enteada Lena, meus netos Clara, Gabriel e Sasha, minha irmã Irene e meu cunhado Jose.

Assim, foi nesse cruzamento de emoção e cognição, trabalho e experiência, história pessoal e esperança no futuro que nasceu este livro. Para você.

Barcelona e Santa Monica, dezembro de 2011-abril de 2012

Prefácio

SÃO PAULO, 14 DE JUNHO DE 2013. Eu tinha acabado minha palestra de apresentação do livro que vocês têm em mãos para um público de muitas centenas de pessoas. A primeira pergunta, que abria o debate subsequente, veio de um dos vários jornalistas presentes no auditório:

– Por que, em sua opinião, movimentos desse tipo não ocorrem no Brasil?

Antes que eu pudesse improvisar uma sofisticada teoria sobre a excepcionalidade do caso brasileiro, alguém na plateia gritou:

– Não podemos sair. A avenida Paulista está bloqueada!

Efetivamente, o Movimento Passe Livre tinha levado seu protesto às ruas. A agitação prosseguiria por semanas, depois meses, de forma bem semelhante aos movimentos articulados por redes sociais que haviam ocorrido em outros lugares nos anos de 2010-11, como é analisado neste volume. Na verdade, o Brasil não era exceção, mas um acréscimo a uma galáxia em expansão de novas formas de movimentos sociais. Depois veio o parque Gezi em Istambul, a ocupação da praça Maidan em Kiev, a Revolução dos Guarda-Chuvas em Hong Kong, a mobilização dos mexicanos contra os assassinatos cometidos pelo narco-Estado e uma multiplicidade de protestos menos conhecidos que parecem validar o propósito principal deste livro: os movimentos sociais em rede, tal como identificados e analisados na pesquisa aqui apresentada, podem muito bem ser os movimentos sociais característicos da sociedade em rede, da estrutura social da era da informação.

Entretanto, a recorrência desses movimentos por todo o mundo a um ritmo acelerado não é razão boa o suficiente para se fazer, em dezembro de 2014, a revisão substancial de um livro concluído em junho de 2012, pois não sou do ramo da atualização de informações – um livro por vez – na era da internet e da comunicação instantânea de qualquer informação relevante. Sim, o leitor vai encontrar na segunda edição deste livro uma série de exposições sobre movimentos sociais em rede não incluídos na primeira simplesmente porque esses fatos

não haviam acontecido na época de minha pesquisa. Mas, em vez de compilar novas informações, a finalidade dessas descrições empíricas é enriquecer a interpretação analítica acerca da forma e do significado dos movimentos sociais em rede para além dos contextos específicos nos quais eles se originaram em 2010-11. Assim, a persistência de certas características-chave comuns à maioria dos movimentos, apesar das diferenças de contextos, objetivos e demandas, parece conferir algum valor explanatório à caracterização sintética apresentada neste volume; uma caracterização que reproduz a maior parte da teoria fundamentada em dados que propus na primeira edição deste livro.

Além disso, com uma visão retrospectiva, pude examinar a pergunta fundamental que muitos observadores fizeram a esses movimentos: “E daí?” Quais são os resultados específicos dos movimentos em termos sociais tangíveis? E, particularmente, qual é seu impacto sobre o sistema político e a formulação de políticas públicas, se é que há algum impacto? Ao ampliar o escopo da observação e analisar a evolução dos movimentos num espaço de tempo mais amplo, agora sou capaz de arriscar uma série de hipóteses sobre a relação entre movimentos sociais em rede e mudança política. Além disso, pude introduzir uma distinção fundamental entre movimentos sociais em rede e reações populistas, de natureza ideológica diversa, instigadas pelo onipresente dilema da legitimidade política em tempos de crise e mudança no plano global.

Um dos capítulos aqui incluídos é o comentário analítico de uma série de movimentos sociais importantes que não estavam presentes na primeira edição: Brasil, Turquia, México, Chile, as reações políticas antiestablishment na Europa e nos Estados Unidos. Outro novo capítulo considera a relação entre diferentes movimentos sociais e mudança política, incluindo as tentativas que alguns deles – por exemplo, na Espanha – fizeram para se envolver na política institucional, ao mesmo tempo em que buscavam uma estratégia de transformação. No entanto, decidi não alterar o texto dos estudos de caso que constituíram a base da primeira edição, de vez que os movimentos sociais que analisei ficarão na história pelas práticas que estabeleceram, e não por uma lógica reconstruída que eu acrescentasse *ex post*. Acrescentei apenas alguns poucos comentários para explicar o relativo enfraquecimento da revolução islandesa, além

de outros destinados a colocar em perspectiva a dramática reviravolta ocorrida no mundo árabe como resultado de intervenções geopolíticas no espaço aberto pela derrubada de ditaduras por movimentos sociais. Para limitar o tamanho do livro nesta segunda encarnação, eliminei a maioria dos apêndices ao capítulo dos estudos de casos, inclusive a cronologia dos movimentos e material estatístico relevante. O leitor interessado poderá encontrar essas informações na primeira edição.

Em última instância, o que se tenta fazer com a nova edição é ampliar o debate sobre o significado e as perspectivas dos movimentos sociais em rede; expandir e aprofundar a observação, tanto quanto possível, na esperança de que estudiosos, ativistas e pesquisadores em ação venham a investigar, em tempo real, as práticas que, por todo o mundo, estão moldando as sociedades do século XXI.

Na realização desse esforço de observação e análise dos movimentos sociais em rede, continuei a depender de amigos e colegas, muitos deles ativistas e participantes desses movimentos. Quero externar minha gratidão e reconhecimento a Arnau Monterde e Javier Toret em Barcelona, Joan Donovan em Los Angeles, Marcelo Branco em Porto Alegre, Gustavo Cardoso em Lisboa, Sasha Costanza-Chock em Boston, Birgan Gokmenoglu em Istambul, Fernando Calderón em Buenos Aires/Santiago do Chile e Andrea Apolaro em Montevideú. Sou particularmente grato às Redes Frente-Amplistas do Uruguai por me terem convidado a participar do I Encontro Latino-Americano de Movimentos Sociais em Rede, realizado em Montevideú, em junho de 2013. Os debates travados nesse encontro foram uma fonte de ideias que serviram para minha reflexão sobre movimentos sociais apresentada neste volume. Também me beneficiei da participação em diversos encontros internacionais organizados em Barcelona pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação e Sociedade Civil do Instituto Interdisciplinar sobre Internet da Universitat Oberta de Catalunya. Quero expressar meu agradecimento ao projeto Fronteiras do Pensamento, de Porto Alegre, por me convidar a ir ao Brasil em 2013 e por organizar uma série de debates extremamente interessantes para minha compreensão do movimento nesse país.

A todas essas pessoas e instituições envolvidas na organização dos eventos relacionados à apresentação de meu trabalho, quero expressar minha profunda gratidão, reconhecendo que a elaboração ou

reelaboração de um livro é sempre um empreendimento coletivo, que envolve muitas determinações e contribuições intelectuais.

Também sou grato a meu colega Gustavo Cardoso, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, por me fornecer gentilmente o mais completo quadro de usuários das redes sociais, obtido no Levantamento Global que ele orientou em 2013, assim como a Alex Rodriguez, diretor da Vanguardia Dossiers, a publicação original desse quadro, por sua generosa permissão de reproduzi-lo neste livro.

Por fim, mas não menos importante, este volume só chegou a você nesta nova versão graças à orientação intelectual de meu editor e amigo, professor John Thompson, da Universidade de Cambridge, e pelo excelente trabalho de editoração realizado por Reanna Martinez, minha assistente pessoal, da Annenberg School of Communication, Universidade do Sul da Califórnia em Los Angeles. Também quero expressar meu agradecimento a meus editores da Polity Press pelo cuidado editorial e de produção. Espero que este trabalho seja digno de sua atenção.

Barcelona e Santa Monica, junho-dezembro de 2014

Prefácio à 1ª edição:

Articular mentes, criar significado, contestar o poder

NINGUÉM ESPERAVA. Num mundo turvado por aflição econômica, cinismo político, vazio cultural e desesperança pessoal, aquilo apenas aconteceu. Subitamente, ditaduras podiam ser derrubadas pelas mãos desarmadas do povo, mesmo que essas mãos estivessem ensanguentadas pelo sacrifício dos que tombaram. Os mágicos das finanças passaram de objetos de inveja pública a alvos de desprezo universal. Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram denunciados. A mídia se tornou suspeita. A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança nada funciona. Sem confiança o contrato social se dissolve e as pessoas desaparecem, ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência. Entretanto, nas margens de um mundo que havia chegado ao limite de sua capacidade de propiciar aos seres humanos a faculdade de viver juntos e compartilhar sua vida com a natureza, mais uma vez os indivíduos realmente se uniram para encontrar novas formas de sermos nós, o povo.

De início, eram uns poucos, aos quais se juntaram centenas, depois formaram-se redes de milhares, depois ganharam o apoio de milhões, com suas vozes e sua busca interna de esperança, confusas como eram, ultrapassando as ideologias e a publicidade para se conectar com as preocupações reais de pessoas reais na experiência humana real que fora reivindicada. Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Uniram-se. E sua união os ajudou a superar o medo, essa emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam

para prosperar e se reproduzir, por intimidação ou desestímulo – e, quando necessário, pela violência pura e simples, seja ela disfarçada ou institucionalmente aplicada. Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais.¹

Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias. Começaram no sul e no norte, na Tunísia e na Islândia, e de lá a centelha acendeu o fogo numa paisagem social diversificada e devastada pela ambição e manipulação em todos os recantos deste planeta azul. Não foram apenas a pobreza, a crise econômica ou a falta de democracia que causaram essa rebelião multifacetada. Evidentemente, todas essas dolorosas manifestações de uma sociedade injusta e de uma comunidade política não democrática estavam presentes nos protestos. Mas foi basicamente a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural, que uniu aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade melhor. Uma humanidade que tinha de ser reconstruída a partir do zero, escapando das múltiplas armadilhas ideológicas e institucionais que tinham levado inúmeras vezes a becos sem saída, forjando um novo caminho, à medida que o percorria. Era a busca de dignidade em meio ao sofrimento da humilhação – temas recorrentes na maioria dos movimentos.

Movimentos sociais conectados em rede espalharam-se primeiro no mundo árabe e foram confrontados com violência assassina pelas ditaduras locais. Vivenciaram destinos diversos, incluindo vitórias, concessões, massacres repetidos e guerras civis. Outros movimentos ergueram-se contra o gerenciamento equivocado da crise econômica na Europa e nos Estados Unidos, por governos que se colocavam ao lado das elites financeiras responsáveis pela crise à custa de seus cidadãos: Espanha, Grécia, Portugal, Itália (onde mobilizações de mulheres contribuíram para pôr fim à bufa *commedia dell'arte* de Berlusconi), Grã-Bretanha (onde a ocupação de praças e a defesa do

setor público por sindicatos e estudantes se deram as mãos) e, com menos intensidade, mas simbolismo semelhante, na maioria dos outros países europeus. Em Israel, um movimento espontâneo com múltiplas demandas tornou-se a maior mobilização de base da história do país, obtendo a satisfação de muitas de suas reivindicações.

Nos Estados Unidos, o movimento Occupy Wall Street, tão espontâneo quanto os outros e igualmente conectado em redes no ciberespaço e no espaço urbano, tornou-se o evento do ano e afetou a maior parte do país, a ponto de a revista *Time* atribuir ao “Manifestante” o título de personalidade do ano. E o lema dos 99%, cujo bem-estar fora sacrificado em benefício do 1% que controla 23% das riquezas do país, tornou-se tema regular na vida política americana. Em 15 de outubro de 2011, uma rede global de movimentos Occupy, sob a bandeira “Unidos pela Mudança Global”, mobilizou centenas de milhares de pessoas em 951 cidades de 82 países, reivindicando justiça social e democracia real. Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e as tomadas de decisão.

Este livro busca analisar, nesses movimentos, formação, dinâmica, valores e perspectivas de transformação social. É uma investigação sobre os movimentos sociais da sociedade em rede, que, em última instância, farão as sociedades do século XXI, ao se engajarem em práticas conflitivas enraizadas nas contradições fundamentais de nosso mundo. A análise aqui apresentada baseia-se na observação dos movimentos, mas não tentará descrevê-los, nem pretende fornecer provas definitivas acerca dos argumentos expostos no texto. Já está disponível uma profusão de informações, artigos, livros, reportagens e arquivos de blogs que podem ser facilmente consultados navegando-se pela internet. É cedo demais para construir uma interpretação sistemática, acadêmica, desses movimentos. Assim, meu propósito é mais limitado: sugerir algumas hipóteses, baseadas na observação, sobre a natureza e as perspectivas dos movimentos sociais em rede, com a esperança de identificar os novos rumos da mudança social em nossa época e de estimular um debate sobre as implicações práticas (e, em última instância, políticas) dessas hipóteses.

Essa análise tem por base uma teoria fundamentada do poder que apresentei no meu livro *Communication Power*, teoria que fornece substrato para a compreensão dos movimentos aqui estudados.

Parto da premissa de que as relações de poder são constitutivas da sociedade porque aqueles que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses. O poder é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica. As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder – que considero a capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. Todos os sistemas institucionais refletem as relações de poder e seus limites tal como negociados por um interminável processo histórico de conflito e barganha. A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação entre poder e contrapoder.

Coerção e intimidação, baseadas no monopólio estatal da capacidade de exercer a violência, são mecanismos essenciais de imposição da vontade dos que controlam as instituições da sociedade. Entretanto, a construção de significado na mente das pessoas é uma fonte de poder mais decisiva e estável. A forma como as pessoas pensam determina o destino de instituições, normas e valores sobre os quais a sociedade é organizada. Poucos sistemas institucionais podem perdurar baseados unicamente na coerção. Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades. Se a maioria das pessoas pensa de forma contraditória em relação aos valores e normas institucionalizados em leis e regulamentos aplicados pelo Estado, o sistema vai mudar, embora não necessariamente para concretizar as esperanças dos agentes da mudança social. É por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas.

Os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da

natureza e com as redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para a sociedade em geral, a principal fonte da produção social de significado é o processo da comunicação socializada. Esta existe no domínio público, para além da comunicação interpessoal. A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança. O processo de construção de significado caracteriza-se por um grande volume de diversidade. Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia. Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder.

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infundável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas. Além disso, a comunicação digital é multimodal e permite a referência constante a um hipertexto global de informações cujos componentes podem ser remixados pelo ator que comunica segundo projetos de comunicação específicos. A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele

individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. É por isso que os governos têm medo da internet, e é por isso que as grandes empresas têm com ela uma relação de amor e ódio, e tentam obter lucros com ela, ao mesmo tempo que limitam seu potencial de liberdade (por exemplo, controlando o compartilhamento de arquivos ou as redes com fonte aberta).

Em nossa sociedade, que conceptualizei como uma sociedade em rede, o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados.² As redes de poder o exercem sobretudo influenciando a mente humana (mas não apenas) mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder.

Por sua vez, as redes de poder, em vários domínios da atividade humana, constituem redes entre elas próprias. As redes financeiras e as multimídias globais estão intimamente ligadas, e essa metarrede particular detém um poder extraordinário. Mas não todo o poder. A metarrede das finanças e da mídia depende, ela própria, de outras grandes redes, tais como a da política, a da produção cultural (que abrange todos os tipos de artefatos culturais, não apenas produtos de comunicação), a militar e de segurança, a rede criminosa e a decisiva rede global de produção e aplicação de ciência, tecnologia e administração do conhecimento. Essas redes não se fundem. Em vez disso, envolvem-se em estratégias de parceria e competição formando redes *ad hoc* em torno de projetos específicos. Mas todas têm um interesse comum: controlar a capacidade de definir as regras e normas da sociedade mediante um sistema político que responde basicamente a seus interesses e valores. É por isso que a rede de poder construída em torno do Estado e do sistema político realmente desempenha papel fundamental no estabelecimento de uma rede geral de poder. Isso porque, em primeiro lugar, a operação estável do sistema, assim como a reprodução das relações de poder em cada rede, depende, em última instância, das funções de coordenação e regulação do Estado, como ficou demonstrado no colapso dos mercados financeiros em 2008, quando os governos foram chamados a efetuar o resgate no mundo todo.

Além disso, é por meio do Estado que diferentes formas de

exercício do poder em distintas esferas sociais relacionam-se ao monopólio da violência como a capacidade de, em última instância, impor o poder. Assim, enquanto as redes de comunicação processam a construção de significado em que se baseia o poder, o Estado constitui a rede-padrão para o funcionamento adequado de todas as outras redes de poder.

Então, de que modo as redes de poder se interconectam, embora preservando sua esfera de ação? Sugiro que o fazem por um mecanismo fundamental de construção do poder na sociedade em rede: a alternância de poder. Trata-se da capacidade de conectar duas ou mais redes diferentes no processo de construir o poder para cada uma delas em seus respectivos campos.

Dessa forma, quem detém o poder na sociedade em rede? Os *programadores*, com a capacidade de elaborar cada uma das principais redes de que dependem a vida das pessoas (governo, parlamento, estabelecimento militar e de segurança, finanças, mídia, instituições de ciência e tecnologia etc.). E os *comutadores*, que operam as conexões entre diferentes redes (barões da mídia introduzidos na classe política, elites financeiras que bancam elites políticas, elites políticas que se socorrem de instituições financeiras, empresas de mídia interligadas a empresas financeiras, instituições acadêmicas financiadas por grandes empresas etc.).

Se o poder é exercido programando-se e alternando-se redes, então o contrapoder, a tentativa deliberada de alterar as relações de poder, é desempenhado reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo que se alteram as redes de resistência e mudança social. Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas e aos processos do poder na sociedade em rede. Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, seus medos, seus sonhos e esperanças. Elaboram seus projetos compartilhando sua experiência. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá ocupando o veículo e criando a mensagem.

Superam a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem.

Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas normas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida.

Entretanto, esse é apenas um componente do processo comunicativo pelo qual os movimentos sociais se relacionam com a sociedade em geral. Eles também precisam construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano. Uma vez que o espaço público institucional – o espaço constitucionalmente designado para a deliberação – está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos. Os espaços ocupados têm desempenhado papel importante na história da mudança social, assim como na prática contemporânea, por três motivos básicos:

1. Eles criam uma comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade. A proximidade é um mecanismo psicológico fundamental para superar o medo. E superar o medo é o limiar fundamental que os indivíduos devem ultrapassar para se envolver num movimento social, já que estão bem conscientes de que, em última instância, terão de confrontar a violência caso transgridam as fronteiras estabelecidas pelas elites dominantes para preservar sua dominação. Na história dos movimentos sociais, as barricadas erigidas nas ruas tiveram pouco valor defensivo; na verdade,

tornaram-se alvos fáceis, fosse para a artilharia, fosse para as brigadas antidistúrbios, dependendo do contexto. Mas sempre definiram um “dentro e fora”, um “nós versus eles”, de modo que, ao se juntar a uma área ocupada e ao desafiar as normas burocráticas sobre o uso do espaço, outros cidadãos podem participar do movimento sem aderir a nenhuma ideologia ou organização, apenas estando lá por suas próprias razões.

2. Os espaços ocupados não carecem de significado: são geralmente carregados do poder simbólico de invadir áreas do poder de Estado ou de instituições financeiras. Ou então, reportando-se à história, evocam memórias de levantes populares que expressaram a vontade dos cidadãos quando foram fechadas outras vias de representação. Frequentemente, prédios são ocupados, seja por seu simbolismo, seja para afirmar o direito de uso público de propriedades ociosas, especulativas. Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal. Alguns movimentos sociais historicamente importantes, como a Comuna de Paris de 1871 ou as greves de Glasgow em 1915 (na origem da política de habitação pública na Grã-Bretanha), começaram como boicotes aos aluguéis contra a especulação na área da moradia.³ O controle do espaço simboliza o controle da vida das pessoas.
3. Construindo uma comunidade livre num espaço simbólico, os movimentos sociais criam um espaço público, um espaço de deliberação que, em última instância, se torna um espaço político, para que assembleias soberanas se realizem e recuperem seus direitos de representação, apropriados por instituições políticas ajustadas às conveniências dos interesses e valores dominantes. Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora.

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de

comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação.

De onde vêm os movimentos sociais? E como são formados? Suas raízes estão na injustiça fundamental de todas as sociedades, implacavelmente confrontadas pelas aspirações humanas de justiça. Em cada contexto específico, os usuais cavaleiros do apocalipse da humanidade cavalam juntos sob uma variedade de formas ocultas: exploração econômica; pobreza desesperançada; desigualdade injusta; comunidade política antidemocrática; Estados repressivos; Judiciário injusto; racismo, xenofobia, negação cultural; censura, brutalidade policial, incitação à guerra; fanatismo religioso (frequentemente contra crenças religiosas alheias); descuido com o planeta azul (nosso único lar); desrespeito à liberdade pessoal, violação da privacidade; gerontocracia; intolerância, sexismo, homofobia e outras atrocidades da extensa galeria de quadros que retratam os monstros que nós somos. Evidentemente, sempre, em todas as instâncias e em todos os contextos, isso representa a dominação pura e simples de homens e mulheres, assim como de seus filhos, como alicerce básico de uma (injusta) ordem social. Assim, os movimentos sociais têm um conjunto de causas estruturais e motivos individuais para se erguer contra uma ou várias dimensões da dominação social. Mas conhecer suas raízes não responde à questão de seu nascimento. Uma vez que, em minha opinião, os movimentos sociais são a fonte da mudança social, e portanto da constituição da sociedade, essa questão é fundamental. Tão fundamental que bibliotecas inteiras são dedicadas a uma abordagem experimental de sua resposta – e assim, consequentemente, não vou tratar dela aqui, já que este livro não pretende ser outro tratado sobre movimentos sociais, mas uma pequena janela para um mundo nascente.

Mas direi isso: os movimentos sociais de hoje, e provavelmente aqueles que ocorreram ao longo da história (o que está além do domínio da minha competência), são constituídos de indivíduos. Digo isso no plural porque, na maior parte do que li das análises sobre esses movimentos em todas as épocas e sociedades, eu encontrei poucos indivíduos, às vezes apenas um único herói, acompanhados por uma

multidão indiferenciada, chamada classe social, etnia, gênero, nação, fiéis ou quaisquer outras denominações coletivas dos subconjuntos da diversidade humana. No entanto, embora agrupar a experiência de vida das pessoas em convenientes categorias analíticas da estrutura social seja um método útil, as práticas reais que permitem que os movimentos sociais surjam, transformem as instituições e, em última instância, a própria estrutura social são desenvolvidas por indivíduos, em seus corpos e em suas mentes. Desse modo, a questão-chave para esse entendimento é quando, como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram inúmeras vezes aconselhadas a não fazer porque seriam punidas.

Há geralmente um punhado de pessoas, às vezes apenas uma, no início de um movimento. De hábito, os teóricos sociais chamam essas pessoas de agências. Eu as chamo de indivíduos. Então, temos de entender a motivação de cada indivíduo: como esses indivíduos constituem uma rede conectando-se mentalmente com outros indivíduos e por que são capazes de fazê-lo, num processo de comunicação que, em última instância, leva à ação coletiva; como essas redes negociam a diversidade de interesses e valores presente em cada uma delas para se concentrar num conjunto de objetivos comuns; como essas redes se relacionam com a sociedade em geral e com muitos outros indivíduos; e como e por que essa conexão funciona em grande número de casos, estimulando indivíduos a ampliar as redes formadas na resistência à dominação e a se envolver num ataque multimodal a uma ordem injusta.

No plano individual, os movimentos sociais são emocionais. A insurgência não começa com um programa ou uma estratégia política. Isso pode vir depois, quando surge a liderança, de dentro ou de fora do movimento, para fomentar agendas políticas, ideológicas e pessoais que podem ou não se relacionar às origens e motivações dos participantes do movimento. Mas o big bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação. Segundo a teoria da inteligência afetiva,⁴ as emoções mais relevantes para a mobilização social e o comportamento político são o medo (um afeto negativo) e o entusiasmo (um afeto positivo).⁵ Afetos positivos e negativos ligam-se a dois sistemas motivacionais básicos resultantes da evolução humana:

aproximação e evitação. O sistema de aproximação está ligado ao comportamento voltado para objetivos, que leva o indivíduo a experiências gratificantes. Os indivíduos entusiasmam-se quando são mobilizados para um objetivo que apreciam. É por isso que o entusiasmo está diretamente relacionado a outra emoção positiva: a esperança. A esperança projeta o comportamento no futuro. De vez que uma característica distintiva da mente humana é a capacidade de imaginar o futuro, a esperança é um ingrediente fundamental no apoio à ação com vistas a um objetivo.

Contudo, para que surja o entusiasmo e aflore a esperança, os indivíduos precisam superar a emoção negativa resultante do sistema motivacional de evitação, a ansiedade. A ansiedade é a reação a uma ameaça externa sobre a qual a pessoa ameaçada não tem controle. Assim, a ansiedade leva ao medo e tem sobre a ação um efeito paralisante. A superação da ansiedade no comportamento sociopolítico frequentemente resulta de outra emoção negativa, a raiva. Esta aumenta com a percepção de uma ação injusta e com a identificação do agente por ela responsável. A pesquisa neurológica mostra que a raiva está associada ao comportamento de assunção de riscos. Quando o indivíduo supera o medo, emoções positivas assumem o controle, à medida que o entusiasmo ativa a ação, e a esperança antecipa as recompensas por uma ação arriscada.

Entretanto, para que se forme um movimento social, a ativação emocional dos indivíduos deve conectar-se a outros indivíduos. Isso exige um processo de comunicação de uma experiência individual para outras. Para que o processo de comunicação opere, há duas exigências: a consonância cognitiva entre emissores e receptores da mensagem e um canal de comunicação eficaz. A empatia no processo de comunicação é determinada por experiências semelhantes às que motivaram o acesso emocional inicial. Em termos concretos, se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo. E eles superam o medo pela expressão extrema da raiva, sob a forma de indignação, ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam. Essa identificação é mais bem atingida compartilhando-se sentimentos em alguma forma de proximidade criada no processo de comunicação.

Assim, a segunda condição para que as experiências individuais se encadeiem e formem um movimento é a existência de um processo de comunicação que propague os eventos e as emoções a eles associadas. Quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propelado pelo entusiasmo e motivado pela esperança.

Historicamente, os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. Em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história. As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero.⁶

Se a origem dos movimentos sociais deve ser encontrada nas emoções dos indivíduos e em sua constituição de redes com base na empatia cognitiva, qual o papel de ideias, ideologias e propostas programáticas tradicionalmente consideradas a própria essência de que é feita a mudança social? Elas são de fato substâncias indispensáveis para a passagem da ação impulsionada pela emoção à deliberação e à elaboração de projetos. Sua inserção na prática do movimento é também um processo de comunicação, e o modo como esse processo é construído determina o papel dessas substâncias ideacionais no significado, na evolução e no impacto desse movimento. Quanto mais as ideias são geradas de dentro do movimento, com base na experiência dos participantes, mais representativo, entusiástico e esperançoso será ele, e vice-versa. Ocorre frequentemente que os movimentos se tornem matérias-primas para a experimentação ideológica ou a instrumentação política, ao definir objetivos e representações que pouco têm a ver com sua realidade.

Por vezes até no legado histórico a experiência humana do movimento tende a ser substituída por uma imagem reconstruída para a legitimação de líderes políticos ou a justificação das teorias de seus líderes orgânicos. Um exemplo é o modo como a Comuna de Paris veio a se constituir, em seu processo de reconstrução ideológica, a despeito dos esforços dos historiadores para restaurar sua realidade, uma revolução protoproletária numa cidade que na época tinha poucos trabalhadores industriais entre seus habitantes. O motivo pelo qual uma revolução municipal deflagrada por um boicote aos aluguéis e parcialmente liderada por mulheres veio a ser representada equivocadamente relaciona-se à imprecisão das fontes de Karl Marx em seus textos sobre a Comuna, baseados principalmente em sua correspondência com Elizabeth Dmitrieva, presidente da União das Mulheres, *communard* e comprometida com o socialismo que só via o que ela e seu mentor queriam ver.⁷ A representação equivocada dos movimentos por seus líderes, ideólogos ou cronistas tem de fato consideráveis consequências, já que introduz uma clivagem irreversível entre os atores do movimento e os projetos elaborados em seu nome, muitos sem seu conhecimento ou concordância.

A questão seguinte, no que se refere à compreensão dos movimentos sociais, relaciona-se à avaliação do verdadeiro impacto da ação conjunta dessas redes de indivíduos sobre as instituições da sociedade, assim como sobre si mesmos. Isso vai exigir um diferente conjunto de dados e instrumentos analíticos, já que as características das instituições e das redes de dominação devem ser confrontadas com as características das redes de mudança social. Em resumo, para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma. Além disso, devem acionar a conexão entre diferentes redes de mudança social, por exemplo, entre redes pró-democracia e redes pela justiça econômica, redes voltadas para os direitos das mulheres, a conservação ambiental, a paz, a liberdade e assim por diante. Entender em que condições esses processos ocorrem e quais são os resultados de cada processo específico não pode ser uma questão de

teoria formal. Exige que a análise se baseie na observação.

As ferramentas teóricas que propus aqui são simplesmente isso, ferramentas cuja utilidade ou futilidade só pode ser avaliada utilizando-as para examinar as práticas dos movimentos sociais em rede que este livro busca analisar. Entretanto, não vou expressar a observação desses movimentos em termos abstratos para ajustá-la à abordagem conceitual aqui apresentada. Em vez disso, minha teoria estará imersa numa observação seletiva desses movimentos a fim de conectar, no fim de minha jornada intelectual, as descobertas mais relevantes deste estudo em um arcabouço analítico. É essa a contribuição que pretendo dar para o entendimento dos movimentos sociais em rede como arautos da mudança social no século XXI.

Uma última palavra sobre a origem e as condições das reflexões que aqui apresento. Tenho sido um participante marginal do movimento dos Indignados de Barcelona, assim como adepto e simpatizante de movimentos em outros países. Mas tenho mantido, como é usual no meu caso, a maior distância possível entre minhas crenças pessoais e minha análise. Sem ter a pretensão de atingir a objetividade, tento apresentar esses movimentos em suas próprias palavras e por suas próprias ações, usando alguma observação direta e um volume considerável de informações: algumas de entrevistas individuais, outras de fontes secundárias, detalhadas nas referências de cada capítulo e no anexo a este livro. Na verdade, estou de pleno acordo com o princípio básico desse movimento sem líderes e de múltiplas faces: só represento a mim mesmo, isto é, apenas minha reflexão sobre o que vi, ouvi ou li. Sou um indivíduo fazendo o que aprendi a fazer por toda a minha vida: investigar processos de transformação social, na esperança de que essa pesquisa possa contribuir para a tarefa dos que lutam, correndo grandes riscos, por um mundo em que gostaríamos de viver.

1. Prelúdio à revolução:

Onde tudo começou

O QUE HÁ DE COMUM entre a Tunísia e a Islândia? Absolutamente nada. E, no entanto, as insurgências políticas que transformaram as instituições de governança nos dois países em 2009-2011 tornaram-se o ponto de referência para os movimentos sociais que sacudiram a ordem política no mundo árabe e desafiaram as instituições políticas na Europa e nos Estados Unidos. Na primeira manifestação de massa realizada na praça Tahrir, no Cairo, em 25 de janeiro de 2011, milhares gritavam “A Tunísia é a solução!”, modificando de propósito o lema “O islã é a solução!”, que havia dominado as mobilizações sociais no mundo árabe nos últimos anos. As palavras de ordem referiam-se à derrubada da ditadura de Ben Ali, que fugira de seu país em 14 de janeiro, após semanas de protestos de pessoas comuns que conseguiram sobrepor-se à sangrenta repressão do regime. Quando os Indignados da Espanha começaram a acampar nas principais praças das cidades de todo o país, em maio de 2011, proclamaram que “A Islândia é a solução!”. E quando os nova-iorquinos ocuparam espaços públicos em torno de Wall Street, em 17 de setembro de 2011, chamaram seu primeiro acampamento de praça Tahrir, da mesma forma que os ocupantes da praça Catalunya, em Barcelona.

Qual seria o fio comum que unia, na mente das pessoas, suas experiências de revolta, a despeito de contextos amplamente diversos em termos culturais, econômicos e institucionais? Em resumo, era a sensação de empoderamento. Ela nasceu do desprezo por seus governos e pela classe política, fossem eles ditatoriais ou, em sua visão, pseudodemocráticos. Foi estimulada pela indignação provocada pela cumplicidade percebida entre as elites financeira e política. Foi desencadeada pela sublevação emocional resultante de algum evento insuportável. E tornou-se possível pela superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano. Além disso, tanto na Tunísia quanto na Islândia, houve transformações políticas tangíveis, assim como novas culturas cívicas emergindo dos movimentos num intervalo muito curto de

tempo. Elas materializaram-se na possibilidade de atender a algumas das principais demandas dos manifestantes. Assim, é analiticamente significativo concentrar-se de forma breve nesses dois processos, a fim de identificar as sementes da mudança social espalhadas para outros contextos pelos ventos da esperança; às vezes para germinar sob novas formas e valores sociais; às vezes para serem sufocadas pelas máquinas de repressão postas em alerta pelos poderes constituídos, que primeiro se surpreenderam, depois se atemorizaram e finalmente encetaram ações preventivas por todo o planeta. Novas vias de mudança social, mediante a capacidade autônoma de comunicar-se e organizar-se, têm sido descobertas por uma nova geração de ativistas, para além do alcance dos métodos usuais de controle empresarial e político. E, embora já houvesse uma série de precedentes desses novos movimentos sociais na última década (particularmente na Espanha em 2004 e no Irã em 2009), podemos dizer que, em sua manifestação plena, tudo começou na Tunísia e na Islândia.

Tunísia: “A revolução da liberdade e da dignidade”¹

Tudo começou num lugar totalmente inesperado, em Sidi Bouzid, uma cidadezinha de 40 mil habitantes na empobrecida região central da Tunísia, ao sul de Túnis. O nome de Mohamed Bouazizi, vendedor ambulante de 26 anos, agora está gravado na história como o daquele que mudou o destino do mundo árabe. Sua autoimolação por fogo às 11h30 da manhã de 17 de dezembro de 2010, diante de um prédio do governo, foi seu último grito de protesto contra a humilhação que era para ele o repetido confisco de sua banca de frutas e verduras pela polícia local, depois de ele recusar-se a pagar propina. A última apreensão havia ocorrido uma hora antes. Ele faleceu em 3 de janeiro de 2011, em um hospital de Túnis, para onde fora levado pelo ditador com o objetivo de aplacar a fúria da população. De fato, poucas horas depois de ele ter colocado fogo em seu próprio corpo, centenas de jovens, com experiências semelhantes de humilhação por parte das autoridades, fizeram um protesto no mesmo local. O primo de Mohamed, Ali, registrou o protesto e distribuiu o vídeo pela internet. Houve outros suicídios e tentativas de suicídios simbólicos que alimentaram a ira e estimularam a coragem da juventude. Em poucos dias, começaram a ocorrer demonstrações espontâneas por todo o país, iniciando-se nas províncias e depois se espalhando para a capital, no começo de janeiro, apesar da repressão selvagem da polícia, que matou pelo menos 147 pessoas e feriu outras centenas. Mas em 12 de janeiro de 2011 o general Rachid Ammar, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas tunisianas, recusou-se a abrir fogo contra os manifestantes. Foi imediatamente exonerado, mas em 14 de janeiro o ditador Ben Ali e sua família deixaram a Tunísia para se refugiar na Arábia Saudita, quando confrontados com a retirada do apoio do governo francês, o aliado mais próximo de Ben Ali desde sua ascensão ao poder, em 1987. Ele se tornara um embaraço para seus patrocinadores internacionais. Era preciso encontrar um substituto na elite política do próprio regime.

Mas os manifestantes não se contentaram com essa vitória. Na verdade, sentiram-se encorajados a pressionar pelo afastamento de

todo o pessoal de comando do regime, exigindo liberdade política e de imprensa, e pedindo eleições verdadeiramente democráticas, sob nova lei eleitoral. Continuaram gritando “*Degage! Degage!*” (“Fora!”) para todos os poderes constituídos: políticos corruptos, especuladores financeiros, policiais violentos e mídia subserviente. A difusão em vídeo dos protestos e da violência policial pela internet foi acompanhada de convocação à ação nas ruas e praças das cidades de todo o país, começando nas províncias centro-ocidentais e depois atingindo a própria Túnis. A conexão entre comunicação livre pelo Facebook, YouTube e Twitter e a ocupação do espaço urbano criou um híbrido espaço público de liberdade que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, prenunciando os movimentos que surgiriam em outros países. Formaram-se comboios de solidariedade, com centenas de carros convergindo para a capital.

Em 22 de janeiro de 2011, o Comboio da Liberdade (*Qâfilat al-hurriyya*), partindo de Sidi Bouzid e Menzel Bouzaiane, chegou à Kasbah, na medina de Túnis, pedindo o afastamento do governo provisório de Mohamed Ghannouchi – uma óbvia continuação do regime anterior em termos de pessoal e de políticas. Afirmando simbolicamente o poder do povo, naquele dia os manifestantes ocuparam a praça do Gouvernement, no coração da Kasbah, local em que se situa a maioria dos ministérios. Eles montaram barracas e organizaram um fórum permanente envolvido em ardentes debates que se estendiam noite adentro. Por vezes as discussões duravam até duas semanas, sem interrupção. Eles filmavam-se e divulgavam o vídeo dos debates pela internet. Mas sua linguagem não era apenas digital. Os muros da praça foram cobertos de slogans em árabe, francês e inglês, já que o movimento desejava relacionar-se com o mundo exterior para reivindicar seus direitos e aspirações. Cantavam slogans ritmados e canções populares. Com muita frequência recitavam o verso mais popular do hino nacional: “Se o povo um dia quiser viver, o destino terá de responder” (*Idhâ I-sha ‘bu yawman arâda I-hayât, fa-lâ budda an yastadjiba al-qadar*).

Embora não houvesse líderes, surgiu uma organização informal para cuidar da logística e aplicar regras de participação nos debates da praça: as discussões tinham de ser educadas, respeitosas e sem gritarias, todos tinham o direito de expressar sua opinião, mas sem

longos discursos, de modo a haver tempo suficiente para que todos pudessem exercer a recém-obtida liberdade de expressão. Uma discreta rede de vigilância, organizada pelos próprios manifestantes, garantia que as regras fossem respeitadas. A mesma organização informal protegia os acampados da violência e da provocação, fosse de fora, fosse de dentro.

Houve violência policial e os ocupantes foram várias vezes expulsos da praça, mas voltaram a ocupá-la em 20 de fevereiro de 2011 e novamente em 1º de abril. Eles debatiam tudo – rejeitando um governo apodrecido, exigindo uma verdadeira democracia, pedindo um novo regime eleitoral, defendendo os direitos das regiões contra o centralismo, mas também clamando por empregos, já que uma ampla proporção dos jovens manifestantes era de desempregados e exigia melhorias na educação. Estavam ultrajados pelo controle tanto da política quanto da economia pelo clã dos Trabelsi, a família da segunda esposa de Ben Ali, cujos negócios fraudulentos haviam sido expostos na correspondência diplomática revelada pelo WikiLeaks.

Eles também discutiam o papel do islã em fornecer uma orientação moral contra a corrupção e o abuso. No entanto, não se tratava de um movimento islâmico, a despeito da presença de fortes correntes islamitas entre os manifestantes, pela simples razão de haver uma ampla influência do islamismo político na sociedade tunisiana. Secularismo e islamismo coexistiam no movimento sem maiores tensões. Na verdade, em termos de comunidade de referência, esse foi um movimento nacional tunisiano que usou a bandeira e cantou o hino nacional como um grito de chamamento, afirmando a legitimidade da nação contra sua apropriação por um regime político ilegítimo, apoiado pelas antigas potências coloniais, em particular a França e os Estados Unidos. Não foi nem uma revolução islâmica nem uma revolução de jasmim (denominação poética dada pela mídia ocidental sem nenhuma razão aparente, e que de fato fora o nome original do golpe de Ben Ali em 1987!). Nas palavras de um dos próprios manifestantes, foi uma “Revolução pela liberdade e pela dignidade” (*Thawrat al-hurriyya wa-I Karâma*). A busca de dignidade em reação à humilhação com base institucional foi uma força motriz emocional básica para os protestos.

Quem eram esses manifestantes? Após poucas semanas de atos

públicos, podemos dizer que estava nas ruas uma representação transversal da sociedade tunisiana, com forte presença da classe profissional. Além disso, uma ampla maioria da população apoiava a demanda de pôr fim ao regime ditatorial. No entanto, na visão da maioria dos observadores, os que deram início ao movimento e os que desempenharam o papel mais ativo no protesto foram principalmente jovens desempregados com instrução superior. Com efeito, enquanto a taxa de desemprego na Tunísia era de 13,3%, ela chegava a 21,1% entre os jovens com diploma universitário. Essa mistura de educação com falta de oportunidades foi terreno fértil para a revolta na Tunísia, como em todos os outros países árabes. Também é significativo que trabalhadores sindicalizados fossem participantes importantes quando o movimento atingiu uma massa crítica. Embora a liderança da Union Générale des Travailleurs Tunisiens (UGTT) fosse deslegitimada por sua profunda conexão com o regime (particularmente o secretário-geral, Abdeslem Jrad), os quadros da base e de nível intermediário usaram a oportunidade para verbalizar suas demandas e desencadearam uma série de greves que contribuíram para fazer com que as autoridades perdessem o controle do país. Ao contrário disso, os partidos políticos de oposição foram ignorados pelos ativistas e não tiveram presença organizada na revolta. Os manifestantes geraram espontaneamente sua própria liderança *ad hoc* em momentos e lugares específicos. A maioria desses líderes autônomos tinha vinte ou trinta e poucos anos. Embora o movimento fosse intergeracional, a confiança criou-se entre os jovens. Um post no Facebook expressou claramente certo estado de espírito: “A maioria dos políticos tem cabelos brancos e coração negro. Queremos pessoas que tenham cabelos negros e coração branco.”

Por que esse movimento teve um êxito tão rápido em subverter uma ditadura estável, com fachada de democracia institucional, um enorme sistema de vigilância de toda a sociedade (cerca de 1% dos tunisianos trabalhavam, de uma forma ou de outra, para o Ministério do Interior) e forte apoio das principais potências ocidentais? Afinal, lutas sociais e gestos de oposição foram prontamente reprimidos pelo regime com relativa facilidade em ocasiões anteriores. Lutas intensas da classe trabalhadora tiveram lugar em Ben Guerlane (2009) e nas minas de fosfato de Gafsa (2010), mas foram violentamente reprimidas, com grande número de pessoas mortas, feridas, presas e

afinal contidas. Dissidentes eram torturados e encarcerados. Manifestações de rua eram raras. Sabemos que a centelha da revolta veio do sacrifício de Mohamed Bouazizi. Mas como ela ateou o fogo no prado, como e por que ele se espalhou?

Novos e distintos fatores tornaram possível o sucesso das revoltas populares tunisianas de 2011 por um período prolongado. Entre eles destaca-se o papel desempenhado pela internet e pela Al Jazeera em desencadear, ampliar e coordenar revoltas espontâneas como expressão de indignação, particularmente entre os jovens. Reconheço que qualquer levante social – e a Tunísia não foi exceção – ocorre como expressão de protestos contra más condições econômicas, sociais e políticas, tais como desemprego, carestia, desigualdade, pobreza, brutalidade policial, falta de democracia, censura e corrupção como modo de vida de todo o Estado. Mas dessas condições objetivas emergiram emoções e sentimentos – sentimentos de afronta muitas vezes induzidos pela humilhação –, e esses sentimentos estimularam protestos espontâneos iniciados por indivíduos: jovens usando suas redes, as redes em que eles vivem e se expressam. Certamente isso inclui suas redes sociais da internet, assim como as de celulares. Mas também significa suas redes sociais: amigos, famílias e, em alguns casos, clubes de futebol, a maioria delas off-line. Foi na conexão entre as redes sociais da internet e as redes pessoais que se forjou o protesto. Assim, a pré-condição para as revoltas foi a existência de uma cultura da internet, constituída de blogueiros, redes sociais e ciberativismo. Por exemplo, o jornalista blogueiro Zouhair Yahiaoui foi preso em 2001 e morreu na prisão. Outros blogueiros críticos, como Mohamed Abbou (2005) e Slim Boukdir (2008), foram encarcerados por expor os erros do governo.

Essas vozes cada vez mais livres que se espalhavam pela internet, a despeito da censura e da repressão, encontraram um aliado poderoso na televisão por satélite fora do controle governamental, em particular na Al Jazeera. Houve uma relação simbiótica entre jornalistas, cidadãos utilizando seus celulares para carregar imagens e informações no YouTube, e a Al Jazeera, usando feeds por eles enviados e depois transmitindo-os à população em geral (40% dos tunisianos de áreas urbanas assistiam à Al Jazeera, já que a televisão oficial fora reduzida a uma primitiva ferramenta de propaganda). Esse

elo entre Al Jazeera e internet foi essencial durante as semanas das revoltas, tanto na Tunísia quanto em todo o mundo árabe. A Al Jazeera chegou a ponto de desenvolver um programa de comunicação para permitir que celulares fossem diretamente conectados a seu satélite sem necessidade de equipamentos sofisticados.

O Twitter também desempenhou papel de destaque na discussão dos eventos e na coordenação da ação. Manifestantes usaram a *hashtag* #sidibouazid no Twitter para debater e se comunicar, registrando, desse modo, a revolução tunisiana. Segundo o estudo sobre fluxos de informação nas revoluções árabes orientado por Lotan e colaboradores, “blogueiros desempenharam uma função importante apresentando e disseminando notícias da Tunísia, já que tinham uma possibilidade substancialmente maior de convencer sua audiência a participar, em comparação com qualquer outro tipo de ator”.²

Dado o papel da internet na difusão e coordenação da revolta, releva assinalar que a Tunísia tem uma das mais altas taxas de penetração da internet e de celulares no mundo árabe. Em novembro de 2010, 67% da população urbana tinha acesso a um celular e 37% estavam conectados à internet. No início de 2011, 20% dos usuários da internet estavam no Facebook, percentagem duas vezes maior que em lugares como o Marrocos, três vezes maior que no Egito, cinco vezes maior que na Argélia ou na Líbia, vinte vezes maior que no Iêmen. Além disso, a proporção de usuários da internet entre a população urbana, e especialmente entre os jovens, era muito maior.

Uma vez que há conexão direta entre juventude, educação superior e uso da internet, os desempregados com diploma universitário que foram atores-chave da revolução também eram usuários frequentes da rede, alguns deles usuários sofisticados, que utilizavam o potencial de comunicação da rede para construir e expandir o movimento. A autonomia na comunicação propiciada pela internet tornou possível a difusão viral de vídeos, mensagens e canções que incitaram a fúria e proporcionaram esperança. Por exemplo, a canção “Rais Lebled”, de um famoso rapper de Sfax, El General, denunciando a ditadura, tornou-se sucesso nas redes sociais. Evidentemente, El General foi preso, mas isso inflamou ainda mais os manifestantes e fortaleceu sua determinação na luta por uma “transição total”, como diziam.

Assim, parece que na Tunísia encontramos uma convergência

significativa de três características distintas:

1. A existência de um grupo ativo de desempregados com educação de nível superior, que liderou a revolta ignorando qualquer outra liderança formal, tradicional.
2. A presença de uma forte cultura de ciberativismo que se envolvera na crítica aberta ao regime por mais de uma década.
3. Uma taxa relativamente alta de difusão do uso da internet, incluindo conexões entre residências, escolas e cibercafés.

A combinação desses três elementos, que se retroalimentavam, fornece uma pista para compreender por que a Tunísia foi o arauto de uma nova forma de movimento social em rede no mundo árabe.

Os manifestantes tunisianos mantiveram suas demandas de plena democratização do país durante o ano de 2011, apesar da persistente repressão policial e da presença contínua de políticos do antigo regime no governo provisório e nos níveis mais elevados da administração. O Exército, porém, em geral apoiava o processo de democratização, tentando ganhar nova legitimidade a partir de sua recusa a se envolver na repressão sangrenta durante a revolução. Com o apoio de uma mídia recém-independente, sobretudo no caso da imprensa escrita, o movimento democrático abriu um novo espaço político e atingiu o clímax com a realização de eleições limpas, abertas, em 23 de outubro de 2011. O Ennahad, coalizão islâmica moderada, tornou-se a principal força política do país, recebendo 40% dos votos e obtendo 89 das 217 cadeiras da Assembleia Constituinte. Seu líder, o intelectual veterano e islamita político Rached Ghannouchi, tornou-se primeiro-ministro. Ele representa o ramo do islamismo que teria chegado ao poder por eleições livres na maioria dos países árabes, caso a vontade do povo fosse respeitada. Não significa o retorno a uma tradição nem a imposição da *Sharia* (lei inspirada por Deus, não pelo Estado). Numa entrevista muito citada, concedida durante seu exílio em Londres, em 1990, Rached Ghannouchi apresentou em termos simples sua visão política do islamismo: “A única maneira de atingir a modernidade é por nosso próprio caminho, aquele que nos foi traçado por nossa religião, nossa história e nossa civilização” (*Jeune Afrique*, jul 1990, tradução minha).

Assim, não existe rejeição à modernidade, mas defesa de um projeto de modernidade com autodeterminação. A referência contemporânea mais explícita é o Partido da Justiça e Desenvolvimento, da Turquia, liderado por Erdogan, mas isso é coerente com sua posição ao longo dos anos. Não há indicações de que um regime fundamentalista islâmico venha a resultar da revolução tunisiana. O presidente, Moncef Marzuki, é uma personalidade secular, e o esboço da nova Constituição não se sustenta mais na vontade de Deus do que a Constituição dos Estados Unidos.

Com efeito, a aceitação de um partido islamita moderno à frente do sistema político tem marginalizado, sem excluí-las, as forças islâmicas radicais. Entretanto, isso pode mudar se os novos governos democráticos não forem capazes de enfrentar as dramáticas questões do desemprego, extrema pobreza, corrupção generalizada e arrogância burocrática, que não se dissolveram com a atmosfera de liberdade. A Tunísia enfrentará grandes desafios nos próximos anos. Mas o fará com uma organização política democrática em funcionamento e, o que é mais importante, com uma sociedade civil consciente e ativa, ainda ocupando o ciberespaço e pronta a retornar ao espaço urbano se e quando necessário. Qualquer que venha a ser o futuro, a esperança de uma sociedade tunisiana humana e democrática será o resultado direto do sacrifício de Mohamed Bouazizi e da luta pela dignidade que ele defendeu para si mesmo, e a qual foi assumida por seus compatriotas.

A Revolução das Painelas na Islândia: do colapso financeiro ao *crowdsourcing*^a de uma nova (fracassada) Constituição³

As cenas de abertura daquele que talvez seja o melhor documentário sobre a crise financeira global de 2008, *Trabalho interno*, de Charles Ferguson, nos mostram a Islândia. De fato, a ascensão e a queda da economia islandesa condensam o fracassado modelo de criação de riqueza especulativa que caracterizou o capitalismo financeiro na última década. Em 2007, a renda média na Islândia era a quinta mais alta do mundo. Os islandeses ganhavam 160% mais que os americanos. Sua economia baseava-se historicamente na indústria pesqueira, responsável por 12% do PIB e 40% das exportações.

No entanto, mesmo adicionando turismo, software e alumínio como atividades econômicas dinâmicas, e tão lucrativas quanto fora a pesca, as fontes da súbita riqueza islandesa estavam em outra parte. Ela resultou do rápido crescimento do setor financeiro no início da expansão global do capitalismo especulativo. A rápida integração da Islândia às finanças internacionais foi liderada por três bancos islandeses: Kaupthing, Landsbanki e Glitnir, que passaram de bancos de serviços de caráter local, na década de 1980, a grandes instituições financeiras, em meados da década de 2000. Os três bancos aumentaram o valor de seus ativos de 100% do PIB, no ano 2000, para quase 800%, em 2007. A estratégia que seguiram para atingir seu surpreendente crescimento foi semelhante à de muitas entidades financeiras nos Estados Unidos e no Reino Unido. Usaram suas ações como cauções para tomar empréstimos em grande escala uns dos outros e depois empregaram esses empréstimos para financiar a compra de outras ações dos três bancos, elevando assim o preço das ações e turbinando seus balanços. Além disso, tramaram juntos para ampliar o escopo de suas operações especulativas em escala global.

Os esquemas fraudulentos eram disfarçados por uma rede de firmas de propriedade conjunta sediadas em endereços bancários offshore, como a ilha de Man, as Ilhas Virgens, Cuba e Luxemburgo. Os clientes dos bancos eram persuadidos a aumentar seu débito,

convertendo-o, com juros menores, em francos suíços ou ienes japoneses. O crédito ilimitado permitia que as pessoas se entregassem a um consumo também ilimitado, estimulando artificialmente a demanda doméstica e impulsionando o crescimento econômico. Além disso, para disfarçar suas operações, os bancos concediam empréstimos favoráveis a determinados políticos, assim como generosas contribuições financeiras aos partidos para suas campanhas eleitorais.

Em fevereiro de 2006, a Fitch rebaixou as perspectivas da economia islandesa para números negativos, desencadeando o que foi rotulado como “minicrise”. A fim de evitar que os principais bancos perdessem crédito, o Banco Central islandês tomou grandes empréstimos para aumentar suas reservas em moeda estrangeira. A Câmara de Comércio, dominada por representantes dos grandes bancos, contratou como consultores dois professores eminentes: Frederic Mishkin, da Columbia Business School, e Richards Portes, da London Business School, que garantiram a solvência dos bancos islandeses. Entretanto, em 2007, o governo não podia mais ignorar os balanços suspeitos dos bancos, e percebeu que, se um dos principais deles fosse à falência, todo o sistema financeiro o seguiria.

Uma comissão especial foi nomeada para avaliar o problema. Ela fez muito pouco, sem sequer contemplar a possibilidade de uma regulação do setor bancário. Logo em seguida, os três bancos, Landsbanki, Kaupthing e Glitnir, viram-se diante da necessidade urgente de pagar suas dívidas de curto prazo, já que a maioria de seus ativos era fictícia e de longo prazo. Com mais imaginação que escrúpulos, planejaram novos esquemas para resolver a insolvência. Com o nome de Icesave, o Landsbanki lançou contas financeiras baseadas na internet, oferecendo retornos elevados para depósitos de curto prazo. O serviço era oferecido por meio de novas sucursais no Reino Unido e na Holanda. Foi um sucesso: milhões de libras foram depositadas nas contas do Icesave. Só no Reino Unido, 300 mil contas foram abertas. Os depósitos pareciam seguros, já que a Islândia era membro da Área Econômica Europeia (AEE), e portanto estava coberta pelo sistema de seguros de depósitos dessa organização, o que significava que eram garantidos pelo governo islandês, assim como pelos governos dos países em que as sucursais dos bancos estavam

instaladas.

A segunda estratégia empregada pelos três grandes bancos a fim de levantar dinheiro depressa para pagar suas dívidas de curto prazo foi o que veio a ser conhecido como “cartas de amor”. Os bancos permutavam entre si títulos da dívida para usar a dívida dos outros como caução a fim de obter novos empréstimos do Banco Central islandês. Além disso, o Banco Central de Luxemburgo emprestou € 2,5 bilhões aos três bancos, com a maior parte das cauções na forma de “cartas de amor”. O apoio político do governo às três instituições prosseguiu, a despeito de sua óbvia insolvência. Em abril de 2008, o FMI enviou um memorando confidencial ao governo Haarde requisitando o controle dos bancos e oferecendo ajuda – inutilmente. A única reação do governo foi instruir o Banco Central a tomar mais empréstimos em reservas em moedas estrangeiras.

Em 29 de setembro, o banco Glitnir solicitou ao diretor do Banco Central um socorro imediato, já que não podia cobrir suas obrigações financeiras. Em resposta, o Banco Central comprou 75% das ações do Glitnir. Mas essa iniciativa teve o efeito oposto: em vez de tranquilizar os mercados financeiros, provocou uma queda livre na avaliação do crédito islandês. Em poucos dias, o mercado de ações, as obrigações bancárias e os preços dos imóveis sofreram uma queda vertiginosa. Os três bancos entraram em colapso, deixando uma dívida de US\$ 25 bilhões. A crise financeira provocou perdas, na Islândia e no estrangeiro, equivalentes a sete vezes o PIB islandês. Em proporção ao tamanho da economia, foi o maior desastre da história em termos de valor financeiro. A renda pessoal dos islandeses sofreu uma redução substancial, e seus ativos foram profundamente desvalorizados. O PIB islandês caiu 6,8% em 2009 e 3,4% no ano seguinte. Com a ruína de seu castelo de cartas financeiro, a crise econômica da Islândia se tornou o catalisador da “Revolução das Panelas”.

Cada revolução tem sua data de nascimento e seu herói rebelde. Em 11 de outubro de 2008, o cantor Hordur Torfason sentou-se com sua guitarra em frente ao prédio do Althing (o Parlamento islandês), em Reykjavik, e expressou em canto sua fúria contra os *banksters* e os políticos que lhes eram subservientes. Poucas pessoas se juntaram a ele. Então, alguém registrou a cena e a divulgou pela internet. Em alguns dias, centenas e depois milhares de pessoas apresentavam seu

protesto na histórica praça Austurvöllur. Um grupo conhecido como Raddir Fólksins prometeu protestar todos os sábados para obter a renúncia do governo. Os protestos intensificaram-se em janeiro, tanto na internet quanto na praça, desafiando o inverno islandês. De acordo com observadores desse processo de mobilização social, o papel da internet e das redes sociais foi absolutamente fundamental, em parte porque 94% dos islandeses estão conectados à internet, e $\frac{2}{3}$ são usuários do Facebook.

Em 20 de janeiro de 2009, dia em que o Parlamento voltava ao trabalho após um mês de férias, milhares de pessoas de todas as idades e condições sociais reuniram-se na frente do prédio do Parlamento para culpar o governo por administrar equivocadamente a economia e pela inabilidade no enfrentamento da crise. Usaram tambores, panelas e frigideiras como instrumentos de percussão, e ganharam o apelido de “Revolução das Panelas” ou “Revolução das Panelas e Frigideiras”. Os manifestantes exigiam a renúncia do governo e a realização de novas eleições. Além disso, também pressionavam pela refundação da República, que se tornara corrupta, em sua visão, pela subordinação de políticos e partidos à elite financeira. Assim, pediam a elaboração de uma nova Constituição para substituir a de 1944, documento temporário redigido na época da declaração de independência da Dinamarca ocupada, mantida em vigor porque favorecia os interesses da classe política (atribuindo peso desproporcional às conservadoras províncias rurais).

Os social-democratas e os verdes reagiram positivamente a essa demanda, enquanto a coalizão conservadora, liderada pelo Partido Independente, rejeitou-a. Com a intensificação das pressões vindas das redes sociais e das ruas, em 23 de janeiro de 2009 foi anunciada a antecipação das eleições para o Parlamento, e o primeiro-ministro conservador, Geir Haarde, declarou que, por problemas de saúde, não concorreria à reeleição. As eleições resultaram numa retumbante derrota dos dois principais partidos (ambos conservadores), que, sozinhos ou em coalizão, haviam governado a Islândia desde 1927. Uma nova coalizão, formada por social-democratas e “verdes-vermelhos”, assumiu o poder em 1º de fevereiro de 2009. Tinha à frente a líder social-democrata Johanna Sigurdardóttir, a primeira pessoa assumidamente homossexual a ocupar o cargo de primeira-

ministra. Metade dos membros do gabinete é feminina.

O novo governo passou a trabalhar em três frentes: limpar a bagunça financeira e cobrar responsabilidades pela administração fraudulenta da economia; recuperar o crescimento, transformando o modelo econômico, estabelecendo uma estrita regulação financeira e reforçando as instituições de fiscalização; e responder à demanda popular, envolvendo-se num processo de reforma constitucional com plena participação dos cidadãos.

Os três grandes bancos foram nacionalizados e dois deles retornaram ao setor privado para serem administrados por um pool de credores estrangeiros, com participação do Estado. O governo compensou os islandeses pela perda de suas poupanças. Entretanto, por iniciativa do presidente da República, Olafur Grimson, realizou-se um referendo para decidir sobre o pagamento das garantias de empréstimos devidas pelos bancos extintos a depositantes britânicos e holandeses, e também a seus governos. Noventa e três por cento dos islandeses votaram pelo não pagamento da dívida de US\$ 5,9 bilhões desses bancos ao Reino Unido e à Holanda. Evidentemente, isso desencadeou uma série de processos judiciais que ainda estão sendo resolvidos nos tribunais. A Islândia está enfrentando uma longa batalha judicial para liquidar sua dívida externa. Os bancos tentaram evitar o litígio oferecendo pagar com a venda de seus ativos, mas o resultado da negociação ainda está pendente no momento em que escrevo este livro.

O novo governo abriu processo judicial contra os responsáveis pela crise. Falando na convenção do partido social-democrata em 30 de maio de 2011, a primeira-ministra Johanna Sigurdardottir declarou, nos termos mais claros possíveis:

A turma ganhava demais, os *banksters*, e as grandes elites imobiliárias, não terão permissão de devorar o crescimento econômico vindouro. ... Seu partido corrupto foi mantido pela fanfarronice conservadora do Partido da Independência. No futuro, a qualidade de vida dos islandeses será construída com base na igualdade.

Desse modo, figuras de proa do setor bancário foram detidas em Reykjavik e Londres para responder às acusações contra sua administração financeira ilegal. E o ex-primeiro-ministro Haarde foi

levado a tribunal sob acusação de malversação de dinheiro público e de submeter-se à influência de grupos de pressão.

Como esperado, especialistas econômicos advertiram quanto às consequências de nacionalizar os bancos, controlar fluxos de capital e recusar-se a pagar a dívida externa. Entretanto, depois de a Islândia reverter suas políticas econômicas, impondo o controle governamental, a economia recuperou-se em 2011 e 2012, superando muitas das economias da União Europeia. Depois de experimentar crescimento negativo em 2009 e 2010, o PIB cresceu 2,6% em 2011, e a expectativa era de que crescesse 4% em 2012. O desemprego caiu de 10% em 2009 para 5,9% em 2012, a inflação foi reduzida de 18% para 4%, e a posição financeira da Islândia, nas avaliações CDS, melhorou, passando de mil para duzentos pontos.

Embora a economia islandesa ainda esteja sujeita à possibilidade de crises futuras, tal como o conjunto da economia europeia, sua perspectiva ganhou um *upgrade* da Standard & Poor's no final de 2011, passando de negativa a estável. Os lançamentos de obrigações do governo em 2011 tiveram um índice elevado de subscrições da parte de investidores internacionais. Com efeito, de acordo com a Bloomberg, em 2011, custa menos garantir a dívida islandesa que a dívida soberana na eurozona. A atitude dos islandeses em relação ao futuro tornou-se mais positiva em torno de meados de 2011, particularmente entre os segmentos mais instruídos da sociedade.

Como o novo governo democrático foi capaz de resgatar o país de um grande desastre econômico num período de tempo tão curto?

Primeiro, ele não promoveu os tipos drásticos de medidas de austeridade implementados em outros países da Europa. A Islândia assinou um pacto de “estabilidade social” para proteger os cidadãos dos efeitos da crise. Assim, o emprego público não foi significativamente reduzido, e os gastos públicos mantiveram em nível razoável a demanda doméstica. O governo tinha renda suficiente para continuar gastando e para recomprar ativos financeiros domésticos porque não teve de pagar a dívida externa dos bancos, de acordo com o que decidira o referendo. Além disso, embora compensando os clientes dos bancos por suas perdas, deu-se prioridade a detentores de depósitos em relação a detentores de obrigações. Isso contribuiu para manter a liquidez da economia, facilitando a recuperação.

Em segundo lugar, a desvalorização da coroa, que caiu 40%, teve um impacto muito positivo sobre as vendas de pescado, as exportações de alumínio e o turismo. Além disso, como as importações ficaram muito mais caras, as empresas locais conseguiram absorver uma parte da demanda de consumo, facilitando a criação de um número sem precedentes de firmas de pequeno porte, compensando bastante o desaparecimento de empresas nas áreas de serviços financeiros, construção e imobiliária.

Em terceiro lugar, o governo estabeleceu o controle dos fluxos de capital e de moeda estrangeira, evitando a fuga de capitais.

Entretanto, a revolução islandesa, embora provocada pela crise econômica, não teve apenas o propósito de restaurar a economia. Foi basicamente uma transformação fundamental do sistema político responsabilizado pela incapacidade de administrar a crise e pela subordinação aos bancos. Isso apesar – ou talvez em razão – do fato de a Islândia ser uma das mais antigas democracias do mundo. A Althing (sua assembleia representativa, ainda funcionando hoje, mas com forma diversa) foi criada antes do ano 1000. No entanto, após vivenciar o favoritismo e a indiferença da classe política, a Islândia mergulhou na mesma crise de legitimidade que atingiu a maioria dos países do mundo. Só 11% dos cidadãos confiavam no Parlamento e, obviamente, apenas 6% confiavam nos bancos.

Tentando recuperar a confiança do povo, o governo convocou uma eleição sustentada pela demanda popular, honrando sua promessa de se engajar numa reforma constitucional com a participação mais ampla possível dos cidadãos. Um processo constitucional singular foi estabelecido e realmente implementado. O Parlamento nomeou uma comissão constitucional que reuniu uma Assembleia Nacional composta de mil cidadãos aleatoriamente selecionados. Após dois dias de deliberação, a Assembleia concluiu que se deveria esboçar uma nova Constituição e sugeriu alguns dos princípios a serem destacados no texto constitucional.

Passando à ação, apesar das críticas dos partidos conservadores de oposição, o Parlamento organizou uma eleição popular para designar um Conselho da Assembleia Constitucional (CAC), com 25 membros. Todos os cidadãos podiam candidatar-se, e 522 deles disputaram os 25 assentos. A eleição realizou-se em novembro de 2010, com a

participação de 37% do eleitorado. Mas a Suprema Corte anulou a eleição por motivos técnicos. Para contornar a obstrução, o Parlamento exerceu seu direito de nomear os 25 cidadãos eleitos nesse processo para o Conselho Constitucional encarregado de preparar a minuta da nova Constituição. O CAC buscou a participação de todos os cidadãos via internet. O Facebook foi a plataforma básica do debate. O Twitter foi o canal utilizado para relatar o progresso do trabalho e dirimir dúvidas dos cidadãos. YouTube e Flickr foram usados para estabelecer uma comunicação direta entre cidadãos e membros do Conselho, assim como para propiciar a participação nos debates que ocorriam por toda a Islândia.

O CAC recebeu 16 mil sugestões on-line e off-line, assim como comentários debatidos nas redes sociais. Escreveu quinze diferentes versões do texto para levar em conta os resultados dessa ampla deliberação. Assim, a lei constitucional enfim elaborada foi literalmente produzida por *crowdsourcing*. Alguns observadores rotularam-na de wikiconstituição.⁴

Após meses de deliberação on-line e entre seus membros, o Conselho aprovou por 25 a 0 uma minuta de lei constitucional. Em 29 de julho de 2011, o CAC enviou ao Parlamento um projeto de lei contendo 114 artigos em nove capítulos. Embora o Parlamento debatesse alguns aspectos menos importantes e mudasse a linguagem do texto, a esquerda majoritária derrubou as objeções da oposição conservadora, e o projeto sofreu apenas pequenas emendas. O governo decidiu que ele seria submetido à aprovação dos cidadãos em geral e comprometeu-se a respeitar a decisão popular na aprovação final, que é prerrogativa do Parlamento. A votação sobre o projeto de lei constitucional foi marcada para o mesmo dia da eleição presidencial, 30 de junho de 2012.

Se aprovada, a nova Constituição islandesa preservaria os princípios filosóficos, os valores sociais e as formas de representação política que se destacam nas demandas e na visão dos movimentos sociais que surgiram em todo o mundo em 2011. Vale observar alguns elementos desse texto.⁵

O preâmbulo da Constituição proclama o princípio fundamental da igualdade: “Nós, o povo da Islândia, desejamos criar uma sociedade justa e com oportunidades iguais para todos.”

O princípio da política representativa de “uma pessoa, um voto” é enfatizado, já que ele é básico na Islândia, da mesma forma que em muitos outros países, para evitar o confisco da vontade popular por meio da engenharia política. O texto afirma que: “Os votos dos eleitores de todos os lugares do país têm peso igual.” Para quebrar o monopólio dos partidos políticos, o texto estabelece que os eleitores serão livres para votar em partidos ou candidatos de diferentes listas. O princípio do livre acesso à informação é afirmado enfaticamente: “A lei deve garantir o acesso público a todos os documentos coletados ou manipulados por entidades públicas.” Isso efetivamente acabaria com o sigilo governamental e tornaria mais difícil ocultar manobras políticas, já que toda reunião do governo e do Parlamento deve ser registrada e esses registros poderiam ser acessados por qualquer um.

Além disso: “Todas as pessoas devem ser livres para coligir e disseminar informações.” Há um limite para o número de mandatos que os políticos, e particularmente o presidente, podem exercer. É reconhecido o direito dos cidadãos de propor leis e convocar referendos sobre temas específicos. É afirmado o interesse público na administração da economia: “Os recursos naturais da Islândia que não sejam de propriedade privada são propriedade comum e perpétua da nação. ... A utilização dos recursos deve ser orientada pelo desenvolvimento sustentável e pelo interesse público.” E o respeito à natureza é um valor supremo: “A natureza da Islândia é o alicerce da vida no país. ... O uso de recursos naturais deve ser administrado de modo a minimizar sua redução a longo prazo com respeito aos direitos da natureza e às gerações vindouras.”

O fato de a Constituição de um país poder refletir explicitamente princípios que, no contexto do capitalismo global, são revolucionários mostra o elo direto entre um processo de *crowdsourcing* genuinamente popular e o conteúdo resultante desse processo participativo. Deve-se lembrar que a consulta e a elaboração ocorreram num período de quatro meses, tal como exigido pelo Parlamento, o que desmente a noção de ineficácia da democracia participativa. Claro, a Islândia tem apenas 320 mil habitantes. Mas os defensores da experiência argumentam que, com a internet, com o pleno domínio dela e o acesso irrestrito a ela, esse modelo de participação política e *crowdsourcing* do processo legislativo é passível de ampliação.

A referência que a revolução islandesa se tornou para os movimentos sociais europeus em luta contra as consequências de uma crise financeira devastadora é explicada por sua conexão direta com os principais temas que induziram o protesto.

Os islandeses insurgiram-se, tal como pessoas em outros países, contra um setor do capitalismo financeiro especulativo que destruiu os meios de sustento do povo. Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado.

É por isso que o alvo básico do movimento era o governo do momento e a classe política em geral, embora os ativistas oferecessem uma nova chance para que um novo governo legitimasse suas ações seguindo a vontade do povo, tal como expressa no espaço público oferecido pela internet. O governo respondeu implementando políticas econômicas eficazes que levaram a economia a se recuperar, em agudo contraste com muitas economias europeias colocadas sob o tacho de políticas de austeridade mal aplicadas, que agravaram a recessão no continente.

O principal fator de diferenciação entre a Islândia e o resto da Europa é que o governo islandês fez os banqueiros arcarem com os custos da crise, ao mesmo tempo que aliviava, tanto quanto possível, as agruras do povo. Essa é, na verdade, uma das demandas-chave dos manifestantes por toda a Europa. Os resultados dessa abordagem foram positivos tanto em termos econômicos quanto do ponto de vista da estabilidade social e política.

Além disso, os cidadãos islandeses realizaram plenamente seu projeto de transformação do sistema político elaborando uma nova Constituição, cujos princípios, se aplicados, garantiriam a prática da verdadeira democracia e a preservação dos valores humanos fundamentais. Nesse sentido, em particular, foi de fato um experimento verdadeiramente revolucionário, cujo exemplo, com todas as suas limitações, tem inspirado uma nova geração de idealistas pragmáticos na linha de frente dos movimentos sociais que se posicionam contra a crise. Com efeito, em alguns posts na internet refletindo sobre a experiência constitucional islandesa, há referências

à Constituição corsa de 1755, considerada uma das fontes de inspiração da Constituição dos Estados Unidos.⁶

O primeiro esboço da Constituição corsa foi escrito por Jean-Jacques Rousseau, a pedido dos fundadores daquela República de curta existência. Procurando estabelecer os princípios em que a Constituição deveria basear-se, escreveu ele:

O poder emanado da população é mais real que o derivado das finanças, e é mais certo em seus efeitos. Uma vez que o uso do trabalho humano não pode ser oculto da vista, ele sempre alcança seu objetivo público. Assim, não é com o uso do dinheiro, que se esgota e se perde em destinos privados; é coletado para um propósito e gasto em outro; as pessoas pagam por proteção e seus pagamentos são usados para oprimi-las. É por isso que um Estado rico em dinheiro é sempre fraco, e um Estado rico em homens é sempre forte.⁷

O eco desse contraste entre a pobreza das finanças e a riqueza do povo atravessa a história para chegar a muitas praças em que cidadãos divisam novos projetos constitucionais. Nesse sentido, a elaboração da nova Constituição islandesa poderia muito bem desempenhar o papel inspirador para a democracia do século XXI que a Córsega desempenhou para a proclamação da liberdade nos Estados Unidos.

O projeto de reforma constitucional foi proposto aos cidadãos em geral num referendo, em outubro de 2012. Cinquenta por cento dos eleitores participaram da consulta não obrigatória, e 67% dos votantes aprovaram o novo texto constitucional. Entretanto, segundo a legislação islandesa, aplicada pelo Tribunal Constitucional, a reforma da Constituição exige duas votações parlamentares sucessivas, com uma eleição entre elas. Isso forçou a maioria verde/social-democrata a esperar até a eleição seguinte para submeter a nova Carta ao voto do Parlamento. O pleito realizou-se em 27 de abril e foi um desastre total para a coalizão reformista, que perdeu metade dos votos e dos assentos. Voltou ao poder a coalizão de direita, formada pelos mesmos partidos que tinham levado a Islândia ao colapso total. Entre as causas dessa extraordinária reversão da opinião pública estavam: as políticas de austeridade implementadas pelo governo social-democrata para recuperar a economia; a posição pró-União Europeia da coalizão governista, em contraste com a costumeira atitude nacionalista e xenofóbica dos partidos tradicionais islandeses; e o ressentimento da maioria da população quanto ao endividamento profundo resultante

da crise das hipotecas e da ineficiência do governo em resolver o problema das dívidas. Mas a maior fonte de descontentamento talvez tenha sido a dissonância cognitiva entre as esperanças do movimento social e a realidade sombria da política institucional, tema recorrente na história desses movimentos. Por conseguinte, o novo Parlamento engavetou o projeto de reforma constitucional, e um dos experimentos mais audaciosos em matéria de democracia constitucional se tornou mais um sonho frustrado.

Entretanto, se a crise de legitimidade política continua a se espalhar pelo mundo, e se cidadãos de toda parte continuam à procura de inspiração na busca de uma verdadeira democracia, as bases tecnológicas e culturais desse aprofundamento da democracia representativa podem ter sido lançadas num pequeno país feito de gelo e fogo, situado numa ilha do Atlântico Norte.

Ventos do sul, ventos do norte: alavancas transculturais de mudança social

Os precursores dos atuais movimentos sociais em rede apresentam, quando examinados de perto, semelhanças acentuadas, a despeito de seus contextos culturais e institucionais profundamente contrastantes.

As duas revoltas se deram contra as consequências de uma crise econômica profunda, embora na Tunísia isso não tivesse ocorrido tanto em função de um colapso econômico quanto pela pilhagem da economia do país por uma camarilha enraizada no Estado predador. Além disso, as pessoas sentiam-se destituídas de poder por causa da interligação óbvia entre as oligarquias empresariais e a classe política, fosse esta democraticamente eleita ou ditatorialmente imposta. Não estou comparando a democracia islandesa, plenamente respeitadora da liberdade e dos direitos civis, à ditadura de Ben Ali e seus assassinos, associada à tortura. Mas, da perspectiva dos cidadãos dos dois países, os governos do momento, e até os políticos em geral, não representavam sua vontade porque se haviam amalgamado aos interesses da elite financeira e colocado seus próprios interesses acima dos da população. O déficit democrático, embora em proporções amplamente diferentes, estava presente em ambos os países e era uma fonte importante do descontentamento que estava na raiz do protesto. A crise de legitimidade política associou-se à crise do capitalismo especulativo.

Há também uma interessante característica comum nesses dois países. Ambos são altamente homogêneos em termos étnicos e religiosos. A Islândia, em função de seu isolamento histórico, é usada como laboratório por pesquisadores à procura de uma herança genética homogênea. Quanto à Tunísia, é o país mais homogêneo do mundo árabe do ponto de vista étnico, e muçulmanos sunitas representam a esmagadora maioria da população. Assim, será relevante avaliar o impacto da heterogeneidade étnica e cultural sobre as características dos movimentos sociais em outros países, comparando-os com o padrão representado por Islândia e Tunísia.

As similaridades estendem-se às práticas dos próprios movimentos.

Ambos foram desencadeados por um evento dramático (o colapso financeiro na Islândia, a autoimolação de Mohamed Bouazizi na Tunísia). Em ambos os casos, telefones celulares e redes sociais da internet desempenharam papel importante no que se refere a difundir imagens e mensagens que mobilizaram pessoas, oferecendo uma plataforma de discussão, convocando à ação, coordenando e organizando os protestos e abastecendo a população em geral de informações e debates. A televisão também teve sua função, mas sempre utilizou a internet e os celulares para se alimentar de imagens e informações.

Em ambos os casos, o movimento passou do ciberespaço para o espaço urbano, com a ocupação de praças públicas simbólicas como apoio material tanto de debates quanto de protestos, da entoação de slogans em Túnis à utilização de painéis e frigideiras como tambores em Reykjavik. Um espaço público híbrido, constituído por redes sociais digitais e por uma recém-criada comunidade urbana, estava no cerne do movimento, tanto como ferramenta de autorreflexão quanto como afirmação do poder do povo. A falta de poder transformou-se em empoderamento.

Desse empoderamento veio a semelhança mais profunda entre os movimentos na Tunísia e na Islândia: seu significativo sucesso em provocar a mudança institucional. Estabeleceu-se a democracia na Tunísia. Uma nova ordem constitucional, ampliando as fronteiras da democracia representativa, foi alcançada na Islândia, onde se implementou um novo conjunto de políticas econômicas. O processo de mobilização que levou a uma mudança política transformou a consciência cívica. É essa a razão pela qual esses movimentos se transformaram em modelos para os movimentos sociais que, inspirados neles, iriam surgir na paisagem de um mundo em crise à procura de novas formas de convivência.

O objetivo deste livro é investigar o grau em que as características-chave identificadas nesses movimentos estão igualmente presentes como fatores fundamentais naqueles que surgiram em outros contextos sociais. Porque, se estiverem, podemos estar observando a ascensão de novas formas de transformação social. E se elas forem diversas em suas práticas graças a diferenças de contexto, poderemos sugerir algumas hipóteses sobre a interação entre cultura, instituições

e movimentos, a questão-chave para uma teoria da mudança social – e para sua prática.

a *Crowdsourcing*: forma de financiamento voluntário ou busca de recursos entre particulares; refere-se também à terceirização de tarefas em que os trabalhadores são convocados por chamamento público. (N.T.)

2. A revolução egípcia

A REVOLUÇÃO DE 25 DE JANEIRO (*Thawrat 25 Yanayir*), que em dezoito dias destronou o último faraó, nasceu das profundezas de fatores como opressão, injustiça, pobreza, desemprego, sexismo, arremedo de democracia e brutalidade policial.¹ Ela foi precedida de protestos políticos (depois das eleições fraudulentas de 2005 e 2010), lutas pelos direitos das mulheres (rudemente suprimidos na Quarta-Feira Negra de 2005) e conflitos trabalhistas, como a greve das fábricas de tecidos de Mahalla-al-Kubra em 6 de abril de 2008, seguida de distúrbios e da ocupação da cidade em reação à repressão sangrenta aos grevistas. Dessa luta nasceu o Movimento da Juventude 6 de Abril,² o qual criou um grupo no Facebook que atraiu 70 mil seguidores. Waleed Rashed, Asmaa Mahfouz, Ahmed Maher, Mohammed Adel³ e muitos outros ativistas desse movimento desempenharam papel de destaque nas manifestações que levaram à ocupação da praça Tahrir em 25 de janeiro. Fizeram-no juntamente com muitos outros grupos formados em conspirações de bastidores, enquanto se ampliavam pela internet.

A mais destacada dessas iniciativas foi a rede criada em torno do grupo do Facebook Todos somos Khaled Said, em alusão à memória do jovem ativista espancado até a morte pela polícia em junho de 2010 num cibercafé, em Alexandria, após distribuir um vídeo mostrando a corrupção policial.⁴ O grupo, criado por Wael Ghonim, jovem executivo do Google, e Abdul Rahman Mansour, teve a adesão de dezenas de milhares de pessoas no Egito e em todo o mundo (Ghonim 2012). Esses e outros grupos convocaram seus seguidores no Facebook para se manifestar em frente ao Ministério do Interior, em protesto contra a brutalidade policial que há décadas aterrorizava os egípcios. Escolheram 25 de janeiro por ser o Dia Nacional da Polícia.

Entretanto, a verdadeira centelha que deflagrou a revolução egípcia, incitando protestos numa escala sem precedentes, inspirou-se na revolução tunisiana, que acrescentou essa esperança à indignação provocada pela insuportável brutalidade. A revolução egípcia foi dramatizada, seguindo o exemplo tunisiano, por uma série de

autoimolações (seis no total) em protesto contra o aumento do preço da comida, que deixara muitas pessoas com fome. E foi transmitida à juventude egípcia por uma das fundadoras do Movimento da Juventude 6 de Abril, Asmaa Mahfouz, de 26 anos, estudante de administração da Universidade do Cairo.

Em 18 de janeiro, ela postou um vlog em sua página do Facebook mostrando seu rosto coberto por um véu e se identificou pelo nome antes de declarar:

Quatro egípcios atearam fogo ao corpo... Gente, que vergonha! Eu, uma moça, postei que vou sozinha à praça Tahrir portando uma bandeira... Estou fazendo este vídeo para lhes passar uma mensagem simples: nós vamos à praça Tahrir em 25 de janeiro... Se vocês ficarem em casa, vão merecer tudo que está sendo feito com vocês, e serão culpados perante sua nação e seu povo. Vão para as ruas, enviem SMSs, façam seus posts na rede, levem consciência às pessoas.

Alguém carregou o vlog no YouTube, e ele teve uma difusão viral por milhares de pessoas. Tornou-se conhecido em todo o Oriente Médio como “O Vlog que Ajudou a Desencadear a Revolução”.⁵ Das redes da internet, o chamado à ação se espalhou pelas redes sociais de amigos, famílias e associações de todo tipo. As redes conectavam-se não apenas a indivíduos, mas às redes de cada um deles. Particularmente importantes foram as redes de torcedores de clubes de futebol, principalmente o al-Ahly e seu rival Zamalek Sporting, que tinham uma longa história de enfrentamento com a polícia.⁶

Assim, em 25 de janeiro, dezenas de milhares de pessoas convergiram para a praça Tahrir (praça da Liberdade), um lugar simbólico e central, e, resistindo aos ataques da polícia, ocuparam a praça e a transformaram no espaço público visível da revolução. Nos dias subsequentes, centenas de milhares de pessoas de todas as condições, incluindo populações pobres urbanas, minorias religiosas (cristãos coptas tiveram grande presença no movimento, ao lado de islamitas e manifestantes seculares) e uma grande proporção de mulheres, algumas com seus filhos, usaram o espaço liberado da praça para apresentar suas manifestações, exigindo a renúncia de Mubarak e o fim do regime. Estima-se que mais de 2 milhões de pessoas tenham participado das manifestações na praça Tahrir em diferentes momentos.⁷

O dia 28 de janeiro veio a ser conhecido como a Sexta-Feira da Ira,

quando um violento esforço da central de segurança da polícia para reprimir os protestos foi enfrentado com determinação pelos manifestantes, que ganharam o controle de áreas da cidade e ocuparam prédios do governo e delegacias de polícia, sob o preço de centenas de vidas e milhares de feridos. Eventos semelhantes tiveram lugar no Egito em geral, onde muitas cidades, em especial Alexandria, aderiram ao protesto. As sextas-feiras – essa e muitas outras – têm um significado especial para a revolução egípcia, assim como para outros levantes no mundo árabe, por ser esse o dia de oração congregacional (conhecido como *Jummah*), e também feriado, ocasião em que as pessoas se congregam nas mesquitas ou do lado de fora delas. Isso não significa necessariamente que se tratasse de movimentos religiosos inspirados pelos sermões das sextas-feiras. Não era o caso no Egito, era um momento/espço adequado para encontrar outras pessoas, sentir a força e a coragem de estarem juntas, de modo que a sexta-feira se tornou o momento da semana para returbinar a revolução.

Durante todo um ano de luta contínua com os sucessores de Mubarak – os novos comandantes do Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) –, as sextas-feiras, com sua marca simbólica, tornaram-se os momentos de ignição de protestos de massa que geralmente conduziram à violenta repressão da polícia militar: a Sexta-Feira da Ira (28 de janeiro), a Sexta-Feira da Limpeza (8 de abril), a Segunda Sexta-Feira da Ira (27 de março), a Sexta-Feira da Retribuição (1º de julho), a Sexta-Feira da Determinação (7 de julho), a marcha de centenas de milhares contra o CSFA (15 de julho) etc.

Assim, as redes da internet, as redes de celulares, as redes sociais preexistentes, as manifestações de rua, as ocupações de praças públicas e as reuniões de sexta-feira em torno de mesquitas contribuíram todas para as redes multimodais espontâneas, amplamente sem lideranças, que realizaram a revolução egípcia. Como afirmam Allagui e Kuebler: “Se aprendemos a construir coalizões e lideranças políticas com a Revolução Russa, e a iniciativa popular com a Revolução Francesa, as revoluções árabes na Tunísia e no Egito demonstraram o poder das redes.”⁸

Espaço dos fluxos e espaço dos lugares na revolução egípcia

Não há dúvida de que os espaços de resistência originais foram constituídos na internet, já que as formas tradicionais de protesto foram recebidas com enorme ferocidade por uma polícia que há muito tempo vinha torturando com impunidade (ocasionalmente subcontratada pela CIA para operações antiterroristas). Também está claro que as convocações para a manifestação de 25 de janeiro, e depois em outras datas sucessivas, foram feitas via Facebook para serem recebidas por um ativo séquito constituído de jovens para os quais as redes sociais e os telefones celulares eram parte central de seu modo de vida.

No final de 2010, estima-se que 80% dos egípcios tinham um telefone celular, segundo pesquisa do instituto Ovum. Cerca de $\frac{1}{4}$ das residências tinha acesso à internet em 2009, de acordo com a International Telecommunications Union. Mas era muito maior no grupo demográfico na faixa de vinte a 35 anos, no Cairo, em Alexandria e em outros grandes centros urbanos, a proporção dos que, de casa, da escola ou de cibercafés, eram capazes de acessar a internet. Menos de dois anos após o Facebook lançar sua versão em árabe, em 2009, o número de usuários triplicou, alcançando 5 milhões em fevereiro de 2011, dos quais 600 mil foram adicionados em janeiro e fevereiro, os meses que precederam o início da revolução. Quando a mensagem enviada pela internet alcançou um amplo grupo de jovens egípcios ativos e com conhecimento da tecnologia, as redes de celulares espalharam a mensagem para um segmento mais amplo da população.

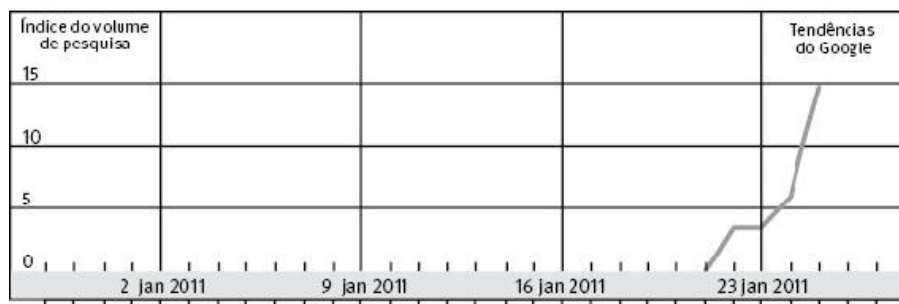
As redes de mídia social desempenharam, assim, um importante papel na revolução egípcia. Manifestantes registraram os eventos com seus telefones celulares e compartilharam seus vídeos com pessoas do país e do mundo via YouTube e Facebook, frequentemente transmitindo ao vivo. Eles deliberavam pelo Facebook, coordenavam-se pelo Twitter e usavam blogs para transmitir amplamente suas opiniões e se envolver em debates.

Uma análise das tendências do Google no Egito durante o período da revolução mostra a crescente intensidade das buscas relacionadas aos eventos, atingindo o pico no dia da manifestação, 25 de janeiro, e nos dias subsequentes (ver Figura 1).

Figura 1. Tendências do Google no Egito durante o período da revolução

Escala baseada no tráfego médio do termo *مظاهرة* [manifestação] no Egito nos últimos trinta dias

مظاهرة ————— 1



Aouragh e Alexander enfatizam a relevância das esferas de dissidência, tais como as formadas nos “novos bairros” habitados pelos pobres urbanos. Noha Atef, ativista entrevistado durante a revolução, assinala o papel específico da mobilização com base on-line:

Ter um espaço, um espaço on-line, escrever e falar para as pessoas, passar-lhes mensagens que vão aumentar sua ira, essa é minha forma favorita de ativismo on-line. ... Quando você pede às pessoas para ir em frente e se manifestar contra a polícia, elas estão preparadas, porque você já lhes tinha fornecido ingredientes que as deixaram furiosas.⁹

A análise de um amplo conjunto de dados de tuítes públicos na praça Tahrir no período de 24 a 29 de janeiro mostra a intensidade do tráfego no Twitter e fornece evidências de que aqueles indivíduos, incluindo ativistas e jornalistas, foram, mais que as organizações presentes, as mais influentes fontes de tuítes. Em outras palavras, o Twitter forneceu a plataforma tecnológica para muitos indivíduos assumirem a posição de *trendsetters* do movimento. Com base em sua observação, Lotan e colaboradores concluíram que “as revoluções foram realmente tuitadas”.¹⁰

Assim, os ativistas, como dizem alguns, planejaram os protestos no Facebook, coordenando-os pelo Twitter, divulgando-os pelo SMS e transmitindo-os ao mundo pelo YouTube. Vídeos das forças de

segurança tratando brutalmente os manifestantes foram compartilhados pela internet, expondo a violência do regime de uma forma inédita. A natureza viral desses vídeos e o volume e velocidade com que as notícias sobre os eventos no Egito se tornaram disponíveis para o público em geral no país e no mundo foram a chave do processo de mobilização contra Mubarak.

O papel das redes sociais off-line preexistentes também foi importante, já que elas facilitaram a disseminação de panfletos nas favelas digitalmente excluídas, assim como as formas tradicionais de reunião social e política nas mesquitas após as orações das sextas-feiras. Foi essa multimodalidade da comunicação autônoma que quebrou as barreiras do isolamento e tornou possível superar o medo provocado pelo ato de juntar-se e compartilhar.

No entanto, a forma social básica do movimento foi a ocupação do espaço público. Todos os outros processos de formação de rede foram maneiras de atingir a libertação de determinado território que havia escapado ao controle da autoridade do Estado e experimentava formas de autoadministração e solidariedade. Por esse motivo, a praça Tahrir foi repetidamente atacada, a fim de expulsar os ocupantes, e inúmeras vezes reocupada, sob o custo de intensas batalhas com as forças de segurança, a cada vez que o movimento sentia a necessidade de aumentar a pressão, primeiro contra a ditadura, depois contra o governo militar – aparentemente determinado a permanecer no poder pelo tempo que considerasse necessário para proteger as recompensas oferecidas pelo setor empresarial.

Essa solidariedade comunal criada na praça Tahrir tornou-se um modelo para os movimentos Occupy que iriam brotar mundo afora nos meses seguintes. A solidariedade expressou-se numa variedade de práticas sociais, do autogerenciamento da logística da vida cotidiana durante a ocupação (questões sanitárias, suprimento de comida e água, saúde, assistência jurídica, comunicação) a gestos como a proteção da praça por cristãos coptas durante o sítio de 21 de novembro, enquanto os muçulmanos faziam suas orações de sexta-feira.

Além disso, com a criação de um espaço público em que o movimento podia existir livremente em sua realidade diversificada, a mídia em geral pôde cobrir os protestos, dar um rosto a seus

protagonistas e transmitir ao mundo o que era a revolução. Como em todos os levantes árabes, a Al Jazeera desempenhou função essencial em comunicar, em árabe, para a população egípcia e ao público árabe em geral, que o impensável realmente estava acontecendo. Isso contribuiu para um poderoso efeito demonstração que alimentou a eclosão de levantes nos países árabes. Enquanto a mídia ocidental estabelecida perdeu o interesse pela cobertura diária sobre o Egito quando Mubarak foi destituído do poder, a Al Jazeera continuou a fazer a conexão dos manifestantes egípcios com a população de seu país e a opinião pública árabe. A qualidade da cobertura da Al Jazeera, realizada sob grande risco por seus jornalistas, era sustentada pela abertura do canal ao jornalismo cidadão. Muitos dos feeds e informações que ela transmitia vieram de ativistas em campo e de cidadãos comuns que registravam com seus celulares a história em construção. Ao transmitir ao vivo e manter um foco permanente no que acontecia no espaço público, a mídia tradicional criou uma espécie de manto de proteção para o movimento contra a repressão violenta, já que primeiro os patrocinadores de Mubarak e depois o CSFA tentaram evitar embaraços em relação à opinião pública global, em função das injustificadas ações repressivas de seus protegidos.

A conexão entre a mídia social da internet, as redes sociais das pessoas e a mídia tradicional tornou-se possível pela existência de um território ocupado que ancorava o novo espaço público na interação dinâmica entre ciberespaço e espaço urbano. Na verdade, os ativistas criaram um “campo de mídia” na praça Tahrir para coletar vídeos e imagens produzidos pelos manifestantes. Numa ocasião, coletaram em poucas horas 75 gigabytes de imagens de pessoas nas ruas. A centralidade desse espaço público híbrido não se limitou aos centros urbanos em que centenas de milhares de manifestantes se mobilizaram em diferentes momentos durante o ano: Alexandria, Mansoura, Suez, Ismaília, Tanta, Beni Suez, Dairut, Shebin-el-Kan, Luxor, Minya, Zagagig e até a península do Sinai, em que reportagens mostraram beduínos enfrentando a polícia durante semanas e então garantindo por si mesmos as fronteiras do país. A revolução da internet não nega o caráter territorial das revoluções ao longo da história. Em vez disso, ela o estende do espaço dos lugares para o espaço dos fluxos.

A reação do Estado a uma revolução possibilitada pela internet: a grande desconexão

Nenhum desafio à autoridade do Estado fica sem resposta. Assim, no caso das revoluções árabes e no Egito, houve repressão aberta, censura à mídia e bloqueio da internet.

A repressão não pode sustentar-se contra um movimento de massa apoiado por redes de comunicação sob atenção da mídia global sem que o governo esteja plenamente unificado e possa operar em cooperação com potências estrangeiras influentes. Como essas condições não estavam presentes no Egito, o regime tentou tanto a repressão violenta quanto o bloqueio da internet. Desse modo, buscou fazer aquilo que anteriormente nenhum regime ousara: a grande desconexão, cortando o acesso à internet em todo o país, assim como as redes de telefonia celular.¹¹ Pela importância desse fato para o futuro dos movimentos baseados na internet, e porque ele de fato faz eco aos desejos implícitos ou explícitos da maioria dos governos do mundo, vou me estender de forma um tanto detalhada sobre o que aconteceu, como aconteceu e, mais importante, por que essa iniciativa fracassou.

Desde o primeiro dia dos protestos, o governo egípcio censurou a mídia no país e tomou medidas para bloquear os sites de mídia social que ajudaram a convocar os manifestantes e a difundir notícias sobre o que estava ocorrendo nos locais públicos. Em 27 de janeiro, ele bloqueou as mensagens de texto e os serviços de mensagens do BlackBerry. Nas noites de 27 e 28 de janeiro, o governo egípcio bloqueou quase totalmente o acesso à internet. Não havia um interruptor central a ser ativado. O governo usou uma tecnologia muito mais antiga e eficiente. Fez sucessivas ligações telefônicas aos quatro grandes provedores de serviços de internet – Link Egypt, Vodafone/Raya, Telecom Egypt e Etisalat Misr – e ordenou que desligassem as conexões. Empregados dos provedores de internet acessaram cada um dos endereços de seus roteadores, que continham as listas de todos os endereços conectados em cada provedor, e deletaram a maioria deles, ou todos, impedindo que se pudesse acessá-

los de dentro ou de fora do país. Assim, não era preciso que cada ISP (Internet Service Provider, Provedor de Serviços de Internet) desligasse fisicamente seus computadores; só precisavam mudar o código.

Cerca de 3.500 roteadores BGP (Border Gateway Protocol, Protocolo de Roteamento) individuais foram removidos.¹² Por mais dois dias a Noor Data Networks, que conecta a Bolsa de Valores do Cairo, continuou a funcionar. Quando ficou off-line, 93% do tráfego na internet dentro do Egito ou a partir do país foi eliminado. O bloqueio não foi total porque alguns ISPs pequenos, particularmente em instituições acadêmicas, ainda funcionavam. As conexões de rede usadas pelo governo e pelos militares também operavam, utilizando seus ISPs privados. Uns poucos usuários egípcios ainda tinham acesso à internet por meio de antigas conexões discadas. Os roteadores de fibra óptica entre Europa e Ásia através do Egito mantiveram-se operacionais, mas não podiam ser acessados a partir do país.

Entretanto, o obstáculo mais importante que os governos enfrentam ao tentar bloquear a internet vem da vigilância da comunidade global da web, que inclui hackers, *techies*, empresas, defensores dos direitos humanos, redes de militantes como a Anonymous e pessoas do mundo todo para as quais a internet se tornou tanto um direito fundamental quanto um modo de vida. Essa comunidade veio em socorro do Egito como já fizera na Tunísia em 2010 e no Irã em 2009. Além disso, a engenhosidade dos manifestantes egípcios tornou possível a reconexão com o movimento, assim como entre este, o Egito e o mundo em geral.

Na verdade, a revolução nunca ficou incomunicável porque suas plataformas de comunicação eram multimodais. A Al Jazeera foi fundamental em sua cobertura contínua dos levantes contra o regime. O movimento manteve-se informado por imagens e notícias recebidas da Al Jazeera, alimentada por relatos enviados por telefone diretamente do local da ação. Quando o governo fechou sua conexão com o satélite, outras redes árabes de televisão por satélite ofereceram à Al Jazeera o uso de suas frequências. Além disso, outros canais de comunicação tradicionais, como máquinas de fax, radioamadores e modems dial-up, ajudaram a superar o bloqueio da internet. Manifestantes distribuíam informações sobre como evitar os controles

de comunicação dentro do país. Ativistas forneciam instruções sobre o uso de modems dial-up e aparelhos transmissores de rádio. Provedores da França, Suécia, Espanha, Estados Unidos e outros países criaram pools de modems que aceitavam ligações internacionais com o objetivo de canalizar informações dos manifestantes e para eles. Empresas suspenderam tarifas para que as pessoas se conectassem de graça. O blog Manalaa instruiu os egípcios sobre o uso de dial-up utilizando telefone celular, Bluetooth e laptop. As instruções foram postadas em muitos blogs e tiveram uma difusão viral.

O meio mais importante para contornar o bloqueio foram os telefones fixos. Eles não foram cortados porque hoje os países não podem funcionar sem algum tipo de telefonia. Usando aparelhos fixos, militantes egípcios faziam ligações para números de telefone no exterior que automaticamente repassavam as mensagens para redes de computadores fornecidas por voluntários, tais como a rede The Onion Router (TOR), que de diversas maneiras reenviava as mensagens para o Egito. Usando redes como a HotSpot Shield, internautas egípcios podiam acessar *proxies* (endereços de internet alternativos, que estavam além do controle do governo). Empresas como a NDF francesa ofereceram conexão grátis à internet global mediante ligação telefônica para um número em Paris. Engenheiros do Google e do Twitter idealizaram um programa Speak to Tweet que convertia automaticamente em tuíte uma mensagem de voz deixada numa secretária eletrônica acessada por telefone fixo. A mensagem era então enviada como tuíte para a *hashtag* do país de onde viera a chamada. Quando suas contas no Egito foram bloqueadas, o Twitter criou uma nova conta – @twitterglobalpr – dedicada ao sistema Speak to Tweet naquele país.

Uma organização internacional de hackers, a Telecomix, desenvolveu um programa que recuperava automaticamente mensagens telefônicas provenientes do Egito e as repassava para todas as máquinas de fax do país. Muitas delas operavam em universidades que frequentemente eram usadas como centros de comunicação. Dos faxes das universidades, as mensagens eram distribuídas aos lugares ocupados. A Telecomix trabalhou na recepção e decodificação de mensagens de radioamadores, enviadas em frequências recomendadas pelo grupo de ativistas. Assim, uma tecnologia fora de moda tornou-se

útil na superação da censura governamental.

Em conjunto, esses diferentes meios contribuíram para a formação de uma densa rede multimodal de comunicação que manteve o movimento conectado com o Egito e com o mundo em geral. Militantes publicaram um manual de instruções sobre a comunicação por diferentes canais, e qualquer informação enviada por alguns dos múltiplos canais ainda disponíveis seria disseminada por meio de panfletos impressos e distribuída por pessoas reunidas nas praças ocupadas e nas manifestações.

Em 1º de fevereiro, o acesso à internet foi restaurado no Egito. Os ISPs egípcios reconfiguraram seus roteadores centrais, deixando que provedores de *upstream* e outras redes restabelecessem seus *pathways* de dados. A velocidade com que as redes se reconectaram (em cerca de meia hora, a internet no Egito estava funcionando a todo vapor) mostra que, mais que se plugar fisicamente nos cabos, os ISPs egípcios simplesmente deixaram que roteadores de outras redes soubessem de sua disponibilidade usando BGP. Assim, nem a desconexão nem a reconexão foram físicas. Tratava-se apenas de reescrever o código para os roteadores, uma vez que o governo autorizou os ISPs a reiniciar a operação.

Mas por que o governo restaurou a internet quando o movimento ainda estava a pleno vapor? A principal razão foi contribuir, sob alguma pressão dos Estados Unidos, para um “retorno à normalidade”, em sequência ao anúncio de Mubarak de que não tentaria a reeleição em setembro. Um porta-voz do Exército apareceu na televisão pedindo aos manifestantes que voltassem para casa e ajudassem a “trazer de volta a estabilidade para o país”.

Houve também razões econômicas. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o bloqueio de cinco dias do acesso à internet e às telecomunicações no Egito resultou numa perda de aproximadamente US\$ 90 milhões, o que significa cerca de US\$ 18 milhões por dia, entre 3% e 4% do PIB anual egípcio. Mas essa estimativa não inclui a perda de empresas de outros setores afetados pelo bloqueio, como e-commerce, turismo e serviços de teleatendimento. As firmas terceirizadas de TI no Egito são responsáveis por US\$ 3 milhões em impostos por dia, e essa atividade teve de ser interrompida durante a desconexão da internet. O turismo,

setor fundamental da economia egípcia, foi severamente afetado pelo bloqueio. Além disso, investidores externos diretos seriam incapazes de operar num país que cortasse sua internet por um período prolongado. Em suma, a internet é a linha da vida da economia global interconectada. Sua desconexão só pode se dar por motivo excepcional e por um período limitado.

Mas o motivo fundamental da restauração da internet foi que o bloqueio se mostrou ineficaz no que se refere a ater o movimento. De um lado, como já se argumentou, ele foi contornado de muitas maneiras com a ajuda da comunidade internacional da internet. De outro, ele veio tarde demais para ter efeito paralisante sobre o movimento de protesto. As redes urbanas haviam assumido o papel que as redes da internet tinham desempenhado na origem das manifestações. As pessoas estavam nas ruas, a mídia fazia sua cobertura, e o mundo inteiro tomava conhecimento de uma revolução em movimento. Na verdade, o potencial revolucionário da internet só pode ser subjugado por controle e vigilância permanentes, como a China tenta fazer no cotidiano. Uma vez que um movimento social tenha alcançado certo limiar em termos de tamanho e impacto, bloquear a internet não é possível nem eficaz. Na era da internet, os tiranos terão de se ajustar à capacidade de comunicação autônoma das pessoas. A menos que a rede seja permanentemente bloqueada ou mecanismos *ad hoc* estejam prontos para operar, como na China, uma vez que o movimento tenha ampliado seu alcance do espaço dos fluxos para o espaço dos lugares, será muito tarde para atê-lo, já que muitas outras redes de comunicação estarão estabelecidas de formas multimodais.

Quem eram os manifestantes e qual era o protesto?

Pão, liberdade e justiça social foram os principais temas da revolução, nas palavras dos manifestantes que tomaram as ruas em janeiro de 2011. Eles queriam derrubar Mubarak e seu regime, pediam eleições democráticas e clamavam por justiça e redistribuição de riqueza. A maioria dos manifestantes era formada por jovens, e muitos deles eram estudantes universitários. Mas não se trata de uma representação enviesada da população urbana, uma vez que $\frac{2}{3}$ dos egípcios têm menos de trinta anos e a taxa de desemprego entre os portadores de diplomas universitários é dez vezes maior que a dos menos instruídos. A maioria da força de trabalho realiza atividades informais como meio de sobrevivência, de modo que estar verdadeiramente desempregado é um luxo de que poucos podem desfrutar. Os pobres, que representam pelo menos 40% da população, devem realizar algum tipo de atividade geradora de renda, por insuficiente que seja, ou morrerão de fome.

Contudo, embora o movimento fosse amplamente mobilizado por uma classe média empobrecida sonhando com liberdade e direitos humanos, segmentos da classe pobre urbana, desesperados em decorrência da alta dos preços dos produtos alimentícios, se juntaram a ele. E os trabalhadores da indústria, com ou sem o apoio de sindicatos, desencadearam uma série de greves vigorosas, particularmente intensas em Suez, levando à ocupação da cidade por alguns dias. Relatos indicam que o medo de o movimento se estender para a força de trabalho industrial foi um fator que influenciou os generais do Exército atentos ao mundo dos negócios a sacrificar o ditador no altar de seus próprios lucros. As chamadas massas pró-Mubarak, exemplificadas na pitoresca e implacável charge dos camelos atacando ocupantes da praça Tahrir em 1º de fevereiro, eram constituídas, na maioria dos casos, por pessoas ligadas às *balgatiya* (gângues de assassinos pagos pela polícia).¹³ O verdadeiro apoio ao regime podia ser encontrado entre centenas de milhares de burocratas, agentes das forças centrais de segurança, policiais, informantes, assassinos e ladrões, cuja subsistência dependia do patrocínio das

redes do ditador, seus filhos e amigos. Mas todo esse *beautiful people* tinha de compartilhar o poder com o Exército egípcio, que ainda gozava de algum prestígio entre a população, já que encarnava o movimento nacionalista que criou o Egito moderno e levou o mundo árabe às guerras com Israel.

Foi precisamente a luta pelo poder econômico entre o Exército e os rapazes de Gamal (os empresários protegidos pelo filho e aparente herdeiro de Mubarak) que criou as condições para uma ruptura decisiva entre as elites governantes e propiciou a derrubada de Mubarak, sua família e asseclas. O Exército é o coração de um vasto império empresarial que sustenta a riqueza e o potencial de crescimento do velho capital nacional egípcio. A internacionalização das empresas promovida por Gamal Mubarak desde o ano 2000, com total apoio da liderança política americana, britânica e francesa, ameaçava diretamente seu controle da economia. Desse modo, chegado o momento, o Exército não estava preparado para sacrificar sua legitimidade nacional e seus negócios lucrativos para apoiar um ditador velho e seu sucessor potencialmente perigoso. Assim, recusou-se a abrir fogo contra os manifestantes e, no devido curso, prendeu os Mubarak e seus cúmplices.

Ao assumir plenos poderes, o CSFA tentou apaziguar e desativar o movimento revolucionário, cobrindo-se do manto da revolução para garantir que, ao mudar, tudo permanecesse do mesmo jeito. E assim, quanto mais o CSFA desejava limitar suas medidas a mudanças cosméticas, mais o movimento pressionava as autoridades, exigindo que fossem punidos e processados os responsáveis pela matança de manifestantes e aqueles que haviam roubado a riqueza nacional. Também foram intensificadas as demandas de liberdade política e eleições democráticas, assim como por uma nova Constituição. O ano de 2011 como um todo testemunhou um confronto sem tréguas entre o CSFA e o movimento, enquanto antigos e novos partidos se preparavam para as eleições. O pleito para o Parlamento Constituinte de fato teve lugar, iniciando-se em 28 de novembro e prosseguindo por várias semanas. Mas só foi finalmente aceito pelo CSFA após uma série de confrontos sangrentos entre o movimento e os militares durante todo o ano, com 12 mil civis condenados em tribunais militares, cerca de mil manifestantes mortos e dezenas de milhares

feridos. Contudo, mesmo durante e após as eleições, a repressão prosseguiu, pessoas foram presas, a mídia independente foi atacada, dissidentes foram julgados e condenados por tribunais militares. ONGs egípcias e estrangeiras foram intimidadas ou proibidas, e dezenas de manifestantes foram mortos na praça Tahrir e em outros lugares. E ainda assim o movimento não cedeu em sua determinação de alcançar a plena democratização do país. A defesa da ocupação da praça Tahrir, da livre comunicação na internet e da independência da mídia continuou a ser a trincheira para a conquista da liberdade num país que sofre enormes problemas econômicos e sociais.

O futuro da democracia não está claro, já que a vitória dos islamitas moderados da Irmandade Muçulmana (recriada como Partido da Liberdade e da Justiça, com 45% dos votos), juntamente com os 25% obtidos pela coalizão Nour, mais estritamente islâmica,¹⁴ levantou dúvidas entre as potências ocidentais sobre o apoio a ser dado a uma democracia que poderia sair de seu controle. Com o Exército egípcio recebendo anualmente US\$ 1,3 bilhão dos Estados Unidos em rendas discricionárias, a revolução egípcia pode ter de se confrontar com uma contrarrevolução militar conservadora se o movimento ultrapassar os limites geopolíticos que lhe foram prescritos. Entretanto os caminhos da revolução sempre são surpreendentes, e algumas das lutas fundamentais que se travam no Egito pós-Mubarak se relacionam menos a estratégias geopolíticas e interesses de classe do que à transformação cultural da sociedade, começando com a conquista de uma nova autonomia pelas mulheres.

Mulheres na revolução

As mulheres tiveram papel importantíssimo na revolução. Os vlogs (quatro no total) que Asmaa Mahfouz postou no Facebook em janeiro e fevereiro de 2011 tiveram influência na deflagração do movimento e foram significativos em termos de conteúdo e estilo. Tratava-se de uma jovem, em seu próprio nome e com seu próprio rosto, dirigindo-se ao povo do Egito, e particularmente aos homens, jogando a carta do patriarcalismo com habilidosa ironia ao pedir que os homens se juntassem a ela, uma garota:

Quem diz que mulheres não deveriam ir aos protestos porque serão agredidas, que mostre sua honra e masculinidade e venha comigo em 25 de janeiro. ... Se você tem honra e dignidade como homem, venha e me proteja, assim como outras garotas, no protesto.

Em suma, você não é homem se não age como se supõe que os homens devam ser: corajosos, protetores e dispostos a confrontar as forças de segurança para defender a liberdade, a dignidade e a honra. Porque:

Eu vou para a praça Tahrir e vou ficar lá sozinha segurando uma bandeira. ... Até escrevi meu número para que as pessoas pudessem me acompanhar. Ninguém foi, exceto três rapazes! Três rapazes. Três rapazes, três carros blindados da Polícia Antidistúrbios e dezenas de *balgatiya*. ... Estou fazendo este vídeo para lhes passar uma mensagem simples: nós vamos para a Tahrir em 25 de janeiro.

As pessoas acabaram indo. E em 26 de janeiro Asmaa postou outro vlog: “As pessoas querem derrubar o regime!... O que é mais bonito [no protesto] é que os que trabalharam nele não são políticos de maneira alguma. Fomos todos nós, os egípcios.” Depois ela invocava o Deus dos muçulmanos ou dos cristãos, e citava o Capítulo 13, versículo 11 (Surat Ar-Ra’d) do Corão: Deus diz que não vai “mudar a condição de um povo até que seus membros mudem a si mesmos”. Sua influência e autoridade moral foram precursoras daquilo que muitas blogueiras iriam fazer durante a revolução e do que muitas mulheres sofreriam em meio às manifestações e aos ataques na praça Tahrir. A blogueira Nawara Nagu postou em 21 de janeiro um vídeo em que

uma jovem militante dizia: “Está vendo esta moça? Ela vai à manifestação.” E o fez, tal como milhares de outras.

Muitas mulheres, jovens e idosas, várias delas com véus e outras vestidas à ocidental, estiveram presentes na praça Tahrir e em outros espaços ocupados, algumas delas com seus filhos. Em muitos casos, elas lideraram as manifestações, participaram de comissões de segurança e administraram hospitais de campanha. Em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, ativistas dos direitos femininos fizeram passeata na praça Tahrir exigindo o fim da discriminação por parte do Estado e o fim da violência contra a mulher.¹⁵ Algumas manifestantes foram atacadas por um grupo numeroso de homens.

As mulheres também participaram ativamente do debate público, e havia numerosas blogueiras postando diretamente do local onde estavam ocorrendo os eventos. Isso não passou despercebido ao regime militar. Leil Zahura Mortada, blogueira que transmitia da praça Tahrir, foi agredida em função de suas denúncias. Em 14 de agosto, Asmaa Mahfouz foi presa e obrigada a enfrentar um tribunal militar, embora tenha sido solta após amplos protestos públicos contra seu indiciamento. Mulheres foram alvejadas, espancadas e frequentemente mortas durante as manifestações e os ataques na praça Tahrir. Sally Zahran foi espancada até a morte num dos protestos. Durante janeiro e fevereiro, pelo menos quinze mulheres foram mortas. Muitas mulheres presas na praça foram submetidas a testes de virgindade, que membros do governo militar reconheceram e justificaram numa entrevista à CNN, com base na acusação de serem prostitutas.

Samira Ibrahim, de 25 anos, abriu processo contra os militares e conseguiu que um tribunal tornasse os testes de virgindade equivalentes a uma agressão sexual.¹⁶ Em 19 de dezembro de 2011, durante outro ataque à praça, uma jovem foi espancada, despida e deixada inconsciente, usando apenas o sutiã. Mulheres que tentaram ajudá-la foram atacadas pela polícia. O vídeo mostrando esse bárbaro ato de violência sexista foi disseminado por todo o mundo, provocando a indignação universal, particularmente entre mulheres. Ficou conhecido como o vídeo da “garota de sutiã azul”. No dia seguinte, dezenas de milhares de mulheres fizeram manifestações na Tahrir, em Alexandria e nos campi universitários do país contra as

violações, pelos militares, dos direitos das mulheres. Das sacadas, funcionárias de escritórios aplaudiam e saudavam. Referindo-se ao chefe do CSFA, levavam uma faixa com os dizeres “Tantawi é o comandante supremo do molestamento e da violação da honra”. Depois dessa marcha, o CSFA foi forçado a emitir um pedido hipócrita de “desculpas às mulheres do Egito”.

O despertar das mulheres egípcias durante a revolução é um dos principais temores de uma sociedade profundamente patriarcal e está desencadeando uma onda de violência contra as mulheres que pode crescer com o tempo. Além disso, embora as mulheres participassem lado a lado com muitos homens da revolução, chegando a pedir a proteção deles, muitos dos manifestantes de sexo masculino sentem-se desconfortáveis com a atuação das mulheres e não ajudaram a defendê-las da sádica violência perpetrada contra elas pela polícia do Exército.

Com efeito, apesar de seu papel proeminente na revolução, durante todo o ano de 2011 as mulheres foram praticamente excluídas dos cargos do governo, confinadas às últimas posições nas listas de candidatos dos partidos políticos, de modo que havia apenas oito mulheres entre os 498 membros eleitos do novo Parlamento.¹⁷ O programa da principal força política resultante das eleições, o Partido Liberdade e Justiça, não permite que mulheres sejam eleitas para a Presidência da República.¹⁸

Não admira que um relatório do Centro Egípcio para o Direito das Mulheres, no final de 2011, dissesse o seguinte: “Será que a praça El-Tahrir continuará sendo um sinônimo de ‘liberdade, justiça e igualdade’?! Ou a revolução vai comer/sacrificar seus filhos e, à frente deles, as mulheres?!”¹⁹ Parece que há uma revolução dentro da revolução fermentando no levante egípcio, em que uma geração de mulheres instruídas (que representam a maioria dos portadores de diplomas universitários) se confronta com os limites ancestrais impostos pela definição masculina do que a revolução deveria ser.

A questão islâmica

As eleições parlamentares de 2011 confirmaram a flexibilidade das forças políticas islâmicas no Egito. A velha Irmandade Muçulmana sobreviveu a décadas de repressão por parte dos regimes militares nacionalistas e, rebatizada de Partido Liberdade e Justiça, obteve a maioria dos assentos no Parlamento. Beneficiou-se de sua forte organização, de sua experiência política e de certa aura de resistência ao regime em amplos segmentos da população. A coalizão Nour, de caráter mais estritamente islâmico e dominada pelos salafistas, conseguiu 25% dos votos. Essa é uma indicação clara da ampla simpatia de que goza o islamismo na população em geral. De fato, em praticamente todos os países árabes, existe uma potencial maioria política islâmica que foi reprimida à força por líderes nacionalistas autoritários apoiados pelo Exército e pelas potências ocidentais. O nacionalismo árabe, invocando o Estado-nação anticolonial, a despeito de referências religiosas retóricas, quando necessário, e o islamismo, invocando a *ummah* (comunidade universal de crentes que ultrapassa a nação) e a *Sharia* (lei inspirada por Deus, não pelo Estado), envolveram-se num confronto que evoluiu para a derrota do nacionalismo na mente das pessoas quando este se subordinou a potências estrangeiras e quando a corrupção e a brutalidade se tornaram as características distintivas desses regimes.

O islamismo era visto amplamente, por muitas pessoas, no Egito e em outros países, como uma força regeneradora da política, de esperança de justiça social e de restauração dos valores morais. O apoio incondicional de potências estrangeiras aos regimes militares árabes era atribuído exatamente ao medo do islamismo como ameaça ao fornecimento de petróleo e à segurança de Israel. Assim, como seria de esperar, processos de democratização no mundo árabe geralmente resultam na hegemonia do islamismo no sistema político, de vez que as forças políticas progressistas seculares têm um apelo limitado além dos pequenos segmentos constituídos pelas elites ocidentalizadas. No entanto, para os islamitas chegarem ao poder, com o consentimento do Exército e sem a oposição dos segmentos seculares do movimento revolucionário, precisavam moderar sua atitude religiosa. E assim

fizeram.

O programa do Partido Liberdade e Justiça, assim como as declarações públicas de seus líderes, aceita os princípios da democracia e se concentra em abordar os imensos problemas sociais e econômicos que o país enfrenta. Eles não se opõem à noção de Estado secular. Ao mesmo tempo, declaram o objetivo do partido de governar, se chegar ao poder, de acordo com a *Sharia*. Mas enfatizam que o significado dessa orientação não é compreendido no Ocidente. Isso não representa, em sua visão, impor uma teocracia, e o modelo iraniano é explicitamente rejeitado.²⁰ Significa apenas que a inspiração de suas políticas deverá ser encontrada no Corão, da mesma forma, afirmam eles, que os democrata-cristãos europeus tentam seguir princípios cristãos na condução dos assuntos públicos. Isso tem sérias implicações para as mulheres e os coptas, já que o Partido Liberdade e Justiça não aceita que membros desses segmentos ocupem a Presidência da República. Entretanto, ainda em relação a isso, eles aceitariam mulheres ou coptas nos ministérios, uma política muito distante da estrita ortodoxia muçulmana.²¹ Além disso, em política externa, a Irmandade declarou seu compromisso de respeitar os tratados em vigor entre Egito e Israel, condição *sine qua non* pela perspectiva dos Estados Unidos, a potência supervisora do país, pelo fato de ter o Exército egípcio em sua folha de pagamentos.²²

Em suma, para os membros da Irmandade Muçulmana, islã e democracia são plenamente compatíveis, como se vê pelo exemplo da Turquia, embora eles aceitem que os contextos são diferentes e que eles próprios não se identificam com Erdogan. Apesar de a Irmandade Muçulmana muitas vezes ter sido acusada de oportunismo, na verdade ela não tem tido outra chance. Nem o Exército nem seus patrocinadores ocidentais aceitariam um regime islâmico radical no Egito. Assim, a consolidação de um regime democrático naquele país, como quer que venha a ser feita, vai implicar um governo islâmico moderado.

Caso diferente é a enorme onda de apoio aos salafistas, cuja defesa inflexível do primado da *Sharia* sobre o poder civil poderia resultar num grande confronto não apenas com o Exército, mas também com o braço secular do movimento revolucionário. Se a situação econômica continuar se deteriorando, o modo fundamentalista religioso de se

afastar de um regime ocidentalizado poderia inaugurar um novo capítulo no processo de transformação política no Egito.

Entretanto, ao tentarmos entender a revolução egípcia, deveria ficar claro que nem na origem nem no processo de transformação da revolução de 2011 houve predominância do islamismo ou de temas islâmicos. Na verdade, islamitas de todas as tendências, em particular os jovens, participaram ativamente das manifestações, da ocupação da praça Tahrir e de outros espaços públicos, assim como das deliberações via internet. Mas não houve confrontos religiosos diretos (o ataque aos coptas foi uma provocação da polícia), e os objetivos e as práticas da revolução foram respeitosamente compartilhados. Durante os primeiros dezoito dias do levante, a Irmandade Muçulmana exigiu a saída de Mubarak, mas sempre se referiu ao movimento como fonte de legitimidade do protesto. Evidentemente, essa foi uma tática inteligente, já que o clamor por democracia e eleições parlamentares poderia muito bem qualificar a Irmandade para assumir o poder com base no apoio popular. Mas permanece o fato de que nem a Irmandade nem os salafistas conseguiram controlar ou liderar o movimento. Foram parte dele, mas não eram ele.

A revolução egípcia não foi nem é uma revolução islâmica, mesmo que possa ter criado condições para uma forma democrática que leve a uma organização política dominada pelo islã. As redes construídas em torno do islamismo ligaram-se àquelas constituídas em torno dos objetivos de liberdade política e justiça social, convergindo todas para a luta por democracia, primeiro contra Mubarak e depois contra o CSFA, cuja repressão sangrenta ao movimento não conseguiu calar uma revolução entoada por múltiplas vozes.

“A revolução vai continuar”

O CSFA tentou capitalizar a revolução em benefício próprio usando uma repressão até mais dura que a do regime de Mubarak, tão logo se evidenciou que o movimento que havia derrubado a ditadura, em sua composição multifacetada, não aceitaria a mudança de governantes sem a alteração das regras. Os militares chegaram a impor um documento (conhecido como Documento Selmi, do nome do primeiro-ministro adjunto) como guia para uma Constituição a ser elaborada em 2012 pelo novo Parlamento, antes que este fosse eleito. Basicamente, o documento dava pleno controle do Estado e autonomia ilimitada às Forças Armadas. O clamor contra esse ataque gritante às futuras instituições democráticas unificou, em oposição, todos os componentes do movimento, incluindo a Irmandade Muçulmana, que pela primeira vez havia rompido abertamente com os generais.

Em 18 de novembro, um forte protesto contra o CSFA teve lugar na praça Tahrir. No dia seguinte, as forças centrais de segurança, a elite da antiga polícia de Mubarak, atacaram a praça ocupada por um pequeno grupo de pessoas. A mídia e a internet vieram em seu socorro, e milhares de outras acorreram para defender o espaço público libertado. Seguiu-se uma batalha de cinco dias nas ruas do Cairo que deixou pelo menos 42 mortos e mais de 3 mil feridos. O primeiro-ministro pediu demissão do cargo, mas foi substituído por um antigo ministro de Mubarak. Ficou claro que o Conselho Supremo das Forças Armadas encarnava uma nova forma de ditadura, e o movimento trocou o velho slogan que o unificava, “Abaixo o regime de Mubarak”, para “Abaixo o governo militar”. Mulheres marcharam sob uma faixa que proclamava “Vocês não vão nos intimidar”. O medo fora vencido para sempre. As redes de indignação tinham se multiplicado com a repressão selvagem a todas as formas de crítica aos novos detentores do poder: na mídia, nas ruas e nos tribunais militares, com as mulheres sendo particularmente atingidas. Em 20 de janeiro de 2012, Joda Elsadda, do Centro Feminino de Mídia, escreveu:

O atual slogan é “A revolução vai continuar”, pois o trabalho não foi concluído.

Podemos ter deposto Mubarak, mas o regime, liderado pelo CSFA, continua intacto. Nos primeiros dias da revolução, os militares apareceram ao lado do povo; hoje o povo está contra o CSFA e o regime militar. Por quê? Porque o CSFA está tentando restaurar o antigo regime e as pessoas perderam a fé em sua capacidade de conduzir o Egito a um futuro democrático.²³

Embora o Exército fosse um adversário muito mais poderoso que o próprio Mubarak, a força do movimento era muito maior que um ano antes, pois as redes de solidariedade e mobilização agora estavam em alerta e ativas na internet, nas praças, nas ruas, numa florescente sociedade civil e numa nova esfera política, diversificada e vital, com uma multiplicidade de partidos. Um ano de fraude e repressão não tinha enfraquecido a determinação do movimento, que começara a divisar uma revolução capaz de conduzir à democracia.

Para compreender a revolução egípcia

A revolução egípcia de 2011 alterou as relações de poder no país, derrubou a ditadura de Mubarak e continuou lutando com pertinácia contra a reencarnação da opressão sob a forma de um regime militar. Para entender como isso pôde acontecer após décadas de dominação implacável e do repetido esmagamento da resistência que ocorreu em muitos momentos, temos de voltar à teoria do poder e contrapoder apresentada no início deste livro.

O poder é exercido mediante uma combinação de coerção e intimidação com persuasão e construção de consenso. O monopólio da violência é condição necessária para a manutenção do poder, mas não é suficiente a longo prazo. Ele exige a construção de legitimidade, ou aceitação e resignação, na mente das pessoas. No Egito moderno, o poder do Estado (a agência decisiva no país) baseou-se originalmente na legitimidade seletiva e na repressão dirigida. A ascensão do nasserismo, como precursor do nacionalismo árabe, forneceu um manto de legitimidade a um regime populista, assim como a um Exército equipado para a batalha final contra o sionismo. Mas, ao mesmo tempo, o nacionalismo estava determinado a suprimir a principal fonte alternativa de legitimidade: a influência islâmica, politicamente representada pela Irmandade Muçulmana e por uns poucos intelectuais islâmicos influentes, alguns dos quais, como Sayyid Qutb, foram executados. Eles eram o inimigo e foram processados até o fim, enquanto os líderes religiosos oficiais eram cooptados pelo regime.

A repressão funcionou enquanto se concentrou num segmento popular da comunidade política. Mas a legitimidade foi minada pelo fracasso dos militares e pela queda de Nasser, e também, o que é mais importante, pela incapacidade de uma economia estatista adaptar-se ao novo ambiente da globalização econômica. Além disso, o desenvolvimento gerado, qualquer que tenha sido, foi apropriado pelos capitalistas mancomunados com o regime, pelo alto escalão militar e pelos burocratas de alto nível do governo. A pobreza generalizada e a deterioração dos padrões de vida de uma classe

média cada vez mais instruída estimularam muitos jovens a se voltar para o islamismo, tanto em sua versão moderada quanto na radical. As eleições foram introduzidas como um truque de propaganda para satisfazer os novos aliados ocidentais do regime, mas a cada vez que candidatos independentes (islâmicos ou seculares) obtinham algum sucesso, eram destituídos ou privados de voz e de votos. Na primeira década do século XXI, o monopólio da violência, e seu uso concreto, com total impunidade, tornou-se o principal pilar de sustentação do regime.

Mas há mais complexidade a se levar em conta. O poder é multidimensional. Cada uma de suas dimensões (econômica, política, militar, ideológica, cultural) é representada por redes específicas de poder. Para que o poder seja sustentável, contudo, é essencial que várias das redes fundamentais se articulem entre si, com a ajuda dos interruptores que estabelecem a conexão. No caso do Egito, os militares sempre foram a principal rede de poder, mas permaneceram autônomos, ao mesmo tempo que detinham um poder decisivo no Estado. Mubarak foi o comandante da prestigiosa Força Aérea, e como tal se tornou o interruptor entre o Estado e as Forças Armadas e assumiu o controle da burocracia e do NPD, o partido oficial. O Estado gerou sua própria rede de burocracias (incluindo a polícia), mediante a qual seu poder era exercido sobre a sociedade. O poder econômico estava nas mãos das elites empresariais, tradicionalmente dependentes do Estado e dos militares, embora, na última década, empresas globalizadas, incluindo companhias estrangeiras, tenham estabelecido suas próprias conexões com o regime, ganhando autonomia em função de seu alcance internacional. O poder religioso era integrado e/ou reprimido, dependendo de seu nível de submissão ao Estado. A mídia era censurada e controlada, embora uma multiplicidade de canais privados de TV via satélite propiciasse uma abertura que se tornaria decisiva na crise do regime.

A outra rede fundamental a que o Estado precisava conectar-se era a geopolítica. Após a queda de Nasser e o assassinato de Sadat, a influência da União Soviética praticamente desapareceu. Mubarak acrescentava à sua capacidade de interruptor uma conexão privilegiada com os Estados Unidos. Isso foi fundamental para a estabilidade da ditadura tanto em termos de falsas credenciais

democráticas quanto de sua capacidade para resistir a dificuldades econômicas e desafios domésticos.

Foi essa complexa rede de redes de poder que os manifestantes sociais e os opositores políticos do regime tiveram de enfrentar em 2005, 2008 e 2010, o que resultou em sua submissão pela força. Qualquer aparência de legitimidade ou de consenso havia desaparecido para a esmagadora maioria dos egípcios. Mas o medo fora instilado em suas mentes, assim como nas dos poucos opositores que ousavam recorrer a aberturas institucionais para contrariar o ditador. Nenhuma organização de oposição era páreo para a formidável máquina de repressão conectada a todas as fontes domésticas e internacionais de poder num labirinto de interesses econômicos, geopolíticos, políticos e pessoais.

Então, se deu a revolução, sem aviso nem estratégia, já que os primeiros apelos dos manifestantes não eram diferentes dos que haviam ocorrido nos anos anteriores, só para ser facilmente dissolvidos por capangas e policiais. Por quê? Porque o medo fora superado pelos grandes números. Como? E por que então? As pessoas superaram o medo quando se juntam. E elas estavam juntas, tanto nas redes sociais da internet quanto nas redes urbanas formadas nas praças. Contudo, para conseguir formar multidões, elas precisavam de uma motivação poderosa, de uma força mobilizadora. A indignação estimula que se assumam riscos sem temor, e eram grandes a indignação contra o abuso policial, a fome que crescia no país e o desespero que levava as pessoas a se imolarem.

Mas a indignação já estava lá há muito tempo. A diferença fundamental é que outra emoção poderosa, positiva, estava presente: a esperança. A Tunísia condensava a esperança por mudança. Mostrara ser possível derrubar um regime bem entrincheirado se todos se juntassem e lutassem resolutamente, até o fim, apesar dos riscos. A internet forneceu o espaço seguro em que as redes da indignação e da esperança se conectaram. As redes formadas no ciberespaço ampliaram seu alcance para o espaço urbano, e a comunidade revolucionária constituída nas praças públicas dessa vez resistiu com sucesso à repressão policial e se conectou por redes multimídia com o povo egípcio e com o mundo. A praça Tahrir foi o interruptor que ligou as múltiplas redes de contrapoder a despeito de sua diversidade.

Sob a pressão da resistência de base e da opinião pública internacional, os interruptores que conectavam as redes de poder foram desligados, um após outro, a partir do conector central, o ditador e seus sequazes no topo do Estado. Primeiramente, e o que é mais importante, o Exército teve de volta sua autonomia, tentando preservar o que restava de sua legitimidade e recuperar o controle do país ao desconectar de sua rede o ditador e a polícia. As elites empresariais dividiram-se, com grupos domésticos posicionando-se do lado do Exército, ele próprio um grande grupo empresarial, contra a crescente ameaça representada pelas empresas globalizadas, lideradas pelos rapazes de Gamal. Embora a mídia estatal permanecesse até o último minuto nas mãos dos censores, segmentos da mídia, em particular canais de TV privados, canais globais via satélite e empresas da internet, desconectaram-se das redes que eram apêndices do poder de Estado. As redes políticas do Estado (em particular o partido oficial) perderam totalmente a capacidade de influenciar as pessoas sem o suporte de uma força decisiva, e assim permaneceram no Estado, mas isoladas das fontes fundamentais de poder econômico, militar e cultural.

O que é mais importante: a rede geopolítica, dominada pelos Estados Unidos, desligou sua conexão com a rede de Mubarak para reforçar sua ligação privilegiada com a rede militar. O discurso de Obama no Cairo, convocando o mundo árabe a abraçar a democracia e mobilizar-se por ela – assim como o de Hillary Clinton em janeiro de 2010, defendendo o papel democratizante da internet no mundo –, não podia ser negado abertamente pela continuidade do apoio a um ditador enfraquecido. Assim, quando o último interruptor, o da rede geopolítica, foi desligado, o Estado de Mubarak foi desconectado de uma importante fonte de poder, diferente de suas forças de segurança e da brigada em lombo de camelo dos *bagatiya*.

Conectando redes de contrapoder, os manifestantes ficaram suficientemente poderosos para induzir a desconexão entre importantes redes de poder, enfraquecendo o sistema de dominação e transformando a violência num recurso cada vez mais difícil de empregar para manter o país sob controle. É por isso que a rede militar, juntamente com a rede geopolítica a ela conectada, tentou recuperar sua legitimidade movendo-se aparentemente rumo a

eleições democráticas, legalizando forças políticas islâmicas, prometendo uma nova Constituição e processando o ditador e uns poucos indivíduos de seu séquito imediato. Mas os militares logo trataram de ligar todas as redes de poder, incluindo a nova rede de parlamentares, em torno de sua capacidade de comando e de controle, esvaziando assim, na prática, a promessa de democracia.

Como as redes de contrapoder permaneceram totalmente ativas, e tendo elas ampliado suas conexões nacional e internacionalmente, os militares voltaram a recorrer à repressão severa como modo de vida político. De fato, 2011 foi um ano muito mais sangrento e repressivo que os anos anteriores, sob a égide de Mubarak. De modo correspondente, os militares perderam o que restava de sua legitimidade e montaram o cenário para uma prolongada batalha entre as redes de poder e contrapoder formadas no processo da revolução egípcia.

3. Dignidade, violência, geopolítica: As insurreições árabes e seu fim¹

“O mundo árabe está testemunhando hoje o nascimento de um novo mundo, ao qual tiranos e governantes injustos esforçam-se por se opor. Mas no final esse novo mundo inevitavelmente emergirá... Nosso povo oprimido revoltou-se, declarando o surgimento de um novo amanhecer em que a soberania do povo e sua vontade invencível irão prevalecer. O povo decidiu libertar-se e seguir o exemplo dos povos civilizados do mundo.”

TAWAKKOL KARMAN²

NA ESTEIRA DAS REVOLUÇÕES tunisiana e egípcia, instituiu-se o Dia da Fúria (*Yum al-Ghadab*) em diversos países do mundo árabe em 2011: 7 de janeiro na Argélia; 12 de janeiro no Líbano; 14 de janeiro na Jordânia; 17 de janeiro na Mauritânia, no Sudão e em Omã; 27 de janeiro no Iêmen; 14 de fevereiro no Bahrein; 17 de fevereiro na Líbia; 18 de fevereiro no Kuwait; 20 de fevereiro no Marrocos; 26 de fevereiro no Saara Ocidental; 11 de março na Arábia Saudita; 18 de março na Síria. Em alguns poucos casos (Arábia Saudita, Líbano, Kuwait e Emirados Árabes Unidos, onde pouca coisa realmente aconteceu), o protesto fracassou por uma variedade de razões.³ Em outros, os levantes foram vencidos por uma mistura de repressão e concessão da parte dos regimes (Marrocos, Jordânia, Argélia, Omã), embora as cinzas dos movimentos ainda estejam quentes e possam se reavivar a qualquer momento.

No Bahrein, uma repressão selvagem apoiada pela Arábia Saudita esmagou de modo sangrento um amplo movimento pacífico conduzido pela população xiita no que ficou conhecido como “Terça-Feira Sangrenta”, em 17 de fevereiro. No Iêmen, na Líbia e na Síria, movimentos inicialmente pacíficos foram enfrentados com extrema violência pelas ditaduras, degenerando em guerras civis que transformaram esses países em campos de batalha nos quais contendores geopolíticos lutaram para afirmar sua influência. A direta

intervenção militar estrangeira foi decisiva na Líbia, assim como a influência da geopolítica externa se tornou fator essencial na evolução do levante sírio.

Esses vários movimentos surgiram de causas específicas a cada país e evoluíram de acordo com as condições de seus contextos e das idiossincrasias de cada revolta. Mas todos eles foram levantes espontâneos, estimulados pela esperança inspirada no sucesso das revoluções tunisiana e egípcia, divulgada por meio de imagens e mensagens transmitidas pela internet e pelas redes árabes de televisão por satélite. Sem dúvida alguma, a centelha da indignação e da esperança nascida na Tunísia e que derrubou o regime de Mubarak, produzindo uma Tunísia democrática e um Egito protodemocrático, espalhou-se rapidamente por outros países árabes, seguindo o mesmo modelo: convocações pela internet, constituição de redes no ciberespaço e apelos pela ocupação do espaço urbano para pressionar o governo a renunciar e abrir um processo de democratização, do Caminho das Pérolas no Bahrein à “praça da Mudança” em Sanaa, ou às praças de Casablanca e Amã. Estados de todo o mundo árabe reagiram de diferentes maneiras, da ligeira liberalização à repressão sangrenta, por medo de perder o poder. A interação entre protestos e regimes dependeu de condições internas e geopolíticas.

Sem dúvida havia mágoas profundas numa população que por décadas fora submetida à opressão política e mantida em condições econômicas terríveis, sem chance de reivindicar seus direitos sob a ameaça de violência arbitrária da parte do Estado.⁴ Ademais, a maior parte das populações desses países compunha-se de pessoas abaixo dos trinta anos, muitas delas relativamente instruídas, a maioria desempregada ou subempregada. Esses jovens estavam familiarizados com o uso de redes de comunicação digital, já que a penetração dos telefones celulares ultrapassava os 100% em metade dos países árabes, com muitos outros acima da marca de 50%, e nos centros urbanos muitas pessoas tinham alguma forma de acesso à mídia social.⁵ Além disso, sentiam uma humilhação cotidiana nas próprias vidas, sem oportunidades em sua sociedade nem participação em sua comunidade política. Estavam prontos a se insurgir por sua dignidade, motivação mais poderosa que qualquer outra. Alguns já o haviam feito na última década, só para serem tratados com violência, prisão e,

frequentemente, morte.

Então, a centelha da indignação e a luz da esperança os atingiu simultaneamente. A esperança veio de outros jovens árabes, como eles próprios, que se haviam insurgido em outros países, particularmente no Egito, conhecido na imaginação cultural árabe como *um al-dunya* (“mãe do mundo”). A centelha veio de eventos específicos em cada país: autoimolações e martírios simbólicos como forma de protesto; imagens de tortura e espancamentos, pela polícia, de manifestantes pacíficos; assassinatos de defensores dos direitos humanos e de blogueiros populares. Não eram revolucionários islâmicos nem de esquerda, embora todos aqueles que possuíam projetos para mudar a sociedade tenham acabado por participar do movimento. Inicialmente tinham uma origem de classe média,⁶ embora geralmente de uma classe média empobrecida, e muitos eram mulheres. Mais tarde juntaram-se a eles pessoas pobres atingidas pela inflação e incapazes de comprar os gêneros alimentícios de cada dia como consequência de políticas de liberalização econômica e da subjugação de seus países aos preços crescentes desses gêneros no mercado mundial.⁷ Dignidade e pão foram os motores originais da maioria dos movimentos, juntamente com demandas por habitação, no caso da Argélia. Mas pedir pão na verdade significava reverter as políticas econômicas e pôr fim à corrupção como forma de governança. A afirmação da dignidade tornou-se um clamor por democracia. Assim, todos os movimentos se tornaram políticos, exigindo reformas democráticas.

A evolução de cada movimento dependeu amplamente da reação do Estado. Quando governos mostraram alguma aparência de acomodação a suas demandas e sugeriram uma liberalização política, os movimentos foram canalizados para um processo de democratização do Estado no limite da manutenção da essência da dominação pela elite. Assim, o rei Abdullah II da Jordânia exonerou seu primeiro-ministro e demitiu seu Ministério (alvo dos protestos contra a política econômica), estabelecendo mecanismos de consulta aos cidadãos, em particular aos representantes das tribos de beduínos. O rei Mohammed VI do Marrocos propôs algumas emendas democráticas à Constituição, incluindo a transferência para o primeiro-ministro do poder de nomear membros do Parlamento. As emendas foram aprovadas por um referendo em julho de 2011, com

98,5% dos votos. Ele também libertou dezenas de presos políticos e realizou novas eleições em 25 de novembro de 2011, com a vitória de candidatos islâmicos (na maioria moderados), como em todas as eleições livres realizadas no mundo árabe nos últimos anos.

Entretanto, quando os regimes resistiram às demandas por reforma política e recorreram pura e simplesmente à repressão, os movimentos transformaram-se de reformistas em revolucionários e se engajaram num processo de derrubada dos ditadores. Nesse processo, a interação entre facciosismo interno e influências geopolíticas levou a sangrentas guerras civis, cujos diferentes resultados estão redefinindo a política do mundo árabe nos próximos anos.

A violência e o Estado

Quando os Estados são desafiados em seu poder, reagem segundo suas regras institucionais, sejam elas democráticas, ditatoriais ou a mistura de ambas. Quando não conseguem integrar as demandas ou os projetos de seus desafiantes sem prejudicar os fundamentos das relações de poder que encarnam, recorrem à sua essência básica: o monopólio da violência em sua esfera de ação. Sua disposição ao uso da violência extrema depende de seu grau de legitimidade, da intensidade do desafio que enfrentam e de sua capacidade operacional e social de empregá-la. Quando os movimentos são suficientemente determinados para manter uma pressão inflexível sobre o Estado, a despeito da violência que enfrentam, e o Estado resolve recorrer à violência extrema (tanques contra manifestantes desarmados), o resultado do conflito depende da interação dos interesses políticos no país com os interesses geopolíticos a ele relacionados.

No Iêmen, um Estado fraturado numa nação debilmente unificada dividiu-se sob o ataque de um diversificado movimento de massa; parte do Exército ficou do lado dos manifestantes em sua demanda referente à renúncia do ditador Ali Abdullah Saleh. A natureza tribal do Iêmen e os movimentos separatistas no norte e no sul levaram a um empate forçado entre Saleh, com o apoio da Arábia Saudita, e o movimento democrático, que exigia uma nova Constituição e uma democracia real. A suspeita presença da Al Qaeda com maior intensidade que em qualquer outro país fez com que os Estados Unidos adotassem uma posição de extrema cautela, de modo que, em vez de algum apoio retórico ao movimento, a diplomacia americana deixou os sauditas a cargo de uma transição política controlada.

Em fevereiro de 2012, sob acordo intermediado, Saleh renunciou após décadas de poder, e seu vice-presidente, Abd Rabbuh Mansur al-Hadi, ganhou a eleição com 99,8% dos votos... Vamos observar o que vai acontecer.

Na Líbia, o Estado-nação, embora encarnando o messiânico projeto pan-africanista de seu carismático fundador, expressava na realidade a dominação das tribos do oeste sobre as do leste. A severa repressão a

qualquer tentativa das elites de Bengazhi ou das tribos subjugadas de reivindicar sua parte no butim de petróleo e gás, encontrados principalmente no deserto do leste, levou à concentração do poder na família de Kadafi, seus simpatizantes tribais e um pequeno círculo constituído pelas elites da parte oeste do país. O poder era exercido mediante controle de uma guarda pretoriana bem-equipada e bem-treinada, auxiliada, quando necessário, por mercenários de outros países. Assim, não havia realmente um Exército nacional que pudesse encarnar as instituições do país independentemente dos desígnios do ditador e de seu séquito.

O Estado líbio era sobretudo patrimonial. Isso significa que, por um lado, amplos segmentos da população, em especial no leste, eram excluídos das riquezas associadas às fontes de energia. Por outro lado, as redes clientelistas organizadas em torno do sistema de patronato do líder eram amplas e tratadas com generosidade. O regime tinha certa base social, apoiado pelas divisões tribais, assim como pelos temores e animosidades que o líder manipulava com habilidade, jogando uns contra os outros em benefício próprio. A maior parte dos jovens líbios estava politicamente insatisfeita com o regime, mas em Trípoli eles tinham maiores oportunidades econômicas que seus correlativos egípcios.

Nessas condições, as manifestações, que começaram em 17 de fevereiro em Benghazi, atendendo a convocações na mídia social e por meio das redes de celulares, tiveram repercussão limitada em Trípoli e expressavam tanto aspirações democráticas quanto uma rebelião regional e tribal contra o Estado patrimonial autoritário. Assim sendo, elas tiveram o apoio de um segmento das Forças Armadas com vínculos no leste e foram protegidas por essas unidades armadas quando Kadafi tentou esmagar o movimento pela força. Desse modo, a rebelião logo cresceu, transformando-se em guerra civil; em 20 de fevereiro, apenas três dias após o início do movimento, os rebeldes haviam ocupado Benghazi e outras cidades do leste; no dia 23 tomaram Misrata, a meio caminho de Trípoli. O movimento improvisou uma administração civil em Benghazi, com a cooperação da maior parte dos burocratas locais, enquanto entusiásticas milícias populares, montadas em caminhões, armadas às pressas e sem qualquer experiência de combate, marchavam para Trípoli só para

serem dizimadas em seu confronto desigual com um Exército privado bem-preparado, com poder de fogo superior, comandado pelos filhos de Kadafi.

Horas antes de Kadafi conseguir implementar sua anunciada intenção de ocupar Benghazi, perseguir e matar todos os rebeldes, casa por casa, vinte bombardeiros franceses interromperam o ataque e internacionalizaram o conflito líbio, guarnecendo a intervenção da Otan com a bandeira da ONU. A geopolítica assumiu o controle. A profunda relutância de Obama em se envolver em qualquer forma de ação militar foi parcialmente superada pela insistência de Hillary Clinton, Susan Rice e alguns membros da equipe presidencial, como Samantha Power, em proteger os rebeldes do massacre, talvez relembrando as terríveis consequências da inação do presidente Clinton no caso de Ruanda.

Mais decisivo foi o papel desempenhado na intervenção pela França, pelo Reino Unido e pela Itália no propósito de garantir o controle do petróleo e do gás da Líbia, suprimento fundamental para a Europa Ocidental. Rússia e China foram apanhadas de surpresa e afastadas de cena por uma manobra da Otan numa lição que jamais esqueceriam. Como meu principal interesse aqui não é pelos jogos de guerra, mas pelo destino dos movimentos sociais, o que aparece claramente é que, quando o movimento se envolve em violência militar para se contrapor à violência militar, ele perde seu caráter de movimento democrático para se tornar um contendor, por vezes mais implacável que seus opressores, numa sangrenta guerra civil. Toda guerra civil se torna uma oportunidade para atores geopolíticos aumentarem o tamanho de suas propriedades, qualquer que seja o manto ideológico, a fim de evitar que seus concorrentes se vejam tentados a tirar vantagem do vácuo de poder gerado em consequência do colapso do regime. Em certo sentido, guerras civis não só matam pessoas, também matam movimentos sociais e seus ideais de paz, democracia e justiça.

A profunda contradição entre movimentos sociais e violência também esteve presente no levante sírio, um dos movimentos sociais mais poderosos e determinados entre os que sacudiram o mundo árabe. Ele também foi deflagrado pela explosiva combinação de esperança e indignação. Esperança: o exemplo do Egito, referência

histórica para os sírios. Indignação: em 27 de fevereiro de 2011, na cidade sulista de Daraa, foram presas quinze crianças com idades entre nove e catorze anos. Seu crime? Inspiradas nas imagens de outros países, escreveram em muros da cidade a frase “*As-shaab yureed askot an-nizam*” (“O povo quer derrubar o regime”). Foram presas e torturadas. Quando os pais protestaram nas ruas, foram recebidos a tiros, e alguns morreram. Quando se organizou um funeral para os mortos, o mesmo aconteceu, e muitos pereceram.

Bashar Al-Assad pensou que pudesse simplesmente seguir as lições de seu pai, que esmagou a rebelião da Irmandade Muçulmana em Hama, em 1982, bombardeando toda a cidade e matando 20 mil pessoas. Dessa vez foi diferente. As pessoas tinham suas redes para se conectar umas com as outras e com o mundo. Em Damasco, quatro mulheres, três advogadas da área de direitos humanos e uma blogueira, convocaram pela internet uma “Vigília de Família pelos Presos”, a ser realizada no dia 16 de março, em frente ao Ministério do Interior. Só 150 pessoas compareceram, e elas foram espancadas e presas. Mas então, a partir de Daraa, Homs, Hama, Damasco, Baniyas e muitas outras cidades, foram convocadas manifestações contra a brutalidade do regime, e em 18 de março dezenas de milhares de pessoas marcharam em todo o país, confrontando com suas mãos e ideias a polícia e os capangas que atiravam nelas. Ninguém foi em seu socorro. Elas não pediam isso, recusavam a noção de intervenção externa. Mas queriam que o mundo soubesse.

As demandas iniciais referiam-se a abaixar o preço dos alimentos, acabar com a brutalidade policial e eliminar a corrupção política. Queriam uma reforma política. Assad respondeu com vagas promessas de reforma constitucional no Parlamento. Destituiu o governador de Daraa, demitiu seu gabinete, acabou com a proibição do nicabe para professoras, fechou o único cassino que funcionava no país e deu nacionalidade síria aos curdos, entre outras concessões. No entanto, na percepção das pessoas, esses gestos limitados não compensavam a extrema violência desencadeada pelo regime, que passou a usar tanques e tropas de combate contra manifestantes desarmados.

O movimento tornou-se inflexível: o povo queria derrubar o regime; Assad deveria renunciar. Então, após seis meses, 5 mil mortos e dezenas de milhares de presos e feridos, o movimento evoluiu para

uma combinação de manifestações, ocupações do espaço urbano e limitada resistência armada. As pessoas começaram a se armar, algumas unidades militares desertaram para formar um misterioso Exército Secreto Sírio, de origem e fidelidade desconhecidas, e teve início a guerra civil.

Dessa vez, contudo, não foi como na Líbia. O ditador tinha algum apoio social, particularmente entre as elites empresariais de Damasco e Aleppo, assim como entre a minoria alauíta, que constitui a base étnica do Partido Baath e da liderança do Estado. Alguns grupos sociais foram influenciados pela propaganda de Assad e ficaram com medo de que a tomada de poder por islamitas pudesse limitar sua liberdade religiosa – medo que Assad instilou e provocou, incluindo montar carros-bomba e culpar os muçulmanos. Além disso, o cerne da ditadura é o Partido Baath, o qual controla um exército moderno e poderoso, que só aceita ordens de seus líderes, tendo à frente a família Assad. Assim, a fratura na sociedade não contaminou o Estado, o qual permaneceu, pelo menos no primeiro ano do movimento, unificado em torno do partido.

No entanto, o fator decisivo para a revolução síria foi o ambiente geopolítico, já que o país ocupa uma posição-chave nos intrincados jogos de poder do Oriente Médio. Rússia e China apoiavam plenamente a ditadura e não desejavam repetir o cenário da Líbia. Desse modo, bloquearam toda ação militar da ONU e advertiram a Otan e os Estados Unidos contra uma intervenção, ao mesmo tempo que apoiavam as negociações. A Rússia tem sua única base militar externa em Tartus, base naval síria, e vende considerável quantidade de armamentos para Assad, seu último aliado no mundo árabe. A China apoia o Irã, seu principal fornecedor de petróleo, e o Irã protege Assad. Por outro lado, a Arábia Saudita, com Qatar e Jordânia, está envolvida numa luta importante com o Irã xiita em função da Síria, visando reivindicar o poder para a maioria sunita nesse país e solapar uma posição fundamental para o Irã, seu arquirrival, em termos de influência regional.

Círculos bem-informados estimam que, em 2012, o Exército Livre da Síria era de fato bancado e treinado pelos sauditas, que haviam defendido claramente na Liga Árabe uma intervenção naquele país. No momento em que escrevo, Kofi Annan está liderando uma missão das

Nações Unidas com o objetivo de se envolver em negociações políticas na Síria, onde o movimento continua ocupando as ruas, a despeito dos bombardeios, e um combate desigual é travado entre tropas do Exército e rebeldes armados.

Uma vez mais, porém, independentemente do resultado desse processo em termos políticos, um dos mais extraordinários movimentos democráticos do levante árabe se veria enredado nas manobras de uma oposição política fragmentada, nos realinhamentos de poder nos corredores do Estado e na rede de estratégias geopolíticas, perdendo o foco da ideia de democracia que as pessoas haviam defendido com a própria vida. Mas a liberdade e a deliberação autônoma continuam nas praças ocupadas e nas redes digitais em que nasceu o movimento. Não há retrocesso para o povo sírio, que não se rendeu ao confronto sectário nem aceitou a ditadura sob nomes diferentes em sua determinação de optar pelo direito de ser o que é.

Uma revolução digital?

Tal como ocorreu na Tunísia e no Egito, a maioria dos levantes árabes começou com organização, debate e convocação à rebelião pela internet, prosseguindo e se configurando no espaço urbano. Assim, as redes da internet forneceram um espaço de autonomia do qual os movimentos emergiram sob diferentes formas e com resultados diversificados, a depender de seu contexto social. Como em todos os outros exemplos de movimentos sociais que estudei neste livro, há também um furioso debate na mídia e na academia sobre o exato papel das redes digitais nesses movimentos. Por sorte, no caso dos levantes árabes, podemos confiar numa avaliação rigorosa desse papel com base nas pesquisas de ciências sociais, graças ao trabalho sobre o tema realizado por algum tempo por Philip Howard, Muhammad Hussain e seus colaboradores. Vou resumir aqui suas principais descobertas, porque creio que elas encerram um debate sem sentido a respeito do papel fortuito que a mídia social desempenharia no movimento social. Evidentemente, a tecnologia não determina os movimentos sociais nem, no que nos interessa, qualquer espécie de comportamento social. Porém, as redes da internet e de telefonia celular não são apenas ferramentas, mas formas organizacionais, expressões culturais e plataformas específicas para a autonomia política. Observemos as evidências coletadas e teorizadas por Howard, Hussain e seu grupo.

Em primeiro lugar, em *The Digital Origins of Dictatorship and Democracy: Information Technology and Political Islam*, escrito antes dos levantes árabes, Philip Howard, com base numa análise comparativa de 75 países, todos muçulmanos ou com significativa população islâmica, descobriu que, embora estruturados por uma série de fatores contextuais, a difusão e o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) favorecem a democratização, fortalecem a democracia e aumentam tanto o envolvimento cívico quanto a autonomia da sociedade civil, abrindo caminho para a democratização do Estado e também para os desafios à ditadura. Além disso, o envolvimento de jovens muçulmanos da cidade foi favorecido pelo uso da internet. Escreveu ele: “Países em que a sociedade civil e o

jornalismo fizeram uso ativo das novas tecnologias de informação viveram em seguida uma transição democrática radical ou uma significativa solidificação de suas instituições democráticas.”⁸

Particularmente importante, antes da Primavera Árabe, foi a transformação do envolvimento social no Egito e no Bahrein com a ajuda da difusão das TICs. Numa série de pesquisas realizadas em 2011 e 2012, após os levantes árabes, Howard e Hussain, utilizando uma variedade de indicadores quantitativos e qualitativos, investigaram, com o emprego da lógica difusa, um modelo estatístico multicausal dos processos e resultados das rebeliões árabes.⁹ Descobriram que o uso extensivo de redes digitais por uma população de manifestantes predominantemente jovem teve efeito significativo sobre a intensidade e a potência desses movimentos, começando com um debate muito ativo sobre demandas políticas e sociais na mídia social *antes* de se iniciarem as manifestações. Em suas palavras:

A mídia digital teve papel causal na Primavera Árabe por ter fornecido a infraestrutura fundamental de um movimento social diferente dos outros que haviam surgido nos últimos anos nesses países. Nas primeiras semanas do protesto em cada um deles, a geração das pessoas que ocupavam as ruas – e sua liderança – não estava interessada nos três principais modelos do islamismo político. ... Em vez disso, essas gerações de mobilizadores predominantemente jovens e cosmopolitas sentiam-se desabilitadas por seus sistemas políticos, viam amplas perdas no mau gerenciamento da economia e do desenvolvimento nacionais e, o que é mais importante, compartilhavam uma narrativa coerente sobre injustiças comuns – uma narrativa sobre a qual aprenderam entre si e que registraram em parceria nos espaços digitais da escrita e da divulgação em blogs, vídeos compartilhados no Facebook e no Twitter, assim como em fóruns de discussão em sites de notícias internacionais como o da Al Jazeera e o da BBC.

A Primavera Árabe é historicamente singular porque é a primeira série de sublevações políticas em que todas essas coisas [alienação em relação ao Estado, consenso entre a população participante do protesto, defesa do movimento pela opinião pública internacional] foram digitalmente mediadas. ... É verdade que Facebook e Twitter não causam revoluções, mas seria tolo ignorar o fato de que usos cuidadosos e estratégicos da mídia digital para conectar públicos regionais, juntamente com redes de apoio internacionais, habilitaram os ativistas de novas formas que conduziram a algumas das maiores manifestações de protesto desta década no Irã; ao levantamento temporário do bloqueio egípcio em Gaza; e a movimentos populares que puseram fim a décadas de governo de Mubarak e Ben Ali. A mídia digital desempenhou papel causal na Primavera Árabe no sentido de ter fornecido a própria infraestrutura que estabeleceu laços de comunicação e capacidade organizacional entre grupos de ativistas antes que o protesto maior

tivesse lugar, e enquanto os manifestantes de rua estavam sendo formados. De fato, foi por causa dessas bem-desenvolvidas redes digitais que líderes cívicos conseguiram mobilizar para o protesto um número tão grande de pessoas.

Em cada um dos casos, os incidentes deflagradores da Primavera Árabe foram, de alguma forma, digitalmente mediados. A infraestrutura de informação, sob a forma de telefones celulares, computadores pessoais e redes sociais, é parte da história causal a ser contada a respeito da Primavera Árabe. As pessoas inspiraram-se para protestar por muitas razões diferentes, muitas delas pessoais. As tecnologias de informação mediarão essas inspirações, de tal modo que as revoluções seguiram-se uma à outra por semanas e tiveram padrões notavelmente similares. Decerto houve resultados políticos diferentes, mas isso não reduz o importante papel da mídia digital na Primavera Árabe. O que é ainda mais importante, porém, foi essa investigação revelar que os países cuja sociedade civil não está equipada com uma plataforma digital têm muito menos probabilidade de passar por movimentos populares em prol da democracia – observação que só podemos fazer levando em conta a constelação de variáveis causais que existia antes de começarem os protestos de rua, e não apenas o uso a curto prazo de tecnologias digitais durante o reduzido período de sublevação política.

A meu ver, os levantes árabes foram processos de mobilização espontâneos que surgiram a partir de apelos pela internet e pelas redes de comunicação sem fio, com base nas redes sociais preexistentes, tanto digitais quanto boca a boca, na sociedade. Em geral, não foram mediados por organizações políticas formais, as quais haviam sido dizimadas pela repressão e não gozavam de confiança entre a maioria dos jovens e ativos manifestantes que deflagraram o movimento. As redes digitais e a ocupação do espaço urbano, em íntima interação, forneceram a plataforma para a organização e a deliberação autônomas em que se basearam os levantes; também criaram a elasticidade necessária para que o movimento suportasse ataques ferozes e violentos do Estado, até o momento no qual, em alguns casos, em função do instinto de autodefesa, eles se tornaram um antiestado.

Outro efeito importante da presença dos movimentos nas redes da internet me foi sugerido por Maytha Alhassen: a criatividade político-artística. Os movimentos, em particular na Síria, foram apoiados pelo design gráfico inovador, que criou imagens de avatares, minidocumentários, webséries do YouTube (como Beeshu), vlogs, montagens fotográficas e coisas semelhantes. O poder das imagens, assim como das emoções criativas provocadas pelas narrativas, ao

mesmo tempo mobilizadoras e tranquilizantes, produziu um ambiente virtual de arte e significado no qual os ativistas do movimento podiam confiar para se conectar com a população jovem em geral, transformando assim a cultura em instrumento de mudança política.

Os blogs políticos, no período anterior aos levantes, foram essenciais para a criação, em muitos países, de uma cultura política de debate e ativismo que contribuiu para o pensamento crítico e para a adoção de atitudes rebeldes por parte de uma jovem geração que estava pronta para a revolta nas ruas. Os levantes árabes nasceram na aurora da explosão da era digital no mundo árabe, embora com diferentes níveis de difusão dessas tecnologias de comunicação nos diversos países. Mesmo naqueles com baixos níveis de acesso à internet, o núcleo dos ativistas que, como uma rede, conectaram o movimento, e este com a nação e com o mundo, foi organizado e debatido nos sites de redes sociais. A partir desse espaço protegido, amplas redes de telefonia celular atingiram a sociedade em geral. E como a sociedade estava pronta para receber certas mensagens sobre pão e dignidade, as pessoas foram sensibilizadas e – no final – se tornaram um movimento.

Postscriptum, 2014

Como sabemos, a revolução síria desintegrou-se numa monstruosa espiral de violência em múltiplas direções, como resultado da intervenção de forças geopolíticas e das tentativas que as redes de jihadistas globais, de diferentes matizes, fizeram para tirar vantagem do vácuo de poder gerado pela guerra, com o objetivo de tomar o Estado sírio ou de criar um novo Estado naquele país e no Iraque. O sucesso militar e político do Estado Islâmico e a inépcia das potências ocidentais em construir um Iraque multirreligioso plantaram as sementes de outra guerra sem fim na região mais instável e estrategicamente decisiva do planeta. A investigação apresentada neste livro chega ao limiar da compreensão desse confronto bárbaro, que exigiria um diferente conjunto de informações e um diverso arcabouço conceitual.

Eu simplesmente acrescentaria que a incapacidade dos movimentos sociais autênticos de superar a violência do Estado, e a subsequente tentativa de se engajar no mesmo tipo de violência, em geral, terminou com a destruição do movimento social e o incremento das justificativas para a ascensão da violência. Nessas condições, os atores (do Estado ou não) capazes de implementar o mais alto nível de violência são os vencedores, enquanto as pessoas comuns, em todas as circunstâncias, são os grandes perdedores. Isso significa que, confrontados com a violência obstinada, os movimentos sociais devem encontrar formas de não se engajar na mesma lógica destrutiva, uma vez que não podem vencer esse confronto. É por isso que movimentos sociais e movimentos revolucionários não constituem os mesmos tipos de ator coletivo. Talvez seja inevitável deixar-se arrastar pela dinâmica da violência. Isso, porém, leva ao pior tipo possível de morte de um movimento social. Às vezes é necessária uma extrema coragem para reagir à guerra com a paz, na esperança de ganhar a mente das pessoas no país e no mundo. Essa, contudo, pode ser a única defesa verdadeira contra a barbárie praticada pelos Estados, todos eles, e pelos potenciais atores do Estado que os confrontam.

4. Uma revolução rizomática: Os Indignados¹ na Espanha²

FEVEREIRO DE 2011. A eurocrise está a todo vapor na Espanha. O desemprego atinge 22%, e 47% entre os jovens. Após ignorar por muito tempo a gravidade da crise, sob pressão da Alemanha e do FMI, o governo socialista, revertendo sua promessa eleitoral de 2008, promove cortes orçamentários cada vez mais profundos nas áreas de saúde, educação e serviços sociais. Prioriza-se a recapitalização das instituições financeiras e a redução do estratosférico déficit público a fim de preservar a participação da Espanha na eurozona. Os sindicatos estão confusos, ao mesmo tempo que políticos e partidos são desprezados pela grande maioria dos cidadãos.

Uma pequena rede de cidadãos interessados, de Madri, Barcelona, Jerez e outras cidades, cria um grupo no Facebook intitulado “Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-Mobilização Cidadã”. Alguns deles tinham participado da linha de frente da campanha em defesa da liberdade na internet contra a Lei Sinde, aprovada pelo governo para impor o controle e a censura dos ISPs e de seus usuários. Redes como x.net, Anonymous e Nolesvotes estavam entre os participantes. Outros eram veteranos dos movimentos por justiça global. Outros, ainda, como Estado del Malestar, Juventud Sin Futuro, Juventud en Acción, Plataforma de Afectados por la Hipoteca etc., inspiravam-se nas lutas que se espalhavam por toda a Europa contra as consequências sociais da crescente crise financeira, embora na Espanha as principais críticas se concentrassem na má administração da crise por um sistema político disfuncional e irresponsável. Os ativistas foram encorajados pelo exemplo da Islândia, pela possibilidade de confrontar com sucesso o conluio entre banqueiros e políticos por meio da mobilização de base.

Essa plataforma logo evoluiu para um grupo de debate e ação no Facebook denominado Democracia Real Ya, o qual criou um fórum, um blog e uma lista de e-mails.³ No entanto, como mostra um dos criadores do DRY, Javier Toret:

A campanha era anônima, Democracia Real Ya não era nada. Era um conglomerado de blogs, diferentes grupos, algumas pessoas vindas de Lei Sinde ou do Nolesvotes. Democracia Real era um rótulo sem nada por trás, não havia pessoas a apoiá-lo.⁴

O grupo baseava-se numa rede descentralizada de núcleos anônimos em diferentes cidades. Às vezes, como em Barcelona, eles se reuniam pessoalmente todas as manhãs de domingo. Centenas juntavam-se ao grupo no Facebook e alguns participavam dos encontros. Denunciavam a falta de democracia representativa na forma vigente na Espanha. Na visão deles, os principais partidos políticos estavam a serviço dos banqueiros e não representavam os interesses dos cidadãos. Seguindo o exemplo das revoluções árabes, decidiram conclamar à ação nas ruas. Aproveitaram a oportunidade das eleições municipais marcadas em todo o país para 22 de maio de 2011. Assim, no dia 2 de março, convocaram os cidadãos para manifestar seu protesto nas ruas em 15 de maio, um domingo, com o slogan “Democracia Real Ya! Ocupe as ruas. Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros!”, e publicaram um manifesto.

Somos pessoas comuns. Somos como vocês: pessoas que se levantam de manhã para estudar, trabalhar ou procurar emprego, pessoas com famílias e amigos. Pessoas que dão duro todo dia para viver e proporcionar um futuro melhor a todos os que nos rodeiam. ... Porém, neste país, a maioria da classe política nem sequer nos escuta. Suas funções deveriam ser levar nossa voz às instituições, facilitando a participação política cidadã e procurando o maior benefício para a sociedade em geral, e não enriquecer à nossa custa, atendendo apenas às ordens dos grandes poderes econômicos e mantendo uma ditadura partidocrática. ... Somos pessoas, não mercadorias. Não sou apenas o que compro, por que compro e para quem compro. Por todos esses motivos, estou indignado. Acredito que posso mudar. Acredito que posso ajudar. Sei que unidos nós conseguimos. Venha conosco. É seu direito.

O apelo não teve apoio de nenhum partido político, sindicato ou associação da sociedade civil e foi ignorado pela mídia. Foi divulgado basicamente pelas redes sociais da internet, Facebook, Twitter, Tuenti etc. No dia 15 de maio, sem nenhuma liderança formal, mas com uma cuidadosa preparação de manifestações que prosseguiram por semanas, dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se em Madri (50 mil), Barcelona (20 mil), Valência (10 mil) e cinquenta outras cidades, pacificamente, sem nenhum incidente importante em parte

alguma.

No final da manifestação em Madri, os manifestantes foram para a Puerta del Sol, uma praça simbólica da cidade, e passaram a noite num clima agradável, debatendo o significado de “democracia real”. Então decidiram que não sairiam da Puerta del Sol até que chegassem a um consenso sobre esse significado – um processo demorado, como se revelou. Na noite seguinte, 16 de maio, muitas pessoas se reuniram na praça Catalunya, em Barcelona. Nos dois lugares elas decidiram ocupar a praça para debater os temas que não haviam sido discutidos nas inexpressivas campanhas dos candidatos às eleições municipais que se realizariam dentro de poucos dias. Enviaram tuítes para os amigos. Compareceram centenas de pessoas, que também mandaram tuítes para suas redes, de modo que acorreram milhares. Muitos deles levaram sacos de dormir a fim de passar a noite no espaço ocupado. Nasceram então as *acampadas* (acampamentos).

Muitas outras pessoas chegaram durante o dia. Participaram de debates, atividades e manifestações. Comissões de todo tipo brotaram espontaneamente. Algumas encarregavam-se de problemas logísticos, incluindo instalações sanitárias, água e alimentação. Outras estabeleciam redes, usavam redes Wi-Fi e se conectavam com espaços ocupados no país e no mundo. Muitas outras colaboravam nos debates sobre qualquer tema que qualquer um quisesse propor e para quem estivesse interessado. Não se reconheciam líderes: todos representavam a si mesmos, e as decisões ficavam a cargo da assembleia geral, que se reunia no fim de cada dia, assim como das comissões formadas em torno de cada tema sobre o qual as pessoas desejassem intervir.

Mais de cem cidades espanholas seguiram o exemplo, desencadeando um movimento de ocupação que em poucos dias se espalhou para cerca de oitocentas cidades do mundo. Contudo, o que é interessante, naquele momento seu impacto nos Estados Unidos foi limitado. A mídia nacional e internacional fez a cobertura do movimento, embora geralmente apresentando-o de forma equivocada. Por duas vezes a polícia tentou, sem sucesso, retirar os ocupantes. O Tribunal Eleitoral declarou ilegais as ocupações por interferirem no “momento de reflexão” anterior às eleições, estabelecido por lei. Mas nas duas ocasiões em que houve ameaça aos espaços ocupados

milhares de pessoas correram, impedindo a ação policial. Os partidos políticos conscientizaram-se das consequências adversas para suas expectativas eleitorais caso se envolvessem em operações policiais de grande escala, e assim as ocupações prosseguiram, de acordo com a decisão das assembleias, para além do dia da eleição.

O movimento ganhara vida própria. Foi primeiro conhecido como 15M, referindo-se à data da primeira manifestação, mas logo a mídia popularizou o rótulo de “Indignados”, que alguns participantes haviam adotado, talvez inspirados no título de um panfleto (*Indignez-vous!*) publicado poucos meses antes por um filósofo e ex-diplomata francês de 93 anos, Stéphane Hessel, que sensibilizou a juventude espanhola (ainda mais que a francesa).⁵ Com efeito, havia um clima geral de indignação no país (como na maior parte do mundo) em relação aos políticos que só cuidavam de si mesmos, assim como aos banqueiros, que haviam afundado a economia com suas manobras especulativas apenas para sair da cadeia sob fiança e receber um bônus generoso, enquanto os cidadãos sofriam profundas consequências da crise em seus empregos, salários, serviços e hipotecas executadas.

O movimento prosseguiu de diferentes formas, por vários meses, embora a maior parte das ocupações do espaço público terminasse no início de julho. Durante esse mês, várias marchas se iniciaram em diferentes pontos da Espanha e convergiram para Madri no dia 22. Os manifestantes caminharam em passeata por cidades e aldeias, explicando os motivos do protesto, e obtendo a adesão de muitos outros durante a jornada. Quando chegaram a Madri, após centenas de quilômetros a pé, foram saudados por multidões que os apoiavam e que se juntaram a eles para a etapa final. No dia 23 de julho, na Puerta del Sol, uma manifestação reunindo cerca de 250 mil pessoas reafirmou a determinação do movimento de continuar lutando pela democracia e contra o gerenciamento injusto da crise econômica.

Ações de protesto prosseguiram durante o mês de agosto, incluindo algumas tentativas de reocupar a Puerta del Sol, a ponto de centenas de policiais ocuparem a praça por vários dias para evitar o retorno dos Indignados. No fim de agosto, o Partido Socialista (Psoe), no governo, e o Partido Popular (PP, conservador), na oposição, concordaram em se curvar ao ultimato de Angela Merkel e elaborar uma emenda à

Constituição proibindo déficits orçamentários como forma de tranquilizar os mercados financeiros que especulavam contra a dívida espanhola (o que de fato não funcionou). O país estava de férias, e a votação aconteceu quase em sigilo. Os Indignados protestaram diante do Parlamento, pedindo um referendo, e realizaram manifestações em muitas cidades, recebendo algum apoio dos sindicatos e de um partido de esquerda, que também se opusera à emenda da Constituição imposta por pressão alemã. Os Indignados portavam uma faixa com os dizeres “Sindicatos, obrigado por comparecer”. Estima-se que no mínimo 2 milhões de pessoas tenham participado, e a presença nos protestos aumentou de maio a outubro.⁶

Em 15 de outubro de 2011, uma manifestação global, realizada pela internet, por iniciativa de uma rede de ativistas que haviam se reunido em Barcelona no início de setembro, contou com centenas de milhares de manifestantes em 951 cidades de 82 países do mundo todo, sob o slogan “Unidos pela mudança global”. Havia cerca de 500 mil manifestantes em Madri e 400 mil em Barcelona.

Quem eram esses manifestantes determinados? Embora na origem do movimento houvesse muitos estudantes universitários e diplomados desempregados na faixa de 20-35 anos (tal como nas revoluções árabes), a eles se juntaram depois pessoas de todas as idades e classes sociais, com participação ativa dos idosos, sob ameaça direta de deterioração de suas condições de vida. Além disso, o movimento recebeu imenso apoio da opinião pública durante 2011, com pelo menos $\frac{3}{4}$ da população espanhola, segundo diferentes pesquisas, declarando-se favoráveis a suas críticas e declarações. Algumas fontes calculam o grau de identificação com o movimento em 88% (ver Quadro 1).

Quadro 1. Opinião pública em relação à mobilização do 15M na Espanha

Percentagem do total pesquisado
PESQUISA DE METROSCOPIA REALIZADA EM 1-2 JUN 2011b
As mobilizações do 15M lhe inspiram simpatia ou rejeição?
66% inspiram simpatia.
21% inspiram rejeição.
Você acha que as motivações para o protesto são corretas?
88% sim, são corretas.
9% não, não são corretas.

Com qual das opiniões seguintes você concorda mais?

~~10%~~ movimento 15M trata de problemas que afetam apenas poucas pessoas.

~~80%~~ movimento 15M trata de problemas que afetam toda a sociedade.

~~30%~~ movimento 15M, politicamente, tem um viés de esquerda.

~~20%~~ movimento 15M, politicamente, tem um viés de direita.

~~58%~~ movimento 15M não tem uma tendência política definida.

O movimento 15M trata de problemas reais de nossa sociedade.

~~80%~~ concordo/Concordo veementemente.

~~15%~~ discordo/Discordo veementemente.

O movimento 15M é um assunto amplamente discutido, mas logo será esquecido.

~~50%~~ concordo/Concordo veementemente.

~~38%~~ discordo/Discordo veementemente.

O movimento 15M vai transformar-se em partido político.

~~20%~~ concordo/Concordo veementemente.

~~60%~~ discordo/Discordo veementemente.

O movimento 15M vai radicalizar-se e envolver-se em atos violentos.

~~10%~~ concordo/Concordo veementemente.

~~70%~~ discordo/Discordo veementemente.

O movimento 15M vai integrar-se a um partido político existente.

~~20%~~ concordo/Concordo veementemente.

~~68%~~ discordo/Discordo veementemente.

Porcentagem do total pesquisado

PESQUISA DA COCKTAIL ANALYSIS. REALIZADA EM 31 MAI 2011c

Ja ouviu falar do movimento Democracia Real Ya, também conhecido como movimento 15M, ou movimento dos Indignados?

~~93%~~ sim.

~~3%~~ Não.

Voce diria que concorda com o movimento Democracia Real Ya/15M ou movimento dos Indignados, ou discorda?

~~88%~~ concordo.

~~12%~~ discordo.

Voce acha que o movimento Democracia Real Ya/15M deve continuar?

~~83%~~ sim.

~~17%~~ Não.

Escala de

1 a 10

Numa escala de 1 a 10, em que 1 é a discordância total e 10 a concordância total, o que você acha das seguintes afirmações?

~~8%~~ A lei eleitoral deve ser reformada.

~~9%~~ A corrupção deve ser combatida pela implementação de regras visando à total transparência política.

~~8%~~ Deve haver separação efetiva entre os poderes políticos.

~~8%~~ Devem-se criar mecanismos de controle efetivo por parte dos cidadãos para sustentar de modo eficaz a responsabilidade política.

PESQUISA DA SIMPLE LÓGICA REALIZADA EM 1-6 JUN 2011d

Você aprova ou desaprova os protestos que têm ocorrido em muitas praças em toda a Espanha?

72% aprovo.

10% desaprovo.

Você concorda com as ideias defendidas pelo movimento?

72% concordo.

10% não concordo nem discordo.

10% discordo.

Em que medida você acha que esse movimento vai ajudar a melhorar as coisas na Espanha?

12% muito.

27% pouco.

58% nada.

No início de 2012, porém, havia incerteza sobre o caminho a ser seguido pelos que “se preocupavam com o futuro, porque este é o lugar em que passaremos o resto de nossas vidas”, como afirmava uma faixa na praça ocupada. Esse é o motivo pelo qual os debates prosseguiram nas redes sociais da internet, o espaço seguro a partir do qual o movimento foi imaginado e onde novos projetos foram e estão sendo concebidos.

Um movimento automediado

Embora a ocupação do espaço público fosse essencial para que o movimento se tornasse visível, assim como para fornecer apoio a suas principais formas organizacionais – as assembleias locais –, a origem do movimento e sua espinha dorsal durante os protestos devem ser procuradas nos espaços livres da internet. Esta é a avaliação de Javier Toret, psicólogo e pesquisador de tecnopolítica, um dos primeiros membros da rede responsável por criar o Democracia Real Ya:

O 15M mostrou que as pessoas podem superar o bloqueio da mídia. A capacidade de autocomunicação de massa e de auto-organização on-line permitiu que as pessoas superassem o bloqueio da mídia. Em Barcelona havia apenas um órgão da mídia na coletiva de imprensa que organizamos sobre as manifestações do 15M, a BTV (Barcelona TV). Todos os outros sabiam que as manifestações do 15M iriam acontecer. Tínhamos escrito para eles, tudo fora anunciado via Twitter, Facebook, listas de e-mails. ... Mas nenhum apareceu. As estações de TV nos ignoraram totalmente, da mesma forma que os jornais. Houve jornalistas que acompanharam o movimento, por exemplo, Lali Sandiumenge, que tem um blog no *La Vanguardia* [<http://blogs.lavanguardia.com/guerreros-del-teclado>]. ... Mas, em geral, a mídia convencional ignorou ou bloqueou a proposta que apresentamos. ... O que isso mostra é um tipo de movimento pós-mídia. É pós-mídia porque há uma reapropriação tecnopolítica de ferramentas, tecnologias e veículos de participação hoje existentes. É onde as pessoas hoje estão. Há um monte de pessoas nesses veículos. É uma campanha on-line viral suficientemente aberta para que qualquer um se envolva e participe. ... Para que uma coisa seja viral on-line, para que seja mimética, os slogans devem reverberar. Por exemplo, “Não somos mercadorias nas mãos de banqueiros”. Isso reverberou e circulou. Era algo que tinha a ver com todo mundo. Pessoas criaram vídeos e todos os tipos de signo com esses slogans. Os primeiros deles tiveram ampla circulação por serem anônimos e razoáveis. Não vinham de um grupo de orientação esquerdista com determinadas ideologias. Tinham apenas uma capacidade viral que era mimética, além da capacidade de usar ferramentas 2.0. Isso fez com que cada um fosse sua própria mídia. Também fez com que milhares de pessoas fossem seus próprios distribuidores de mídia. Por isso, esse é um movimento pós-mídia. Tem a capacidade de superar a mídia e criar um evento, e comunicar esse evento. ... Alguns órgãos da mídia têm usado tuítes ou o que se diz na página do Facebook da Acampada Sol ou do DRY para informar o público. O motivo pode ser que, com um movimento em rede, sem líderes, fica difícil para a mídia relatar o que está ocorrendo. A mídia inicialmente ignorou o movimento, mas, quando todas as praças da Espanha estavam cheias de gente, eles não tiveram escolha senão explicar o que estava ocorrendo. ... Criaram-se muitos espaços que

funcionaram como órgãos de mídia; havia, por exemplo, uma série de blogs pessoais que fazia uma boa cobertura do movimento. Tornamo-nos um coletivo com a capacidade de falar cada um por si, sem os filtros da mídia. Os órgãos de mídia amplificavam o que fazíamos, para o bem ou para o mal. Havia muita autonomia para cada pessoa dizer o que pensava e sentia. O movimento 15M posicionou-se contra a existência de intermediários, fossem estes políticos, midiáticos ou culturais. Ele ataca diretamente a ideia de que alguém tem de fazer as coisas por mim. Essa é uma mudança de paradigma na relação entre cidadão e governos, sindicatos, órgãos de mídia. ... Se este é um movimento criado ao mesmo tempo por milhares de pessoas, ter uma pessoa falando gera contradições. Tem havido um debate interno sobre se deveria haver porta-vozes. A ideia do movimento é que todos falem por si mesmos. Não é uma pessoa que decide alguma coisa. Isso dificulta a cobertura por parte dos órgãos da mídia. Em 2001, quando criamos o Indymedia, tínhamos um ditado: “Não odeie a mídia, torne-se ela.” Isso é o que o 15M mostrou. Quando as pessoas se reúnem, tornam-se mais poderosas que qualquer outro órgão da mídia. Por exemplo, no dia 27 de maio, quando nos atacaram na praça Catalunya, o movimento tinha uma incrível capacidade de comunicar o que estava ocorrendo. ... Todos tornaram-se repórteres, ainda que por alguns instantes. Todos foram, em algum momento, a fonte primária das notícias. Quando você tem um monte de gente enviando notícias, há um relato coletivo do que está acontecendo. As pessoas podem acompanhar os acontecimentos via *streaming*, on-line, pela TV, ao vivo. As pessoas que estavam lá tuitavam “Venha nos ajudar”, e as pessoas iam. Isso permitiu captar coisas de um veículo digital, fosse em suas casas ou por meio de telefones celulares, e ser capaz de se movimentar pela cidade.⁷

Mas nem um meio novo, tão poderoso e participativo como as redes sociais da internet, é a mensagem. A mensagem constrói o meio. Como afirma Toret, a mensagem tornou-se viral porque se refletiu nas experiências pessoais. E a mensagem-chave foi a rejeição a todas as instituições políticas e econômicas que determinam a vida das pessoas. Uma faixa em Madri dizia: “Isto não é uma crise, é que eu não amo mais você.”

Mas como é que se encontra um novo amor?

O que queriam/querem os Indignados

O movimento não tinha um programa. O principal motivo é que nunca houve uma organização formal conhecida como “o movimento”. Mas houve muitas demandas aprovadas por assembleias em diversas ocupações. Cada demanda, cada crítica e proposta possível foi apresentada no movimento. Era certamente um movimento contra os banqueiros e especuladores – e contra as pessoas arcarem com as consequências de uma crise financeira pela qual não foram responsáveis. Um profundo sentimento de injustiça agitava a população em geral e veio a ser expresso pelo movimento. Todos sentiam que os bancos em dificuldade não deveriam ser liberados sob fiança, mas nacionalizados, tal como na Islândia, referência constante do movimento. Achavam que os executivos fraudulentários deveriam ser processados. Opunham-se unanimemente aos cortes orçamentários do governo, e em vez disso pediam a taxaço dos ricos e das grandes empresas. Havia uma denúncia generalizada do desemprego de milhões de jovens sem perspectiva de encontrar um trabalho decente.

No dia 7 de abril de 2011, milhares de jovens haviam protestado em Madri, atendendo ao apelo de “Jovens sem Futuro”, uma campanha com base na internet que defendia o direito a educação, trabalho e moradia. Também houvera um protesto contra a crise habitacional em geral e a carência de moradias acessíveis à população jovem, em particular. Um importante contingente do movimento 15M vinha de jovens envolvidos na campanha “V de Vivienda” nos meses que precederam as manifestações. Houve protestos particularmente virulentos contra a execução de hipotecas e o despejo de idosos e famílias pobres, vítimas da armadilha dos bancos presente nos empréstimos de risco (*subprime*) que teriam de pagar pelo resto da vida, mesmo após terem perdido seus lares. Havia críticas explícitas ao capitalismo, como: “Isto não é uma crise, é o sistema.” Mas não houve propostas específicas para superá-lo ou recuperar o crescimento econômico.

O motivo disso é que muitos participantes do movimento se opunham à própria noção de crescimento pelo crescimento. As

preocupações ambientais eram maiores. A oposição a uma sociedade orientada para o consumo era profunda. Assim, embora a crítica ao capitalismo em geral e ao tipo de capitalismo financeiro que levou à crise em particular fosse quase unanimemente compartilhada, não havia consenso quanto ao tipo de economia que poderia proporcionar a todos empregos, moradias e condições de vida decentes, de forma ambientalmente sustentável e eticamente justa.

Isso não significa que o movimento fosse incapaz de gerar propostas de políticas muito específicas e altamente sofisticadas. Na verdade, havia uma abundância desses tipos de proposta, elaborados e debatidos em assembleias e comissões. No entanto, de vez que o movimento não era organizado para se pôr de acordo a respeito de qualquer programa detalhado, havia múltiplas propostas de muitas pessoas em vários países, de modo que elas eram tão diversas quanto a composição do movimento.

Entretanto, em que pese a variada gama de críticas e demandas sobre temas econômicos e sociais, minha convicção profunda, a partir das observações que fiz, é de que o movimento foi essencialmente político. Foi um movimento pela transformação de uma pseudodemocracia numa democracia autêntica. Apesar do fato de o apelo original do Democracia Real Ya ter se diluído mais tarde no oceano das demandas e dos sonhos presentes no movimento, e de ele ter sido o seu desencadeador, mas não o movimento em si, o manifesto original tornou-se o cerne comum, implícito ou explícito, dos Indignados.

A crise, porém, era uma expressão do sistema capitalista, e os bancos eram os culpados. Contudo, políticos de todos os partidos, parlamentares e governos foram cúmplices dos banqueiros, cujos interesses defenderam mais que os dos cidadãos que representavam. A opinião geral no movimento era de que os políticos viviam num mundo à parte, fechado, privilegiado, indiferentes às necessidades das pessoas, manipulando as eleições e a lei eleitoral para perpetuar seu poder como classe política. “Eles não nos representam” é provavelmente o slogan mais popular do movimento, e decerto o mais fundamental. Porque, se não existe uma representação verdadeira, não há democracia, e as instituições devem ser reconstruídas de cima a baixo, como o foram na Islândia. A começar pelo Judiciário, altamente

politizado e parte do sistema de apoio recíproco que envolvia banqueiros, políticos e as altas esferas da magistratura.

Essa rejeição à forma atual de democracia tem consequências profundas para o projeto do movimento, pois implica que eleições e partidos são inúteis e irrelevantes para defender os interesses e os valores dos cidadãos. Assim, o movimento era indiferente à participação eleitoral enquanto não houvesse uma profunda reforma do sistema, a começar pela reforma da lei eleitoral, elaborada segundo as conveniências dos maiores partidos, mediante um sistema de representação não proporcional que favorecia quem obtivesse os votos da maioria (o método D'Hondt). Em termos positivos, o movimento concordou em experimentar diferentes modelos de democracia representativa, começando com a democracia deliberativa pela internet, de forma a garantir a participação plenamente consciente dos cidadãos no processo de tomada de decisão por consulta. As formas de deliberação e tomada de decisão no próprio movimento, que analisarei adiante, visavam explicitamente a prefigurar o que deveria ser a democracia política na sociedade em geral.

Plenamente consciente da dificuldade de afetar a política e os programas de ação dentro dos limites das instituições existentes, o movimento, em sua ampla maioria, posicionava-se a longo prazo. Não era uma questão de criar um programa a ser aprovado nas próximas eleições, já que ele não reconhecia nenhum partido político como seu interlocutor. Na visão do movimento, havia uma longa marcha a percorrer desde a negação do sistema até a reconstrução das instituições que iriam expressar a vontade do povo pelo processo de elevação do nível de consciência e de deliberação participativa.

É por isso que o(s) projeto(s) do movimento pode(m) ser encontrado(s) com mais facilidade no discurso de seus atores, e não em demandas específicas, que só representavam a visão temporariamente predominante nas assembleias locais que decidiam sobre elas.

O que se evidencia nessa análise é a profundidade da transformação cultural personificada pelo movimento. Embora parcialmente estimulado pelas precárias condições de vida de milhões de jovens (54% do grupo etário de 18 a 34 anos ainda vivia com os pais em função da falta de moradia e de trabalho), o discurso do movimento expressa a ascensão de uma nova cultura econômica e política – uma cultura econômica alternativa, que nossa equipe de pesquisa estudou em Barcelona entre 2009 e 2012. Expressa-se em práticas de vida cotidianas que enfatizam o valor de uso da vida sobre o valor comercial, e que estão engajadas em autoprodução, cooperativismo, redes de trocas, moeda social, ética bancária e redes de solidariedade recíproca. A crise econômica ajudou a estender o apelo dessa cultura econômica alternativa a uma proporção significativa da população de Barcelona. Essas práticas estavam presentes há algum tempo na vida de milhares de pessoas, precisamente da mesma faixa etária da maioria dos Indignados (20-35 anos).

A busca de um significado para a vida explica por que a maioria da população de Barcelona preferia trabalhar menos, mesmo que isso significasse ganhar proporcionalmente menos.⁹ O movimento estendeu os valores presentes nesse projeto de economia alternativa à formação de um projeto político igualmente alternativo. Em ambos os casos, a construção da autonomia do indivíduo e a conexão em rede de indivíduos autônomos para criar novas formas de vida compartilhadas são as motivações principais.

Uma amostra dos slogans populares expressa esse sonho de liberdade e democracia nas palavras do próprio movimento: “Outra política é possível”, “Pessoas unidas funcionam sem partidos”, “A revolução estava em nossos corações e agora enche as ruas”, “Trazemos um novo mundo em nossos corações”, “Não sou contra o sistema, o sistema é que é contra mim”.

Como se pode alcançar essa transformação política? Estando juntos, pensando juntos, travando a luta, convocando a maioria para se juntar ao movimento: “O amor ao mundo é o que move os revolucionários. Junte-se a nós!” Haverá dificuldades, mas vale a pena: “A barricada fecha as ruas, mas abre o caminho”, “Desculpe o incômodo, estamos mudando o mundo”. E um aviso aos poderes

constituídos: “Se você roubar nosso sonho, não vamos deixar você dormir.”

A questão mais crítica para o movimento tem sido, contudo, como colocar em prática os princípios da democracia que ele propôs à sociedade em geral.

Reinventar a democracia na prática: um movimento sem líderes, conduzido por assembleias

Não houve decisão formal, mas todos concordaram na prática, desde o início do movimento. Este não teria líderes, fosse em âmbito local, fosse no nacional. Nesse sentido, nem porta-vozes foram reconhecidos. Cada um representaria a si mesmo e a mais ninguém. Isso levou a mídia à loucura, já que em qualquer ação coletiva os rostos são ingredientes necessários de sua técnica narrativa. A fonte desse antigo princípio anarquista, geralmente traído pela história, não era ideológica no caso desse movimento, embora ele se tornasse um princípio fundamental, aplicado pela grande maioria de seus atores. Estava presente na experiência das redes da internet, em que a horizontalidade é a norma e há pouca necessidade de liderança, porque as funções de coordenação podem ser exercidas pela própria rede, mediante a interação entre seus núcleos.

A nova subjetividade apareceu na rede. A rede torna-se o sujeito. A rejeição da liderança também foi consequência das experiências negativas que alguns ativistas veteranos haviam vivenciado no movimento por justiça global e em várias organizações radicais de extrema esquerda. Mas também resultou de uma profunda desconfiança em relação a qualquer liderança política organizada, depois de observarem a corrupção e o cinismo que caracterizavam os governos e os partidos tradicionais. Essa busca de autenticidade por uma nova geração que entrou na política rejeitando a *realpolitik* define fundamentalmente o próprio movimento, embora isso fosse por vezes criticado internamente, por militantes não atualizados, como *buenismo* (bom-mocismo). Mas a reivindicação de legitimidade na construção de uma nova forma de política só podia ter credibilidade se posta em prática na atividade cotidiana do movimento.

A concretização organizacional desse princípio seria dar todo o poder nas tomadas de decisão em assuntos que implicassem a totalidade do coletivo à assembleia geral, que representaria as pessoas acampadas em determinado local, assim como qualquer um que se

juntasse a elas no momento da assembleia. Em geral, as assembleias ocorriam diariamente, exceto quando era preciso convocar uma reunião de emergência. O número de participantes variava de acordo com o tamanho do acampamento, mas em Madri e Barcelona a frequência variava de centenas a 2 mil ou 3 mil pessoas em momentos especiais. As decisões da assembleia tinham poder meramente simbólico, pois cada pessoa sempre era livre para tomar sua própria decisão. Mas a questão principal era como chegar a uma decisão.

Em muitos acampamentos, o movimento tentava tomar decisões por consenso, conversando e debatendo até que todos concordassem, depois de apresentarem argumentos e contra-argumentos de forma educada e respeitosa (durante horas). Para evitar ruídos e interrupções em excesso, adotou-se uma linguagem manual (adaptada da linguagem dos surdos) para exprimir aprovação ou desaprovação, ou para pedir ao orador que encerrasse sua fala. As assembleias eram moderadas por voluntários que se revezavam regularmente nesse papel, nem tanto para evitar o surgimento de líderes quanto para evitar a exaustão provocada pela tarefa.

Embora os debates não tivessem o caráter cáustico frequentemente observado nos debates no interior dos movimentos sociais, na maioria dos casos que nossa equipe acompanhou, havia uma pressão coletiva exercida pelos participantes contra qualquer tentativa de ideólogos e pretensos líderes usarem a assembleia para fins de propaganda. Após muitos dias de experiência, alguns participantes começaram a debater a necessidade de tomar decisões coletivas sobre propostas específicas por maioria simples, depois de se integrar o maior número de contribuições possível. Na verdade, o princípio da decisão por consenso permitiu que alguns grupos minoritários bloqueassem qualquer decisão usando a obstrução e visando a impor alguma posição preconcebida. O movimento reaprendeu antigas lições históricas, como a importância de reconhecer o direito das minorias sem se submeter à sua chantagem.

A contradição entre deliberação e implementação eficiente de propostas foi abordada criando-se múltiplas comissões que aplicariam as orientações gerais providas da assembleia em iniciativas específicas. As comissões eram plenamente autônomas e também tinham de deliberar sobre diferentes propostas para chegar a um

acordo sobre o que deveria ser feito. Além disso, qualquer um podia propor a criação de uma comissão sobre tema específico, de iniciativas agroecológicas a creches ou reforma da lei eleitoral. Algumas eram funcionais, para se encarregar de necessidades do movimento (instalações sanitárias, segurança, comunicação etc.). Outras concentravam-se na elaboração de propostas sobre diferentes assuntos, a serem submetidas à assembleia. Outras, ainda, organizavam ações com o objetivo de colocar em prática algumas dessas propostas, como a comissão para impedir que as pessoas fossem despejadas. As comissões permaneciam ativas enquanto houvesse comparecimento, de modo que surgiam e desapareciam dependendo da evolução do movimento. No caso de Barcelona, as comissões que duraram mais foram as que debatiam as formas do movimento, elaborando estratégias para implementar em sua prática os princípios da democracia participativa.

Mas a possibilidade de o movimento organizar essa nova comunidade política dependia materialmente da ocupação do espaço público, da existência de acampamentos que, embora ocupados durante a noite apenas pela minoria, forneciam o ambiente para uma contrassociedade que materializasse os sonhos de uma verdadeira democracia. No entanto, era claramente impossível manter essa ocupação indefinidamente. Isso não apenas pelos problemas logísticos e ataques da polícia, mas também pelo processo de degradação da vida nos acampamentos.

Os sem-teto constituem uma realidade dramática nas cidades espanholas, como em qualquer lugar do mundo. Só uma fração deles tinha problemas psiquiátricos sérios, mas essa fração é altamente visível, e muitos deles terminaram em acampamentos nos quais se sentiam protegidos. Isso criou um grande problema para o movimento, tanto na Espanha quanto em quase todas as ocupações que vi em outros países. Por um lado, a imagem que a presença dos sem-teto nos acampamentos projeta para 99% das pessoas (que são a referência do movimento) torna impossível que o público em geral se identifique com os acampamentos dos Indignados. Por outro lado, muito poucos ocupantes estavam preparados para proibir a presença de quem quer que fosse nos acampamentos, já que isso iria contradizer os princípios inclusivos do movimento.

Contudo, o problema mais importante que o movimento enfrentou para continuar com a ocupação do espaço público foi que, com o tempo, só ativistas em tempo integral puderam realmente participar das assembleias e administrar suas tarefas cotidianas. Geralmente eram jovens sem responsabilidades familiares, sem emprego e cada vez mais devotados quase exclusivamente ao movimento. Quanto mais durasse a ocupação, mais o movimento se identificava com um minúsculo número de ativistas, dificilmente representativos do conjunto dos cidadãos que eles pretendiam mobilizar. Por isso, depois de seis ou oito semanas, em média, a maioria das assembleias decidia levantar acampamento e dar sequência ao movimento de outras formas. Alguns poucos optaram por permanecer nas praças, mas se tornaram alvo fácil para a polícia, que acabou removendo todas as ocupações por volta de meados de agosto.

Em muitas cidades, o movimento decidiu descentralizar suas ações no âmbito da vizinhança e organizar assembleias locais, representando os interesses dos moradores segundo o mesmo padrão democrático de deliberação e tomada de decisão. Comissões continuaram a ser formadas espontaneamente para conduzir campanhas ou simplesmente elaborar propostas que seriam difundidas pela internet e debatidas de diferentes formas e em diferentes lugares. Mas os princípios organizativos fundamentais – a recusa de eleger líderes, a soberania das assembleias, a espontaneidade e o autogerenciamento das comissões – continuaram a operar por toda parte. O mesmo ocorreu com os problemas de funcionalidade e eficácia que infestavam o movimento, levando a uma reflexão profunda sobre o significado da eficiência e do sucesso numa prática coletiva que busca transformar vidas, além de concretizar demandas e defender direitos.

Da deliberação à ação: a questão da violência

Uma palavra de ordem popular diz: “Não proponha, faça!” Foi isso que o movimento tentou. Começou vocalizando sua indignação em manifestações de rua, a mais antiga forma de ação coletiva. Na sequência, ao ocupar o espaço público em muitas cidades do país, afirmou sua determinação de enfrentar a arrogância do poder, que reagiu ao protesto com uma combinação de desdém e operações policiais. Logo surgiu a questão das formas e maneiras de o movimento atingir seus objetivos. Como havia uma total desconfiança no sistema político, o movimento não deu nenhum conselho sobre o que fazer nas eleições, nem mesmo abster-se ou votar em branco. Todos eram livres para seguir suas próprias avaliações sobre decisões táticas em matéria de voto. Com a política formal ausente do horizonte, ele teve de recorrer a outras formas de ação.

Houve numerosas manifestações de rua, assim como marchas atravessando a Espanha e a Europa. Houve também uma série de ações contra a injustiça: impedir fisicamente o despejo de famílias cujas hipotecas haviam sido executadas; proteger imigrantes agredidos pela polícia; recusar-se a pagar a passagem do metrô em protesto contra o preço excessivo dos bilhetes; envolver-se em atos de desobediência civil e manifestar-se diante de prédios do governo, escritórios da Comissão Europeia, sedes de bancos, agências de serviços de ranqueamento e assim por diante. No entanto, desde os estágios iniciais do movimento, estava claro que sua principal ação era elevar o nível de consciência de seus participantes e da população como um todo.

As assembleias e comissões não eram encontros com o propósito de preparar ações revolucionárias, não eram meios, mas fins em si mesmos. Reunir-se para adquirir a percepção plena da iniquidade do sistema, ousando confrontá-lo a partir da segurança de um espaço compartilhado, na internet e nas praças, foi a forma de ação mais significativa do movimento. Se havia uma longa marcha a ser feita, era fundamental compartilhar sentimentos e conhecimento entre os próprios ocupantes e com o povo em geral. As primeiras assembleias

foram muito emocionais. As pessoas tinham liberdade para se expressar, recebiam atenção e sentiam-se respeitadas.

Testemunhei pessoalmente uma mulher idosa ligando para casa de um banco em que estava sentada, perto do local da assembleia da praça Catalunya, em Barcelona, contando, quase às lágrimas, que realmente falara no encontro e fora ouvida. Ela acrescentou que “nunca antes em minha vida, essa foi a primeira vez em que falei em público”. Só o ato de falar em voz alta e coletivamente o que se tinha guardado durante anos era um gesto libertador que, a curto prazo, tornou o movimento mais expressivo que instrumental. Como sabemos que as emoções são os motores da ação coletiva, essa pode ser de fato uma chave para a futura mudança social, um tema importante que debatarei adiante.

Para que o movimento avançasse em sua ação não institucional, engajando-se amplamente na desobediência civil, ele precisava ter a coragem de enfrentar as possíveis consequências do confronto: a possibilidade de violência. Ao ocupar o espaço público, os manifestantes expuseram-se à repressão policial. Houve muitas ações violentas da polícia em diferentes cidades. Uma delas, particularmente cruel, ocorreu em Barcelona, no dia 27 de maio. Uma operação conjunta das polícias do governo catalão (sob as ordens do conselheiro Felip Puig, do Partido Nacionalista) e do município (sob as ordens da vereadora socialista Assumpta Escarp) atacou no início da manhã o acampamento da praça Catalunya sob o pretexto de limpar o logradouro. Os ocupantes estavam sentados, pacificamente, e se recusaram a sair. Foram repetidamente espancados com cassetetes durante seis horas, o que resultou em 147 feridos, alguns deles com gravidade.

A cena, com pessoas impiedosamente agredidas sem oferecer resistência, foi apresentada ao vivo pela internet e transmitida pela TV, provocando enorme e renovada indignação. À tarde, mais de 20 mil pessoas compareceram em solidariedade e reocuparam a praça enquanto a polícia se retirava. Sentindo-se fortes com essa demonstração de apoio, alguns participantes do movimento em Barcelona decidiram elevar o nível da ofensiva, bloqueando a entrada do Parlamento catalão em 11 de junho, dia em que os parlamentares deveriam se reunir para votar os cortes orçamentários que haviam

proposto. Várias centenas de manifestantes tentaram bloquear a entrada e insultaram, empurraram e pintaram alguns parlamentares com tinta. Policiais tinham se infiltrado, disfarçados de manifestantes, e alguns observadores consideraram isso uma provocação. Seguiu-se uma violenta repressão policial que terminou com pessoas feridas, presas e depois acusadas e levadas a julgamento. Esses incidentes foram distorcidos e amplamente divulgados pela mídia, mostrando o movimento como radical e violento. Muitos pensaram que esse fosse seu fim. Na verdade, essas táticas aviltantes saíram pela culatra.

Poucos dias depois, em 19 de junho, o movimento convocou uma manifestação em protesto contra a violência policial e em apoio às demandas populares que atraiu 200 mil pessoas para as ruas de Barcelona. O movimento sobreviveu ao teste amargo da popularidade. Mas surgiu um debate dentro dele sobre o papel da autodefesa, incluindo a defesa física, como forma de ação. Afinal, argumentaram alguns, a violência está no sistema, está na costumeira brutalidade policial contra os jovens; está na tortura que, segundo algumas sentenças judiciais, a polícia ocasionalmente pratica; está na recusa em oferecer aos jovens empregos decentes e moradias acessíveis; e está na irresponsabilidade do governo e dos parlamentares em relação às graves queixas dos cidadãos.

E, no entanto, reafirmou-se como axioma do movimento que a não violência era essencial. Em primeiro lugar, porque a violência, amplificada pela mídia, mesmo quando não provocada pelos manifestantes, alienaria o apoio da população. De modo mais fundamental, porém, opor-se à violência, em todas as suas formas, e independentemente da origem, é um princípio básico da nova cultura da paz e da democracia que o movimento deseja propagar. Assim, a desobediência civil é adequada, incluindo algumas formas ousadas, como bloquear edifícios sentando-se nas portarias ou acorrentando-se a portões. Mas nunca é correto envolver-se em violência ativa ou mesmo reagir a ataques violentos da polícia.

A questão da violência foi debatida nas assembleias e recebeu sempre a mesma resposta da grande maioria do movimento. Envolver-se em violência, ainda que justificada, contradiz a própria essência daquilo que constitui o tema do movimento e faz retroagir às velhas táticas da ação revolucionária que abandonaram a integridade ética

em favor da expressão do ódio, transformando-se, nesse processo, no mesmo mal a que se fazia oposição.¹⁰ Os Indignados foi um movimento pacífico, cuja coragem permitiu a deslegitimação da repressão violenta, atingindo assim uma primeira e importante vitória no coração dos cidadãos.

Um movimento político contra o sistema político

Se quiséssemos identificar um objetivo unificador do movimento, ele seria a transformação do processo político democrático. Imaginaram-se muitas versões diferentes de democracia, assim como formas de atingi-las. Um dos temas mais populares foi a reforma da lei eleitoral, a fim de torná-la proporcional e viabilizar uma representação adequada das minorias políticas. Mas houve também propostas de referendos obrigatórios para consulta e participação na tomada de decisão, tanto no plano local quanto na internet. Controle da corrupção, limite de mandatos para funcionários eleitos, tetos salariais, eliminação de privilégios (incluindo o fim da imunidade judicial para parlamentares) e uma enxurrada de medidas para limpar e abrir o sistema político foram debatidos e propostos em assembleias e comissões. A noção era de que, sem instituições políticas verdadeiramente democráticas, nenhuma política ou decisão progressista que se adotasse seria implementada, já que os políticos não teriam responsabilidade perante os cidadãos e continuariam servindo aos poderes constituídos.

Dessa forma, esse era um movimento político, mas um movimento político apartidário, sem filiação ou simpatia por partido algum. Era ideológica e politicamente plural, ainda que em suas fileiras houvesse indivíduos com muitas ideologias, assim como uma maioria de jovens com pouca experiência política anterior e total desconfiança em relação à política organizada. Entretanto, se o movimento era político, sua intenção era não funcionar por meio do sistema institucional, já que a ampla maioria dos participantes achava que as regras institucionais de representação haviam sido manipuladas. Ainda que algumas reformas fossem propostas, isso foi mais como um exercício pedagógico para se conectar com a população em geral do que como uma esperança real de mudar o sistema político. Criar um partido, ou partidos, para expressar as aspirações do movimento é algo que não chegou a ser considerado. Sim, outras políticas seriam possíveis, mas não ainda, e não por meio dos canais estabelecidos pelos que desejavam confinar a um espaço restrito o processo de representação democrática.

Os partidos políticos não sabiam como lidar com o movimento. Na prática, foram hostis e usaram a repressão policial, com diversos graus de violência, contra a ocupação do espaço público. Ficaram particularmente inflamados com as tentativas de bloquear o Parlamento, chegando a ponto de denunciar essas ações como um ataque fascista à democracia. Ao mesmo tempo, em especial para os socialistas e para a Esquerda Unida (ex-comunistas), as mobilizações de massa pareciam uma boa chance de reabastecer seus minguados contingentes, já que a nova geração havia abandonado a esperança de ser representada pelos partidos tradicionais. Os socialistas, do partido que estava no governo quando se iniciou o movimento, declararam, durante a campanha eleitoral, apoio verbal um tanto ambíguo a algumas demandas do movimento, mas não o mantiveram após sua derrota esmagadora no pleito de novembro de 2011.

Chegando ao poder, o conservador PP, depois de manter atitude cautelosa durante o período eleitoral, de modo a não afastar seu círculo de eleitores, insultou os Indignados, rotulando-os de “mistura de revolucionários radicais, anarquistas violentos e assecclas ingênuos”. A Esquerda Unida realmente expressou alguma simpatia e atraiu votos em função de sua atitude benevolente. Para a maioria do movimento, isso parecia uma manobra puramente tática, já que se sabia haver uma profunda desconfiança na tradição comunista em relação a qualquer movimento que não tivesse líderes nem programas, a qualquer ramo libertário historicamente em choque com o papel de vanguarda do partido. Em suma, havia um estranhamento quase total entre o movimento e o sistema político, tanto organizacional quanto politicamente.

Entretanto, mesmo que o movimento não atribuisse a mínima importância ao processo eleitoral (além de intervir nos debates para elevar o nível de consciência dos cidadãos) e rejeitasse os resultados da eleição, alegando que eram irrelevantes para o futuro da democracia, parece que ele teve algum impacto nesse processo. Houve duas eleições na Espanha em 2011: as municipais, no dia 22 de maio – precisamente as eleições que foram usadas pelo nascente movimento para deflagrar sua crítica à democracia –, e as parlamentares, em 20 de novembro. Há poucos estudos rigorosos sobre o impacto eleitoral do movimento no momento em que escrevo este livro. Mas há uma

série de observações relevantes para nossa análise.

O estudo de Jimenez Sanchez sobre as eleições municipais mostra que o número de votos em branco e nulos aumentou para um patamar que não se via desde 1987, com um incremento de 37% e 48%, respectivamente, em relação às eleições municipais anteriores, realizadas em 2007.¹¹ Também cresceu o número de votos da Esquerda Unida. Essas tendências correlacionavam-se às cidades em que o movimento tinha presença mais forte. Candidatos conservadores, nacionalistas moderados da Catalunha e bascos pró-independência também tiveram maior votação. O impacto combinado desses votos afetou negativamente o Psoe, que perdeu 19% dos votos obtidos em 2007, sofrendo a mais grave derrota de sua história nas eleições municipais e perdendo, em particular, o governo municipal de Barcelona, cidade que havia governado por três décadas.

As eleições parlamentares de 20 de novembro foram uma retumbante vitória para o PP, que obteve a maioria absoluta em termos de cadeiras no Parlamento. Isso foi considerado pelos conservadores, assim como pela mídia que os apoiava, uma rejeição aos valores do movimento pela maioria silenciosa dos eleitores. Na verdade, um exame mais minucioso dos resultados das eleições conta uma história diferente.¹² O fator-chave nas eleições foi o colapso do Psoe, que perdeu 4.300.000 votos em comparação com a eleição anterior, em 2008, enquanto o PP obteve somente 560 mil votos a mais em relação àquele ano. Os votos restantes foram para partidos menores, que, com uma única exceção, cresceram substancialmente em termos de votos. Com efeito, com o número de votos obtidos em 2011, o PP teria perdido as eleições em 2004 e 2008. Foi a derrota dos socialistas, não a vitória dos conservadores, que deu ao PP o controle do Parlamento em função da distorcida lei eleitoral que favorece o partido com maioria de votos.

Assim, embora essa análise tenha de ser confirmada por estudos futuros, parece que o principal impacto do movimento sobre o sistema político foi infligir um grande e permanente dano ao Psoe, que, na maioria das eleições, tem dominado a política espanhola desde 1982. Essa não foi uma estratégia deliberada da parte do movimento. Foi consequência de uma reação espontânea de afastamento do eleitorado jovem que tornou possível a vitória socialista em 2004, na esteira do

movimento contra a Guerra no Iraque e a manipulação da informação sobre atentados terroristas pelo primeiro-ministro conservador José Maria Aznar.¹³

O voto conservador não foi afetado pelo movimento em função da fidelidade ao partido dos eleitores com essa tendência, assim como de sua desconfiança geral em relação a protestos populares. Na verdade, partidos como o Psoe, cuja legitimidade histórica se baseia na pretensão de representar os trabalhadores e a sociedade civil, e não o empresariado e as elites sociais, dependem da crença de sua base eleitoral de que ainda pode contar com eles. Desde que ficou claro, por meio do protesto do movimento, que o governo socialista estava mais interessado em afiançar os bancos e seguir as instruções de Angela Merkel do que em ajudar os jovens e preservar o bem-estar social, a desafeição política se concentrou nos socialistas. Eles perderam a maior parte do poder institucional de que gozavam em todo o país. Muitos observadores acreditam que vai levar um bom tempo para que eles se recuperem dessa derrota esmagadora – se é que isso vai ocorrer.

A Esquerda Unida (ex-comunista) melhorou consideravelmente seus resultados eleitorais, mais que triplicando seus assentos. Mas essa impressionante demonstração de flexibilidade dos comunistas traduziu-se, na verdade, em onze assentos num Parlamento de 350. O que as eleições nos mostram é que a nova política, presente no movimento, e a velha política, presente nas instituições, estão desconectadas na mente dos cidadãos que devem decidir, em última instância, se ousam conciliar seus sentimentos com seus votos.

Uma revolução rizomática¹⁴

Após meses de intensa atividade, levando às ruas centenas de milhares de pessoas, reunindo milhares em acampamentos, estabelecendo redes com movimentos semelhantes em todo o mundo, o impacto mensurável dos Indignados da Espanha parecia restrito: poucas de suas propostas se transformaram em política, seu principal impacto político fora contribuir para a quase destruição do Psoe e seus sonhos continuavam a ser sonhos.

Uma série de ações contra despejos ou denunciando abusos institucionais obteve a simpatia da opinião pública, mas não conseguiu afetar a cobiça dos proprietários de imóveis, a fria determinação dos provedores de empréstimos na execução de seus contratos, nem a aplicação burocrática da lei e da ordem pelas autoridades. Sim, houve e há centenas de assembleias autônomas em cidades e bairros do país, que se reuniam e se reúnem com periodicidade variada. Há um murmúrio incansável na internet – debates, ideias, projetos –, mas sem coordenação entre as diferentes vozes do movimento. Contudo, certo desconforto acabou se difundindo entre seus participantes mais ativos.

Em 19 de dezembro de 2011, os membros da comissão do setor internacional da Acampada Sol de Madri tomaram uma decisão simbólica: declararam-se em greve em relação à sua atividade e em situação de “reflexão ativa indefinida”. O motivo:

O 15M está perdendo participação, percebemos isso nas manifestações, nas assembleias, nos bairros, nas atividades, na internet. ... É hora de pararmos e formularmos para nós mesmos algumas perguntas sérias. ... Teríamos nos esquecido de ouvir um ao outro? Estaríamos reproduzindo as antigas formas de ativismo que se mostraram inúteis por excluírem tantas pessoas? ... O sucesso do movimento depende de sermos novamente os 99%. ... Vivemos um momento histórico singular, em que é possível mudarmos o mundo – e não podemos perdê-lo. ... Esperamos ser capazes de sair de nossas assembleias para nos juntarmos novamente com os outros, sem as restrições de nossas comissões e grupos de trabalho, para respirarmos novamente o ar fresco e construirmos um caminho comum. Um caminho que possa permitir-nos recuperar a força que tivemos e sacudir os lá de cima.¹⁵

Essa era uma clara manifestação do caráter autorreflexivo de um movimento que estava reinventando a política e não cairia na tentação de se tornar outra força nessa área, ao mesmo tempo que recusava a marginalidade de uma voz crítica sem influência na sociedade em geral. Para muitos, a questão era: o que vem em seguida? Propostas começaram a circular, uma delas indicando 12 de maio de 2012 como o dia de uma ação global coordenada visando a retomar a luta contra uma ordem social injusta. Mas havia uma questão anterior a ser considerada: o que conseguiu realizar esse movimento, a maior mobilização autônoma da Espanha depois de um longo período?

A resposta mais direta é que a verdadeira transformação estava ocorrendo na mentalidade das pessoas. Se as pessoas pensam de outra maneira, se compartilham sua indignação e acalentam a esperança de mudança, a sociedade acabará mudando de acordo com seus desejos. Mas como podemos saber se essa mudança cultural está realmente ocorrendo? É possível obter uma estimativa, embora bastante imprecisa, a partir das pesquisas de opinião a respeito da atitude da população espanhola em relação ao movimento.¹⁶ Desde a primeira delas, realizada em maio de 2011, até a última, no momento em que este livro está sendo escrito, realizada em novembro do mesmo ano e acessada em 18 de janeiro de 2012, coerentemente, cerca de $\frac{3}{4}$ dos espanhóis tinham simpatia pelo movimento e compartilhavam suas principais ideias com respeito à crítica do sistema político, à responsabilidade dos bancos pela crise e a uma série de outros temas. Setenta e cinco por cento consideravam o movimento uma fonte de regeneração democrática. Mas 53,2% dos entrevistados não achavam que o movimento tivesse ajudado a mudar a situação. A crise continuava e nada mudara na política habitual.¹⁷ Na verdade, era uma avaliação justa da situação.

Desse modo, o movimento vocaliza claramente os sentimentos e opiniões da população em geral. Não é um protesto marginal e se recusa a ser enquadrado num gueto ideológico radical. Suas ideias são difundidas e aceitas pela maioria porque se conectam com sua frustração. Mas as formas de ligar esses sentimentos à ação, levando à mudança material na vida das pessoas e das instituições sociais, ainda estão para ser exploradas. Porque a nova política é exatamente isso. Essa busca sincera empreendida pela maioria dos participantes do

movimento é ainda uma obra em progresso.

Mas há também um debate significativo em alguns círculos do movimento. Trata-se da crítica daquilo que muitos chamam de “visão produtivista da ação social”. Se não se consegue nada de concreto, é o fracasso. Eles argumentam que isso é a reprodução da lógica capitalista na avaliação do movimento. Ao internalizar o imperativo da produtividade, eles na verdade se envolvem numa perspectiva derrotista em relação aos objetivos originais de uma profunda transformação social. Porque, se for para obter um resultado preciso, não há como evitar a necessidade de um programa, uma estratégia, uma organização e um plano de ação que leve de A para B. Isso é tudo aquilo que os Indignados recusaram, pois sabem por experiência ou sentem por intuição aonde isso leva: a uma nova forma de democracia delegada e à submissão do significado da vida à racionalidade econômica.

Dessa forma, um sereno sentimento de paciência invadiu muitos ativistas. Vamos reconstruir a nós mesmos, diziam eles, de dentro para fora, sem esperar que o mundo mude para encontrarmos a alegria de viver em nossa prática cotidiana. Agora é inverno, e a primavera virá. Ela é a estação da vida e da revolução. Estaremos aqui. Haverá momentos: momentos de crise, momentos de luta, de dor, de heroísmo e de alegria, em que se abrem novas avenidas e milhões se reúnem a partir de seu próprio desejo, não porque alienaram sua liberdade a alguma bandeira erguida em seu nome.

Para uma corrente profundamente autorreflexiva do movimento, o que importa é o processo, mais que o produto. Na verdade, o processo é o produto. Não que o produto final (uma nova sociedade) seja irrelevante. Todavia, essa nova sociedade vai resultar do processo, não de um projeto preconcebido daquilo que o produto deveria ser. Essa é a verdadeira transformação revolucionária: a produção material da mudança social, não a partir de objetivos programáticos, mas das experiências conectadas dos atores do movimento.

É por isso que assembleias ineficientes são importantes, pois são as curvas de aprendizagem da nova democracia. É por isso que as comissões existem e morrem, não dependendo de sua eficiência, mas do comprometimento das pessoas que contribuem com seu tempo e suas ideias. É por isso que a não violência é uma prática fundamental,

pois um mundo não violento não pode ser criado pela violência, muito menos pela violência revolucionária. Por pensarem que essa lógica não produtivista do movimento é a transformação mental mais importante, eles aceitam a lentidão do processo e se preparam para uma longa jornada, pois a falta de pressa é uma virtude. Ela permite a autorreflexão, torna possível corrigir erros e fornece espaço e tempo para se desfrutar o processo de transformação do planeta como prelúdio à celebração do novo mundo que se está construindo. “Somos lentos porque vamos longe” foi um dos lemas mais populares do movimento.

Nessa longa jornada, os ritmos se alternam, às vezes aceleram, às vezes se acalmam. Mas o processo nunca para, mesmo que permaneça invisível por algum tempo. Há raízes da nova vida se espalhando por toda parte, sem um plano central, mas se movendo e estabelecendo redes, mantendo o fluxo de energia, esperando a primavera. Porque esses núcleos estão sempre conectados. Há núcleos de redes da internet, em âmbito local e global, e há redes pessoais, vibrando ao ritmo de um novo tipo de revolução cujo ato mais revolucionário é sua própria invenção.

b Metroscopia disponível em www.metroscopia.es/portada.html.

c Cocktail Analysis disponível em <http://tcanalysis.com/blog/posts/movimiento-15mdemocraciarealya-representatividad-movilizacion-social-y-canales-de-informacion>.

d Simple Lógica disponível em <http://simplelogica.com/iop/iop11002.asp>.

5. Occupy Wall Street: Extraindo o sal da terra

A indignação, o trovão, a centelha

A indignação estava no ar. Primeiro, subitamente, o mercado imobiliário naufragou. Centenas de milhares de pessoas perderam suas casas e milhões perderam grande parte do valor pelo qual haviam trocado suas vidas. Então o sistema financeiro chegou à beira do colapso em consequência da especulação e da ganância de seus administradores. Que foram socorridos. Com o dinheiro dos contribuintes. Eles não se esqueceram de recolher seus bônus milionários, recompensa por um desempenho canhestro. As empresas financeiras sobreviventes cortaram os empréstimos, fechando milhares de firmas, eliminando milhões de empregos e reduzindo profundamente os salários.

Ninguém foi considerado responsável. Os dois partidos políticos americanos priorizaram o socorro ao sistema financeiro. Barack Obama foi esmagado pela profundidade da crise e logo deixou de lado a maioria de suas promessas de campanha – uma campanha que havia levado esperança sem precedentes para uma nova geração que reingressava na política para revitalizar a democracia americana. O mais duro foi a queda. As pessoas ficaram desestimuladas e com raiva. Alguns começaram a quantificar sua raiva. A parcela da renda americana apropriada pelo 1% mais rico pulou de 9% em 1976 para 23,5% em 2007. O crescimento cumulativo da produtividade entre 1998 e 2008 chegou a cerca de 30%, mas os salários reais cresceram somente 2% durante a década. O setor financeiro apropriou-se da maior parte dos ganhos de produtividade, com sua parcela dos lucros crescendo de 10% na década de 1980 para 40% em 2007, e o valor de suas ações subiu de 6% para 23%, apesar de ele empregar apenas 5% do total da força de trabalho. Na verdade, o 1% mais rico apropriou-se de 58% do crescimento econômico nesse período. Na década anterior à crise, os salários reais por hora aumentaram 2%, enquanto a renda dos 5% mais ricos aumentou 42%. O salário de um diretor executivo

era cinquenta vezes maior que o do trabalhador médio em 1980 e 350 vezes em 2010.

Esses não eram mais números abstratos. Havia rostos também: Madoff, Wagoner, Nardelli, Pandit, Lewis, Sullivan. E eles estavam misturados aos políticos e altos funcionários do governo (Bush, Paulsen, Summers, Bernanke, Geithner e, sim, Obama), que racionalizavam a dor das pessoas e diziam ser necessário salvar o setor financeiro para salvar suas vidas. Além disso, o Partido Republicano encetou um ataque de vingança para derrubar um presidente popular que fora eleito defendendo o papel ativo do governo na melhoria do bem-estar da sociedade. O sucesso eleitoral dessa estratégia suicida permitiu que os republicanos dominassem o Congresso e bloqueassem a maioria das iniciativas de reforma, agravando a crise e aumentando seus custos sociais.

A primeira expressão da indignação popular foi a ascensão do Tea Party, mistura de populismo com libertarismo que ofereceu o canal de mobilização para uma variedade de opositores indignados com o governo em geral e com Obama em particular. No entanto, quando ficou claro que o Tea Party era bancado pelas Indústrias Koch, entre outras corporações, e que fora apropriado pelo Partido Republicano, como tropa de choque a ser sacrificada no estágio final do processo eleitoral, o grupo perdeu o poder de atração para muitos de seus participantes. Já os mais obstinados se tornaram militantes de uma causa manipulada: inviabilizar o governo para deixar livres as mãos das grandes empresas. Um sentimento de desespero se espalhou pelo país. E aí veio o trovão.

Ele chegou da praça Tahrir – uma ironia da história, considerando-se que, para a maioria dos americanos, só o petróleo e Israel têm relevância no Oriente Médio. No entanto, a imagem e o som da determinação das pessoas, contra todas as probabilidades, em derrubar ditaduras a qualquer custo reacenderam a fé no poder do povo, pelo menos em certos círculos de ativistas. O eco das revoltas árabes foi amplificado pelas notícias provenientes da Europa, em particular da Espanha, propondo novas formas de mobilização e organização, com base na experiência da democracia direta, como maneira de aprofundar a demanda por uma verdadeira democracia. Num mundo conectado ao vivo pela internet, cidadãos comprometidos

ficaram imediatamente a par de lutas e projetos com os quais podiam se identificar.

A campanha de Obama havia deixado sua marca em milhares de pessoas que acreditaram na possibilidade de uma mudança real, além de estabelecer uma nova forma de mobilização política, em que as redes da internet se tornaram cruciais, já que conectavam pessoas em bairros e salas de bate-papo para formar um movimento político insurgente. Eu documentei o poder dessa forma realmente nova de fazer política, inspirada na esperança propiciada pela internet, em meu livro *Communication Power*.¹

Muitos ex-obamistas, ao lado de milhares de pessoas que há algum tempo estão na linha de frente das lutas contra a injustiça social – incluindo os sindicatos de funcionários públicos que se mobilizaram em torno da campanha de Wisconsin para barganhar direitos –, mostraram-se receptivos aos rumores a respeito da #spanishrevolution e das manifestações dos gregos contra a crise. Alguns deles viajaram para a Europa. Viram os acampamentos, participaram de assembleias gerais e vivenciaram uma nova forma de deliberação e tomada de decisão, na verdade conectando-se com uma tradição histórica de movimentos liderados por assembleias de ambos os lados do Atlântico. Eles participaram de reuniões em que o apelo por uma manifestação global, a se realizar em 15 de outubro de 2011, sob o lema “Unidos pela mudança global”, foi debatido e decidido. Dessa maneira, as redes globais da esperança se estenderam positivamente para os Estados Unidos no verão de 2011. E então veio a centelha. No dia 13 de julho de 2011, a *Adbusters*, revista de crítica cultural com sede em Vancouver, postou no seu blog a seguinte convocação: “#occupywallstreet. Você está pronto para um momento Tahrir? No dia 17 de setembro, invada Lower Manhattan, monte barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupe Wall Street.” E prosseguia oferecendo detalhes:

Está em curso neste momento uma revolucionária mudança mundial do ponto de vista tático que é bom presságio para o futuro. [Há um] espírito nessa nova tática, uma fusão da praça Tahrir com as *acampadas* da Espanha.

A beleza dessa nova fórmula ... é sua pragmática simplicidade: falamos uns com os outros em vários encontros físicos e em assembleias populares virtuais. Nós nos concentramos naquilo que será nossa única demanda, uma demanda capaz de estimular a imaginação e, se concretizada, impulsionar-nos rumo à

democracia radical do futuro, ... e então nós saímos e tomamos uma praça de singular importância simbólica e nos arriscamos para fazer com que isso aconteça. Chegou a hora de empregar esse novo estratégia contra a maior corruptora de nossa democracia: Wall Street, a Gomorra financeira da América.

No dia 17 de setembro, queremos ver 20 mil pessoas fluindo para Lower Manhattan, montando barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupando Wall Street por alguns meses. Uma vez lá, vamos repetir incessantemente uma só demanda numa pluralidade de vozes. ... Segundo esse modelo, qual é nossa demanda elementar? ... [É a que] atinge o cerne do motivo pelo qual o establishment político americano é atualmente indigno de ser chamado de democracia: exigimos que Barack Obama nomeie uma comissão presidencial com a tarefa de pôr fim à influência do dinheiro sobre nossos representantes em Washington. É hora de DEMOCRACIA, NÃO DE EMPRESARIOCRACIA. Sem isso, estamos condenados.

Essa demanda parece captar o ânimo nacional neste momento, pois acabar com a corrupção em Washington é algo que todo americano, de direita ou de esquerda, anseia e apoia. ... Esse poderia ser o início de toda uma nova dinâmica social nos Estados Unidos, um passo além do Tea Party, na qual, em vez de sermos apanhados indefesos pela atual estrutura de poder, nós, o povo, começaremos a obter o que queremos, do desmonte de metade das mil bases militares americanas espalhadas pelo mundo à restauração da Lei Glass-Steagall ou à aplicação da lei dos três delitos para os criminosos do mundo empresarial. Iniciando com uma demanda simples – uma comissão presidencial para separar os políticos do dinheiro –, começamos a estabelecer a agenda para um novo país. Poste um comentário para que ajudemos uns aos outros a nos concentrar no que será nossa demanda. E então, em 17 de setembro, vamos mostrar nossa bravura, empacotar nossas barracas e nos dirigir a Wall Street levando conosco a nossa vingança. À luta, Culture Jammers HQ.

A data escolhida era simbólica: 17 de setembro é o dia do aniversário da assinatura da Constituição americana, embora poucas pessoas saibam disso. E assim, a convocação inicial para a ocupação queria restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro. Na verdade, houve outros grupos e redes envolvidos na origem do movimento Occupy, e alguns ativistas ressentiram-se com a atribuição da primeira convocação à *Adbusters*. Por exemplo, o AmpedStatus, rede de ativistas organizados em torno de um site, vem postando há algum tempo análises e informações sobre a destruição financeira da economia americana. Em 15 de fevereiro de 2010, David DeGraw postou o primeiro artigo de uma série de seis sobre a crise financeira nos Estados Unidos, cuja primeira frase dizia: “É chegado o momento de os 99% dos americanos se

mobilizarem e se manifestarem agressivamente sobre reformas políticas sensatas.”²

O site do AmpedStatus sofreu repetidos ataques cibernéticos da parte de agressores misteriosos. O Anonymous veio em seu socorro, e o site, assim como a rede em torno dele, sobreviveu e começou a construir o movimento dos 99%, planejando uma “Rebelião Empire State” e convocando a ocupação de Wall Street. Um subgrupo do Anonymous juntou forças com o AmpedStatus para criar a plataforma 99A, apresentada na rede social deste último site. No dia 23 de março de 2011, o Anonymous convocou um Dia da Fúria, na esteira de apelos semelhantes no mundo árabe. A coalizão 99A também convocou sem sucesso a ocupação, no dia 14 de junho, do Liberty Park (que depois passou a se chamar Zuccotti Park), a dois quarteirões de Wall Street. Nisso foi acompanhada por um grupo de ativistas novaiorquinos em protesto contra cortes orçamentários que haviam montado um acampamento conhecido como Bloombergville.

Essas redes de militantes evoluíram para formar a Assembleia Geral da Cidade de Nova York, conclamando o protesto com a mobilização popular e as organizações de base comunitária. É nesse contexto de militância exaltada em Nova York que a *Adbusters* convoca uma ocupação no dia 17 de setembro. Nenhuma das redes preexistentes viu algum problema em aderir à convocação e preparar conjuntamente a ocupação. Um teste de paternidade iria contradizer o espírito de um movimento cooperativo, descentralizado. Assim, todos concitaram as pessoas a “se rebelarem contra o sistema de tirania econômica de forma não violenta” e a estarem em Wall Street em 17 de setembro. Cerca de mil pessoas compareceram, manifestaram-se em Wall Street e ocuparam o Zuccotti Park. A centelha acendera uma fogueira.

A pradaria em chamas

A manifestação de 17 de setembro em Wall Street, com a subsequente ocupação do Zuccotti Park, foi seguida de diversas manifestações em Nova York, a despeito das centenas de prisões efetuadas pela polícia sob uma diversidade de pretextos. Quanto mais a polícia recorria à repressão, mais as imagens dessas ações postadas no YouTube mobilizavam manifestantes. A solidariedade com os ocupantes veio de muitas áreas. O Anonymous revelou o nome de um policial de Nova York que agrediu com cassetete, sem nenhum motivo, jovens mulheres que participavam de uma manifestação. No dia 27 de setembro, 2 mil pessoas reuniram-se em assembleia geral na área ocupada, com a participação do vereador de Nova York Charles Barron, de intelectuais como Cornel West e outros, tal como Michael Moore fizera dois dias antes. A New York Local of the Transport Workers Union of America decidiu, por votação, apoiar o movimento e juntar-se às manifestações. A AFL-CIO também declarou seu apoio e convocou seus membros para participar.

Em 1º de outubro, 5 mil pessoas tomaram a Brooklyn Bridge, onde a polícia montou uma armadilha, conseguindo prender mais de setecentas. Em resposta, no dia 5 de outubro, atendendo a uma convocação do Occupy Wall Street, juntamente com os sindicatos, 15 mil pessoas manifestaram-se desde a Foley Square, em Lower Manhattan, até o Zuccotti Park. A ocupação estava consolidada. Com imagens e notícias espalhando-se pela internet, a ocupação começou espontaneamente em muitas outras cidades nos primeiros dias de outubro: Chicago, Boston, Washington, São Francisco, Oakland, Los Angeles, Atlanta, Fort Lauderdale, Tampa, Houston, Austin, Filadélfia, Nova Orleans, Cleveland, Las Vegas, Jersey City, Hartford, Salt Lake City, Cincinnati, Seattle e até em frente à Casa Branca, assim como em inúmeros bairros e pequenas cidades por todo o país.

Os Mapas 1 e 2 mostram a *velocidade* e a *extensão* do movimento Occupy. Os dados representados nos mapas são incompletos, já que não existe uma base de dados confiável, unificada, sobre a ocupação, embora os ativistas, que elaboram o diretório no site occupy.net,

estejam fazendo um bom progresso nesse sentido. Mas é segura a estimativa de que o número de manifestações nos Estados Unidos era superior a seiscentos. Por exemplo, segundo estudo realizado por uma equipe dirigida por Christopher Chase-Dunn, na Universidade da Califórnia em Riverside, das 482 cidades da Califórnia, 143 tinham grupos Occupy no Facebook, indicando, geralmente, a existência de um espaço ocupado.³

Nem todos os acampamentos eram permanentes; muitos deles consistiam em reuniões diárias de assembleias e grupos de trabalho. Assim, o Occupy Youngstown, Ohio, realizava encontros regulares semanais para debater questões e postar as discussões em sua página no Facebook, quando então os participantes iam para casa passar a noite. Em outras palavras, havia uma considerável diversidade de formas de protesto e de modelos de ocupação. Mas está clara a rápida difusão do movimento por todo o país: Mosier, Oregon, com 430 habitantes, pode ter sido a menor cidade a ter uma ocupação, e cada estado teve pelo menos um local ocupado – até Dakota do Norte, o último em que se iniciou um acampamento.

A rápida propagação da chama do Occupy pela pradaria americana é cheia de significado. Mostra a profundidade e a espontaneidade do protesto, enraizado na indignação sentida pela maioria da população em todo o país, assim como na sociedade em geral. Também revela a oportuna escolha da ocasião por muitos que vocalizaram suas preocupações e debateram alternativas em meio a uma generalizada crise de confiança na economia e na organização política. Não era uma revolta no campus ou a manifestação de uma contracultura cosmopolita. Era entoada por tantas vozes e sotaques quanto os presentes numa sociedade altamente diversificada e multicultural.

Extensão das ocupações nos Estados Unidos, 17 de setembro-9 de outubro de 2011

O mapa mostra a localização das ocupações iniciais em 9 de outubro de 2011. Ele revela a rápida e difundida do movimento após a contenda inicial, na cidade de Nova York, em 17 de setembro de 2011. Os grandes círculos representam locais particularmente ativos, com o E indicativo por grandes ocupações, manifestações, piquetes e/ou atividades on-line. Embora uma abrangência total seja impossível, o mapa pretende ser o mais inclusivo e preciso

possível, com base nas informações disponíveis. Foi compilado por dados com referências cruzadas extraídas do API Facebook e da cobertura da mídia e das listas produzidas por Chris-Ann e Carrie-Strange (2011), collectivelocalnews.com, linedogsl.com, occupyalong, occupywallstreetevents.com e especialmente do diretório do occupy.net, que inclui a mais extensa relação de cidades. (Colecita e elaboração de Lana Swartz.)



Geografia do movimento Occupy nos Estados Unidos

O mapa mostra a localização de atividades relacionadas ao movimento Occupy em mais de mil cidades americanas em todos os cinquenta estados, além do Distrito de Colúmbia. Ele demonstra a profunda penetração do movimento em todo o país. As grandes cidades representam locais particularmente ativos, tal como indicado por grandes ocupações, manifestações, piquetes e/ou atividades on-line. Embora uma abrangência total seja impossível, o mapa pretende ser o mais inclusivo e preciso possível, com base

nas informações disponíveis. Foi compilado por dados com referências cruzadas extraídas do API Facebook, da cobertura da mídia e das listas produzidas por Chris-Ann e Carrie-Strange (2011), collectivelocalnews.com, linedogsl.com, occupyalong, occupywallstreetevents.com e especialmente do diretório do occupy.net, que inclui a mais extensa relação de cidades. (Colecita e elaboração de Lana Swartz.)



Quem, então, eram esses ocupantes? Havia de fato um alto grau de diversidade social e política entre os participantes do movimento. Havia também uma ampla variação, dependendo do nível de engajamento, desde a presença nos acampamentos em tempo integral até a participação em assembleias ou o envolvimento em manifestações ou atos de protesto. No momento em que este livro está

sendo escrito, os vários esforços de coleta de dados atualmente em curso não produziram resultados disponíveis. Mas pude usar alguns resultados preliminares daquela que parece uma fonte de dados confiável, a pesquisa on-line coordenada por Sasha Costanza-Chock, do MIT, e pela Rede de Pesquisa Occupy,⁴ constituída por ativistas dos Estados Unidos. Também comparei esses dados com os encontrados na amostra não representativa de visitantes do OccupyWallSt.org obtida por Hector Cordero-Guzman, do Baruch College.⁵

Com base nessas pesquisas, assim como na observação presencial de participantes do movimento, parece que a maioria das pessoas plenamente engajadas na maior parte dos acampamentos era constituída de jovens profissionais e estudantes na faixa dos vinte aos quarenta anos, com uma percentagem ligeiramente maior de mulheres que de homens. Cerca de metade deles tinha emprego em tempo integral, com um número significativo de desempregados, subempregados, empregados temporários ou em tempo parcial. O nível de renda da maioria parecia estar em torno da média dos americanos. Era um grupo de pessoas instruídas, inúmeras delas com diplomas de ensino médio e muitas com curso universitário completo.

Assim, como ocorreu com movimentos semelhantes em outros países, os participantes do Occupy pareciam pessoas relativamente jovens e instruídas, cujas expectativas profissionais se veem limitadas na economia atual. Em sua ampla maioria são brancos, embora haja presença de minorias, em particular de afro-americanos, que frequentemente organizam suas próprias reuniões no interior do movimento. No entanto, somente cerca de $\frac{1}{5}$ dos ocupantes realmente dormia nos acampamentos. A ampla maioria participava das atividades diárias, e cerca de $\frac{3}{4}$, das manifestações de rua.

Assim, para apreender a diversidade do movimento, devemos incluir muitas outras categorias presentes nas atividades, em particular sindicalistas de meia-idade, assim como pessoas da classe trabalhadora na faixa dos cinquenta anos, algumas delas desempregadas e arcando com o peso da recessão em suas vidas. Vários veteranos estiveram nos acampamentos e na linha de frente das manifestações. E, com o prolongamento das ocupações, os locais, em sua maioria, se tornaram refúgios para sem-teto que ali encontravam comida, abrigo e proteção. Mas sua proporção entre os ocupantes era

limitada, a despeito de sua alta visibilidade social. Com frequência houve tensão entre os ocupantes a respeito de como lidar com a presença deles, mas era ideologicamente impossível reproduzir o mesmo tipo de preconceito em relação aos sem-teto que permeia a sociedade estabelecida.

A diversidade dos ocupantes era ainda maior em termos de suas preferências ideológicas e políticas: os anarquistas eram os mais expressivos, mas os liberais (alguns deles republicanos) estavam presentes, assim como alguns ex-militantes desencantados do Tea Party e uns poucos esquerdistas não convencionais. Mas, de modo geral, o movimento era composto de uma ampla maioria de eleitores democratas, assim como de pessoas politicamente independentes, em busca de novas formas de transformar o mundo e/ou afastar a ameaça da crise em suas vidas.

A característica mais importante dos ocupantes talvez seja o fato de que o movimento tinha seus antecedentes, ainda que ele fosse espontâneo e não tivesse liderança. Cálculos preliminares da Rede de Pesquisa Occupy indicam que a ampla maioria das pessoas que atuaram no movimento havia participado de vários movimentos sociais e se envolvera em organizações não governamentais e campanhas políticas. Também tinham presença em redes de militância na internet, postando vídeos e participando de animados fóruns políticos. Ao convergirem no movimento Occupy Wall Street a partir de múltiplas correntes de resistência e política alternativa, formaram um caudaloso rio de protestos e projetos que inundou as planícies, escalou as montanhas e se aninhou em cidades de todo o país.

A rápida difusão geográfica do movimento foi reflexo de sua propagação viral pela internet. O movimento nasceu na internet, difundiu-se pela internet e manteve sua presença pela internet, já que muitas ocupações, assim como grupos específicos e outras redes sociais, criaram seus próprios sites.

Ao mesmo tempo, porém, a forma de existência material do movimento foi a *ocupação do espaço público*. Um espaço em que os manifestantes podiam reunir-se e formar uma comunidade para além de suas diferenças. Um espaço de convivência. Um espaço de debate, onde se passava da contestação de um sistema injusto à reconstrução da sociedade de alto a baixo. Em suma, um espaço de autonomia. Pois

só sendo autônomos eles podiam superar as múltiplas formas de controle político e ideológico e encontrar, individual e coletivamente, novos modos de vida.

Assim, o movimento Occupy construiu *uma nova forma de espaço*, uma mistura de espaço de lugares, num determinado território, e espaço de fluxos, na internet. Um não conseguia funcionar sem o outro; esse espaço híbrido é que caracterizava o movimento. Os espaços tornam possível interagir face a face, compartilhar a experiência, o perigo e as dificuldades, assim como, em conjunto, enfrentar a polícia e suportar a chuva, o frio e a perda do conforto em suas vidas cotidianas. Mas as redes sociais da internet permitiram que a experiência fosse divulgada e amplificada, trazendo o mundo inteiro para o movimento e criando um fórum permanente de solidariedade, debate e planejamento estratégico.

Os espaços ocupados também criaram *uma nova forma de tempo*, que algumas pessoas nos acampamentos caracterizaram como uma sensação de “eternidade”. A rotina de suas vidas diárias foi interrompida; abriu-se um parêntese com um horizonte temporal indefinido. Muitos pensavam que a ocupação iria durar enquanto as instituições permanecessem insensíveis a suas críticas e exigências. Dada a incerteza em relação a quando e se a remoção viria, as ocupações viviam na base do dia a dia, sem prazos finais, liberando-se, desse modo, de restrições temporais, enquanto consolidavam a ocupação em sua experiência de vida cotidiana. Isso fez do tempo atemporal da ocupação uma experiência simultaneamente exaustiva e divertida, porque, como disse um ocupante em Washington:

Estamos cansados e ficamos molhados e com frio. Compartilhar vasos sanitários portáteis, andar treze quarteirões para chegar aos chuveiros que a CWA nos deixa usar, escovar os dentes e cuspir num copo de papel úmido é desgastante. ... Mas nós comparecemos [à assembleia geral] e ouvimos todo mundo que tem uma opinião ou proposta e acabamos chegando a um consenso. ... Quando me sentei ali, observando os ocupantes plenamente engajados, fiquei mais uma vez maravilhado. É assim que deveria ser. Temos um longo caminho a percorrer, mas frequentemente sinto um arrepio percorrer minha espinha, para cima e para baixo, dizendo que é essa a imagem da esperança.⁶

Essa esperança nasceu da constatação material de que outra vida é possível na comunidade provisória surgida no protesto.

Nas grandes ocupações, como as de Nova York, Los Angeles ou Oakland, a vida cotidiana era organizada com muito cuidado. Montavam-se barracas, depois sanitários, cozinhas, creches, espaços lúdicos para crianças, jardins comunitários, bibliotecas populares, uma Universidade Occupy – em que palestrantes eram convidados a falar para ocupantes –, além de centros de mídia, por vezes com energia produzida por bicicletas. Organizava-se a assistência médica com o trabalho voluntário de profissionais de medicina, dispunha-se de equipes jurídicas, instalavam-se redes Wi-Fi, desenvolvia-se um site, cuidava-se da segurança do acampamento, mediavam-se os conflitos e havia até uma equipe de acolhimento que oferecia excursões turísticas a visitantes curiosos sobre o movimento e que talvez tivessem interesse em integrá-lo.

Havia também a espinhosa questão de administrar as doações. O dinheiro era necessário para comprar suprimentos para centenas de pessoas, mas também para pagar a fiança das que eram presas e apoiar os ativistas do movimento. De fato, o movimento Occupy recebeu centenas de milhares de dólares em doações. A questão passou a ser como administrá-las, de vez que não havia nenhuma entidade legalizada capaz de abrir uma conta bancária. Em alguns casos, as pessoas a cargo do comitê de doações colocavam à disposição suas contas pessoais. Mas, evidentemente, isso suscitava questões como o pagamento de impostos de pessoas físicas e a possibilidade de desfalques. É surpreendente que haja poucos casos conhecidos de apropriação indébita desses fundos. Muitas vezes os acampamentos foram legalizados para fins de prestação de contas. A questão passou a ser a necessidade de pagar impostos pelo dinheiro depositado nessas contas, algo a que o ramo libertário do movimento se oporia. Mas todas essas decisões a serem tomadas eram o que constituía o processo de experimentação que estava no cerne do movimento.

Por mais importante que fosse a organização material da ocupação, foi o processo de comunicação que permitiu ao movimento obter coesão interna e apoio externo. As redes de comunicação eram os vasos sanguíneos do movimento Occupy.

Um movimento em rede

O Occupy Wall Street nasceu digital. O grito de indignação e o apelo à ocupação vieram de vários blogs (Adbusters, AmpedStatus e Anonymous, entre outros) e foram postados no Facebook e difundidos pelo Twitter. A *Adbusters* registrou a *hashtag* #occupywallstreet em 9 de junho de 2011 e o incluiu no primeiro apelo à manifestação veiculado em seu blog, que era ligado ao seu grupo no Facebook, em 13 de julho. Grupos e redes de ativistas atuando na internet ouviram e divulgaram o chamado, além de tecerem comentários em apoio à iniciativa. Boa parte da primeira leva de tuítes no mês de julho chegou da Espanha, onde o movimento dos indignados encontrava uma nova esperança no planejado confronto direto com o núcleo do capital financeiro. Com a expansão do movimento, o Twitter tornou-se a ferramenta fundamental para a comunicação interna nos acampamentos, assim como para conectá-los a outras ocupações e para o planejamento de ações específicas.

Um estudo inédito de Kevin Driscoll e François Bar, do Annenberg Innovation Lab da USC, coletou tuítes continuamente, desde 12 de outubro de 2011, comparando-os com um conjunto em expansão de aproximadamente 289 expressões e palavras-chave correlatas. No mês de novembro, eles observaram cerca de 120 mil tuítes relacionados ao movimento num dia típico, com um pico de mais de 500 mil durante a incursão ao Zuccotti Park, no dia 15. A análise de Gilad Lotan sobre o tráfego no Twitter relacionado ao movimento mostra que os picos estiveram associados a momentos cruciais, como a primeira tentativa de remoção da Ocupação do Zuccotti Park, em 13 de outubro.⁷

Em muitos casos de ameaça de ação policial contra as ocupações, as redes do Twitter alertaram milhares de pessoas, e sua mobilização solidária instantânea desempenhou destacado papel na proteção dos ocupantes. Usando o Twitter a partir de seus celulares, os manifestantes conseguiam divulgar constantemente informações, fotos, vídeos e comentários, construindo uma rede de comunicação em tempo real que cobria o espaço ocupado.

O tema dos 99% foi popularizado, em grande parte, pela página do

Tumblr “Nós somos os 99%”, postada inicialmente em meados de agosto, antecipando os protestos de 17 de setembro, por Chris (que preferiu não informar seu sobrenome) e Priscilla Grim, profissionais de mídia trabalhando em Nova York e envolvidos na militância social. De início, ambos preferiram se manter anônimos, assinando “Levado a vocês pelas pessoas que querem Ocupar Wall Street”. O Tumblr, rede social criada em 2007, foi caracterizado por Rebecca Rosen, da revista *The Atlantic*, como um “confessionário cooperativo” que, no caso dos movimentos sociais, pode ser usado para criar uma “história self-service” e demonstrar que “o poder da narrativa pessoal no rádio, em um livro, no YouTube ou no Tumblr atravessa o clamor e o cinismo da crítica e dá forma e textura à nossa história nacional”.⁸

Os posts no Tumblr podem consistir numa citação, numa foto, num vídeo ou num link, e não num texto longo como nos posts tradicionais dos blogs. Muitos blogs do Tumblr consistem em fotografias e outras expressões da mídia a respeito de determinado tema. Os tópicos geralmente são humorísticos e divertidos. Os usuários “seguem” outros blogs do Tumblr e podem ver em sua conta um conjunto de todos os posts seguintes desses blogs. O Tumblr permite que os usuários façam parte de blogs de grupo produzidos em colaboração. Eles podem “reblogar” outros posts em seus próprios blogs do Tumblr e compartilhá-los com seus seguidores. E é fácil implementar uma forma que permite aos usuários apresentar mensagens anônimas.

Isso foi fundamental para a difusão do grupo “Nós somos os 99%”, porque o Tumblr forneceu uma plataforma para o relato de histórias pessoais no anonimato. A maioria das pessoas escondia o rosto no vídeo, mas contava seus dramas pessoais no confronto com uma sociedade injusta. Em outubro de 2011, o site do grupo estava recebendo cerca de cem solicitações de admissão por dia. Já em fevereiro de 2012 havia 225 páginas de posts. Enfatizando o papel do Tumblr como característica peculiar do movimento Occupy Wall Street, Graham-Felsen escreveu:

Por que o Tumblr se tornou a plataforma confiável deste momento? Como vimos no Irã, o Twitter pode ser uma poderosa ferramenta de difusão por fornecer relatos minuto a minuto de novos acontecimentos e amplificar mensagens concretas (“Abaixo Ahmadinejad”). E no Egito o Facebook foi fundamental no recrutamento de manifestantes e no agendamento das marchas na praça Tahrir. Mas o Tumblr não serviu a nenhum desses propósitos para o Occupy Wall Street,

um movimento difuso e sem líderes, com um objetivo deliberadamente indefinido. Em vez disso, o Tumblr humanizou o movimento. Ele é um veículo poderoso em termos de contar histórias, e esse movimento trata exatamente de histórias – de como as políticas econômicas do país nos fizeram sair da escola, nos afogaram em dívidas, adiaram permanentemente nossas aposentadorias e separaram nossas famílias. “Nós Somos os 99%” é a coisa mais próxima que já tivemos do trabalho da Administração de Segurança das Fazendas – que contratou fotojornalistas para documentar as condições dos agricultores durante a Grande Depressão – e pode muito bem vir a ser lembrado como a história social definitiva desta recessão.

Num comentário eloquente, Ezra Klein escreveu no *The Washington Post*: “Não foram as detenções que me convenceram de que o ‘Occupy Wall Street’ merecia uma cobertura séria. Tampouco sua estratégia de imprensa, que consistia amplamente em tuitar jornalistas para cobrirem um pequeno protesto incapaz de dizer exatamente o que pretendia atingir. Foi um Tumblr intitulado ‘Nós Somos os 99%’.”⁹

As redes sociais da internet mobilizaram apoio suficiente para que as pessoas se reunissem e ocupassem o espaço público, territorializando seu protesto. Uma vez organizados os acampamentos, elas estabeleceram sua presença como ocupações específicas na internet. A maioria dos acampamentos criou seu próprio site, organizou um grupo no Facebook ou ambos. Membros dos comitês da web criaram pontos de acesso nos acampamentos e as pessoas conectaram seus telefones a computadores para permanecer on-line. A diversidade do movimento Occupy podia ser detectada por sua existência na web, por vezes com páginas muito ricas em termos gráficos e de conteúdo.

A maioria das ocupações de grande porte ou particularmente ativas tinha seus próprios sites. Estes serviam para organizar o movimento, mas também para criar uma presença pública. A maior parte tinha as seguintes seções: Contato (para fazer contato com membros dos comitês de relações com a imprensa etc.); Como participar (uma lista de comitês, horários e locais das assembleias gerais); Suprimentos, a serem fornecidos por doação; Recursos (um conjunto de documentos explicando como fazer uma ocupação, os protocolos da assembleia geral, como lidar com a polícia); Calendário de eventos e notificações e fóruns de discussão (alguns abertos, outros protegidos por senhas). Além disso, a maioria desses sites tinha um fórum em que o visitante podia criar uma conta. Alguns fóruns de discussão podiam ser vistos

por qualquer visitante, mas outros eram protegidos por senhas e abertos apenas a usuários registrados. Minutas, propostas e documentos ratificados (incluindo listas de exigências) eram postados na web, geralmente com um comentário. Essa foi uma prática essencial para garantir a transparência do movimento.

Grande parte tinha um grupo no Facebook. Esses grupos eram usados para complementar os sites das grandes ocupações e serviam como sites básicos para as que eram pequenas ou tinham menos domínio da tecnologia. Também serviam como diretórios para ajudar os membros a permanecer em contato, enviar mensagens privadas ou postar algo nos murais da rede. Os grupos eram usados igualmente para fins de organização: fazer anúncios, postar itens do calendário e enviar mensagens a todos os seus membros. Apesar de sua utilidade, o Facebook era criticado no movimento por ser uma plataforma com proprietários, o que se chocava com a abertura valorizada pelo movimento. Da mesma forma, o novo software de reconhecimento facial do Facebook identifica imediatamente pessoas em fotografias, e isso era malvisto, dada a desconfiança de que o Facebook não protegeria a privacidade caso intimado por autoridades.

Assim, alguns ocupantes habilidosos tentavam usar alternativas ao Facebook, como o N-1, o Ning ou o Diaspora. Outros dedicaram-se ao desenvolvimento de um “Facebook do Occupy” chamado Global Square, amplamente divulgado pelo WikiLeaks. Um protótipo funcional supostamente estaria disponível em algum momento de 2012. Nas palavras de seus criadores:

O objetivo da plataforma não deveria ser substituir as assembleias físicas, mas capacitá-las a fornecer as ferramentas on-line para a organização e a colaboração locais e (trans)nacionais. O ideal seria tanto estimular a participação individual quanto estruturar a ação coletiva. O Global Square será nosso espaço público próprio, em que diferentes grupos poderão se reunir para organizar suas praças e assembleias locais.¹⁰

Entretanto, acima de tudo, o movimento baseava-se em plataformas comercialmente disponíveis, prontas para serem usadas. Desse modo, os militantes se tornaram vulneráveis a intimações para fornecer informações sobre tuítes, para violar a privacidade dos usuários com consequências potencialmente graves.¹¹

O Livestreams, uma coleção de ferramentas que permite aos

usuários transmitir conteúdos de vídeo em tempo real pela internet, também foi uma tecnologia importante para o movimento. Seus conteúdos são efêmeros, mas se revelam essenciais em momentos de repressão policial. Durante as incursões, frequentemente ocorria um apagão na mídia tradicional, o que não acontecia com o Livestreams. Por exemplo, nas primeiras horas do dia 11 de outubro, o Occupy Boston enfrentou uma onda de violência policial acompanhada de detenções. Calcula-se que mais de 8 mil pessoas estivessem assistindo ao Livestreams às três da manhã. Quando o Livestreams de uma ocupação deixou de transmitir, aquilo tornou-se o símbolo de que a manifestação fora efetivamente silenciada, o que se transformou numa experiência mobilizadora para os que assistiam em casa.

A utilização desse recurso é realmente controversa no movimento. Como seus usuários mostram a ocupação de um ponto de vista próprio, narrando os eventos tal como os veem, muitos atingiram certo grau de celebridade dentro do movimento e foram identificados como porta-vozes por pessoas de fora. Isso levou à crítica de que alguns estavam explorando o movimento em busca de vantagens pessoais, incluindo patrocinadores de empresas prestadoras desse serviço. Na maior parte do tempo, as ocupações eram muito tediosas; a repressão, a violência e outras “ações” eram relativamente raras. Os usuários foram criticados por gravitar em torno do sensacionalismo e deturpar a verdadeira experiência da maioria das pessoas presentes nas ocupações. Também foram acusados de serem, como disse um deles, “informantes passivos”, ou seja, pessoas que fornecem à polícia, inadvertidamente, evidências sobre gente envolvida na ocupação.¹²

Assim, os sites do Occupy eram núcleos de redes de comunicação com o mundo em geral e dentro das ocupações. Essas redes eram um híbrido de formas de comunicação, tanto digital quanto face a face, baseadas na formação de comunidades, na interação interpessoal, na constituição de redes sociais e na postagem pela internet. Desse modo, o SMS foi importante, particularmente para coordenar ações e manter o contato, da mesma forma que as listas de distribuição de e-mail para difundir informações. Conferências eletrônicas, usando o Mumble e outras tecnologias Voip, permitiam a deliberação entre locais distantes.

Mas as publicações impressas também foram veículos importantes,

incluindo jornais como *Occupied WJS*, *Occupy! N+1* ou *Tidal*, assim como uma multiplicidade de boletins locais impressos. As deliberações e as tomadas de decisão das pessoas nos acampamentos baseavam-se na interação humana direta, como os sinais manuais nas assembleias gerais e o emprego generalizado do “microfone do povo”, quando alguém diz uma coisa a uma plateia que repete cada frase em voz alta de modo que todos possam ouvir sem que haja equipamentos de amplificação. Além de seus usos práticos, o microfone do povo simboliza o pertencimento e a experiência comunitária, reproduzindo formas de comunicação utilizadas no passado em movimentos de desobediência civil.

Depois que os locais ocupados foram esvaziados sob pressão da polícia e do inverno, o movimento não desapareceu. Prosseguiu de diversas maneiras nas redes da internet, sempre repletas de ideias e manifestos e sempre prontas a aterrissar novamente do espaço dos fluxos no espaço dos lugares. De fato, o Occupy Wall Street é um movimento híbrido em rede que liga o ciberespaço ao espaço urbano por intermédio de múltiplas formas de comunicação.

Além disso, para ser autônomo em relação à mídia tradicional sem aceitar o isolamento dos 99%, o movimento é automediado, tanto na internet quanto dentro de seu espaço público autônomo, misturando em suas mensagens queixas e esperança. Na verdade, os sinais manuais usados nas assembleias gerais destinam-se a facilitar sua difusão viral pela internet. Toda a atividade dos acampamentos e das manifestações é amplamente encenada para ser expressa na mídia social, conectando-se dessa forma com a sociedade em geral. Há no movimento a prática constante de contar histórias. Todos tiram fotos e fazem vídeos, depois carregam-nos no YouTube e nos múltiplos sites de rede social. Esse é o primeiro tipo de movimento que conta todo dia sua própria história, com suas múltiplas vozes, de um modo que transcende o tempo e o espaço, projetando-se na história e alcançando as vozes e visões globais de nosso mundo.

Em termos mais profundos, o movimento começou a ocupar Wall Street, núcleo-chave das redes globais de dominação financeira, invadindo territórios adjacentes e organizando comunidades livres. Os ocupantes usavam o autônomo espaço dos fluxos nas redes da internet para tomar simbólicos espaços de lugares, dos quais podiam desafiar,

com sua presença e suas mensagens, o espaço financeiro dos fluxos a partir do qual os poderes globais dominam a existência humana.

Democracia direta na prática

Desde o início, o movimento Occupy experimentou novas formas de organização, deliberação e tomada de decisão como modo de aprender, fazendo, o que é a verdadeira democracia. Essa é uma característica fundamental do movimento. A instrumentalidade não era um valor supremo, a autenticidade, sim. Os ocupantes não desejavam reproduzir em suas práticas o tipo de democracia formal e de liderança personalizada a que se opunham. Eles inventaram, pouco a pouco, um novo modelo organizacional que, com variações, esteve presente na maioria das ocupações. Surgiu originalmente nas experiências do Egito e da Espanha, e depois passou por um processo de coevolução entre os muitos lugares ocupados mediante a polinização cruzada, a consulta mútua e a retroalimentação. Como muitas ocupações criaram seus próprios sites, todas as orientações sobre organização e experiências de tomada de decisão cooperativa foram postadas e transmitidas pelas redes. Foi assim que emergiu um padrão organizacional amplamente comum.

A característica mais importante era a ausência deliberada de liderança formal. Não havia líderes no movimento em âmbito local, nacional ou global. Esse era um princípio básico aplicado pela multidão de ocupantes com a maior determinação sempre que alguém tentava assumir papel de destaque. Foi realmente um experimento de organização de movimentos sociais. Ele desmentiu o arraigado pressuposto de que nenhum processo sociopolítico poderia funcionar sem algum tipo de orientação estratégica e de autoridade vertical. No movimento Occupy, não havia liderança, fosse ela tradicional ou carismática. E certamente não havia liderança pessoal. Havia funções de liderança, mas estas eram exercidas em âmbito local, pela assembleia geral que se reunia regularmente no espaço ocupado. Havia também funções de coordenação que ajudavam a estruturar decisões coletivas, e estas eram assumidas por redes de consulta interativas da internet.

Entretanto, para garantir alguma forma de iniciativa eficiente de maneira compatível com o princípio das assembleias soberanas sem

delegação, surgiram formas organizacionais mais complexas. Como essa foi uma das inovações sociais importantíssimas do movimento, vale a pena analisá-la de modo um tanto detalhado. Não é preciso dizer que uma diversidade de experiências organizacionais não pode ser reduzida a um só padrão. Mas, no que se segue, apenas tentarei analisar os fatores-chave, frequentemente repetidos nas ocupações maiores, de modo que possamos considerar a existência de um modelo implícito de democracia direta emergindo da prática do movimento.

Para construir, juntamente com minha equipe, esse tipo ideal de organização Occupy, nos baseamos nos sites das ocupações que frequentemente postavam orientações explicando como participar e como se organizar. A descrição aqui fornecida baseia-se em citações diretas dessas orientações. Isso porque, já que esses documentos circularam livremente dentro do movimento e entre as ocupações, muitos deles incluem terminologias e imagens semelhantes. Trata-se de outro exemplo da importância da internet na prática do movimento.

O poder da tomada de decisão em determinado local ocupado estava nas mãos, exclusivamente, da assembleia geral. Esta era um “encontro aberto horizontal, sem liderança, baseado no consenso” (descrição usada em quase todos os sites do movimento e guias de assembleias). Todos os presentes à assembleia geral tinham direito de participar. Qualquer um podia fazer ou apresentar uma proposta. Esperava-se que todos, menos os que tinham preferido abster-se ou observar, participassem do processo de tomada de decisão mediante sinais manuais. Embora não houvesse líderes, a assembleia era facilitada ou moderada por pessoas do comitê de facilitação, em geral em regime de revezamento.

A maior parte das ocupações seguia as mesmas regras gerais, embora algumas pudessem ter normas ligeiramente diferentes: “Não existe um único líder ou corpo de governo na assembleia geral – as vozes de todos são iguais. Todos são livres para propor uma ideia ou expressar uma opinião como parte da assembleia geral.” Idealmente, apenas decisões que afetam o grupo como um todo são levadas à assembleia. Ações menores realizadas fora da ocupação podem ser planejadas em pequenos grupos sem a aprovação dela. Grupos de afinidade e de trabalho podem tomar decisões por si mesmos, mas

precisam levar à assembleia geral assuntos que afetam o conjunto da ocupação.

Cada proposta segue o mesmo formato básico: um indivíduo descreve a proposta e explica por que está sendo apresentada e como pode ser executada. Outros membros da assembleia expressam seu apoio, fazem perguntas ou reagem a ela. Após discussões exaustivas, e quando há indicações de que o grupo está perto de um consenso, o facilitador convoca toda a assembleia a expressar, mediante uma série de gestos manuais, sua opinião sobre a proposta (ver Figura 2). Havendo um consenso positivo, ela é aceita e tem início a ação direta. Se não há consenso, o indivíduo que fez a proposta é solicitado a revisá-la e voltar a submetê-la à assembleia até que se chegue a um acordo. Algumas assembleias gerais exigem consenso total, mas outras adotaram o consenso restrito ou parcial (como os 90%, por exemplo). Esse foi um tema controverso em muitas ocupações. Como é tão difícil chegar a um consenso, os membros da assembleia geral podem expressar diferentes tipos de discordância: abstenção – por motivos que incluem não apoiar, ter reservas ou conflito pessoal – e obstrução. Em tese, só se deve recorrer à obstrução em situações extremas. Na prática, ela é usada com certa frequência.

Figura 2. Fluxo de consenso e sinais manuais no movimento Occupy



Para implementar decisões da assembleia geral, organizar o acampamento e se engajar na prática, formavam-se comitês. A maioria das ocupações incluía alguma combinação dos seguintes comitês, embora alguns pudessem usar nomes diferentes ou apresentar categorias ligeiramente diversas: facilitação, mídia, serviços comunitários, alimentação, ação direta, manutenção da paz/segurança, serviços sanitários/sustentabilidade, finanças/recursos, jurídico, médico, mídia social, programação dos computadores, pessoas de cor, relações com a imprensa etc. Para serem reconhecidos oficialmente, os comitês precisavam ser aprovados pela assembleia, embora grupos menos formais, os chamados grupos de afinidade, prescindissem disso. O papel dos comitês era descobrir especificidades e formular propostas a serem apresentadas à assembleia geral para aprovação geral, assim como identificar e passar informações que todos precisassem levar em consideração. As posições de membro e líder dos grupos de trabalho estavam abertas a todos, mas na verdade eram ocupadas por aqueles que compareciam regularmente, assumiam responsabilidades e cumpriam suas promessas. Esses papéis acabaram associados a determinados indivíduos que se tornaram pessoas-chave nos comitês.

Para serem mais operativas, sem trair o princípio da ausência de liderança, muitas ocupações adotaram o modelo do Spokes Council, ou Conselho de Porta-Vozes, na tentativa de garantir uma comunicação melhor entre grupos de trabalho e comitês, criar mais responsabilidade e limitar o poder que os visitantes às vezes têm de desviar o processo de obtenção de consenso. Spokes, ou porta-vozes, são indivíduos nomeados por comitês ou grupos de trabalho para representar suas posições.¹³ As principais tarefas desses conselhos são descritas como: coordenação eficaz entre grupos operacionais e de afinidade; tomar decisões orçamentárias; e possibilitar o envolvimento da assembleia geral em discussões mais amplas do movimento, em vez de se “atolar” em decisões demoradas sobre a implementação de suas orientações gerais.

O Spokes Council era considerado controverso por muitos participantes do movimento, e alguns não o reconhecem. Como disse um ocupante ao *The Village Voice*: “Acho que, com o processo do Spokes Council, os grupos de trabalho se transformam em

organizações e depois em partidos. Qual é a razão para nos marginalizarmos?”¹⁴ Mas nenhuma ocupação pode adotar esse tipo de conselho sem aprovação da assembleia geral. O Spokes Council foi criado para facilitar o processo de tomada de decisão, tornando-o produtivo e eficiente entre aqueles que trabalham ativamente em favor do movimento. Está aberto para receber as observações de todos, mas para participar é preciso ser membro ativo de um grupo de trabalho ou de afinidade. No entanto, tomam-se medidas para assegurar que essas decisões sejam abertas e transparentes: todas as decisões de um Spokes Council são tomadas num local fechado, amplamente divulgado, com amplificação sonora, de modo que todos possam ouvir, além de transmitidas pelo Livestreams; ademais, todas as decisões, minutas de reuniões e detalhes orçamentários devem ser totalmente transparentes e postados no site.

Grupos de três diferentes tipos participam desses conselhos:

1. Grupos de trabalho: envolvidos em funções logísticas em benefício da ocupação. Algumas ocupações dividem-nos em grupos operacionais, que trabalham na organização material e financeira do movimento no cotidiano, e grupos do movimento, dedicados às ações e campanhas do movimento, frequentemente na base de projetos.
2. Grupos de afinidade: dotados de autodeterminação e baseados na experiência comum de ter sido marginalizado na sociedade por motivos que incluem (mas não se limitam a) raça, identidade de gênero, sexualidade, capacidade física ou condição de sem-teto. Os conjuntos de grupos de afinidade têm os mesmos poderes que os conjuntos de grupos de trabalho. Eles têm ainda a capacidade de bloquear propostas que possam ter consequências desproporcionalmente adversas para o conjunto de seus membros.
3. Além disso, um grupo ou conselho podem ser encarregados de representar aqueles que estão acampados em tempo integral, mas não estão envolvidos em grupos de trabalho ou de afinidade.

Em termos do processo, diante de cada conselho, os grupos de trabalho e de afinidade decidem quanto à formação de um conjunto ao qual se alinhar. Antes de se apresentar no conselho, cada conjunto

se reúne para debater e elaborar propostas. Cada conjunto escolhe uma pessoa que servirá de “porta-voz”. Os porta-vozes sentam-se em círculo no meio do espaço destinado à reunião, com os demais membros do conjunto sentados imediatamente atrás. Os indivíduos dos diferentes grupos de trabalho e de afinidade têm liberdade para se sentar em qualquer conjunto de que façam parte. Há um revezamento de porta-vozes a cada encontro. Eles são os únicos indivíduos que podem falar nos conselhos, mas devem antes consultar os membros de seu conjunto e refletir com precisão sua vontade. Os porta-vozes apresentam ao conselho propostas elaboradas pelos conjuntos. Estes discutem a proposta entre seus membros, e os porta-vozes apresentam o conteúdo dessas discussões ao grupo como um todo. Depois do debate, os porta-vozes apelam para um consenso moderado sobre a proposta. O modelo do conselho de porta-vozes torna mais difícil que indivíduos bloqueiem uma proposta sem o consenso de seu conjunto.

A complexidade desse modelo organizacional expressa a tensão entre o princípio da democracia integral, baseado na não delegação de poder nas tomadas de decisão, e a necessidade instrumental de atingir um consenso que leve à ação. Embora muitas das práticas observadas se desviassem do padrão de fluxos interativos de decisão, em múltiplas camadas, apresentado nessa visão sintética de um movimento governado por assembleias e implementado por comitês, ela transmite a profundidade da busca de novas formas políticas, no interior do movimento, que poderiam prefigurar novas formas de democracia para a sociedade em geral. Assim fazendo, o movimento Occupy está desafiando a prática atual das instituições políticas dos Estados Unidos, enquanto recorre aos princípios fundadores da democracia de base comunitária como uma das fontes da revolução norte-americana.

Um movimento sem demandas: “O processo é a mensagem”¹⁵

O movimento surgiu como uma expressão amplamente espontânea da indignação. Recebeu uma infusão de esperança de um mundo melhor, que começou a se materializar na vida cotidiana dos acampamentos, no diálogo e na cooperação das redes sociais e nas corajosas manifestações de rua em que o vínculo se estabeleceu. Mas para quê? Para a maioria dos observadores, a dificuldade de avaliar o movimento Occupy Wall Street veio da ausência de demandas precisas que pudessem ser alcançadas ou negociadas. Havia uma demanda concreta no apelo inicial à manifestação: a nomeação de uma comissão presidencial para decretar a independência do governo em relação a Wall Street.

De fato, ex-executivos de Wall Street têm ocupado postos-chave no Ministério de todos os presidentes recentes, incluindo Obama. Um estudo do FMI mostrou a relevante associação estatística entre o dinheiro gasto por lobistas do setor financeiro no período 2000-06 e os votos no Congresso em favor desse setor em 51 leis importantes.¹⁶ Se a indignação tinha como alvo Wall Street, parecia lógico que a demanda de separar dinheiro e política fosse o objetivo unificador do movimento. Mas não foi. O movimento exigia tudo e nada ao mesmo tempo. Na verdade, dado o caráter generalizado do movimento, cada ocupação tinha sua especificidade local e regional. Todos apresentavam suas próprias queixas e definiam seus próprios alvos.

Houve múltiplas propostas de variada natureza, votadas em assembleias gerais, mas muito pouco esforço para traduzi-las numa campanha política que fosse além de combater os efeitos das execuções de hipotecas ou dos abusos financeiros contra mutuários e consumidores. A lista de demandas debatidas com maior frequência nas várias ocupações revela a extraordinária diversidade dos alvos do movimento: controlar a especulação financeira, particularmente as operações de alta frequência; promover uma auditoria no Federal Reserve; enfrentar a crise de moradia; regular as tarifas de saque a descoberto; controlar a manipulação da moeda; opor-se à terceirização

dos empregos; defender a negociação coletiva e os direitos sindicais; reduzir a desigualdade de rendimentos; reformar a lei de impostos; reformar o financiamento de campanhas políticas; reverter a decisão da Suprema Corte que permite às empresas dar contribuições ilimitadas para as campanhas; acabar com o socorro governamental a empresas; controlar o complexo industrial-militar; melhorar os cuidados com os veteranos; limitar o número de mandatos dos políticos eleitos; defender a liberdade na internet; garantir a privacidade na web e na mídia; combater a exploração econômica; reformar o sistema prisional; reformar o sistema de saúde; combater o racismo, o sexismo e a xenofobia; melhorar o sistema de crédito educativo; combater o sistema de oleodutos Keystone e outros projetos ambientalmente predatórios; estabelecer políticas contra o aquecimento global; multar e controlar a British Petroleum e outras empresas responsáveis por vazamentos de petróleo; implementar os direitos dos animais; estimular as fontes de energia alternativa; criticar a liderança pessoal e a autoridade vertical, dando início a uma nova cultura democrática nos acampamentos; e estar atento à cooptação pelo sistema político (como aconteceu com o Tea Party). Como escreveu Sydney Tarrow: “Isso dificilmente poderia ser visto como plataforma política. Mas as plataformas políticas não são o mais importante nesse tipo de movimento.”¹⁷

Algumas ocupações, como em Fort Lauderdale e Nova York, aprovaram documentos detalhados fornecendo a base lógica de uma longa série de demandas. A Declaração da Ocupação da Cidade de Nova York foi o documento mais distribuído no movimento, aprovado pela assembleia geral em 29 de setembro de 2011 e traduzido em 26 línguas. Mas ele apresentava mais queixas que demandas. E estas eram de caráter genérico. Outros documentos, como a “Declaração dos 99%” de Nova York, ou os rascunhos de declarações de Chicago, Washington e muitos outros, não chegaram ao consenso e não representavam a visão do movimento em si. Na verdade, o movimento era popular e atraente para muitos precisamente por permanecer aberto a todo tipo de proposta e não representar posições específicas em matéria de políticas, que granjeariam apoio dentro dele, mas também oposição, como se viu pelo divisionismo que surgiu na maioria das ocupações cada vez que um comitê apresentava programas específicos de reforma.

Para muitos participantes, assim como para a maioria dos observadores externos, em particular os intelectuais de esquerda, sempre em busca da política de seus sonhos, a falta de demandas específicas era uma falha fundamental do movimento. Numa situação econômica e social terrível, há uma necessidade urgente de mudanças de curso, e isso só pode ser alcançado canalizando-se a energia liberada pelo movimento para alguns objetivos viáveis, de curto prazo, que, por sua vez, o legitimam.

O problema, porém, é que “o movimento” não é uma entidade única, mas formado por múltiplas correntes que convergem num desafio diferente da ordem atual. Além disso, um sentimento muito forte no movimento é que qualquer abordagem pragmática do alcance dessas demandas precisaria passar pela mediação do sistema político, e isso iria contradizer a desconfiança generalizada em relação à representatividade das instituições políticas tal como se apresentam hoje nos Estados Unidos. Acho que uma declaração recuperada dos debates no Comitê de Demandas da Assembleia Geral de Nova York expressa um sentimento generalizado no movimento:

Queria apresentar uma forma diferente de pensar sobre isso. O movimento não precisa fazer exigências, pois é um processo positivo. Este movimento tem o poder de afetar a mudança. Não precisa pedir por isso. O Occupy Wall Street não faz demandas. Vamos simplesmente afirmar nosso poder de alcançar o que desejamos. Quanto mais nos unimos à causa, maior é o nosso poder. Não peça que outros resolvam esses problemas. Vamos nos afirmar.¹⁸

Embora essa posição seja controversa e considerada suicida, fora do movimento, pela velha esquerda política, ela realmente corresponde a duas tendências fundamentais: em primeiro lugar, a maioria das pessoas simplesmente não confia no processo político tal como está agora estruturado, de modo que só contam consigo mesmas; em segundo, o movimento é grande e forte porque une indignação e sonhos, ao mesmo tempo que evita a política tal como usualmente praticada. Essa é sua força e sua fraqueza. Mas o movimento é isso, e não o substituto de uma esquerda sempre em busca de novos apoios para sua visão de mundo fora de moda. Ele não tem demandas e tem todas elas; não é uma parte desta sociedade, mas o conjunto de uma sociedade diferente.

Violência contra um movimento não violento

O movimento Occupy foi predominantemente não violento, tanto em sua filosofia quanto em sua prática. Mas era combativo, pois sua tática de ocupar espaços para construir sua autonomia, e de manifestar-se contra os estorvos funcionais do sistema, tendeu a ser enfrentada pela ação policial. Isso foi previsto pelos participantes. Desafiar o sistema fora dos canais institucionalizados de dissenso significava assumir riscos de repressão policial. Mas sempre há uma zona cinzenta de legalidade e cálculo político que o movimento tentou usar a seu favor. Por exemplo, a ocupação do Zuccotti Park foi paradoxalmente protegida por algum tempo porque a área era propriedade privada, e levou algum tempo para que a empresa proprietária procedesse à análise de custo-benefício da expulsão.

Cidade após cidade, as autoridades locais no controle do território precisavam avaliar o potencial de resultado adverso, para seu futuro político, das diferentes opções de que dispunham no que se referia ao movimento. Por exemplo, em Los Angeles, o prefeito Villaraigosa, nutrindo ambições políticas de galgar posição mais elevada, divulgou uma declaração, em conjunto com a maioria dos vereadores, apoiando os objetivos do movimento, mas sem expressar assentimento à ocupação, a longo prazo, do gramado em frente à Câmara (frequentemente usado para representar Washington em filmes de Hollywood, de modo que a cidade perderia dinheiro caso se permitisse que ele fosse usado por muito tempo no exercício da democracia). A de Los Angeles foi a última grande ocupação a ser desalojada, o que se fez com uma demonstração de força no estilo cinematográfico (centenas de policiais com uniformes de combate surgiam de surpresa de dentro do prédio), mas sem nenhum incidente importante.

Por outro lado, a Prefeitura de Oakland lançou um ataque feroz de sua polícia, bem conhecida na cidade e no país por uma série de incidentes envolvendo injustificados assassinatos, detenções e agressões violentas contra manifestantes. Oakland assistiu a diversos confrontos grandes e violentos em repetidas tentativas de desalojar a praça ocupada, com dezenas de feridos, centenas de presos e dois

veteranos gravemente machucados e hospitalizados. Essa ação policial radicalizou o movimento em Oakland, a ponto de, em 3 de novembro, manifestantes conseguirem fechar o porto, o segundo maior na costa americana do Pacífico, ao preço de encarniçadas batalhas de rua com a polícia.

Nova York oscilou entre a tolerância inicial em relação à ocupação e vários casos de forte repressão. Muitos campi universitários, incluindo alguns de universidades de elite, como Yale, Berkeley e Harvard, foram ocupados. Em certo momento, a segurança do campus só permitia que pessoas com cartões de identificação da universidade entrassem na Harvard Yard ocupada. A reação das autoridades acadêmicas variou. Numa determinada situação, na Universidade da Califórnia em Davis, a polícia do campus lançou spray de pimenta, sem justificativa, em manifestantes pacificamente sentados, provocando indignação em todo o mundo e a suspensão disciplinar dos policiais provocadores.

Em termos gerais, o movimento foi calmo, mas determinado, e por toda parte as forças da polícia local estavam prontas a agredir e a prender ante a menor possibilidade jurídica de fazê-lo, embora alguns policiais, em âmbito privado, expressassem concordância com os objetivos do movimento. A violência que muitas vezes daí decorreu teve dois efeitos diferentes: de um lado, aumentou a solidariedade com os ocupantes a ela submetidos, estimulando uma mobilização mais ampla, além das localidades em que ocorreu a repressão. De outro lado, cada notícia divulgada na TV sobre essa violência abria uma brecha entre o movimento e os 99% que ele pretendia representar.

Um elemento fundamental no que se refere a proteger o movimento da violência foi a ampla prática de fazer reportagens em vídeo, adotada por centenas de pessoas brandindo seus celulares a cada manifestação. A mídia tradicional só mostrava o que seus editores queriam, mas o movimento apresentava tudo sobre si mesmo, postando na internet todas as ações que tinham lugar nos confrontos. Em alguns casos, a visão da brutalidade policial reenergizava os manifestantes e atraía a simpatia popular, contrapondo-se ao preconceito contra o movimento, retratado por certos veículos como algo violento. Havia alguns grupos radicais organizados

(particularmente o Black Bloc), assim como “atores autônomos” participantes das manifestações, que atacavam policiais, prédios públicos, bancos e lojas. Só conseguiram gerar violência em situações nas quais a polícia já produzira uma atmosfera brutal.

Esse foi o caso de Oakland, onde, no dia 28 de janeiro de 2012, manifestantes invadiram a prefeitura e queimaram a bandeira americana. Mas as assembleias gerais frequentemente debatiam o tema da violência e se opunham a ela, elaborando diversas estratégias para dispersar tanto a violência policial quanto as incitações da ala radical do movimento, incluindo provocadores externos. Em grande medida, tiveram sucesso. Mas a presença da polícia era constantemente percebida nos lugares ocupados e nas manifestações de rua, aumentando ao mesmo tempo o radicalismo do movimento e a distância entre suas ações e a percepção da maioria das pessoas, cuja vida é dominada pelo medo.

Em meados de novembro de 2011, dezoito prefeitos de grandes cidades em que havia ocupações ativas participaram, segundo se relata, de uma audioconferência para debater como lidar com o movimento. No que parecia a muitos uma ação coordenada, houve expulsões em muitos locais dos Estados Unidos nas semanas seguintes. O pretexto utilizado foi o mesmo em toda parte: a preocupação com a higiene pública, a despeito dos esforços de limpeza e saneamento realizados diariamente na maioria dos lugares ocupados. Em poucas semanas, as forças da polícia local conseguiram desalojar os ocupantes de seus acampamentos, em geral lançando mão de uma violência limitada, já que na maioria dos casos os remanescentes haviam decidido hibernar em outros lugares, reagrupar-se e criar estratégias para lançar uma ofensiva sob novas formas.

O que o movimento obteve?

Como o movimento não se mobilizou em apoio a políticas específicas, nenhuma mudança importante nesse sentido resultou diretamente de sua ação. Entretanto, por toda parte houve múltiplas campanhas, que conseguiram corrigir parcialmente uma série de práticas injustas. Este foi o caso das campanhas de moradia, um dos principais temas do movimento. Em 6 de dezembro, Dia da Ação, grupos “ocuparam” casas de famílias despejadas em muitas áreas do país com a finalidade de pressionar os credores a oferecer modificações nas condições de empréstimo, com reduções substanciais. Tiveram êxito em alguns casos, chegando a restabelecer hipotecas que haviam sido canceladas. Eles exibiram casos especialmente pungentes de pessoas idosas ou veteranos despejados como forma de denunciar ao público a injustiça do sistema.

Também houve tentativas generalizadas de pressionar os grandes bancos usando o poder dos clientes, com a iniciativa do “Dia da Transferência Bancária”. Os ativistas baseavam-se em campanhas anteriores, que estimulavam indivíduos e instituições a se livrar dos grandes bancos nacionais de Wall Street, transferindo suas contas para instituições financeiras e cooperativas de crédito sem fins lucrativos e de âmbito local. Entre elas estava o “Transfira Seu Dinheiro”, de Arianna Huffington, em 2009, e o movimento “Separe-se de Seu Banco”, lançado no Dia dos Namorados de 2010. Depois, em setembro de 2011, após o Bank of America anunciar que iria impor uma taxa mensal de US\$ 5 por cartão de crédito e conta-corrente, houve uma onda de protestos, e muitos clientes encerraram suas contas. Depois dessa reação negativa, o banco aboliu as novas taxas, mas outras são impostas em silêncio.

No dia 15 de outubro de 2011, uma página do Facebook dedicada a esse esforço foi “curtida” por 54.900 pessoas. O dia 5 de novembro de 2011 foi declarado “Dia da Transferência Bancária”, convocando as pessoas a transferir suas contas dos bancos comerciais para cooperativas de crédito sem fins lucrativos. De acordo com a Associação Nacional de Cooperativas de Crédito (ANCC), o site da

organização que informava os clientes sobre serviços de cooperativa viu seu tráfego duplicar nesse período. A ANCC estimava que quase 650 mil clientes tenham aberto novas contas em cooperativas de crédito entre o final de setembro e a data-alvo de 5 de novembro.¹⁹ Em outros exemplos de abertura de novas instituições financeiras, alguns movimentos Occupy, como o do condado de Orange, no sul da Califórnia, criaram suas próprias cooperativas de crédito. Esforços semelhantes no sentido da criação de novas cooperativas de crédito, de base comunitária, foram relatados em São Francisco, Boston e no estado de Washington.

No entanto, embora essas ações fossem exemplares em termos de caráter, eram apenas gotas no oceano da injustiça enfrentada pelo movimento. A esperança era de que essas iniciativas dessem às pessoas coragem para resistir e alertassem o público em geral sobre uma situação socialmente insustentável. Nesse sentido, a caracterização do movimento Occupy Wall Street por George Lakoff como movimento moral buscando produzir impacto sobre o discurso público parece ter apoio na observação direta.²⁰ Na verdade, apesar de suas limitações, as pesquisas de opinião pública parecem indicar uma significativa mudança cultural nos Estados Unidos, como consequência das ações e manifestos do movimento.

Segundo uma pesquisa por amostragem nacional realizada pelo *New York Times* em 9 de novembro de 2011, cerca de 50% das pessoas achavam que os sentimentos que constituíam a raiz do movimento refletiam, de modo geral, a visão da maioria dos americanos.²¹

Uma pesquisa do Pew Institute sobre as atitudes em relação ao Occupy Wall Street, com uma amostra nacional de 1.521 adultos, realizada em 15 de dezembro de 2011,²² revelou que 44% apoiavam o movimento, enquanto 39% se opunham a ele. Além disso, 48% concordavam com as preocupações expressas pelo Occupy Wall Street, e 30% discordavam. Entretanto, no que se refere às táticas (ou seja, ocupações, manifestações), 49% discordavam, e apenas 29% concordavam. Parece que cruzar a linha rumo à ação não institucional ainda é uma barreira para a maioria dos cidadãos, mesmo quando eles concordam quanto às causas do protesto.

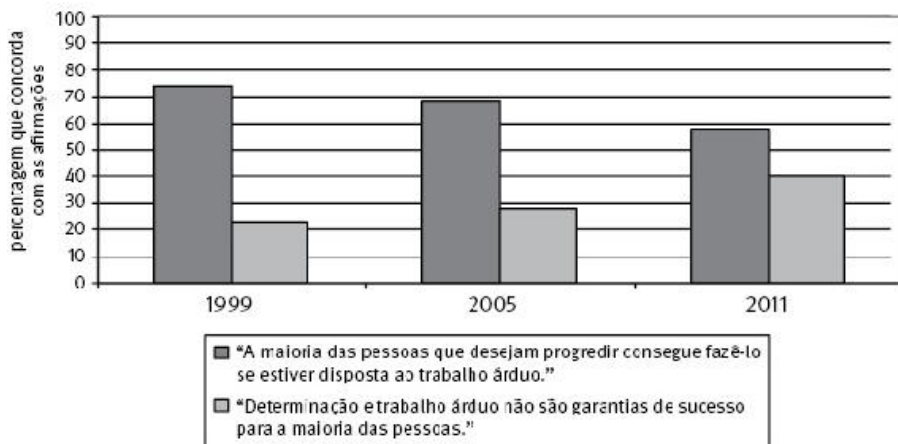
Evidentemente, as atitudes em relação ao movimento variam, dependendo do nível de renda, da escolaridade, da idade e da

ideologia política: cidadãos mais velhos, conservadores, mais abastados e menos instruídos opunham-se ao movimento, enquanto este tinha um apoio generalizado em outros grupos demográficos. O aspecto mais relevante, contudo, é que um movimento que se situa fora da política institucional e desafia abertamente o capitalismo global – ou seja, Wall Street – tem recebido apoio significativo do americano comum.

Porém, o mais decisivo na avaliação do efeito político de um movimento social é seu impacto sobre a consciência das pessoas, como tenho afirmado ao longo deste livro, e com mais vigor ainda em trabalhos anteriores.²³ Em consequência do movimento, assim como dos debates por ele gerados na internet e na mídia tradicional, a questão da desigualdade social, condensada na oposição entre os 99% e o 1%, passou para primeiro plano no discurso público. Políticos (incluindo o presidente Obama), comediantes e comentaristas da mídia adotaram o termo, afirmando que representavam os 99%. A despeito do cinismo dessa declaração vinda de uma classe política que em geral defende os interesses das elites financeiras e empresariais como pré-requisito para seu futuro político, o simples fato de aceitar a dicotomia tem consequências profundas em termos da confiança na imparcialidade do sistema.

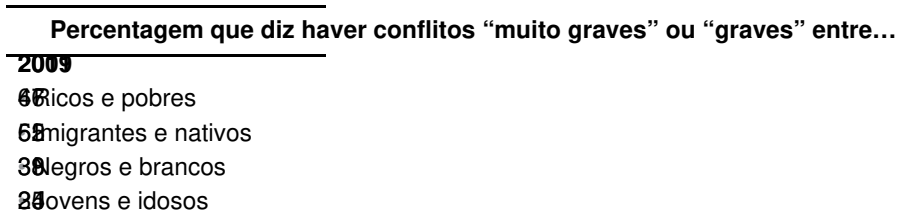
Na verdade, o velho sonho americano da igualdade de oportunidades com base no esforço pessoal tem sido abalado, a acreditarmos nos resultados de uma pesquisa do Pew Institute realizada em dezembro de 2011, como mostram as Figuras 3 a 5. Além disso, 61% pensam que o sistema econômico americano “favorece injustamente os ricos”, e 77% concordam com a afirmação de que “há poder demais nas mãos de alguns ricos e das grandes empresas”, incluindo 53% dos republicanos.

Figura 3. Decréscimo da opinião de que “o trabalho duro leva ao sucesso”



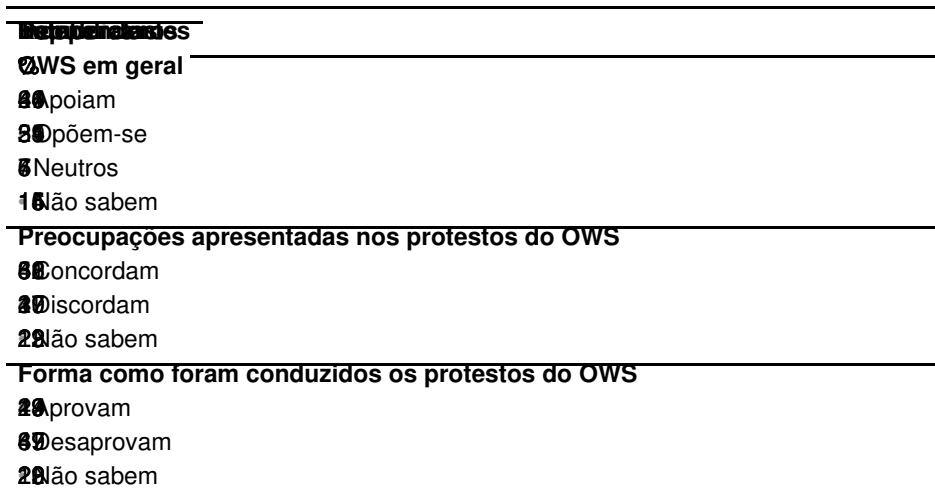
Fonte: Centro de Pesquisas Pew, 2011.

Figura 4. Percepção de conflitos sociais na sociedade



Fonte: Centro de Pesquisas Pew, 2011.

Figura 5. Apoio e oposição ao Occupy Wall Street (OWS), às preocupações apresentadas pelos protestos e à forma como estes foram conduzidos



Fonte: Centro de Pesquisas Pew, 7-11 dez 2011 e 8-11 dez 2011. Os números podem não somar 100% em função de arredondamento.

Relativamente novo e significativo é haver indicadores de que o Occupy Wall Street moldou a consciência dos americanos sobre a realidade do que eu ousaria chamar de luta de classes. Assim, de acordo com uma pesquisa do Pew Institute sobre amostras nacionais representativas de adultos na faixa dos dezoito aos 34 anos, publicada em 11 de janeiro de 2012, 66% acreditam ser “muito graves” ou “graves” os conflitos entre ricos e pobres: *um aumento de dezenove pontos percentuais em relação a 2009*. Não somente as percepções do conflito de classes se tornaram mais correntes; isso também ocorreu com a crença de que essas disputas são sérias: 30% dizem que há “conflitos muito graves” entre pobres e ricos, o dobro da proporção dos que revelaram uma visão semelhante em julho de 2009 e *a maior percentagem a expressar essa opinião desde que a pergunta foi apresentada pela primeira vez, em 1987*.

Os conflitos entre ricos e pobres agora vêm antes de três outras fontes potenciais de tensão entre grupos: entre imigrantes e naturais, negros e brancos, jovens e velhos. Todos os principais grupos demográficos hoje percebem mais conflitos de classe do que dois anos atrás. Mas a pesquisa descobriu que jovens adultos, mulheres, democratas e afro-americanos estão um pouco mais propensos que idosos, homens, republicanos, brancos ou hispânicos a dizer que há sérias discordâncias entre ricos e pobres. O maior aumento de percepção de conflitos de classe ocorreu entre os liberais e os que afirmam não estarem filiados a nenhum partido. Em cada grupo, a proporção que afirmou haver grandes discordâncias entre americanos ricos e pobres *cresceu mais de dezenove pontos percentuais desde 2009*. Segundo um relatório:

Essas mudanças de atitude num período relativamente curto podem refletir a mensagem sobre desigualdade de renda e bem-estar transmitida por todo o país pelos manifestantes do Occupy Wall Street no fim de 2011, que provocou um aumento da atenção da mídia em relação ao tema. Mas as mudanças também podem refletir uma crescente consciência pública sobre os esquemas subjacentes à distribuição da riqueza na sociedade americana.²⁴

Entretanto deve-se observar que as percepções do capitalismo e do socialismo mudaram muito pouco desde 2010. Na verdade, a maioria dos que apoiam o movimento Occupy não é abertamente crítica do capitalismo: há sobre ele tantas opiniões positivas quanto negativas

entre suas fileiras. A crítica concentra-se no capitalismo financeiro e sua influência no governo, não no capitalismo em si. O movimento não adota ideologias do passado. Sua luta visa a erradicar o mal no presente, enquanto se reinventa a comunidade para o futuro. Seu feito fundamental foi reacender a esperança na possibilidade de outra vida.

O sal da terra²⁵

Como podem as pessoas promover uma transformação fundamental quando não confiam em suas instituições políticas e se recusam a se envolver na derrubada violenta dessas estruturas? Quando os mecanismos de representação não funcionam adequadamente, quando poderes irresponsáveis, como instituições financeiras e mídia corporativa, definem os termos e resultados da deliberação e das tomadas de decisão num campo limitado de opções, e quando importantes desvios de comportamento em relação às regras enviesadas do jogo estão sujeitos à intimidação pelas forças de segurança e por um Judiciário nomeado por critérios políticos? Esse era o dilema com que se confrontavam os que não se submetiam à resignação e à passividade, os que assumiam riscos e ousavam explorar novas formas de resistência política e mudança social quando forçados a assumir as dificuldades, injustamente impostas, de uma crise financeira.

Depois de deliberar nas redes da internet, com a ajuda de ocasionais encontros face a face para se conectar e exercitar o convívio, eles recorreram à mais antiga tática de poder, quando as pessoas não caem na tentação de se tornar semelhantes ao inimigo a fim de sobrepujá-lo: engajaram-se na desobediência civil. Escolheram como alvo a mercadoria mais essencial na moldagem de suas vidas e da vida de todos: o dinheiro virtual. O valor que não existe materialmente e ainda assim permeia tudo. O valor que fugiu para as redes de computadores dos mercados financeiros globais, mas que ainda vive fora dos nódulos territoriais que administram e controlam o espaço dos fluxos financeiros dos lugares que habitam.

Ao desafiar a inviolabilidade do poder financeiro absoluto nas praias oceânicas do capital global, materializaram a resistência, dando um rosto à fonte da opressão que asfixiava a vida das pessoas e estabelecendo seu domínio sobre os dominadores. Formaram uma comunidade de convivência nos lugares em que antes estavam apenas as sedes do poder e da cobiça. Criaram experiência a partir do desafio. Automediaram sua conexão com o mundo, assim como entre eles

mesmos. Opuseram-se à ameaça da violência com uma positividade pacífica. Acreditaram em seu direito de acreditar. Conectaram-se e chegaram aos outros. Encontraram significado em estar juntos. Não recolheram dinheiro nem pagaram suas dívidas. Colheram a si mesmos. Colheram o sal da terra. E tornaram-se livres.

e Estratégia anarquista de manifestação e protesto em que pessoas se reúnem, mascaradas e com roupas pretas, para impedir sua identificação, em demonstrações contra o capitalismo e a globalização. (N.T.)

6. Movimentos sociais em rede: Uma tendência global?

ESTE CAPÍTULO DÁ um salto no tempo. Estamos agora em dezembro de 2014. Olhando em retrospecto o período de quatro anos transcorrido desde que os novos movimentos sociais começaram a explodir por todo o mundo, como podemos avaliar seu potencial como agentes da mudança na sociedade em rede global?

Visão geral

No intervalo de 2012 a 2014 houve, numa variedade de contextos, importantes movimentos sociais com características semelhantes às aquelas analisadas neste livro. Entre os mais destacados estão o movimento turco em torno da defesa do parque Gezi, em junho de 2013, e as implacáveis manifestações no Brasil, em 2013-14, afirmando a dignidade do povo e reivindicando seu direito de mudar o modelo de desenvolvimento e as prioridades dos gastos públicos, combatendo ao mesmo tempo a corrupção na política. Além disso, houve uma série de outros movimentos sociais importantes: o movimento dos estudantes no Chile, iniciado em maio de 2011 e que se estendeu a 2014; o movimento mexicano #YoSoy132, formado em maio de 2012, que busca a regeneração da política; os protestos de massa promovidos no México em setembro-novembro de 2014 contra o sequestro e assassinato de estudantes em Iguala, no estado de Guerrero, por agentes do narco-Estado, em setembro do mesmo ano; as manifestações realizadas em Moscou, em 2011-12, em defesa dos direitos democráticos contra o autoritarismo de Putin; o movimento nacionalista ucraniano em Kiev, em 2013, ocupando a praça Maidan; a Revolução dos Guarda-Chuvas em Hong Kong, em setembro/outubro de 2014; e as mobilizações contínuas na Espanha, na Grécia e em Portugal.

Todos esses eventos, além dos que podem ter ocorrido entre o momento em que este livro está sendo escrito e o de sua leitura, expressam a vitalidade e a continuidade das novas formas de movimentos sociais, a despeito da diversidade e da diferença de resultados. Além disso, tem havido múltiplas mobilizações locais cultivadas no ciberespaço e realizadas no espaço urbano em uma série de países, incluindo a China (por exemplo, o incidente do *Southern Weekly*, em Guangzhou, em janeiro de 2013, ou a revolta da aldeia de Wukan contra o roubo de terras na província de Guandong, em 2011-12).

Uma análise detalhada desses movimentos está além do escopo deste livro e da capacidade de seu autor. Por sorte, entre os

pesquisadores sociais, alguns deles orientados para a pesquisa-ação, há um crescente interesse por esse tema de investigação fundamental, de modo que agora dispomos de um corpo de observações e análises confiáveis que tende a produzir uma compreensão dos movimentos sociais característicos da sociedade em rede.¹ Assim, não vou usar aqui a estratégia de expor detalhados estudos de casos que apresento em outros capítulos deste volume. Em vez disso, vou simplesmente fazer uma reflexão sobre as principais características de alguns desses movimentos a fim de ampliar a base empírica da análise a ser apresentada no capítulo seguinte.

Antes de focalizar alguns dos movimentos mais significativos que tiveram lugar no período de 2012-14, é importante enfatizar que movimentos sociais em rede têm ocorrido em contextos extremamente diferentes: não apenas em diferentes culturas, ambientes institucionais e níveis de desenvolvimento, mas em condições econômicas e políticas altamente divergentes. Assim, enquanto nos países árabes as revoltas tiveram o objetivo de derrubar ditaduras persistentes e sangrentas, e na Europa e nos Estados Unidos foi a crise financeira que desencadeou o protesto, Brasil, Turquia e Chile são democracias que tiveram um desenvolvimento econômico substancial na última década.

O Brasil tem um governo progressista com o Partido dos Trabalhadores (PT), sob a liderança dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e vivencia uma significativa redução da pobreza e uma melhora geral nos padrões de vida da população relativamente ao passado, a despeito da recessão econômica em 2014. As condições econômicas e sociais da maioria das pessoas melhoraram de maneira significativa na Turquia e no Chile, apesar da persistência de bolsões de pobreza. Portanto, é importante enfatizar que os movimentos sociais não são consequência direta de crises econômicas, pobreza ou regimes autoritários. É assim em alguns casos, mas não em outros.

No entanto, a maioria desses movimentos apresenta características similares que irei resumir no próximo capítulo. Eles também compartilham dois fatores contextuais que parecem decisivos. O primeiro é uma crise fundamental de legitimidade do sistema político, a despeito da forma de regime político, seja ele autoritário ou baseado em eleições democráticas. Os partidos políticos são desprezados na

maioria dos países, a corrupção no governo é um tema recorrente e os políticos profissionais se tornaram, coletivamente, no conceito da maioria dos cidadãos do mundo, “La Casta”, dedicando-se a cuidar dos próprios interesses em vez de representar o povo que os elege e paga.² Isso é essencial porque, quaisquer que sejam as dificuldades que as pessoas possam ter, elas não encontram canais de expressão e representação adequada nas instituições políticas. Assim, recorrem a formas alternativas de manifestação direta de suas necessidades e desejos e buscam reinventar a democracia. Portanto, a interação entre movimentos sociais e instituições políticas torna-se uma questão fundamental, capaz de alimentar o verdadeiro potencial desses movimentos como agentes de mudança social. Trato desse assunto de forma um tanto detalhada no Capítulo 8.

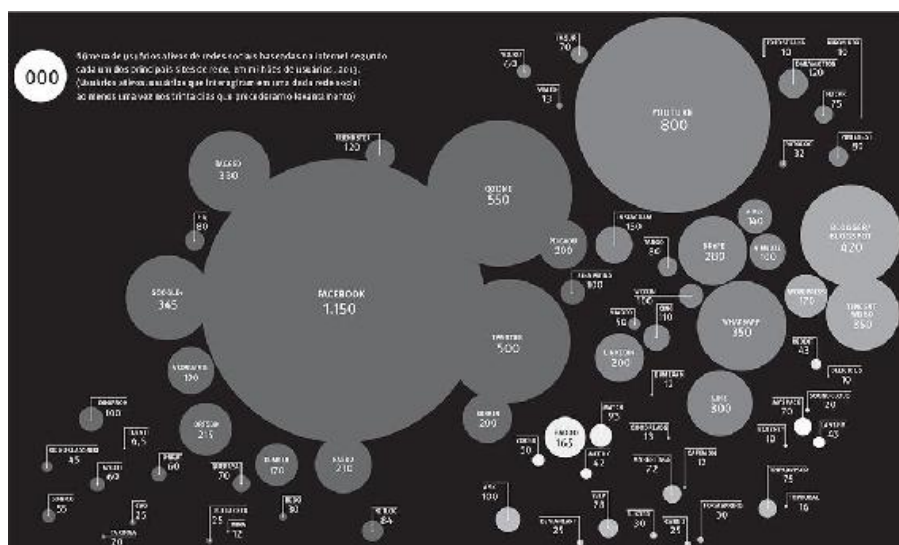
A segunda característica importante, comum ao contexto em que todos esses movimentos se formaram, é sua capacidade de comunicação autônoma, a habilidade para se conectar com os seus participantes e a sociedade como um todo pela nova mídia social, por intermédio de smartphones e toda a galáxia das redes de comunicação.³ Esse novo sistema de comunicação não é apenas a internet, mas as redes sociais digitais nela baseadas e a comunicação sem fio, que eclodiram na última década. O Friendster, o primeiro site de rede social relevante, foi criado em 2002, o Facebook em 2004 e o Twitter em 2007. Muitos se espalham agora pelo planeta, com presenças distintas, dependendo do ambiente institucional. Em 2013, havia 1 bilhão de usuários dessas redes sociais, como está documentado na Figura 6.

Esse potencial de comunicação está, em imensa proporção, em mãos dos grupos mais jovens da população (com idades de dezesseis a 34 anos, predominantemente), os que são mais entendidos, do ponto de vista técnico, em matéria de comunicação e estão mais dispostos a se rebelar contra o que percebem como uma ordem social insuportável. Mas isso não quer dizer que as redes sociais sejam a causa dos movimentos sociais, como o então primeiro-ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan (eleito presidente em 2014), afirmou (“O Twitter é o inimigo do povo”). Elas são ferramentas à disposição de qualquer indivíduo ou rede de indivíduos autoconstituída que deseje ter suas opiniões divulgadas e convocar os que compartilham

sua indignação para se juntar num projeto no espaço urbano. É essa conexão entre o ciberespaço público, ignorando a controlada mídia convencional, e o espaço público urbano, cuja ocupação desafia a autoridade institucional, que está no cerne dos novos movimentos sociais.

A difusão das redes sociais alocadas na internet de fato é uma condição necessária para a existência desses novos movimentos sociais de nossa época. Mas não é suficiente. O levantamento global orientado por Gustavo Cardoso sobre as aplicações das redes sociais mostra que menos de 18% dos internautas usavam as redes em campanhas sociais ou políticas.⁴ A presença nas redes sociais é simplesmente um modo de vida da maioria da população jovem do planeta para todos os tipos de propósitos no diversificado espectro da atividade humana. E assim, ao protestar, também o fazem nas redes sociais que habitam. Contudo, eles não protestam necessariamente. De fato, na maioria dos países, os protestos, mesmo utilizando a mídia social, não atingiram o limiar da relevância política. Desse modo, creio que se pode dizer com segurança que, dado um nível suficiente de inquietação social e de potencial de revolta em determinada sociedade, o uso generalizado da mídia social permite que revoltas individuais se tornem protestos e, em última instância, movimentos sociais.⁵

Figura 6. Usuários das redes sociais em 2013



Fonte: Gustavo Cardoso, Global Social Networks Survey, 2013 (Cardoso, 2014).

Entretanto, em algumas situações, a história, a cultura e as instituições podem canalizar esses protestos para diferentes formas de expressão política, distantes dos movimentos sociais autônomos e próximas às reações populistas dentro do sistema político. Esse é o caso, por exemplo, dos movimentos políticos de direita na Europa, sejam eles a Frente Nacional francesa, o Ukip britânico (Independent Party), o Aurora Dourada na Grécia, os Verdadeiros Finlandeses na Finlândia, ou o Tea Party, associado aos republicanos, nos Estados Unidos. Todas essas facções políticas também usam redes sociais, evidentemente – todo mundo o faz hoje –, embora, mais do que movimentos sociais, elas sejam atores francamente políticos, que não se nutrem da expressão autônoma de revoltas sociais originadas na internet e traduzidas em ocupações espaciais e institucionais. Em outras palavras, movimentos protossociais poderiam se tornar movimentos sociais num ambiente de autonomia da comunicação. Mas as revoltas sociais não estão presentes em toda sociedade, e algumas delas podem ser canalizadas para a tradição populista da política demagógica.

Alguns elementos dessa análise podem ser elucidados por uma referência sumária a alguns movimentos sociais importantes que tiveram lugar no período de 2012-14. Em meu texto, não irei me prender à narrativa dos eventos, só me referindo às características que sejam importantes para a sua compreensão.

O choque entre a velha e a nova Turquia: parque Gezi, junho de 2013

A defesa do parque Gezi em Istambul, em junho de 2013, tornou-se fonte importante de protestos sociais quando o governo de Erdogan, do AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento), decidiu destruir o último jardim remanescente no centro histórico da cidade, adjacente à praça Taksim. O parque seria destruído para dar lugar a um shopping center temático para turistas em torno do histórico prédio da Artilharia. Entretanto, o procedimento administrativo exigido para mudar a forma de uso da terra fora desrespeitado. O parque Gezi havia se tornado um símbolo para ecologistas e arquitetos conservacionistas, assim como local de encontro de gays e lésbicas. Ficava próximo à praça Taksim, bem como da avenida Istiklal, local procurado pela juventude de Istambul interessada em música e arte, e também em encontros informais. Assim, quando ameaçaram destruir o parque, os defensores de um modo de vida baseado na liberdade resolveram salvá-lo e acampar na Taksim para evitar a destruição.

Seguindo ordens diretas do primeiro-ministro, a unidade da polícia especializada no enfrentamento de distúrbios atacou os manifestantes com extrema violência. As imagens da brutalidade policial, imediatamente difundidas pelo YouTube e outras redes sociais, provocaram indignação generalizada. O Twitter foi usado intensamente para mobilizar milhares de manifestantes que se juntaram para protestar no parque Gezi, enquanto muitos outros milhares o faziam em outras áreas de Istambul (como Besiktas) e em outras cidades turcas, em particular Ancara.⁶ O confronto durou semanas e gerou um debate nacional de que Erdogan participou ativamente, usando termos depreciativos contra seus críticos e ameaçando empregar duras medidas repressivas. No total, sete pessoas morreram (incluindo um policial), centenas ficaram feridas e milhares foram presas. No fim, a atitude conciliatória do governador de Istambul e do então presidente da Turquia, o apoio de alguns membros da oposição política e a empatia de muitos jovens em todo o país forçaram o governo a suspender por tempo indefinido a demolição do parque. Mas o desafio aos planos de desenvolvimento

urbano se ampliou para uma crítica mais generalizada às políticas do AKP.

As eleições municipais e parlamentares realizadas na Turquia em 2014, contudo, resultaram numa retumbante vitória do AKP, que parecia corroborar o repúdio, por Erdogan, do protesto social. A aparente contradição entre a intensidade do movimento e a opinião política da maioria da população pode ser explicada por dois fatores.⁷ Por um lado, a mídia convencional alinhou-se ao governo – primeiro não deu notícias sobre o movimento, depois manipulou as informações, concentrando-se nos incidentes violentos que se seguiram à intervenção da polícia. Por outro lado, o movimento pelo parque Gezi revelou a ampla divisão cultural e social da Turquia. A reação de Erdogan e seu governo de lei e ordem contra a expressão da cultura jovem na praça Taksim foi parte de uma política mais ampla de gradual introdução de valores muçulmanos estritamente conservadores na vida das pessoas, em especial das mulheres. Os severos limites impostos à venda de bebidas alcoólicas chocavam-se diretamente com a liberdade pessoal que a nova geração de turcos passara a valorizar numa sociedade altamente modernizada. Os valores do ambientalismo, da democracia e da tolerância estavam em desacordo com a cultura tradicional, profundamente religiosa, prevalecente nas áreas rurais e nos segmentos menos instruídos da população urbana.

Na verdade, o impacto do movimento aprofundou a cesura na coalizão que levou o AKP ao poder, sacudindo o domínio secularista imposto, favorecido pelas Forças Armadas, politicamente intervencionistas. Os eleitores do AKP representavam uma aliança entre a maioria religiosa conservadora do interior e a classe média urbana liberal que se opunha ao domínio militar e sustentava os padrões europeus de democracia. Envolto na legitimidade das urnas, Erdogan pôde contrapor-se ao secularismo autoritário dos herdeiros de Kemal Ataturk e se engajar num movimento gradual rumo à reislamização moderada da Turquia que entrou em contradição direta com as aspirações de uma classe média urbana com alto nível de instrução e que pretendia ser plenamente europeia. Além disso, embora culturalmente integrista, Erdogan assumiu a globalização econômica e as políticas neoliberais com considerável sucesso do

ponto de vista econômico. E se apresentava no cenário mundial como a ponte política entre o mundo islâmico e o Ocidente.

Foi por isso que o movimento pelo parque Gezi se tornou muito mais que um conflito entre o ambientalismo e o desenvolvimentismo especulativo. Ele foi uma luta pelo espaço urbano que representava a contradição entre o direito dos cidadãos à sua cidade como espaço público e a política conservadora voltada para restringir a vida cultural e submetê-la ao padrão da vida familiar tradicional, com a recomendação de que as mulheres tivessem ao menos três filhos, a drástica limitação do aborto, retomada do véu na vida diária e a regulação e restrição do uso do espaço público. Esse conflito cultural começou a crescer nas redes sociais muito tempo antes de explodir em confronto aberto no parque Gezi. Ele surgiu de um debate iniciado por grupos de jovens, ativistas políticos, artistas, músicos, ecólogos, mulheres, militantes pelos direitos de gays e lésbicas e movimentos anticapitalistas que debatiam e coordenavam sua ação contra a ortodoxia cada vez mais repressiva e culturalmente conservadora do partido islâmico. Tal como em outros contextos, o debate sobre as redes sociais passou para o espaço urbano; o parque Gezi tornou-se um local simbólico da vida urbana autônoma. Um conflito sumamente fundamental da nova sociedade turca desenvolvia-se em termos de movimentos sociais contemporâneos: redes sociais autônomas, construindo um espaço urbano igualmente autônomo para enfrentar as velhas forças repressivas do Estado e de Deus, consolidavam agora sua integração ao capitalismo global.

Desafio ao modelo de desenvolvimento, denúncia da corrupção política: Brasil, 2013-14

O Brasil esteve na linha de frente dos movimentos sociais em rede em 2013 e, em menor grau, 2014.⁸ O impacto desses movimentos, iniciados com protestos locais, setoriais, em janeiro de 2013, transformou o debate público e a paisagem política num dos países mais importantes e dinâmicos do mundo. Nesse caso, o ponto de partida original do protesto foi o transporte coletivo urbano. Como em todos os países em processo de industrialização, o cenário no Brasil tem se transformado com uma gigantesca onda de metropolização; 82% da população agora é urbana, e os centros nervosos do país estão situados em regiões metropolitanas muito amplas, das quais São Paulo, com 18 milhões de habitantes, é a maior e mais problemática em termos de qualidade de vida. O Brasil tem seguido uma rota de desenvolvimento econômico nas duas últimas décadas, a despeito da retração de 2014. Também conseguiu uma substancial redução da pobreza e melhora significativa nas áreas de saúde e educação. No entanto, as condições de vida nessas metrópoles vêm piorando em termos de degradação ambiental, moradia, serviços urbanos e transportes.

Governos locais corruptos, baseados no apadrinhamento político e em conexões informais com empresas do ramo imobiliário e voltadas para a infraestrutura urbana, submeteram-se a um padrão de desenvolvimento especulativo que se conforma aos interesses das empresas de construção civil e de transportes, em detrimento da qualidade de vida dos moradores das cidades. Uma média de três a quatro horas diárias gastas no deslocamento de ida e volta para o trabalho é a norma. Esse é um tempo de vida perdido em benefício dos especuladores e com a complacência de uma burocracia irresponsável. A única reação que as empresas de transporte público apresentaram aos custos crescentes derivados de sua ineficiência foi aumentar as tarifas para os usuários, que se veem indefesos num mercado monopolizado.

No final de 2012, descobriu-se que havia uma fraude no cálculo

das novas tarifas do transporte público; no dia 1º de janeiro de 2013, centenas de pessoas manifestaram-se contra o aumento do preço das passagens, em Porto Alegre, cidade simbólica no que se refere à mudança social contemporânea. O município elegeu um prefeito progressista (1988), Olívio Dutra, que implementou medidas audaciosas de participação cidadã, incluindo um processo consultivo para definir o orçamento. O prefeito foi mais tarde eleito governador do Rio Grande do Sul (1999-2003). Dutra foi sucedido, na prefeitura e no governo do estado, por Tarso Genro, que estendeu o esquema de participação (usando a internet) ao governo estadual. A cidade também sediou os três primeiros Fóruns Sociais Mundiais, encontros globais organizados como alternativa ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Assim, de modo natural, constituiu-se em Porto Alegre, em 2013, um Bloco de Luta pelo Transporte Público. O movimento logo se espalhou para outras regiões, em particular para os estados do Amazonas, Rio Grande do Norte, Bahia etc.

Entre fevereiro e maio de 2013, a partir de convocações postadas nas redes sociais, milhares de pessoas manifestaram-se em diversas cidades brasileiras contra o aumento das tarifas de transporte. Em São Paulo, principal centro econômico e cultural da América do Sul, grandes protestos tiveram início em 3 de junho de 2013. A campanha de início foi assumida pelo Movimento Passe Livre (MPL), criado precisamente no encontro do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005, e que ampliou sua presença para São Paulo. Depois que um juiz suspendeu o aumento das tarifas concedido por autoridades locais, no dia 6 de junho teve lugar um protesto coordenado e organizado via internet pelo MPL, pelo grupo Anonymous e pela Mídia Ninja (mídia independente).

Em São Paulo, 20 mil manifestantes bloquearam a principal avenida, agora pedindo a gratuidade do transporte público. Houve uma repressão violenta por parte da polícia municipal e estadual. Alguns manifestantes responderam na mesma moeda. As manifestações prosseguiram por muitos dias, até se atingir um confronto dramático, em 13 de junho, com barricadas erguidas no centro de São Paulo. Nesse contexto, um novo tema chegou à linha de frente do protesto: a corrupção e o desperdício de verbas públicas na construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014. Um momento

decisivo foi o dia 15 de junho, em Brasília, durante a inauguração de um novo estádio com a presença da presidenta Dilma Rousseff. Novos choques violentos se seguiram, o Congresso foi parcialmente ocupado, e o prédio do Ministério das Relações Exteriores, ponto de referência no Planalto, foi danificado.

A mídia mudou a cobertura que fazia do movimento, ignorando as demandas e concentrando-se nos atos de violência. Contudo, a atenção da mídia revelou à opinião pública em geral as razões dos protestos. Embora condenando a violência, a maior parte dessa opinião expressou apoio às críticas referentes aos enormes gastos com estádios e infraestrutura, sem responsabilização e em benefício de empresas públicas e firmas de construção corruptas. Dada a imagem pública dos brasileiros como amantes do futebol, seria impensável um protesto contra a organização da Copa do Mundo em seu país. No entanto, o slogan “Trocamos dez estádios por um hospital decente” tornou-se lema dos protestos.

Ampliando o alcance de suas demandas, o movimento, que no final de junho havia chegado a mais de cem cidades, com o Rio de Janeiro agora na liderança da ação, reivindicava maior investimento público em transportes, saúde e educação e exigia do governo federal o fim da corrupção dos políticos locais e das empresas com eles envolvidas. Diante da intensidade e da popularidade crescentes dos protestos, vários governos locais voltaram atrás no aumento das tarifas de transporte. Mas o movimento não parou. Na verdade, quando os ativistas foram acusados de provocar turbulência por um aumento de apenas R\$ 0,20, a resposta foi: “Não é pelos R\$ 0,20, é por nossos direitos.” Esse era, de fato, um grito a ser respeitado, para afirmar sua dignidade, como diziam os participantes.

No dia 20 de junho, na manifestação que reuniu 1,5 milhão de pessoas em São Paulo, o principal alvo era a corrupção na política – expor as práticas do governo e da classe política em geral. Numa guinada surpreendente, a presidenta Dilma Rousseff se posicionou ao lado dos manifestantes (evidentemente condenando, ao mesmo tempo, a violência), prometeu uma revisão das tarifas de serviços públicos, pediu o cancelamento dos aumentos das passagens e anunciou uma elevação substancial dos gastos públicos com transportes, serviços urbanos, saúde e educação. Além disso, ela reconheceu – naquele

momento e depois, em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro – as falhas do sistema político, o nepotismo, a irresponsabilidade dos partidos e a necessidade de uma nova Constituição, a ser submetida a referendo, contornando o controle do Congresso pela classe política.

Em julho, a pressão do movimento levou à rejeição da Proposta de Emenda à Constituição, PEC 37, que livrava do controle do Judiciário a execução de acordos ilegais pelo Congresso. Manifestações de massa voltaram a ocorrer no Brasil nos meses seguintes. Em 7 de setembro de 2013, Dia da Independência, centenas de milhares de pessoas tomaram as ruas de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e muitas outras cidades. O principal alvo, dessa vez, eram os políticos corruptos. A movimentação foi desencadeada por uma votação no Congresso mantendo o salário de um colega deputado, Natan Donadon, que estava na prisão, condenado por desviar dinheiro público, mas que pedira para continuar recebendo mesmo nessa condição.

Manifestantes de todas as cidades acrescentaram sua lista própria de corruptos locais, incluindo o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, suspeito de contratos ilegais para a construção do sistema de metrô. No Rio de Janeiro, centenas de mães moradoras de favelas manifestaram-se contra as forças policiais de elite acusadas pelo desaparecimento de seus filhos durante as incursões policiais. A opinião pública, a mídia e os políticos ficaram chocados e surpresos com a intensidade e a popularidade dos protestos, com a maioria da opinião pública apoiando as críticas vocalizadas pelo movimento nas ruas e nas redes sociais (cerca de 89% de apoio público, segundo algumas pesquisas de opinião).

Embora a presidenta Dilma Rousseff demonstrasse compreender a adequação do movimento, todos os partidos políticos, incluindo quadros do partido do governo, o PT, condenaram as manifestações, com duas importantes exceções. O ex-presidente Lula, que se juntou a Dilma Rousseff em seu apelo por uma resposta positiva à “voz das ruas”, e a ambientalista e ativista Marina Silva e sua “Rede Sustentabilidade”, que liderara o Partido Verde na campanha presidencial de 2010, colocaram-se ao lado de um movimento que ganharia significado político pleno em 2014.

Entretanto, como os protestos desafiavam o governo, a cargo do PT, as demonstrações de setembro de 2013 tiveram uma considerável presença de grupos conservadores e de extrema direita, mais nas redes sociais do que nas ruas. Por exemplo, o grupo mais presente nas redes sociais, convocando para “o maior protesto da história de Brasília no Dia da Independência”, foi o “Movimento contra a Corrupção”, liderado pelo senador Demóstenes Torres, de direita, que criou reputação na mídia denunciando a corrupção e acabou indiciado por aceitar propinas, fato atestado numa armadilha montada pela polícia e registrada em vídeo. O Anonymous apoiou as manifestações, mas há sete diferentes grupos rivais com esse nome no Brasil, alguns deles operando sob disfarce para a extrema direita e financiados por grupos empresariais. Outros agrupamentos que eram expressões genuínas do protesto social viam as manifestações como plataforma para apresentar suas reivindicações de mudança social. Esse foi particularmente o caso do “Grito da Terra”, movimento católico progressista que se mobiliza pela reforma agrária e em defesa das famílias dos trabalhadores rurais.

Em suma, quando as redes sociais e as ruas do Brasil foram transformadas em locais de protestos por centenas de milhares de pessoas, todas as formas de reivindicação social, de agrupamentos ideológicos e projetos políticos convergiram para esse movimento multifacetado, tornando-o menos espontâneo e mais ambíguo em sua crítica à ordem política. A oposição de direita ao governo mais progressista da história do Brasil misturou-se à posição assumida pelos movimentos sociais contra a corrupção na política e por novas formas de democracia participativa.

O caráter contraditório dos protestos sociais tornou-se ainda mais evidente em outra rodada de manifestações que teve lugar nas semanas que precederam a abertura da Copa do Mundo, em junho de 2014. Alguns desses protestos tiveram como foco os direitos dos cidadãos urbanos deslocados de suas moradias a fim de abrir espaço para a construção de estádios em várias áreas, em particular, uma vez mais, em São Paulo. Suas demandas foram aceitas, e o governo federal estabeleceu um sistema de compensação para todos os afetados pelas obras públicas relacionadas à Copa do Mundo. Por outro lado, o desafio à realização do campeonato, apostando no fracasso de sua

organização, foi conduzido por grupos de anarquistas radicais e de conservadores, convergindo na oposição a um governo de esquerda.

Agora, porém, o protesto não era de massa, e os participantes eram principalmente ativistas. Eles também foram muitas vezes superados pela violenta facção dos Black Blocks, mistura de anarquistas radicais, membros de gangues e provocadores. Muitos jogos foram disputados à sombra de choques violentos com a polícia, fato desprezado pela opinião pública. Um amplo segmento da população continuava desejando que a Copa do Mundo fosse um sucesso, e de fato a logística do evento funcionou; o campeonato foi um sucesso, a despeito da performance medíocre da seleção brasileira. Assim, embora os protestos sociais ainda mostrassem a profunda insatisfação da maioria dos brasileiros com o sistema político e econômico que governava suas vidas, os manifestantes perderam a oportunidade de se tornar a voz do povo brasileiro como um todo.

Com as eleições presidenciais, marcadas para 5 de outubro de 2014, surgindo no horizonte, grande parte da energia do movimento foi canalizada para o debate público sobre os temas que os candidatos teriam de confrontar. Esse debate foi decisivamente estruturado pelas demandas e propostas que o movimento havia apresentado por mais de um ano de incansáveis campanhas nas redes sociais e manifestações nas ruas. A unidade das duas formas de expressão do protesto ficou inequivocamente clara com a enorme faixa que se destacou numa das maiores manifestações de rua no Rio de Janeiro: “Somos a rede social”, já que as redes sociais são constituídas de pessoas, e as pessoas estavam ao mesmo tempo debatendo nos sites das redes na internet e marchando em passeatas nas ruas das cidades brasileiras.

Em termos dos objetivos do movimento no Brasil, dois temas apareciam como os mais importantes. Primeiro: a crítica aos políticos, à corrupção na política e ao funcionamento real da democracia, ao mesmo tempo defendendo a democracia representativa. Segundo: o desafio ao modelo de desenvolvimento que as elites políticas e econômicas do Brasil – de todas as ideologias – têm abraçado nas duas últimas décadas. Trata-se, de fato, de um modelo tradicional de crescimento a qualquer preço, a fim de gerar recursos para tirar milhões de pessoas da pobreza e aumentar o bem-estar da população à

custa da deterioração da qualidade da vida urbana.

O fato de a maioria das demandas se concentrar espontaneamente em transporte, moradia e serviços públicos urbanos (sobretudo educação e saúde) mostra que, na percepção da maior parte das pessoas, emprego e renda não são suficientes para uma vida decente. Além disso, a crítica do movimento se expressou fora dos sindicatos tradicionais e foi dirigida a todos os partidos, incluindo o partido de esquerda que estava no governo (PT), apesar da popularidade de seu líder histórico, o presidente Lula. Com efeito, toda a classe política, com exceção dos presidentes Lula e Dilma Rousseff, foi violentamente criticada pelo movimento, que a denunciava como ameaça à democracia. Assim, as manifestações realizadas no Brasil de 2013 a 2014 parecem constituir um desafio ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento irrestrito e uma rejeição dos agentes políticos que detêm o poder no Estado. Embora o movimento não tivesse um programa preciso, muito menos uma liderança organizada, suas posições indicavam claramente o desejo coletivo de criar um tipo diferente de sociedade e Estado, baseado na busca de uma qualidade de vida multidimensional e de uma experiência de democracia participativa.

Além do neoliberalismo: o movimento dos estudantes no Chile, 2011-13

Pode-se propor interpretação semelhante para o importante movimento dos estudantes chilenos que periodicamente ocupou as ruas de Santiago e outras cidades, sempre com base nas redes sociais da internet, em 2011-13. Embora o Chile ainda seja considerado o melhor exemplo de crescimento econômico segundo o esquema de globalização e liberalismo em toda a América Latina, durante o governo conservador do presidente Sebastián Piñera, eleito em 2010, após décadas de governos de centro-esquerda, a maioria dos chilenos se tornou altamente crítica de seu modelo econômico, e exigia do governo maior atenção para educação, saúde, aposentadorias, qualidade do meio ambiente e redistribuição social.⁹

O movimento estudantil chileno, embora originalmente mobilizado por uma pauta que incluía redução do preço das universidades públicas, obtenção de ajuda financeira e exigência de maior controle governamental sobre as medíocres universidades privadas, ampliou suas demandas para incluir a educação universitária gratuita, a melhoria de saúde, moradia e educação em geral, assim como a defesa dos direitos das mulheres e da minoria indígena mapuche. Também reivindicava novas formas de democracia participativa e controle mais estrito da corrupção na política. Na verdade, questionava a legitimidade da democracia tradicional baseada no monopólio do poder pelos partidos políticos. Em função do amplo escopo de suas demandas, o movimento estudantil obteve o apoio consistente de mais de 80% dos cidadãos e se tornou o arquiteto da mudança social no Chile democrático.

O movimento estudantil chileno apresenta a característica especial de ser um misto de movimento social autônomo e ativismo político de esquerda. A líder carismática do movimento, a estudante Camila Vallejo, era membro do Partido Comunista, mas respeitava as decisões das assembleias democráticas. Assim, comunistas coexistiam com anarquistas, socialistas e estudantes independentes no mesmo movimento, todos com o cuidado de mantê-lo longe da política

partidária. Em 2014, a candidata de centro-esquerda Michelle Bachelet, socialista de longa data, foi eleita presidenta do Chile por maioria esmagadora, após disputar uma campanha em que adotou explicitamente a maior parte das reivindicações do movimento estudantil, incluindo uma iniciativa para implantar a gratuidade no ensino público superior até o final de seu governo. Bachelet atuou depressa na implementação de suas promessas.

Além disso, vários líderes estudantis, incluindo Camila Vallejo, foram eleitos para o Congresso sob vários rótulos políticos. Assim, o movimento estudantil chileno mostra a possibilidade de conexão direta com o sistema político, a despeito de sua crítica frontal aos partidos e aos políticos profissionais. Talvez isso tenha sido possível pela liderança da presidenta Michelle Bachelet, conhecida pela independência em relação às máquinas políticas, incluindo seu próprio Partido Socialista. A conexão simbiótica entre movimento social autônomo e liderança política carismática oferece um modelo de mudança social que poderia reformar as instituições da democracia a partir de dentro. No entanto a construção da autonomia do movimento teve lugar, originalmente, no espaço livre das redes sociais e se expressou em manifestações de rua e assembleias gerais em espaços ocupados de universidades, em que foram testadas formas prefigurativas de democracia.

Desfazendo o complexo mídia-Estado: o #YoSoy132 do México

O movimento mexicano #YoSoy132 é uma das experiências mais interessantes de movimento social em rede, porque aborda diretamente a conexão entre os meios de comunicação de massa convencionais e a política institucional como modelo de controle do poder político na maioria das sociedades.

O México é caracterizado por um duopólio da televisão (Televisa e Televisión Azteca) diretamente conectado com os interesses empresariais dominantes e com a elite política. Por outro lado, o Estado mexicano tem sido amplamente controlado (por meios legais ou ilegais) por dois partidos: o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que dominou a política mexicana por setenta anos, e o Partido de Ação Nacional (PAN), conservador, que chegou à Presidência nos últimos anos. O Partido Revolucionário Democrático (PRD) detém alguns governos municipais e estaduais, particularmente na Cidade do México, mas está afastado do poder nacional por fraudes eleitorais flagrantes. Assim, o duopólio partidário e o duopólio televisivo constituem o cerne do sistema de poder político do México. É isso que, por uma circunstância acidental, o movimento espontâneo #YoSoy132 veio expor e contestar.

Uma descrição sucinta desse movimento pode ajudar a entender sua relevância.¹⁰ No dia 11 de maio de 2012, em meio à campanha para as eleições presidenciais, o candidato do PRI, Enrique Peña Nieto, participou de um painel organizado pelos alunos da Escola de Comunicação da Universidade Ibero-americana, universidade jesuítica de ponta situada na Cidade do México. Alguns estudantes responsabilizaram-no pela violência homicida da polícia contra a população em Atenco, durante seu mandato como governador do estado do México. Depois de Peña Nieto defender suas políticas, a maioria dos alunos presentes começou a gritar com ele, que procurou refúgio no lavatório e em seguida deixou o campus escoltado por um pelotão de segurança, enquanto centenas de jovens continuavam a manifestar sua rejeição às políticas corruptas do PRI.

Estudantes registraram o episódio num vídeo imediatamente enviado às redes sociais e que teve distribuição viral. As redes de TV e a liderança do PRI minimizaram o protesto, qualificando-o de fruto de um complô político, e alegaram que os manifestantes não eram realmente alunos da universidade, dos quais só haveria um punhado. Reagindo a essa declaração, 131 alunos da Ibero-americana fizeram um novo vídeo, difundido pelo YouTube, apresentando seus nomes e mostrando suas carteiras de estudante, e afirmaram sua independência em termos de afiliação política. Em poucas horas, 20 mil usuários do YouTube haviam assistido ao vídeo. Espontaneamente, iniciou-se um movimento de apoio aos estudantes nas redes sociais com a *hashtag* #YoSoy132, cada usuário somando-se aos 131 que haviam começado o protesto.

Como em outros movimentos, o protesto passou das redes sociais para as ruas, dessa vez na Cidade do México. Em 19 de maio de 2012, 30 mil pessoas saíram em passeata na praça Zocalo (a principal da cidade) contra Peña Nieto. Em 30 de maio, o #YoSoy132 organizou sua primeira assembleia geral na Universidade Autônoma do México, a principal do país. Quinze painéis discutiram e propuseram novas políticas, de educação a alimentos transgênicos, e formularam estratégias para enfrentar o neoliberalismo. Mas a principal demanda do movimento era resgatar a liberdade de expressão, rejeitando a manipulação das redes nacionais de televisão.

O movimento decidiu intervir na campanha eleitoral e organizou um debate entre os principais candidatos à Presidência. Todos foram convidados e todos compareceram, com a notável exceção de Peña Nieto. O #YoSoy132 posicionou-se como a plataforma da juventude independente, demandando participação e voz acima das linhas partidárias. Em julho, o movimento divulgou dois vídeos expondo algumas irregularidades por ele detectadas na campanha e na própria eleição. No final, Peña Nieto foi eleito presidente do México: a coalizão de interesses construída em torno do PRI era muito poderosa para que um movimento recém-nascido conseguisse reverter a blitz da mídia e as redes de apoio montadas por todo o país.

Mas alguma coisa mudara nas mentes dos jovens mexicanos: tornara-se possível opor-se às elites corruptas que sempre governaram o país. Além disso, quebrou-se o monopólio da informação. A televisão

não era mais a única fonte de informações e imagens sobre a realidade mexicana. O movimento construiu uma autonomia na comunicação e influenciou setores do sistema político, particularmente o PRD, de cunho esquerdista, procurando maneiras de constituir uma alternativa à poderosa máquina populista do PRI. Em 2014, por todo o México, surgiram grupos a partir do #YoSoy132, que continuaram a defender causas justas em todos os domínios de sua experiência local. As sementes da mudança estão plantadas na mente de milhares de pessoas e continuam a inspirar debates nas redes sociais. Essas sementes crescem a cada dia, segundo a lógica rizomática que caracteriza os movimentos sociais em rede.

Depois que um grupo de alunos de uma escola de educação rural no estado de Guerrero foi assassinado ou raptado pela polícia local a serviço de narcotraficantes, em setembro de 2014, centenas de milhares de mexicanos tomaram as ruas em outubro e novembro, denunciando a cumplicidade entre os cartéis criminosos e as autoridades do Estado, em todos os níveis. Como consequência desses movimentos sociais, uma mudança significativa tem ocorrido na mente do público (em novembro de 2014, 78% dos mexicanos não confiavam nos partidos políticos nem no governo), pois amplos setores da sociedade estão rejeitando a legitimidade do Estado. Uma vez mais, os movimentos sociais em rede são agentes da construção da consciência, criando assim condições para a mudança social e política.

Movimentos sociais em rede e protestos sociais

Relatos semelhantes podem vir das frentes de batalha de múltiplos movimentos sociais no mundo todo, alguns deles desconhecidos fora de sua região, em decorrência da deliberada opacidade dos meios de comunicação de massa no que diz respeito às novas formas de protesto social. No entanto, para meus propósitos analíticos, importa mostrar a emergência de um padrão comum de mobilização social numa grande variedade de contextos e com amplo espectro de motivações. É esse padrão comum, tanto como processo quanto como novo projeto sociopolítico, que tentarei identificar no próximo capítulo.

É essencial ter em mente, contudo, que nem todos os protestos sociais contemporâneos são expressões dessa nova forma de movimento social. Na verdade, muitos não o são, mesmo que eles usem redes sociais e, em última instância, perturbem a ordem social ao se manifestar nas ruas. A política tradicional e revoltas de todo tipo também estão presentes nas redes sociais. Mas isso não as transforma em movimentos sociais em rede. Um exemplo disso é a China.

Contrariando a imagem ocidental de país rigidamente controlado, em 2010 houve 100 mil protestos difusos na China, muitos deles violentos, contra menos de 10 mil, na década anterior, segundo dados do governo chinês.¹¹ Outras fontes fazem esse número chegar a 180 mil. Mas há poucas circunstâncias em que um movimento social autônomo tenha se formado por essa dinâmica, com exceção de algumas poucas mobilizações limitadas no espaço e no tempo. Isso contrasta com a Revolução dos Guarda-Chuvas, de setembro-outubro de 2014, em Hong Kong, movimento social em rede verdadeiramente autônomo, reivindicando o direito à democracia representativa e desafiando o controle de Beijing.¹² Assim, se as mobilizações sociais e as campanhas políticas são distintas dos movimentos sociais em rede, ainda que utilizem amplamente as redes sociais, quais são os componentes específicos desses movimentos que os tornam agentes da mudança social na sociedade em rede? Passo agora a essa análise.

7. A transformação do mundo na sociedade em rede

“Nós derrubamos o muro do medo
Vc derrubou o muro de nossa casa
Nós vamos reconstruir nossos lares
Mas vc nunca vai erguer aquele muro do medo.”
Tuíte de @souriastrong (Rawia Alhoussaini)

AO LONGO DA HISTÓRIA, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social.¹ Geralmente se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. A conjuminância de degradação das condições materiais de vida e crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas.

Mas esse é um comportamento arriscado, pois a manutenção da ordem social e a estabilidade das instituições políticas expressam relações de poder exercidas, se necessário, pela intimidação e, em último recurso, pelo uso da força. Assim, na experiência histórica e na observação dos movimentos analisados neste livro, os movimentos sociais muitas vezes são desencadeados por emoções derivadas de algum evento significativo que ajuda os manifestantes a superar o medo e desafiar os poderes constituídos apesar do perigo inerente a suas ações.

De fato, a mudança social envolve uma ação individual e/ou coletiva que é, em sua essência, emocionalmente motivada, da mesma forma que todo comportamento humano, segundo recente pesquisa em neurociência social.² No contexto das seis emoções básicas identificadas por neuropsicólogos (medo, aversão, surpresa, tristeza, felicidade e raiva³), a teoria da inteligência afetiva em comunicação

política⁴ argumenta que o gatilho é a raiva, e o repressor, o medo. A raiva aumenta com a percepção de uma ação injusta e com a identificação do agente por ela responsável. O medo desencadeia a ansiedade, associada à evitação do perigo. Ele é superado pelo compartilhamento e pela identificação com outros num processo de ação comunicativa. Então a raiva assume o controle, levando ao comportamento de assumir os riscos.

Quando se desencadeia o processo de ação comunicativa que induz a ação e a mudança coletivas, prevalece a mais poderosa emoção positiva: o entusiasmo, que reforça a mobilização societária intencional. Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente. Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimuladas por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado.⁵

Nos últimos anos, a comunicação em ampla escala tem passado por profunda transformação tecnológica e organizacional, com a emergência do que denominei autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e, mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte.⁶ Esse é o novo contexto, no cerne da sociedade em rede como nova estrutura social, em que os movimentos sociais do século XXI se constituem.

Os movimentos estudados neste livro, assim como movimentos semelhantes surgidos em todo o mundo, tiveram origem numa crise econômica estrutural e numa crise de legitimidade cada vez mais profunda (ver Anexo). A crise financeira que sacudiu os alicerces do capitalismo informacional global a partir de 2008 questionou a prosperidade na Europa e nos Estados Unidos; ameaçou de colapso financeiro governos, países e grandes empresas; e levou a um substancial encolhimento do Estado de bem-estar social responsável, durante décadas, pela sustentação da estabilidade social.⁷

A crise global de produção de alimentos teve impacto sobre a subsistência da maioria das pessoas nos países árabes, quando os

preços dos gêneros de primeira necessidade, em particular o pão, atingiram níveis insuportáveis para uma população que gasta a maior parte de sua escassa renda com comida. A imensa desigualdade social presente em todos eles tornou-se intolerável aos olhos de muitos dos que sofriam a crise sem esperança nem confiança. O caldeirão de indignação social e política atingiu o ponto de ebulição.

Mas movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas exitosas em outras partes do mundo, cada qual inspirando a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela internet. Além disso, a despeito das profundas diferenças entre os contextos em que esses movimentos surgiram, há certas características que constituem um padrão comum: o modelo dos movimentos sociais na era da internet.

Movimentos sociais em rede: um padrão emergente

Os movimentos sociais estudados neste livro, assim como outros que surgiram pelo mundo nos últimos anos,⁸ apresentam uma série de características comuns.

São conectados em rede de múltiplas formas. O uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal. Inclui redes sociais online e off-line, assim como redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento. Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral. As tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança de formato do movimento.

Embora os movimentos tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet. Por serem uma rede de redes, eles podem dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda assim garantir as funções de coordenação, e também de deliberação, pelo inter-relacionamento de múltiplos núcleos. Desse modo, não precisam de uma liderança formal, de um centro de comando ou de controle, nem de uma organização vertical, para passar informações ou instruções. Essa estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral. Também reduz a vulnerabilidade do movimento à ameaça de repressão, já que há poucos alvos específicos a reprimir, exceto nos lugares ocupados; e a rede pode se reconstituir enquanto houver um número suficiente de participantes, frouxamente conectados por seus objetivos e valores comuns. A conexão em rede como modo de vida do movimento protege-o tanto dos adversários quanto dos próprios perigos internos representados pela burocratização e pela

manipulação.

Embora esses movimentos geralmente se iniciem nas redes sociais da internet, *eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano*, seja por ocupação permanente de praças públicas, seja pela persistência das manifestações de rua. O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia,⁹ porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. Autonomia sem desafio torna-se retirada. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço dos fluxos equivale a um ativismo interrompido. *O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede.*

Os movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização. Além disso, mantêm um debate contínuo na internet e algumas vezes convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais. Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica. Prefiguram, em certa medida, a superação da atual divisão entre a identidade comunal local e a constituição de redes individuais globais.

Tal como muitos outros movimentos sociais da história, eles geraram suas próprias formas de tempo: o *tempo atemporal*, uma forma trans- histórica que combina dois tipos diferentes de experiência. Por um lado, nos lugares ocupados, vivem um dia após outro, sem saber

quando virá a expulsão, organizando sua vida como se essa pudesse ser a sociedade alternativa de seus sonhos, ilimitada em seus horizontes e livres das restrições cronológicas de suas disciplinadas vidas anteriores. Por outro lado, em seus debates e projetos, referem-se a um horizonte de possibilidades ilimitado, e novas formas de vida e comunidade emergem da prática do movimento. Vivem no momento em termos de sua experiência e projetam seu tempo no futuro do processo de construção histórica, por antecipação. Entre essas duas práticas temporais, recusam o subserviente tempo cronológico imposto pelos cronômetros de sua existência. Já que o tempo humano só existe em nossa prática, esse tempo atemporal dual não é menos real que o tempo medido do operário de linha de montagem ou o tempo ininterrupto do executivo financeiro. É um tempo emergente, alternativo, constituído de um híbrido do agora com o para sempre.

Em termos de gênese, esses movimentos são amplamente *espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação*, seja relacionada a um evento específico, seja a um acesso de aversão pelas ações dos governantes. Em todos os casos, têm origem num apelo à ação proveniente do espaço dos fluxos, que visa a criar uma comunidade instantânea de prática insurgente no espaço dos lugares. A fonte do apelo é menos relevante que o impacto da mensagem sobre receptores múltiplos e inespecíficos, cujas emoções se conectam à sua forma e a seu conteúdo. O poder das imagens é soberano. O YouTube foi provavelmente uma das mais poderosas ferramentas de mobilização nos estágios iniciais do movimento. São significativas sobretudo as imagens de violenta repressão por parte da polícia ou de vândalos.

Os movimentos são virais, seguindo a lógica das redes da internet.¹⁰ Isso se dá não apenas pelo caráter viral da difusão das mensagens em si, particularmente das imagens de mobilização, mas em função do efeito demonstração de movimentos que brotam por toda parte. Temos observado essa capacidade viral de um país para outro, de uma cidade para outra, de uma instituição para outra.¹¹ Ver e ouvir protestos em algum outro lugar, mesmo que em contextos distantes e culturas diferentes, inspira a mobilização, porque desencadeia a *esperança* da possibilidade de mudança.

A passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação no

espaço da autonomia. As tomadas de decisão em geral ocorrem em assembleias e em comitês por elas designados. Na verdade, trata-se de *movimentos sem liderança*, não pela falta de líderes em potencial, mas pela profunda e espontânea desconfiança da maioria dos participantes do movimento em relação a qualquer forma de delegação de poder. Essa característica essencial dos movimentos observados resulta diretamente de uma de suas causas: a rejeição dos representantes políticos pelos representados, depois que se sentiram traídos e manipulados em sua experiência com a política instituída. Há múltiplos exemplos em que alguns participantes são mais ativos ou influentes que outros, apenas por se comprometerem integralmente com o movimento. Mas esses ativistas só são aceitos em seu papel enquanto não tomam individualmente decisões importantes. Assim, apesar das óbvias tensões na prática cotidiana do movimento, a regra implícita, amplamente aceita, é que ele seja autogovernado pelos participantes. Trata-se, a um só tempo, de um procedimento organizacional e de um objetivo político: estabelecer os alicerces de uma futura democracia de verdade praticando-a no movimento.

As redes horizontais, multimodais, tanto na internet quanto no espaço urbano, criam *companheirismo*. Essa é uma questão fundamental para o movimento, porque é pelo companheirismo que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança. Companheirismo não é comunidade porque esta implica uma série de valores comuns, e isso é uma obra em progresso no movimento, já que a maioria das pessoas nele ingressa com seus próprios objetivos e motivações, vindo a descobrir denominadores comuns na prática do próprio movimento. Assim, a comunidade é uma meta a ser atingida, mas a união é um ponto de partida e a fonte de acesso ao poder: “Juntos conseguimos”.

A horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal. Assim, o que parece ser ineficaz como forma de deliberação e tomada de decisão é de fato o alicerce necessário para gerar confiança, sem a qual nenhuma ação comum poderia ser empreendida contra o cenário de uma cultura política caracterizada pela competição e pelo cinismo. O movimento produz seus próprios antídotos contra a disseminação dos valores sociais que deseja combater. Esse é o princípio constante que surge dos debates de todos os movimentos: não apenas os fins não

justificam os meios, mas os meios, de fato, encarnam os objetivos da transformação.

São movimentos profundamente autorreflexivos. Questionam-se permanentemente como movimento, e seus participantes como indivíduos, sobre o que são, o que desejam e o que pretendem realizar, que tipo de democracia e sociedade estão almejando e como evitar os imprevistos e armadilhas de tantos movimentos fracassados por reproduzir em si mesmos os mecanismos do sistema que queriam mudar, em particular no que se refere à delegação política da autonomia e da soberania. Essa autorreflexividade manifesta-se no processo de deliberação das assembleias, mas também em múltiplos fóruns da internet, assim como numa miríade de blogs e grupos de discussão nas redes sociais.

Um dos principais temas do debate é a questão da violência com que os movimentos, por toda parte, se defrontam em sua prática. Em princípio, *eles são não violentos*, em geral se envolvendo, em sua origem, na desobediência civil, pacífica. Mas tendem a se engajar na ocupação do espaço público e em táticas contenciosas com o propósito de pressionar autoridades políticas e organizações empresariais, de vez que não reconhecem a viabilidade de uma participação justa nos canais institucionais. Assim, a repressão, com diferentes níveis de violência, dependendo do contexto institucional e da intensidade do desafio apresentado pelo movimento, é uma experiência recorrente em todo o processo de ação coletiva. Já que o objetivo de todos os movimentos é manifestar-se em nome da sociedade como um todo, é fundamental eles sustentarem sua legitimidade pela justaposição de seu caráter pacífico à violência do sistema. De fato, em todos os casos, as imagens da violência policial ampliaram a simpatia dos cidadãos pelo movimento, assim como o reativaram.

Por outro lado, é difícil, seja individual, seja coletivamente, reprimir o instinto básico de autodefesa. Isso foi muito importante no caso dos levantes árabes, em que, confrontados por repetidos massacres nos quais se empregou uma violência militar extrema, alguns movimentos democráticos acabaram se tornando contendores em guerras civis sangrentas. Desse modo, os movimentos sociais desapareceram, substituídos por facções violentas que lutam pelo poder do Estado. A situação é obviamente diferente em democracias

liberais, mas a arbitrariedade e a impunidade da violência policial abrem o caminho, em muitos casos, para a ação violenta de grupos pequenos e determinados, prontos a confrontar o sistema com violência, a fim de expor seu caráter violento. A violência proporciona à mídia imagens espetaculares, refinadas, e é desvantajosa para os políticos e formadores de opinião, cujo objetivo é suprimir o mais depressa possível a crítica que o movimento encarna. O espinhoso problema da violência não é somente uma questão de tática. É a questão definidora da vida e da morte dos movimentos, já que estes só têm chance de promover a mudança social se sua prática e seu discurso gerarem consenso na sociedade como um todo (os 99%).¹²

Esses movimentos raramente são programáticos, exceto quando se concentram claramente num único ponto: abaixo o regime ditatorial. De fato eles têm muitas demandas, na maior parte do tempo, todas as demandas possíveis vindas de cidadãos ávidos por escolher as condições de suas vidas. Mas, sendo múltiplas as demandas e ilimitadas as motivações, eles não conseguem formalizar uma organização ou liderança porque seu consenso, seu companheirismo, depende de uma deliberação e de um protesto *ad hoc*, não da concretização de um programa elaborado em torno de objetivos específicos. Isso é tanto sua força (um amplo poder de atração) quanto sua fraqueza (como se pode realizar alguma coisa quando os objetivos a serem alcançados são indefinidos?).

De modo correspondente, eles não podem se concentrar num só projeto ou tarefa. Por outro lado, não podem ser canalizados para uma ação política que seja instrumental, do ponto de vista estrito. Desse modo, dificilmente podem ser cooptados por partidos políticos (universalmente desacreditados), embora estes possam lucrar com a mudança de percepção que os movimentos provocam na opinião pública. Assim, são movimentos sociais *voltados para a mudança dos valores da sociedade*, e também podem ser movimentos de opinião pública, com consequências eleitorais.

Pretendem transformar o Estado, mas não se apoderar dele. Expressam sentimentos e estimulam o debate, mas não criam partidos nem apoiam governos, embora possam se tornar alvo do marketing político. Em certos casos, podem induzir a formação de um novo tipo de partido político, próximo à inspiração original do movimento,

embora claramente distinto dele. Em todos os casos, os movimentos sociais *são muito políticos num sentido fundamental*. Particularmente, quando propõem e praticam a democracia deliberativa direta, baseada na democracia em rede. Projetam uma nova utopia de democracia em rede baseada em comunidades locais e virtuais em interação. Mas utopias não são meras fantasias. A maioria das ideologias políticas modernas que estão nas raízes dos sistemas políticos (liberalismo, socialismo, comunismo) originou-se em utopias. Porque as utopias tornam-se forças materiais ao se incorporar à mente das pessoas, ao inspirar seus sonhos, guiar suas ações e induzir suas reações. O que esses movimentos sociais em rede estão propondo em sua prática é uma nova utopia no cerne da cultura da sociedade em rede: a utopia da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade.

Quando as sociedades falham na administração de suas crises estruturais pelas instituições existentes, a mudança só pode ocorrer fora do sistema, mediante a transformação das relações de poder, que começa na mente das pessoas e se desenvolve em forma de redes construídas pelos projetos dos novos atores que constituem a si mesmos como sujeitos da nova história em processo. A internet, que, como todas as tecnologias, encarna a cultura material, é uma plataforma privilegiada para a construção social da autonomia.

A internet e a cultura da autonomia

O papel da internet e da comunicação sem fio nos atuais movimentos sociais em rede é fundamental, como está documentado neste livro. Mas a compreensão delas tem sido obscurecida por um debate sem sentido, na mídia e nos círculos acadêmicos, ao negar que as tecnologias de comunicação estejam na raiz dos movimentos sociais. Isso é óbvio. Nem a internet nem qualquer outra tecnologia, nesse sentido, pode ser fonte de causação social. Os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional.

Ao mesmo tempo, porém, é essencial enfatizar o papel basilar da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais, agora e ao longo da história.¹³ Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo. Sua conectividade depende de redes de comunicação interativas. Em nossa sociedade, a forma fundamental de comunicação horizontal em grande escala baseia-se na internet e nas redes sem fio. Além disso, é por meio dessas redes de comunicação digital que os movimentos vivem e atuam, certamente interagindo com a comunicação face a face e com a ocupação do espaço urbano. Mas as redes de comunicação digital são um componente indispensável na prática e na organização desses movimentos tal como existem.

Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva. As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a

comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada.¹⁴

Além disso, há uma conexão fundamental, mais profunda, entre a internet e os movimentos sociais em rede: *eles comungam de uma cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas*. Os movimentos sociais, embora surjam do sofrimento das pessoas, são distintos dos movimentos de protesto. Eles são essencialmente movimentos culturais, que conectam as demandas de hoje com os projetos de amanhã. Os movimentos que observamos encarnam o projeto fundamental de transformar pessoas em sujeitos de suas próprias vidas, ao afirmar sua autonomia em relação às instituições da sociedade. É por isso que, embora ainda exigindo medidas terapêuticas para as atuais misérias de um amplo segmento da população, os movimentos, como atores coletivos, não confiam nas instituições atuais e se envolvem no caminho incerto de criar novas formas de convivência, na busca de um novo contrato social.

Nos bastidores desse processo de mudança social está a transformação cultural de nossas sociedades. Tentei documentar em outros textos o fato de que as características básicas dessa transformação cultural se referem à emergência de um novo conjunto de valores definidos como individuação e autonomia, os quais nascem nos movimentos sociais da década de 1970 e, com crescente intensidade, permeiam toda a sociedade nas décadas seguintes.¹⁵ Individuação é a tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento.¹⁶ Individuação não é individualismo, pois o projeto do indivíduo pode ser adaptado à ação coletiva e a ideais comuns, como preservar o meio ambiente ou criar uma comunidade, enquanto o individualismo faz do bem-estar do indivíduo o principal objetivo de seu projeto particular.

O conceito de autonomia é mais amplo, já que pode se referir a atores individuais ou coletivos. Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses. A transição da individuação para a autonomia opera-se por meio da constituição de

redes que permitem aos atores individuais construir sua autonomia com pessoas de posição semelhante nas redes de sua escolha. Eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. Isso porque a tecnologia da internet incorpora a cultura da liberdade, como mostra o registro histórico de seu desenvolvimento.¹⁷ Ela foi deliberadamente programada por cientistas e hackers como uma rede descentralizada de comunicação por computadores capaz de resistir ao controle de qualquer centro de comando. Emergiu da cultura de liberdade prevalecente nos campi universitários na década de 1970.¹⁸ Baseia-se em protocolos de fonte aberta desde sua criação, os protocolos TCP/IP desenvolvidos por Vint Cerf e Robert Kahn. Tornou-se amplamente amigável ao usuário graças à Rede Mundial de Computadores, outro programa de fonte aberta criado por Tim Berners-Lee.

Prosseguindo na ênfase sobre a construção da autonomia, a mais profunda transformação social promovida pela internet ocorreu na primeira década do século XXI, com a passagem da interação individual e empresarial na internet (o uso de correio eletrônico, por exemplo) para a construção autônoma de redes sociais controladas e guiadas por seus usuários. Teve origem em aperfeiçoamentos na banda larga e no software social, e também no surgimento de uma ampla gama de sistemas de distribuição que alimentam as redes de internet.

Além disso, a comunicação sem fios conecta dispositivos, dados, pessoas, organizações, tudo isso com a nuvem emergindo como repositório de uma ampla constituição de redes sociais, como uma teia de comunicação que envolve a tudo e a todos. Assim, a atividade mais importante da internet hoje se dá por meio dos sites de rede social (SNS, de Social Networking Sites), e estes se tornam plataformas para todos os tipos de atividade, não apenas para amizades ou bate-papos pessoais, mas para marketing, e-commerce, educação, criatividade cultural, distribuição de mídia e entretenimento, aplicações de saúde e, sim, ativismo sociopolítico.

Os SNS são espaços vivos que conectam todas as dimensões da vida das pessoas.¹⁹ Essa é uma tendência importante para a sociedade em geral. Ela transforma a cultura ao induzir o compartilhamento. Os usuários dos SNS transcendem o tempo e o espaço, mas produzem

conteúdo, estabelecem vínculos e conectam práticas. Temos agora um mundo permanentemente em rede em cada dimensão da experiência humana. As pessoas em suas redes evoluem conjuntamente em interações múltiplas e constantes. Mas elas escolhem os termos de sua coevolução. Os SNS são construídos pelos próprios usuários a partir de critérios de combinação específicos e de redes de amizade mais amplas, projetadas por pessoas, com base em plataformas fornecidas por empresários da comunicação livre, com diferentes níveis de constituição de perfis e de privacidade.

A chave do sucesso de um SNS não é o anonimato, mas, pelo contrário, a autoapresentação de uma pessoa real conectando-se com pessoas reais. As pessoas constituem redes para estar com outras, e para estar com outras com as quais desejam estar, com base em critérios que incluem aquelas que já conhecem ou as que gostariam de conhecer.²⁰ Assim, é uma sociedade em rede autoconstruída com base na conectividade perpétua. Mas não é uma sociedade puramente virtual. Há uma íntima conexão entre as redes virtuais e as redes da vida em geral. O mundo real em nossa época é um mundo híbrido, não um mundo virtual nem um mundo segregado que separaria a conexão on-line da interação off-line.²¹ E é nesse mundo que os movimentos sociais em rede vieram à luz, numa transição – natural, para muitos indivíduos – do compartilhamento de sua sociabilidade para o compartilhamento de sua indignação, de sua esperança e de sua luta.

Assim, a cultura da liberdade no plano societal e a da individuação e autonomia no plano dos atores sociais estimularam simultaneamente as redes da internet e os movimentos sociais em rede. Na verdade, há um efeito sinérgico entre esses dois eventos. Permitam-me ilustrar a análise com os resultados da pesquisa do tipo survey que orientei de 2002 a 2007, com Tubella e outros, sobre uma amostra representativa da população catalã.²² Da população como um todo, definimos empiricamente seis projetos de autonomia estatisticamente independentes: pessoal, profissional, empresarial, comunicativa, corporal e sociopolítica. Descobrimos que, quanto mais as pessoas eram autônomas em cada uma dessas seis dimensões, mais frequente e intensamente usavam a internet. E, num determinado período, quanto mais usavam a internet, mais aumentava seu grau de autonomia. Há

de fato um círculo virtuoso entre as tecnologias da liberdade e a luta para libertar a mente das estruturas de dominação.

Essas descobertas são cognitivamente coerentes com um estudo de 2010 realizado na Grã-Bretanha pelo sociólogo Michael Willmott, com base em dados globais obtidos pelo World Values Survey da Universidade de Michigan. Ele analisou 35 mil respostas individuais entre 2005 e 2007. O estudo mostra que o uso da internet qualifica as pessoas, ao reforçar seus sentimentos de segurança, liberdade pessoal e influência – todos com efeito positivo sobre o bem-estar pessoal. O efeito é particularmente positivo para indivíduos com baixa renda e pouca qualificação, habitantes do mundo em desenvolvimento e mulheres. Fortalecimento, autonomia e reforço da sociabilidade parecem intimamente conectados à prática de entrar com frequência em rede pela internet.

Os movimentos sociais em rede, como todos os movimentos sociais da história, trazem a marca de sua sociedade. São amplamente constituídos de indivíduos que convivem confortavelmente com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual. Seus valores, objetivos e estilo organizacional referem-se diretamente à cultura da autonomia que caracteriza as novas gerações de um novo século. Não poderiam existir sem a internet. Mas seu significado é muito mais profundo. Eles são talhados para o papel de agentes da mudança na sociedade em rede, num contraste agudo com as instituições políticas obsoletas herdadas de uma estrutura social historicamente superada.

Movimentos sociais em rede e reforma política: um amor impossível?

De maneira geral, para a maioria dos analistas, o impacto dos movimentos sociais sobre a sociedade demanda o processamento de seus valores e necessidades pelas instituições definidas e controladas por atores políticos.

Entretanto, como o desafio fundamental que vem desses movimentos diz respeito à negação da legitimidade da classe política, assim como à denúncia de sua subserviência às elites financeiras, há pouco espaço para uma verdadeira aceitação desses valores pela maioria dos governos. Uma resenha abrangente dos estudos empíricos sobre as consequências políticas dos movimentos sociais, concentrando-se sobretudo nos Estados Unidos, mostra que, por um lado, os maiores movimentos do passado foram politicamente influentes de várias maneiras, em particular ao contribuir para estabelecer agendas de políticas públicas. Por outro lado, “para que um movimento seja influente, atores do Estado precisam vê-lo como potencialmente capaz de facilitar ou prejudicar seus próprios objetivos – ampliar ou solidificar novas coalizões eleitorais, ganhar a opinião pública, aumentar o apoio às missões das agências governamentais”.²³

Em outras palavras, a influência direta dos movimentos sociais sobre a política e os programas de governo depende amplamente de sua contribuição potencial para as agendas preestabelecidas dos atores políticos. Isso contraria totalmente a principal crítica dos movimentos sociais em rede que estudei, referente à falta de representatividade da classe política, já que as eleições são condicionadas pelo poder do dinheiro e da mídia e limitadas por leis eleitorais tendenciosas, elaboradas pela classe política em benefício próprio. Contudo, a resposta usual das elites aos movimentos de protesto é referir-se à vontade do povo, tal como expressa nas eleições anteriores, e à oportunidade de mudar a política segundo os resultados das próximas. É precisamente a isso que se opõe a maioria dos movimentos, juntamente com uma proporção substancial dos cidadãos de todas as partes do mundo, como se mostra no Anexo.

Os movimentos não têm objeção ao princípio da democracia representativa, mas denunciam a prática dessa democracia tal como se dá hoje e não reconhecem sua legitimidade. Nessas condições, há poucas chances de uma interação positiva direta entre movimentos e políticos visando à promoção de uma reforma política, ou seja, uma reforma das instituições de governança que amplie os canais de participação política e limite a influência dos lobbies e grupos de pressão no sistema político, reivindicações fundamentais da maioria dos movimentos sociais.

A influência mais positiva dos movimentos na área política pode ocorrer indiretamente com a assunção, por partidos ou líderes políticos, de alguns de seus temas e demandas, em especial quando estes alcançam popularidade entre amplos setores da sociedade. É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, onde a referência à clivagem social entre os 99% e o 1% passou a simbolizar o grau da desigualdade. No entanto líderes cautelosos, como Obama, embora afirmem representar as aspirações expressas pelo movimento, preferem não fazer nada para endossar seu ativismo, com medo de serem vistos como condescendentes em relação a práticas radicais. O segundo governo Obama inclusive sinalizou um rompimento entre as esperanças do movimento Occupy e o pragmatismo político usual do presidente, que havia incorporado os ideais de mudança por um curto período na história americana.

Já que a rota que leva a mudanças de diretrizes passa pela mudança política, e esta é moldada pelos interesses dos políticos no poder, a influência do movimento sobre os programas de governo em geral é limitada, pelo menos a curto prazo, na ausência de uma crise importante que exija a revisão do sistema como um todo, como ocorreu na Islândia. Não obstante, há uma conexão muito mais profunda entre movimentos sociais e reforma política que poderia desencadear a mudança social: ela ocorre na mente das pessoas. O verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política.

A influência do movimento na população em geral se dá pelos

curiosos mais insuspeitos.²⁴ Se a influência social e cultural do movimento se amplia, particularmente entre as gerações mais novas e ativas, políticos astutos abordarão seus valores e interesses, buscando ganhos eleitorais. Eles o farão dentro dos limites de sua própria lealdade para com seus patrocinadores. Mas, quanto mais o movimento consegue transmitir suas mensagens pelas redes de comunicação, mais cidadãos conscientes aparecem, mais a esfera pública da comunicação se torna um terreno contestado e menor é a capacidade dos políticos de integrar demandas e comunicações com ajustes meramente cosméticos.

A derradeira batalha pela mudança social é decidida na mente das pessoas, e nesse sentido os movimentos sociais em rede têm feito grande progresso no plano internacional. Como se mostra no Anexo, num levantamento internacional realizado em 23 países, em novembro de 2011, com exceção do Japão, mais pessoas eram favoráveis que desfavoráveis ao movimento Occupy e similares em seus contextos, e a maioria dos cidadãos concordava com a crítica que os movimentos faziam a governos, políticos e instituições financeiras. Isso é especialmente notável em relação a movimentos que se colocam fora do sistema institucional e se envolvem na desobediência civil. Na verdade, quando se indagava sobre as táticas do movimento nos Estados Unidos, apenas uma minoria as apoiava, mas ainda assim o fato de 25% a 30% concordarem com suas ações turbulentas indica uma onda de apoio a contestadores de instituições que perderam a confiança dos cidadãos. Na Espanha ou no Brasil, o apoio público às críticas dos movimentos sociais ao sistema fica acima de 2/3 da população.

A incerteza de um processo de mudança política inexplorado parece constituir a principal barreira a superar para movimentos que já expuseram a ilegitimidade dos atuais poderes constituídos. No entanto, o amor entre ativismo social e reformismo político não parece impossível. É simplesmente oculto da vista do público, enquanto os cidadãos oscilam mentalmente entre desejo e resignação. Para aprofundar essa hipótese, me voltarei para a análise dos efeitos políticos dos movimentos sociais em rede com base nas observações acerca das mudanças políticas em alguns países entre 2012 e 2014.

8. Movimentos sociais em rede e mudança política

Visão geral

O consenso em termos de *realpolitik* parece ser de que, no final das contas, os sonhos de mudança social terão de ser diluídos e canalizados por instituições políticas, seja pela reforma, seja pela revolução. Mesmo neste último caso, os ideais revolucionários serão interpretados (traídos?) pelos poderes recém-constituídos e sua nova ordem constitucional. Isso cria um dilema importante, ao mesmo tempo prático e analítico, quando se avalia a produtividade política de movimentos que, na maioria dos casos, não confiam nas instituições políticas existentes e se recusam a acreditar na viabilidade da participação nos canais predeterminados de representação política. Contudo, jamais diga nunca. O processo de mudança social é cheio de surpresas. Frequentemente é necessário um lapso de tempo para que os efeitos do movimento sejam observados nas instituições políticas e, em última instância, nas diretrizes inspiradas pela defesa do interesse público.

Por exemplo, em julho de 2009, um grande protesto social, amplamente organizado em torno de redes móveis de comunicação, sacudiu o sistema político iraniano na sequência da reeleição, possivelmente fraudulenta, do presidente Ahmadinejad, um fundamentalista. Embora apoiado pela ala liberal da estrutura de poder dos aiatolás, o movimento foi violentamente reprimido e por fim derrotado. Na percepção da mídia ocidental, ele foi ineficaz por não ter líderes e ser amplamente espontâneo, protagonizado sobretudo por jovens.¹ Em 2013, porém, Hassan Rohani, reformador aliado do ex-presidente Muhammad Khatami, de tendência liberal, foi inesperadamente eleito para a Presidência como resultado da mobilização maciça a seu favor por parte da juventude urbana e da classe média, em particular em Teerã. Sua eleição sinalizou uma importante mudança de orientação na política iraniana, talvez abrindo caminho para a democratização e a cooperação pacífica com o Ocidente, num processo que pode ter consequências importantes para

a ordem mundial. A relação causal entre as revoltas de 2009 e a eleição de 2013 não pode ser demonstrada empiricamente pela inexistência de fontes de dados confiáveis sobre opinião política. Mas é plausível imaginar que possa ter ocorrido uma transformação da mentalidade de muitas pessoas, como efeito da experiência de mobilização num país em que 70% da população tem menos de trinta anos, dada a grande participação da juventude tanto nas manifestações quanto na votação obtida por Rohani.

Em termos gerais, o caminho que leva a uma mudança social significativa parece passar pela influência dos movimentos sobre a mentalidade do público. Na maioria dos movimentos estudados, assim como em movimentos similares por todo o mundo, a passagem fundamental da esperança à implementação das mudanças depende da permeabilidade das instituições políticas às demandas do movimento, assim como da disposição deste em se engajar num processo de negociação. Quando ambas as condições se apresentam em termos positivos, é possível satisfazer uma série de reivindicações e implementar a reforma política, com diferentes graus de mudança. Assim, o que parece um beco sem saída na relação entre movimentos sociais e mudança política deve ser confrontado com a observação do que realmente aconteceu no período de 2012-14, após a emergência de movimentos sociais em rede em diferentes países. Ao fazê-lo, vou estabelecer uma distinção entre os efeitos da crise de legitimidade política sobre o sistema político (fator-chave na indução da mudança política) e os efeitos específicos dos movimentos sociais em si.

Crise de legitimidade e mudança política: uma perspectiva global

A maioria dos sistemas políticos do mundo está sendo sacudida pelos desafios que a globalização impõe ao Estado-nação e pela crise de legitimidade que atinge o sistema político, como mostrei em outras publicações.² Mas a intensidade do desafio às instituições políticas apresentado por atores sociais e pela sociedade civil em geral varia amplamente, dependendo do contexto.

O autoritarismo, a corrupção e o clientelismo do Estado em muitos países asiáticos e africanos em processo de industrialização por enquanto têm obtido amplo sucesso em manter o potencial de desafio dos movimentos e protestos sociais dentro dos limites do sistema, com a significativa exceção daqueles que ocorrem em Hong Kong no momento em que este livro está sendo escrito. Embora o fato de as instituições do Estado não assumirem a responsabilidade possa às vezes provocar explosões populares violentas e incontrolláveis (como na China ou na Tailândia), a maioria dos Estados parece estar, ao menos superficialmente, no controle de suas sociedades, enquanto os ventos da globalização favorecerem o bem-estar econômico das elites e da classe média urbana.

Em contraste, no caso da América Latina, os movimentos sociais em rede encontram-se em ascensão e pressionam o sistema político, gerando algumas sementes de transformação política no Chile, Uruguai, Brasil e México, como analisarei adiante. Na maior parte da América do Sul, contudo, a emergência de movimentos sociais autônomos no novo milênio tem sido apropriada por políticas populistas, que se apresentam em contraposição ao modelo de crescimento neoliberal implementado na década de 1990, abrindo espaço para governos nacionalistas que ganharam o apoio de grupos sociais marginalizados pelas elites políticas tradicionais, como no caso de Bolívia, Equador, Venezuela e Peru.³ No caso da Venezuela, porém, a clivagem de classe deliberadamente introduzida por essas políticas, juntamente com o crescente autoritarismo do regime, tem provocado uma onda de protestos sociais protagonizada por estudantes e apoiada

pela classe média que pode se transformar num movimento social em rede de viés antipopulista. Em geral, quanto mais o Estado atende as demandas da sociedade, menor é a intensidade dos movimentos sociais autônomos, como é o caso de Equador, Bolívia, Uruguai e, até certo ponto, da Argentina (embora a Argentina *peronista* seja um caso especial). No entanto, quando esses movimentos sociais realmente existem e as instituições do Estado estão abertas à mudança, seu potencial transformador pode encontrar uma expressão institucional, como no Chile e no Brasil.

Na maioria dos países da Europa, a crise de legitimidade política, aprofundada pela crise econômica, estimulou reações políticas populistas de extrema direita, sempre ultranacionalistas, com frequência xenofóbicas, que ameaçam desconstruir a União Europeia e colocam em questão o duopólio dos blocos de centro-direita e centro-esquerda no sistema político. As eleições para o Parlamento Europeu em 25 de maio de 2014 foram um ponto de virada a esse respeito. O Ukip, ultranacionalista e antieuropeu, tornou-se o campeão de votos no Reino Unido. A Frente Nacional de Marine Le Pen, de extrema direita, venceu as eleições na França, e pesquisas de opinião realizadas no outono de 2014 previam a vitória de Le Pen nas eleições presidenciais de 2016. O Verdadeiros Finlandeses, partido de orientação quase nazista, continuava em ascensão na Finlândia e pode muito bem estar no governo depois das próximas eleições. Influência semelhante de partidos xenofóbicos está presente na Dinamarca, Noruega, Holanda e Grécia, onde um partido nacionalista explicitamente neonazista, o Aurora Dourada, vem ganhando votos a cada eleição. Mesmo na Alemanha, em que o neonazismo é proibido, pequenos partidos nacionalistas contrários à “generosidade” alemã em relação a outros países da Europa estão invadindo o sistema político, obrigando a grande coalizão de conservadores e social-democratas a se recolher aos últimos bastiões do sistema bipartidário.

Em termos da perspectiva analítica deste livro, o essencial é enfatizar que em nenhum desses países, com a significativa exceção da Grécia, tem havido movimentos sociais semelhantes àqueles aqui analisados. As razões disso estão profundamente enraizadas na história e na cultura política de cada um deles. Por exemplo, na França – apesar de este país ter sido o berço do movimento de maio de

1968, precursor dos movimentos sociais do último meio século –, a forte presença do Estado em todos os domínios da vida social e cultural canalizou a maioria dos protestos para o processo eleitoral e as maquinações políticas (com exceção de algumas mobilizações muito específicas, como a defesa da identidade regional da Bretanha, ou a oposição da juventude católica ao aborto e ao casamento de pessoas de mesmo sexo). Dado o fato de que o sistema político não podia assimilar as demandas de uma população cada vez mais clamorosa, já que os políticos estavam ocupados com suas próprias disputas referentes à divisão do Estado, desfalcando os cofres públicos e dedicando-se à propina como modo de vida,⁴ uma forma de protesto se abriu no sistema político com a Frente Nacional, antes neofascista, antisemita e xenófoba. Liderada por Marine Le Pen, filha de um ex-paraquedista abertamente fascista que foi líder fundador do partido, a Frente adquiriu um manto de legitimidade política, concentrando-se na rejeição à imigração e defendendo a soberania francesa contra a dominação alemã na União Europeia.

As razões da ascensão do populismo de direita são diferentes em cada país (embora em todos ela tenha raízes na xenofobia e na rejeição da solidariedade europeia); comum a eles é a ausência de movimentos sociais autônomos que pudessem regenerar a conduta da vida pública a partir das bases. Eu chegaria mesmo a arriscar a hipótese de que, do ponto de vista da relação entre Estado e sociedade, os movimentos sociais em rede e os movimentos populistas reacionários funcionalmente se equivalem (embora com valores opostos), e a evolução das práticas políticas consequentes de sua ação será muito divergente, a depender das origens do desafio ao establishment político.

No entanto a distinção entre movimentos sociais autônomos e política populista, embora analiticamente essencial, por vezes se obscurece na prática. O exemplo mais significativo dessa ambiguidade no processo de mudança social é o Movimento Cinco Estrelas (M5S), liderado por Beppe Grillo, que sacudiu o sistema político italiano em 2009-14.⁵

Desafiando o fracasso da democracia parlamentar italiana a partir de dentro: Beppe Grillo e seu Movimento Cinco Estrelas

Embora a maior parte dos fatos concernentes ao Movimento Cinco Estrelas tenha sido amplamente apresentada pela mídia (com frequência numa versão distorcida, já que ele é detestado pela classe política de toda a Europa), vou sintetizar os elementos-chave do que considero um experimento político singular, a fim de refletir sobre seu significado sociopolítico, por ser ele um sintoma da crise da democracia representativa tradicional.

O movimento, fundado na Itália em 2009, como veículo de apoio a candidatos em eleições europeias, locais e regionais contra os partidos políticos tradicionais, sempre foi marcado pela personalidade de seu líder indiscutível, o carismático comediante de televisão transformado em ativista político e blogueiro Beppe Grillo.⁶ Membro do Partido Socialista Italiano (PSI), Grillo foi afastado da televisão em 1987, quando questionou Bettino Craxi, líder do partido e primeiro-ministro, sobre corrupção no PSI. Craxi acabou exilado na Tunísia, fugitivo da justiça italiana, e o partido desapareceu, juntamente com outras forças políticas, após o grande escândalo conhecido como Tangentopoli, que no final levou ao poder, em 1994, uma figura ainda mais corrupta, Silvio Berlusconi, magnata da mídia e do setor imobiliário antes vinculado a Craxi.

Grillo fez campanha sobre temas ambientais e concentrou-se em denunciar a corrupção política em todos os partidos. Embora veterano da televisão, renunciou à presença nesse veículo em função do controle sobre ele exercido pelas grandes corporações e pelos partidos. Em seu lugar, descobriu as possibilidades oferecidas pela internet. Ele começou a produzir um blog sobre política que se tornou um dos mais visitados de toda a Europa. Associou-se a Gianroberto Casaleggio (seu amigo até hoje), executivo da área da publicidade considerado um mestre na arte de utilizar a web para influenciar a opinião pública. Eles fustigavam os políticos ao mesmo tempo que criticavam a tendenciosidade das leis referentes às instituições políticas favoráveis

aos partidos estabelecidos. Apoiaram candidatos em diferentes eleições, mesmo antes da constituição formal do movimento, em 2009.

A primeira grande aparição do movimento se deu no dia 14 de junho de 2007, em Bolonha, no que Grillo chamou de Dia V – Dia do Vafancullo (“Vá se foder”), dirigido a todos os políticos. A principal demanda apresentada no encontro foi a reforma da legislação eleitoral a fim de evitar a eleição para o Parlamento de pessoas que tivessem sido criminalmente condenadas (situação de bom número de parlamentares italianos), assim como limitar a dois o número de mandatos. Seguindo o modelo americano do Meetup,¹ Grillo organizou grupos locais por toda a Itália e intensificou o debate sobre uma gama de temas políticos usando plataformas da internet, embora seu blog sempre tenha sido o farol do movimento. O nome, formalmente estabelecido em 4 de outubro de 2009, refere-se aos cinco principais tópicos de sua pauta: política ambiental, desenvolvimento sustentável, transporte sustentável, política hídrica e direito à conectividade numa internet livre. Entre os principais temas do programa do movimento, propagado pelo blog de Grillo, também estão a luta contra a corrupção e a ênfase na democracia direta, por meio de assembleias locais e do uso generalizado da rede. Em determinado momento de 2013, o programa incluiu a dissolução do Parlamento italiano e sua substituição por um sistema de deliberação e voto dos cidadãos pela internet. Assim, o acesso à rede, na visão do movimento, deveria ser livre e irrestrito como direito democrático fundamental.

O Movimento Cinco Estrelas (M5S) é o exemplo de uma nova forma de política usando a internet como meio deliberativo para eleger os candidatos pela web, cada um deles apresentando seu programa e qualificações em vídeo destinado a um público formado por membros registrados no movimento. Os membros votariam para escolher seus candidatos. A eleição para um cargo público deveria ser considerada um serviço temporário ao país, e ninguém poderia exercer mais que dois mandatos em qualquer cargo, a fim de erradicar a figura do político profissional. De início, o desempenho eleitoral do M5S foi além de todas as expectativas, surpreendendo a classe política italiana. Nas eleições municipais de maio de 2011, o M5S elegeu vereadores em 28 municípios. No sufrágio de 2012, o movimento teve um desempenho ainda melhor, e um de seus membros foi eleito

prefeito de Parma, cidade que se tornou campo de experimentação da nova política participativa. Negando a percepção de ser apenas um partido da região Centro-Norte da Itália, nas eleições da Sicília, em 2012, o M5S foi o mais votado e constituiu um voto decisivo na formação do governo regional que implementou algumas de suas políticas.

O ápice do M5S ocorreu nas eleições gerais parlamentares de fevereiro de 2013, em meio a uma grande crise política que resultou no declínio final de Berlusconi. O M5S combinou manifestações de massa nas praças das cidades italianas com uma campanha ativa nas redes sociais e nos blogs. Entre suas propostas estavam: abandonar o euro, renegociar a adesão da Itália à União Europeia para preservar a soberania nacional, reduzir salários e privilégios dos políticos, aprovar e implementar uma legislação severa contra a corrupção na política, proporcionar uma renda mínima a cada italiano como direito do cidadão, independentemente de sua condição, e modificar a legislação eleitoral para corrigir várias cláusulas que favoreciam os partidos estabelecidos. Embora Grillo não pudesse se candidatar, segundo as regras do movimento, por ter sido condenado criminalmente em função de um acidente automobilístico, ele foi o líder da campanha, difundindo entusiasmo e esperança em um amplo segmento desmoralizado da cidadania. Em 22 de fevereiro de 2013, centenas de milhares de pessoas reuniram-se na *piazza* San Giovanni, em Roma, para ouvir o discurso inflamado de Beppe Grillo. Nas urnas, o M5S tornou-se o partido mais votado para a Câmara dos Deputados, com 25,6%, embora a coalizão de centro-direita encabeçada pelo Partido Democrático, liderado por Berlusconi, conseguisse eleger mais deputados e barrar o acesso do M5S ao governo.

O Movimento Cinco Estrelas tornou-se a maior força política numa série de regiões, incluindo a Ligúria (terra de Grillo), Sicília e Sardenha. Também elegeu 54 senadores, ficando atrás apenas do Partido Democrático; e desempenhou papel importante na aprovação ou rejeição de leis e nomeações, como a do presidente da República. Seus deputados e senadores refletiam as decisões tomadas, via internet, por seus membros registrados, numa série de medidas legislativas. Tentando dar o exemplo de uma nova política, os parlamentares do movimento repassaram milhões de euros de seus

salários a um fundo destinado a amortizar a dívida italiana, assim como a fundar uma instituição de microcrédito para apoiar *startups* na área empresarial, gestos minimizados como demagógicos por outros partidos.

O M5S também alega ter rejeitado verbas do governo para suas campanhas, baseando-se, em vez disso no financiamento coletivo (*crowdfunding*) de múltiplos simpatizantes. Seu sucesso, porém, logo foi manchado por equívocos e conflitos no gerenciamento do sistema de tomada de decisão. Um sistema baseado em múltiplas camadas de consulta não poderia ser implementado com facilidade. Desenvolveu-se o facciosismo dentro do grupo de parlamentares, e a decisão final passou a ser tomada pelo líder carismático, que atacava políticas e personalidades antagônicas em seu blog e excluía do movimento muitos daqueles que desafiavam seu poder. Em consequência dessas controvérsias, nas eleições municipais de 2013, realizadas poucas semanas depois das eleições parlamentares, o M5S perdeu a maioria de seus votos em diversas cidades, incluindo Roma. Entretanto, enquanto a mídia e os políticos comemoravam o que parecia ser a derrota de um movimento incontrollável, nas eleições para o Parlamento Europeu de maio de 2014 o M5S ressurgiu e se tornou o segundo maior partido, com 21% dos votos, embora fosse ofuscado pelo sucesso do Partido Democrático, sob a liderança de um jovem político, Matteo Renzi, que obteve mais de 40% dos votos e reivindicou o controle da política italiana.

Renzi fez acordos ocasionais com o partido de Berlusconi como forma de conter a ameaça que os *grillini* (os partidários de Grillo) representavam à estabilidade do sistema político. O futuro desse partido-movimento é incerto em função de sua dependência em relação à personalidade imprevisível do líder. Há também uma profunda ambiguidade ideológica entre seus diversificados integrantes, em especial quanto à posição geral sobre a imigração, que mostrou uma série de exemplos de propensão à xenofobia (como usar o temor do contágio pelo vírus Ebola para exigir medidas mais duras contra imigrantes ilegais), o que aproximou o M5S de partidos xenofóbicos europeus, como a Frente Nacional francesa. Além disso, o ódio aos políticos e à mídia tradicional tem provocado um comportamento agressivo, como queimar livros de autores italianos

críticos do M5S, provocando o alarme de alguns intelectuais sobre a conexão com a tradição fascista italiana. Grillo, porém, condenou essa ação e afirmou que havia uma campanha de propaganda mal-intencionada para destruir o fascínio do movimento, por ele ser uma ameaça ao corrupto sistema político italiano.

Ainda não se tem certeza sobre a ideologia do movimento e a realidade da democracia participativa em sua prática. O que está claro, contudo, é que o M5S não é um movimento social em rede autônomo como aqueles que observamos em outros países, porque foi criado e tem sido estritamente controlado durante toda a sua existência por um líder, Beppe Grillo, com poder absoluto sobre a prática do movimento, usando seu blog como púlpito. Nesse sentido, ele está mais próximo da tradição dos movimentos populistas que acabaram se tornando atores políticos com base no desafio frontal a um sistema sem legitimidade. No entanto o M5S é um sintoma extremamente revelador da crise da democracia representativa na Itália e na Europa, e também mostra o potencial da internet como veículo de organização e mobilização, com o poder de intermediar formas tradicionais de ação política dependentes de máquinas partidárias e do controle de instituições mediante sistemas eleitorais manipulados.

É importante observar que, na Itália, em meio a crises econômicas e políticas, não havia movimentos sociais autônomos similares àqueles que estavam ocorrendo na Espanha, em Portugal ou na Grécia. A indignação dos cidadãos foi diretamente canalizada para uma estratégia política implementada por um partido-movimento inspirado por um habilidoso comunicador capaz de captar a atenção das pessoas em geral. Os segmentos mais jovens da população mostraram-se mais dispostos a receber a empolgante mensagem de Grillo. Isso se deu, em parte, em função de seu desprezo pela política italiana, ao longo de muitos anos dominada por um escroque apoiado pela Máfia, como Berlusconi, que acabou condenado tão logo perdeu a imunidade política.

O M5S deve ser entendido no contexto peculiar da política italiana, uma das mais corruptas, egocêntricas e desacreditadas da Europa, na ausência de qualquer desafio por parte da sociedade civil.⁷ A ironia é que um dos possíveis efeitos do M5S é a regeneração das instituições e

dos partidos políticos italianos em decorrência do toque de despertar que soou para os políticos, temerosos de um novo colapso do sistema semelhante à debacle do Tangentopoli em 1992. Esse foi particularmente o caso do partido menos corrupto e mais organizado da Itália, o Partido Democrático, a força social-democrata que surgiu a partir do antigo Partido Comunista Italiano e dos democratas-cristãos, e que buscou renovar sua liderança com o prefeito de Florença, Renzi, de 39 anos, o qual tentou traçar um curso intermediário entre o defasado e corrupto controle da política pelos partidos e a insurgência populista. A vitória eleitoral em 2014 endossou seu projeto, mas exigiu compromissos com algumas das forças mais antidemocráticas, incluindo Berlusconi. Isso pode dar uma chance a Beppe Grillo, se os acordos de bastidores continuarem a dominar a política italiana. A menos que a Máfia dê cabo dele.

Os efeitos dos movimentos sociais em rede sobre o sistema político

Para avaliar o impacto potencial dos movimentos sociais *genuinamente* autônomos sobre os sistemas políticos, vou me referir a quatro países em que importantes movimentos sociais em rede tiveram lugar em 2011-14: Estados Unidos, Turquia, Brasil e Espanha. Trata-se de uma análise sumária, destinada apenas a estimular a reflexão e o debate, baseando a discussão em eventos que realmente ocorreram.

Ocupando as mentes, não o Estado: a nostalgia pós-Occupy nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, a intensidade e a relevância do movimento Occupy Wall Street, documentadas neste volume, contrastam profundamente com seu pequeno impacto sobre o sistema político. Isso apesar da presença dos ecos e da herança do movimento em múltiplas ações locais por todo o país, desde a extraordinária solidariedade na ajuda a milhares de pessoas afetadas pelo furacão Sandy em 2012 até a destinação de investimentos públicos de governos municipais em favor de cooperativas de crédito locais, a defesa contra o despejo por atraso no pagamento de hipotecas e a campanha para zerar o débito estudantil. Ou, numa expressão mais significativa da latente onda de protestos relacionados ao movimento Occupy, as grandes manifestações ocorridas em Nova York e outras cidades americanas em novembro e dezembro de 2014 contra a permissividade em relação à violência policial. No entanto, o sistema político como tal permaneceu amplamente intocado, ancorado nas burocracias partidárias, em particular no caso dos democratas, embora muitos observadores reconheçam a simpatia de Bill de Blasio pelo Occupy em Nova York como fator positivo para seu sucesso na eleição para prefeito em 2013. Em Seattle, Kshama Sawant foi eleita para a Câmara dos Vereadores após liderar uma campanha insurgente baseada nos temas do Occupy. Tanto De Blasio quanto Sawant foram presos pela polícia em manifestações do Occupy, em 2011. Ironicamente, o Partido Republicano foi mais sensível à integração de

um movimento conservador de base, o Tea Party, que se tornou uma força transformadora nesse partido com resultados significativos em termos de sucesso eleitoral.

As razões do pequeno impacto direto do Occupy na política institucional dos Estados Unidos são muito diversas e complexas para serem examinadas aqui. Permitam-me dizer apenas que a razão foi o desconforto de muitos ativistas da campanha de Obama, uma campanha genuinamente insurgente, que se sentiram traídos por ele como presidente. Na verdade, refugiados dessa campanha estiveram entre os mais ativos participantes do Occupy, reagindo à decepção com o fato de Obama ser mais um exemplo da política tradicional. Essa decepção transformou-se em indignação quando, sob o olhar do governo Obama, o FBI se envolveu em táticas de vigilância e intimidação contra alguns ativistas-chave do movimento. Agências federais e locais trabalharam coordenadas numa política repressiva sem paralelos para esse tipo de movimento no mundo ocidental. Assim, a experiência fracassada da esperança depositada em Obama aprofundou a separação entre movimentos sociais autônomos e partidos políticos.

Além disso, a política nos Estados Unidos é uma profissão dominada pelo dinheiro e focalizada em recompensas pessoais de influência e acesso a recursos, com pouco espaço para sonhos de mudança, relegados a um espaço externo à gaiola de ferro do sistema bipartidário.⁸ Entre o cinismo dos políticos profissionais e o idealismo dos ativistas da mudança social, há poucos espaços de encontro nos Estados Unidos, por enquanto. Pelo menos é o que parece, a partir de nossa observação acerca da interação entre movimento e política no pós-Occupy.

Tem havido, contudo, uma transformação cultural em termos da percepção dos cidadãos americanos sobre a baixa qualidade de sua democracia e a injustiça social que permeia o cotidiano no país. O modo como esse impacto mental do Occupy vai afetar o comportamento político e a política tradicional depende de um complexo conjunto de fatores amplamente imprevisíveis.

As ruas, a presidenta e a presidenta em potencial: manifestações populares e eleições presidenciais no Brasil

No Brasil, um impacto significativo dos movimentos sociais em rede de 2013 pode ser observado na paisagem política, embora as evidências sejam inconclusivas no momento em que este texto é escrito. Na sequência das manifestações de junho de 2013, como já foi dito, a esmagadora maioria de partidos e líderes políticos rejeitou os protestos das ruas como uma ameaça à democracia. De fato, como o alvo principal do movimento eram a corrupção e a falta de representatividade da classe política, os políticos, como grupo, condenaram as manifestações e tentaram deslegitimá-las, concentrando-se na violência, a despeito do fato de esta ter sido quase sempre iniciada pela Polícia Militar, famosa pela corrupção e pela brutalidade feroz. Mas houve uma exceção: a presidenta Dilma Rousseff. Em 21 de junho, ela declarou que as queixas dos manifestantes eram legítimas, e que “a voz das ruas ser[ia] ouvida”. Nos meses seguintes, Dilma reiterou essa opinião em algumas oportunidades, incluindo a Assembleia Geral das Nações Unidas. Além disso, ela recebeu uma delegação do Movimento Passe Livre e outras organizações, apoiou a revogação do aumento das tarifas de transporte municipais e estaduais e prometeu aumentar os gastos públicos com educação e saúde. Dilma também entrou no debate político, aceitou as críticas à corrupção e irresponsabilidade de muitos políticos e propôs uma reforma política de amplo alcance. Ela apresentou o projeto de convocar uma Assembleia Constituinte de reforma da Constituição, abrindo caminho para uma legislação que iria impor maior responsabilidade aos partidos políticos. Também advogou uma legislação mais dura contra a corrupção e novos mecanismos de participação política.

A Reforma Constitucional proposta seria submetida a um referendo popular, passando ao largo do Congresso. O movimento não acreditou em Dilma, apesar de aceitar suas boas intenções, e sua popularidade despencou em meados de julho de 2013. A percepção pessimista do movimento estava certa. A classe política mobilizou-se para bloquear a sugestão da presidenta no Congresso. Particularmente loquaz contra o que chamou de demagogia da parte de Dilma foi o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), na época seu principal oponente na eleição presidencial de 2014. Além disso, ainda que o ex-presidente Lula apoiasse Dilma Rousseff, seu próprio partido, o PT, teve uma reação apática, e em alguns casos francamente hostil, à proposta.

Cândido Vaccarezza, deputado do PT por São Paulo, fez um acordo com seu poderoso aliado, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de centro, para enterrar a proposta de Dilma nas comissões do Congresso. Dada a relativa debilidade dos protestos sociais contra a Copa do Mundo, Dilma Rousseff rendeu-se à contestação dos partidos políticos e engavetou seus projetos de reforma. Entretanto, nas semanas anteriores às eleições presidenciais de outubro de 2014, ela renovou seu projeto reformista como elemento do programa para a reeleição. A razão disso foi que, de forma bastante inesperada, sua principal desafiante tornou-se a única líder política que havia apoiado de forma consistente o movimento, e também a única poupada pelas críticas dos manifestantes: Marina Silva.

Por um breve período de tempo entre meados de agosto e meados de setembro de 2014, Marina Silva parecia ter sérias chances de se tornar a nova presidenta do Brasil no segundo turno da eleição de 26 de outubro. Várias pesquisas mostravam que um fator-chave de sua popularidade era o apoio de que desfrutava entre os que participaram das agitações de 2013, ou aqueles que eram favoráveis aos protestos, e ficaram órfãos do desejo de mudança. Na verdade, essa é a percepção da própria Marina Silva. Ela referiu-se a seu apoio aos movimentos de 2013 como principal motivo da inesperada onda de aprovação que encontrou quando, em função das circunstâncias, se tornou candidata à Presidência, em 20 de agosto de 2014, com a morte de Eduardo Campos num desastre aéreo. Campos era o candidato presidencial do pequeno Partido Socialista Brasileiro (PSB), com quem Marina compartilhava a chapa como candidata à Vice-Presidência. Ela se convenceu de que somente a pressão dos grupos de base poderia mudar o sistema político brasileiro, obsoleto e corrupto.

Numa entrevista concedida à Associated Press em 18 de setembro de 2014, Marina Silva declarou: “Não são os partidos nem os líderes políticos que vão trazer a mudança. O movimento é que está nos mudando.” A convergência da esperança dos movimentos sociais com o projeto político de Marina pode ser explicada por sua fascinante, ainda que dramática, história pessoal e por sua insistência em continuar lutando por suas crenças, se necessário deixando posições de poder para permanecer fiel a suas convicções.

Mulher negra, nascida numa pequena cidade do estado do Acre, na Amazônia, ela cresceu em meio à extrema pobreza, numa família de seringueiros submetida à exploração absoluta. Quando criança, foi seriamente afetada pela malária e várias outras doenças. Sobreviveu, mas sua mãe, não. Órfã aos quinze anos, foi acolhida por freiras católicas num convento, onde aprendeu a ler e escrever. Trabalhou como empregada doméstica enquanto fazia, à noite, o curso secundário, e depois obteve diploma universitário em história. Envolveu-se num grupo que fazia teatro político, tornou-se militante e filiou-se ao Sindicato dos Seringueiros, liderado pelo lendário Chico Mendes, que ganhou renome internacional por unir os direitos dos trabalhadores à conservação ambiental na Amazônia. Chico foi assassinado em 1988 por proprietários de terras que não toleravam sua interferência nos projetos empresariais responsáveis por um desflorestamento destrutivo. Mas o impacto de sua morte sobre a opinião pública nacional e internacional forçou o governo brasileiro a agir: criou-se uma nova legislação para proteger a Amazônia, e autoridades federais passaram a reprimir com mais vigor os burocratas locais e policiais corruptos a serviço dos proprietários de terras.

Essa experiência permanecerá para sempre na mente de Marina Silva, que se tornou famosa como militante ambiental. Ela ingressou no PT, um partido de esquerda, foi eleita para o Senado e, em 2003, o ex-presidente Lula, no primeiro mandato, a nomeou para o Ministério do Meio Ambiente. Em função de suas visões inflexíveis sobre políticas ambientais, ela entrou em choque com os lobbies do agronegócio e teve confrontos abertos com outros ministros do governo do PT, em particular com Dilma Rousseff, que era ministra de Minas e Energia e forte defensora do uso dos recursos naturais do Brasil como um dos motores do crescimento econômico. Na verdade, a oposição entre Dilma e Marina não era uma questão de rivalidade pessoal. Ela traduzia o confronto entre um modelo de desenvolvimento econômico a qualquer preço e um projeto de desenvolvimento sustentável baseado em energias renováveis, conservação ambiental e limitação do poder da Petrobras, a gigantesca estatal do petróleo que estava na liderança do processo de levar a exploração do petróleo e do gás a todos os lugares, da floresta chuvosa ao fundo do mar.

O PT, na linha mais tradicional dos partidos de esquerda,

acreditava, como Karl Marx, no caráter benéfico do desenvolvimento das forças produtivas como alavanca do progresso. Lula e Dilma queriam priorizar a atenuação e, em última instância, a erradicação da pobreza no Brasil, que, como disse o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, “não é um país pobre, apenas um país injusto”. No entanto, para corrigir uma injustiça histórica, eram necessários recursos econômicos, e a exploração de recursos naturais era um grande trunfo para o Brasil acelerar seu crescimento.

Marina também se preocupava com as políticas contra a pobreza, tendo vivido uma experiência pessoal nessa condição. Entretanto, seguindo o legado de Chico Mendes, ela procurava novas maneiras de conciliar desenvolvimento e sustentabilidade, não limitando o desenvolvimento, mas sem se dobrar aos interesses do agronegócio e da burocracia das empresas públicas. Assim, em 2009, Marina renunciou ao Ministério, deixou o PT e criou um movimento, a Rede Sustentabilidade, para defender o desenvolvimento sustentável e as políticas participativas. Ela concorreu às eleições presidenciais de 2010 como candidata do Partido Verde (PV) e obteve o respeitável percentual de 19% dos votos. Continuou construindo o movimento nas bases, mas deixou o PV, decepcionada com o facciosismo interno. Depois dos movimentos de 2013, com os quais se identificou, ela decidiu concorrer às eleições presidenciais de 2014 como candidata de seu próprio movimento. Entretanto, manobras na Justiça Eleitoral invalidaram uma parte das 500 mil assinaturas de que ela precisava para se candidatar, excluindo-a do processo eleitoral.

Numa nova demonstração de maleabilidade, Marina logo se filiou ao PSB, que tivera menos votos que o PV na eleição anterior. Mas o PSB apostava no magnetismo de um candidato dinâmico, favorável ao mundo dos negócios, Eduardo Campos, governador de Pernambuco, para chegar ao segundo turno da eleição. O apoio de Marina era exatamente aquilo de que o PSB precisava, e lhe foi oferecida a Vice-Presidência, proposta arriscada para uma agremiação desprovida da influência dos grandes partidos brasileiros, todos eles fortemente financiados e apoiados por grupos industriais poderosos, incluindo as empresas públicas controladas e exploradas por quem quer que esteja no governo – nesse caso, o PT.

Logo que se lançou à Presidência, Marina disparou nas pesquisas,

deslocando o candidato social-democrata Aécio Neves, um tecnocrata politicamente moderado, para um distante terceiro lugar. Um fator fundamental para o carisma de Marina, mas também para a percepção negativa que dela têm alguns segmentos da sociedade, são suas profundas convicções cristãs, acentuadas depois de ela deixar o catolicismo para se tornar evangélica pentecostal, em 1997. Por outro lado, 22% dos brasileiros agora são pentecostais. Por suas convicções, ela se opõe ao aborto e ao casamento (mas não à união civil) de pessoas de mesmo sexo, suscitando críticas de grupos de mulheres e defensores dos direitos dos gays. Além disso, a oposição de Marina à burocracia politizada das empresas públicas e ao controle do governo sobre o Banco Central colocou-a em aliança com o setor financeiro e com os proponentes da liberalização dos mercados e do comércio internacional.

Enquanto Dilma, como Lula, se enquadrava expressamente na tradição estatista da esquerda marxista, Marina dificilmente poderia ser catalogada como de direita ou esquerda. Seus dois principais temas eram o ambientalismo e a necessidade de uma reforma profunda do sistema político. Estes foram precisamente os principais temas apresentados pelos movimentos em rede de 2013. E assim, a convergência entre as demandas dos movimentos e a campanha insurgente de Marina não foi uma questão de tática. Ela baseava-se na crítica substantiva que compartilhavam em relação à política tradicional e ao crescimento econômico como justificativa para a deterioração da vida nas insustentáveis metrópoles brasileiras. Desse modo, os movimentos sociais de 2013 influenciaram a opinião pública e prepararam o terreno para o apoio a uma líder política capaz de se ligar às demandas do movimento sem ser intimidada pela todopoderosa e altamente corrupta classe política. Nesse sentido, houve um efeito importante dos movimentos sociais sobre o sistema político brasileiro, embora ele não tenha se firmado.

O conto de fadas de Marina Silva como presidenta do Brasil chegou ao fim no primeiro turno da eleição, em 5 de outubro, quando ela ficou em terceiro lugar, com apenas 21% dos votos, atrás de Dilma Rousseff (44%) e do social-democrata Aécio Neves (37%), e foi eliminada do segundo e decisivo turno. Há algumas razões simples para o súbito colapso da candidatura de Marina em apenas duas

semanas, e elas podem ser encontradas na mecânica da política eleitoral. Tão logo o governo do PT percebeu o perigo de perder o controle do Estado, lançou um ataque feroz a Marina, usando as ferramentas-padrão do marketing político agressivo, adulterando totalmente as posições da candidata do PSB sobre algumas questões mais populares, como fez ao acusá-la de planejar o fim do programa Bolsa Família, que visa suplementar a renda das famílias desfavorecidas para tirá-las da pobreza. A equipe do PT também desenvolveu uma estratégia brilhante, que foi a de conter os ataques ao outro candidato, Aécio Neves, considerado mais vulnerável a uma derrota na fase decisiva.

Um momento importantíssimo da campanha foi o debate na TV, poucos dias antes da eleição, no qual a poderosa Dilma ofuscou a visionária Marina, que parecia emocionalmente abalada pela violência psicológica que sofrera. “Muito fraca para ser presidente”, sentenciou Dilma Rousseff quando questionada pela mídia. A maioria dos brasileiros parecia concordar. A política deve ser uma questão de poder direto e de confronto aberto. As doações foram outro fator, e a campanha de Dilma superava a de Marina numa base de cinco para um, a despeito do apoio de alguns bancos às propostas econômicas desta última, que se opunha à intervenção excessiva do Estado na economia. Além disso, todos os recursos do Estado, assim como a influência direta do governo sobre a maior parte da mídia brasileira, foram mobilizados para enfrentar a ameaça externa ao establishment político. Suas táticas de demolição se tornaram mais efetivas pela posição vulnerável de Marina sobre o aborto e o casamento de pessoas de mesmo sexo, que a afastou de setores da classe média urbana, seu principal grupo de apoio.

Mas nem todos os ecos do movimento se perderam com a derrota de Marina. Ao reviver os apelos por uma democracia participativa por ele apresentados, Marina Silva incitou Dilma Rousseff a renovar suas promessas de reforma política a fim de apaziguar os intelectuais progressistas e as organizações de base que tinham constituído o eleitorado do PT. Assim, parece haver realmente uma conexão entre os movimentos sociais que desafiaram o establishment político e os temas e potenciais políticas resultantes dos debates dessa disputadíssima campanha presidencial.

No entanto, em termos políticos, talvez mais significativa que a derrota da candidatura de Marina Silva tenha sido o sucesso de candidatos conservadores nas eleições parlamentares disputadas simultaneamente à eleição presidencial. Grandes estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, elegeram ou reelegeram políticos de direita ou centro-direita, incluindo alguns que haviam sido diretamente contestados pelo movimento. Sim, o PT perdeu terreno no Congresso, mas em benefício dos centristas do PSDB, dos corruptos e direitistas do PMDB e de uma série de candidatos de extrema direita. Por conseguinte, o Congresso brasileiro saído da eleição de 2014 é o mais conservador desde o fim do regime militar. Se houve algum impacto eleitoral direto dos movimentos sociais nessa eleição, as evidências sugerem que foi uma guinada à direita no sistema político brasileiro.

Assim, a principal lição da experiência brasileira é a dificuldade de se avaliar o efeito direto dos movimentos sociais sobre o sistema político segundo os valores e propostas por eles defendidos. Isso porque o processo de traduzir a indignação expressa pela sociedade na esperança de uma nova política é mediado por máquinas políticas que não estão preparadas para (nem dispostas a) articular essa esperança. Elas tendem a reproduzir seus próprios interesses burocráticos, econômicos e pessoais. Essa é exatamente a crítica dos movimentos à política formal. O isolamento do sistema político em relação a novos objetivos, valores e procedimentos que surgem na sociedade parece validar essa crítica, que suscita a questão da crescente divisão entre instituições e mudança políticas, fator que ameaça a estabilidade social.

A esquizofrenia política da sociedade turca: movimentos seculares e política islâmica

Na Turquia, a importante mobilização que ocorreu em junho de 2013, em torno da defesa do parque Gezi, gerou a expectativa de que ela produzisse um forte impacto sobre as eleições municipais de 2014, em particular após a série de escândalos políticos que sacudiu o governo de Tayyip Erdogan, com juízes acusando vários ministros de corrupção e obrigando-os a pedir demissão. O escândalo foi inspirado pelo movimento conservador islâmico Gulen, antigo aliado do partido

islâmico moderado AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento) e que rompeu com este por causa da divisão do poder econômico. Outras forças políticas resolveram permanecer neutras nessa luta entre duas facções islâmicas, e, em última instância, os efeitos do escândalo não foram tão significativos quanto se imaginava de início.

De fato, as eleições municipais de 2014 testemunharam a vitória do AKP nas principais cidades da Turquia, da mesma forma que no país como um todo. A distribuição dos votos mostrou uma notável estabilidade. Em termos políticos, a Turquia, nos últimos anos, tem se dividido em quatro partidos principais: o AKP, de islamitas moderados; o CHP (Partido Republicano do Povo), partido republicano pró-secularista; os nacionalistas do partido MHP (Partido de Ação Nacionalista); e o BDP (Partido Democrata do Povo), mais progressista que os outros, porém predominantemente assentado na minoria curda (cerca de 15% da população, embora amplamente concentrada no Sudeste).

Além de vencer em Istambul e Ancara, o AKP teve 43,3% dos votos em todo o país, contra 25,6% do CHP, secularista, 17,7% dos nacionalistas e menos de 5% do BDP. A campanha do CHP, que objetivou tirar vantagem tanto das manifestações em torno do parque Gezi quanto dos escândalos políticos, mostrando-se como alternativa ao domínio do AKP, fracassou em decorrência da identificação do partido com uma classe política tradicionalmente corrupta. Os nacionalistas são sempre suspeitos de conspirar com os militares para destruir a democracia. E uma parte dos curdos, em especial em Istambul, está cansada dos nacionalistas, e mesmo do CHP, que rejeitou previamente suas demandas de autonomia, em contraste com a atitude mais aberta do AKP. A única mudança na eleição foi a presença de um novo partido progressista, o HDP (Partido Democrático dos Povos), ideologicamente de esquerda, feminista e a favor dos direitos das minorias. Ele se beneficiou, em certa medida, da opinião criada pelo movimento do parque Gezi, mas é em geral percebido como uma plataforma criada pelo partido dos curdos para atrair votos na região Oeste do país, e assim obteve apenas 2% dos votos, de vez que a maioria da população não curda teria suspeitas sobre a ligação do HDP com o nacionalismo curdo.

Confirmando a proeminência do AKP na política turca, a primeira

eleição presidencial realizada em 2014, após uma mudança da Constituição estabelecendo um regime mais próximo do presidencialismo, foi ganha facilmente por Erdogan, líder do AKP e adversário mais direto do movimento Gezi.

Para explicar essa dissonância cognitiva entre a popularidade do movimento Gezi em junho de 2013 e o indiscutível sucesso eleitoral do AKP e de Erdogan em 2014, uma série de razões foi apresentada. Além de circunstâncias específicas que exigiriam uma complexa jornada analítica pelos labirintos da política turca, a explicação mais convincente é a persistência de clivagens fundamentais na sociedade local, ancoradas em rígidos arranjos políticos. Estes incluem a hostilidade histórica entre secularismo e religião (expressa na oposição entre CHP e AKP); o confronto entre o nacionalismo (apoiado pelas Forças Armadas, ainda kemalistas) e o movimento pró-democracia, que reúne as aspirações democráticas da classe média e a necessidade dos islamitas de usar as instituições democráticas como escudo protetor contra o secularismo das Forças Armadas; a importante fissura entre a população turca (em particular os nacionalistas turcos) e a minoria curda, em busca de autonomia nacional e, em última instância, de independência. Pela complexa interação entre essas grandes fraturas sociais e ideológicas, as opções políticas mais radicais têm sido tradicionalmente fragmentadas numa multiplicidade de pequenos grupos, agora presentes na internet, que integraram o movimento Gezi, mas se opunham ao compromisso com qualquer uma das principais forças políticas que são igualmente adversárias de suas esperanças.

O intervalo de tempo entre o movimento Gezi e as eleições de 2014 talvez tenha sido pequeno demais para que fosse possível superar essas clivagens históricas e ideológicas. E assim, embora as ondas de protesto ainda sobrevivam na mente das pessoas e nas redes sociais, nenhum ator político expressivo poderia ser lançado na arena eleitoral em apenas alguns meses.

Talvez seja essa a maior lição a se extrair de nossa observação: o trânsito dos movimentos sociais para sua expressão política indireta no sistema institucional exige tempo, já que precisa ser negociado na perigosa transição entre indignação, esperança e pragmatismo confiante.

Reinventar a política, perturbar a hegemonia bipartidária: o Podemos na Espanha

A experiência política do movimento espanhol dos Indignados, em 2012-14, pode transmitir lições de valor inestimável para a teoria e a prática da mudança sociopolítica. Volto-me agora para essa análise, focalizando a experiência do Podemos como uma nova espécie de ator político, assim como a experiência das coalizões eleitorais locais que, sob o rótulo de Ganemos, foram constituídas para o sufrágio municipal de 2015, realizado no momento em que este texto era escrito.⁹

O 15M de 2011 teve impacto importante sobre a mente dos cidadãos espanhóis que apoiaram majoritariamente a crítica expressa pelo movimento com respeito ao sistema político e contra o gerenciamento da crise econômica pelas elites financeiras e políticas. Oitenta e um por cento da população expressou sua concordância com as demandas dos manifestantes de junho de 2011, e a proporção do apoio permaneceu em 78% em 2012 e 2013, e 72% em 2014, ainda que a maioria achasse que o movimento não seria capaz de fazer alguma diferença na situação crítica que o país atravessava. Na verdade, a quase totalidade da classe política rejeitou a legitimidade do movimento, embora expressando, em alguns casos, uma compreensão arrogante de sua indignação, e afirmando que a ação nas ruas e nas redes da internet não era a forma de resolver os problemas.

Na visão dos políticos, os protestos deveriam ser canalizados exclusivamente pelos partidos políticos e o processo eleitoral. Essa forma restrita de política era exatamente o que o movimento rejeitava. Portanto, os protestos prosseguiram em 2011-13 com diferentes níveis de intensidade, dependendo da época e do local. Algumas demandas específicas foram atendidas. Numa questão em particular, a luta contra o despejo de moradores cujas hipotecas haviam sido executadas pelos bancos, criou-se uma mobilização nacional, a Plataforma dos Afetados pela Hipoteca (PAH), sob a enérgica liderança de Ada Colau, intelectual independente de Barcelona.

A PAH organizou círculos autônomos por toda a Espanha, montou campanhas, opôs-se fisicamente a muitos despejos, interveio nas redes sociais e na mídia, coletou centenas de milhares de assinaturas em

apoio a uma proposta legislativa que o Parlamento espanhol se negou a apreciar e, finalmente, apelou para a Corte Europeia de Justiça, obtendo um mandado judicial para interromper os despejos enquanto se debatia a nova legislação. Dadas a intensidade e a popularidade da campanha, o governo conservador e os bancos concordaram em estabelecer uma moratória dos despejos. Na maioria dos outros temas, contudo, e em especial no que se refere à reforma política, o movimento teve de enfrentar uma muralha de rejeição, botando os manifestantes nas ruas contra a polícia desmobilizadora. Assim, no início de 2013, muitos ativistas do movimento começaram a refletir sobre a possibilidade de intervir na arena política institucional como forma de defender os interesses de milhões de pessoas em situação cada vez mais crítica em função da crise econômica.

Além disso, a presença de corrupção em todos os partidos políticos, de direita, de esquerda ou nacionalistas, minava ainda mais a legitimidade das instituições democráticas. A própria Coroa foi sacudida pela corrupção de alguns membros da família real e pelos escândalos pessoais do rei, que ainda se recusava a abdicar em favor do filho Felipe, ímpoluto, inteligente e amplamente apreciado pela postura democrática. Aos poucos, uma série de iniciativas nascidas no movimento deu origem à formação de partidos políticos com intenção de concorrer às eleições para o Parlamento Europeu de maio de 2014, de vez que a definição de um único distrito eleitoral por país torna o pleito mais representativo que as eleições nacionais, enviesadas do ponto de vista dos trâmites. O Partido X foi o primeiro a se formar, em janeiro de 2013, seguido pela Primavera Europeia, com base em Valência, a coalizão Blank Vote Seats, a Confederação Pirata, alguns grupos menores e, finalmente, o Podemos, organizado em janeiro de 2014.

Todos esses partidos baseavam-se no princípio de dar forma política legal às concepções e aos objetivos do movimento sem se enredar no mesmo tipo de política e organização a que eles se opunham. Todos fizeram extenso uso das redes da internet para debates, consultas e organização; também contaram com círculos de base que se reuniam fisicamente no âmbito local. A maioria propunha: eleição de candidatos a cargos públicos num debate aberto, sem confiná-la a estruturas partidárias; responsabilização e possibilidade

de revogação de mandatos pelo conjunto dos membros do partido; disposição de interagir e colaborar com outros agrupamentos políticos na construção de um processo comum para influenciar o sistema político; e rejeição de ideologias específicas, tentando simplesmente ser o instrumento da vontade dos 99%, como expressão da confiança dos cidadãos em cada um dos grupos.

A maioria dessas iniciativas expressava a ideia de que a passagem da manifestação dos interesses do povo para uma nova forma de prática política levaria muito tempo. Mas as eleições para o Parlamento Europeu de 25 de maio de 2014 provocaram na Espanha, assim como em grande parte da Europa, um terremoto político. Ao contrário de outros países europeus, contudo, lá a insurgência política contra o sistema veio desses partidos e coalizões que emergiram do movimento social. Esse foi o caso, em particular, do Podemos, que não existia seis meses antes da eleição e obteve 8% dos votos nacionais (1,2 milhão), tornando-se a quarta força política do país e elegendo cinco deputados (dos 54 a que a Espanha tem direito) para o Parlamento Europeu.

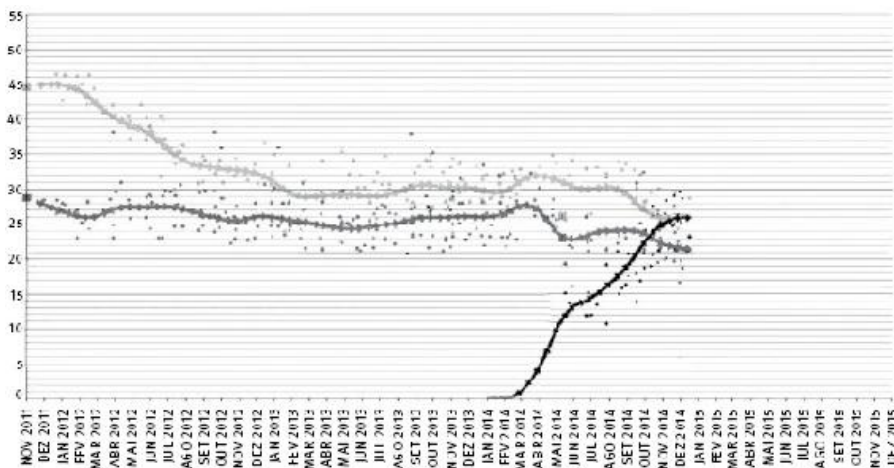
A ascensão do Podemos em menos de um ano de existência foi extraordinária. Uma pesquisa encomendada pelo prestigioso jornal *El País* em novembro de 2014 deu ao Podemos 27,7% dos votos nas futuras eleições de 2015, tornando-o o partido mais votado da Espanha, à frente dos socialistas do Partido Socialista Operário Espanhol (Psoe), com 26,2%, e do Partido Popular (PP), de feição conservadora, que estava no poder, cujo apoio caiu de 44,6% dos votos nas eleições de 2011 para 20,7% na pesquisa de novembro de 2014. A Esquerda Unida foi relegada a uma distante quarta posição, assinalando a diferença entre a velha esquerda e a nova política que emergia do movimento. Ainda que se tratasse apenas de uma pesquisa de opinião, isso foi considerado pelos observadores uma importante guinada política, um sinal do fim do sistema bipartidário que havia dominado a democracia espanhola por quatro décadas.

Em dezembro de 2014, um estudo publicado na Wikipédia coligiu os resultados de pesquisas de opinião de diferentes fontes entre novembro de 2011 (data da última eleição parlamentar) e dezembro de 2014. Com base nessas fontes, o estudo elaborou um índice sintético de intenções de voto para a eleição de novembro de 2015,

derivado de diferentes pesquisas. A Figura 7 mostra os resultados desse exercício. Para fins de clareza, limitei os dados nela apresentados aos dois principais partidos, o conservador e o socialista, e ao Podemos. Ela mostra como, em apenas onze meses de existência, o Podemos superou os outros dois partidos em termos de intenção de votos. Os dados detalhados e a metodologia usada para sintetizá-los podem ser encontrados no estudo publicado na Wikipédia, disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Opinion_polling_for_the_Spanish_general_election-2015.

A distribuição de assentos no futuro Parlamento não corresponde proporcionalmente à porcentagem de votos em função do viés usual, em favor dos partidos tradicionais, resultante do modelo dos distritos eleitorais. O Podemos, contudo, superou amplamente o Psoe e ficou muito próximo dos conservadores: segundo as pesquisas de dezembro de 2014, os conservadores deveriam obter de 115 a 118 cadeiras, contra 101 a 104 do Podemos e 77 a 80 dos socialistas. Embora os resultados da eleição de novembro de 2015 possam diferir dessas projeções baseadas em pesquisas, posso prever seguramente que se mostrarão suficientemente próximos dos resultados finais para que nenhum partido governe por si mesmo. Em poucos meses apenas, o Podemos pôs fim à hegemonia bipartidária, baseada na alternância entre conservadores e socialistas, que caracterizou a democracia espanhola desde sua implantação em 1977.

Figura 7. Resultados das pesquisas de opinião sobre intenções de voto na Espanha a partir de diferentes fontes, entre novembro de 2011 e dezembro de 2014



Além das pesquisas de opinião, outros indicadores mostram a ascensão do Podemos. Após seu sucesso eleitoral em maio de 2014, o partido, que já tinha uma presença predominante nas redes sociais, tornou-se, em setembro daquele ano, o líder absoluto entre os partidos políticos, com 350 mil seguidores no Twitter (contra 155 mil do PP e 157 mil do Psoe), além de 750 mil no Facebook. Em dezembro do mesmo ano, 300 mil pessoas haviam se filiado ao Podemos, que só tinha aberto as inscrições em junho. Isso se compara aos cerca de 200 mil membros do Psoe, o antigo Partido Socialista, grande ator na cena política espanhola durante todo o século XX.

O Podemos está organizado em redes sociais, particularmente com um sistema de discussões abertas e tomadas de decisão no espaço virtual, o Plaza Podemos, com 25 mil usuários individuais em setembro de 2014 e um número acumulado de mais de 1 milhão de votos sobre as diversas propostas. Também tinha mais de 800 círculos locais por toda a Espanha.¹⁰

No momento em que este texto estava sendo redigido, o Podemos havia completado um período de assembleia de dois meses, em setembro-novembro de 2014, para definir uma plataforma programática básica, uma estrutura organizacional, um procedimento para a eleição de sua liderança e, finalmente, uma eleição de seus líderes e candidatos a cargos eletivos. A assembleia foi realizada tanto física quanto virtualmente, no Plaza Podemos.

A extraordinária taxa de crescimento do Podemos mostra que existe uma substancial demanda latente de uma nova forma de política capaz de canalizar a indignação e a esperança dos cidadãos sem que eles tenham de se confrontar cotidianamente com a polícia. A eclosão do Podemos e a rejeição dos eleitores aos partidos políticos tradicionais criaram uma crise imediata nas instituições políticas. A liderança do Psoe renunciou, e uma eleição convocada às pressas produziu um novo e muito mais jovem secretário-geral, com a difícil tarefa de interromper a queda livre do partido nas pesquisas e no quadro de filiados. O partido conservador, o PP, sacudido por contínuos e significativos escândalos de corrupção, correu para modificar algumas de suas políticas, abandonando, por exemplo, as leis restritivas ao aborto, criando assim uma cesura interna. Ele parecia prestes a mudar parte de sua liderança. A Esquerda Unida foi

compelida por seus eleitores mais jovens a buscar alianças com o Podemos, seu concorrente direto à esquerda, e o rei escolheu esse momento para finalmente abdicar em favor de seu filho Felipe, num último e desesperado esforço para salvar a monarquia do naufrágio.

O que explica o sucesso instantâneo do Podemos? Qual foi o processo de transição do 15M para a formação de uma força política importante em apenas alguns meses? Qual a conexão entre os valores e a prática do 15M e o novo ator político emergente? Porque não há dúvida de que o 15M foi a matriz do Podemos, mas está igualmente claro que este não é nem pretende ser o 15M, estabelecendo uma clara distinção entre política institucional e movimentos sociais. Essa consciência dos novos atores políticos baseada na prática do movimento é um traço notável que diferencia o Podemos e outros partidos da estratégia de marketing das agremiações políticas de tradição quanto aos movimentos sociais.

O Podemos foi formado por um grupo de tarimbados militantes de esquerda que faziam parte de vários movimentos sociais na Espanha, em especial o movimento antiglobalização, e que participaram ativamente do 15M. Incluía Juan Carlos Monedero, Iñigo Errejón, Teresa Rodríguez, Miguel Urbán, Ana Castano, Jaime Pastor, Santiago Alba, Candido Gonzalez, Bibiana Medialdea e muitos outros. Em 12 de janeiro de 2014, eles lançaram um manifesto com o título muito explícito de “Mover peças: converter a indignação em mudança política”, originalmente produzido como documento interno pela Esquerda Anticapitalista, organização que atuara no movimento antiglobalização. Ela sustentava a necessidade de se criar um partido que levaria os projetos e demandas do 15M ao domínio eleitoral, a começar pelas eleições europeias de 2014. Mas declarava que só o faria se seu manifesto publicado pela web recebesse um mínimo de 50 mil assinaturas de apoio. Esse número foi superado em 24 horas.

Em 14 de janeiro, os responsáveis pelo manifesto designaram Pablo Iglesias, 35 anos, professor de ciência política da Universidade Complutense de Madri, porta-voz do movimento. Iglesias logo se tornou o principal recurso do Podemos. Suas habilidades em termos de comunicação levaram-no à posição de âncora de talk-shows em alguns canais menos importantes, incluindo La Tuerka, canal de web TV, criado por ele e seus companheiros. Observando seu desempenho,

duas redes de TV convencionais, La Sexta e Cuatro, frequentemente o convidavam para debater nos programas sobre política. Sua presença ativa na TV é creditada como parte do sucesso de seu partido emergente.

De fato, nas primeiras cédulas eleitorais do Podemos, em lugar do logotipo comum da maioria dos partidos estava impresso o rosto de Pablo Iglesias – uma espécie de culto à personalidade que o partido considerava estritamente instrumental, desejando associar um partido político desconhecido a um rosto famoso. O truque funcionou. Seria errado, contudo, considerar o Podemos um movimento guiado exclusivamente por um líder carismático, como no caso do M5S italiano, porque Pablo Iglesias sempre se submeteu às decisões coletivas do movimento e manteve a atitude ética de tentar criar um processo de tomada de decisão transparente e democrático, sem ignorar a vantagem que sua popularidade proporcionava. O Podemos é uma organização estruturada em múltiplas camadas, muito semelhante às linhas do 15M. Sua campanha combinava forte presença nas redes sociais, em que todas as decisões eram tomadas com a organização de círculos e assembleias locais, e também com intervenções na mídia convencional, particularmente na TV. Essa estrutura de comunicação em múltiplas camadas criava uma dinâmica sinérgica que tanto informava quanto mobilizava centenas de milhares de pessoas receptivas às mensagens de uma rebelião moderada.

O Podemos manteve em suas práticas muitos dos princípios do movimento 15M, como: propor listas abertas de cidadãos para indicar candidatos a cargos eletivos sem prévio controle do partido; recusar doações de bancos, baseando-se, em vez disso, no financiamento coletivo; promover a transparência nas contas da organização. Com efeito, para as eleições europeias, a verba do Podemos foi de € 100 mil, em contraste com os € 5 milhões de cada um dos principais partidos. Em termos do programa, embora sua versão a longo prazo ainda esteja em debate, alguns elementos das ideias do Podemos estão diretamente vinculados às propostas dos movimentos sociais, como as noções de que: cada pessoa na Espanha deve ter direito a uma renda mínima; o Artigo 128 da Constituição deve ser plenamente implementado (“Toda a riqueza do país, em todas as suas formas e

independentemente de quem a detenha, está subordinada aos interesses do povo”); a Espanha deve manter sua soberania em relação à União Europeia, em particular à Alemanha; os bancos salvos por verbas públicas devem ser controlados pelo governo; o imposto cobrado das grandes empresas deve ser usado para evitar cortes em serviços sociais; todas as bases militares estrangeiras na Espanha devem ser eliminadas; a Espanha deve se envolver ativamente na implementação da paz e da solidariedade no mundo; os direitos de autodeterminação dos povos no Estado espanhol devem ser respeitados, incluindo o direito dos catalães de decidir sobre sua futura autonomia; e, o que é mais importante, as instituições democráticas devem ser reformadas por meio de uma nova lei eleitoral e de poderosos mecanismos de controle da corrupção dos partidos políticos e dos altos funcionários do governo.

Todas essas demandas foram discutidas e decididas às pressas, na preparação para as eleições europeias. Os verdadeiros objetivos programáticos do Podemos estão em debate no momento em que escrevo este texto, e não param de fluir, já que o processo de deliberação não tem data para terminar, com dezenas de milhares de participantes no Plaza Podemos e sem real controle do partido. Mas o Podemos é também uma organização tecnologicamente sofisticada, em que os processos de organização são coordenados com a ajuda de uma série de aplicativos da web muito mais avançados que qualquer coisa já feita na Espanha, a fim de garantir a segurança e a atividade no processo de participação. O Podemos é verdadeiramente um partido da era digital.¹¹

Mas o Podemos combinava uma ampla participação de seus integrantes pela internet e nos círculos locais, com uma estrutura centralizada de tomadas de decisão. Uma vez eleitos, os líderes exerciam sua liderança de maneira vigorosa. Nesse sentido, afastavam-se claramente das práticas do movimento social. Eles justificavam essa estrutura centralizada em nome da eficiência, incluindo evitar o facciosismo e as lutas internas que enfraqueceriam um partido sob ataque do sistema político tradicional. Começaram a aparecer contradições nas práticas do Podemos, entre sua visão de democracia participativa e a realidade da eleição de candidatos aos cargos, em particular durante o processo de indicação de candidatos a eleições

municipais pela internet em dezembro de 2014. A liderança atribuiu a falhas no sistema computacional de gerência dos procedimentos eleitorais internos a culpa pelos problemas técnicos denunciados por muitos integrantes. Os políticos e a mídia, contudo, aproveitaram o ensejo para atribuir ao Podemos a pecha de organização manipuladora. O confronto entre a velha e a nova política chegava à linha de frente do debate público.

Na verdade, a novidade fundamental do Podemos é sua disposição para confrontar a chamada “La Casta”, ou toda a classe política, exigindo uma refundação da democracia e tentando encontrar novas formas de deliberação e representação no processo de aprender fazendo. Nesse sentido, ele representa uma clara continuidade em relação à demanda fundamental do 15M em torno de uma verdadeira democracia. Em função de seu sucesso e da denúncia da corrupção na democracia real, ele foi submetido a uma crítica extrema por parte de políticos, intelectuais e formadores de opinião tradicionais, que chegaram a comparar Pablo Iglesias a Hitler.

Na sequência do sucesso do Podemos, uma multiplicidade de agrupamentos locais decidiu, quase no fim de 2014, formar uma série de coalizões induzidas pelo movimento para disputar as eleições municipais de maio do ano seguinte. A primeira delas foi formada em Barcelona, em torno da candidatura de Ada Colau, a líder da Plataforma dos Afetados pela Hipoteca, movimento muito popular em toda a Espanha. Graças ao carisma e à independência de Ada Colau, uma série de grupos e partidos – incluindo a Iniciativa pela Catalunha/Esquerda Unida, Partido X, Processo Constituinte, todos de esquerda, e outros – formou uma poderosa coalizão que, segundo as expectativas, iria desafiar tanto os nacionalistas catalães quanto os socialistas, que hoje constituem a maioria no plano municipal. A coalizão em Barcelona adotou o nome de Guanyem Barcelona (“Vamos vencer, Barcelona”, em catalão) e inspirou pelo menos duas dezenas de coalizões similares na Espanha, sob o rótulo de Ganemos, com grandes chances de bom desempenho em Madri e outras cidades importantes. O Podemos decidiu não comprometer suas possibilidades eleitorais participando dessas coalizões, embora elas lhe fossem simpáticas, e planejou concentrar-se nas eleições regionais de maio de 2015 e nas eleições parlamentares nacionais do outono de 2015.

Se as atuais projeções eleitorais estiverem corretas, a grande transformação política da Espanha pode começar nos planos local e regional, em que os cidadãos estão mais conscientes de quem é quem, e onde a corrupção dos partidos tradicionais tem sido amplamente exposta.

Na época em que este livro está sendo escrito, ainda é muito cedo para avaliar o potencial das coalizões Podemos e Ganemos como importantes agentes da mudança política na Espanha. Entretanto, o que já se pode dizer sobre o Podemos é que, em apenas alguns meses, um partido político novo, sem experiência e com pouco dinheiro, chegou à linha de frente da política espanhola e ameaçou desalojar o poderoso Psoe, renovando assim a esquerda e colocando o movimento em posição de desafiar o domínio aparentemente inabalável do duopólio do poder político. A previsão dos analistas eleitorais¹² é de que, depois das novas eleições de 2015, a única forma de conservadores e socialistas repelirem o ataque a seu controle da política espanhola será formar uma aliança (a chamada “grande coalizão”), seja no Parlamento, seja no governo. Isso tende a aprofundar sua perda de legitimidade, abrindo caminho para a eleição de partidos e atores políticos cuja matriz pode ser encontrada no movimento dos Indignados de 2011.

O desafio para esses atores políticos induzidos pelo movimento será levar consigo ao domínio institucional os valores e práticas que nele aprenderam e que motivaram a esperança que eles acabaram por encarnar. Escolher entre a política tradicional e a nova política transformadora é o dilema confrontado pelos herdeiros dos movimentos sociais em rede na Espanha e em outros lugares. Um dilema cuja solução vai determinar a prática da democracia nos anos vindouros.

Alavancas da mudança política?

Os movimentos sociais em rede têm o potencial de provocar mudanças no sistema político, como se mostra aqui e como enfatizei neste capítulo, ao refletir sobre as transformações que ocorreram em vários países em 2013-14. Em todos os casos, a mudança tem origem na influência desses movimentos sobre a mentalidade das pessoas, individual e coletivamente, seja articulando o que elas sentem e pensam, seja criando a possibilidade de resistência à ordem atual, ou apresentando projetos alternativos em termos de vida e democracia. Evidentemente, para que os movimentos sociais influenciem a política, eles precisam primeiro existir nessa prática, e não é esse o caso até agora na maioria dos países do mundo, mesmo que haja protestos sociais por toda parte, e em todos os casos eles hoje estejam presentes nas redes da internet.

Mas movimentos sociais são uma forma diferente de ação coletiva, como tentei expor neste livro e como os caracterizei em suas novas práticas sociais no capítulo anterior. Entretanto, uma vez que eles de fato ocorram em determinada sociedade, seu potencial de induzir a mudança política não é um resultado necessário. Isso depende de especificidades culturais e institucionais, assim como das verdadeiras práticas do movimento e dos atores políticos. Nos principais exemplos dos poderosos movimentos sociais que analisei neste capítulo, o que observo é o pequeno impacto direto do movimento social nos sistemas políticos de países tão diversos quanto Estados Unidos e Turquia. Em outros casos, como Grécia, Chile, Brasil e, em especial, Espanha, houve algumas aberturas no sistema político, embora não tenham ocorrido nos principais partidos, mas no nível da Presidência; ou, no caso da Grécia e da Espanha, no da esquerda institucional.

Nessas condições, tem havido uma aliança entre o movimento social e líderes políticos que reconhecem sua legitimidade e canalizam voluntariamente algumas de suas aspirações, fazendo o vento dos sonhos inflar as velas de suas estratégias de reforma política. Também identifiquei, no caso da Espanha, o nascimento de um novo ator político, o Podemos, produto do 15M, que tenta se manter coerente

com as demandas e propostas do movimento sem pretender substituí-lo, já que o pragmatismo da política institucionalizada impõe limites às aspirações de uma transformação social utópica. Além disso, o sucesso eleitoral do Podemos tem inspirado um grande número de coalizões locais, que tentam converter a indignação e a esperança dos cidadãos em transformações institucionais no plano municipal. Não surpreende que a Espanha seja o país em que o movimento social encontra expressão política num espaço de tempo relativamente curto – cerca de quatro anos. Porque a Espanha era e é o local que concentra os mais poderosos movimentos sociais em rede da Europa, e também o primeiro a aparecer aos olhos do mundo, depois das revoluções árabes, a ponto de se tornar a matriz e inspiração de outros movimentos sociais, incluindo o Occupy Wall Street.

Sim, não se escreve a história antecipadamente, nem ela segue uma trajetória linear em direção a uma mudança social positiva. Na verdade, a maior parte da experiência histórica mostra o oposto. Isso é exemplificado de forma drástica pelas revoluções árabes de 2010-11. Elas de fato tiveram efeitos extraordinários, realmente viraram todo o mundo árabe de cabeça para baixo. Se alguém contesta a noção dos movimentos sociais em rede como agentes da mudança política, a chamada Primavera Árabe aí está para provar o contrário. Mas eu sempre fui contra o uso da palavra “primavera” como parte desse rótulo, porque, a curto prazo, o inverno caiu sobre uma extensa área do mundo árabe em consequência da intervenção de interesses geopolíticos e movimentos islâmicos fundamentalistas nas brechas abertas por movimentos democráticos de base nos sistemas políticos do Egito, da Líbia e, em particular, da Síria.

Uma nova ditadura militar, com o apoio dos Estados Unidos, mantém um frágil domínio sobre a ainda revolucionária sociedade egípcia, na qual o movimento está vivo e saudável, enquanto Líbia e Síria se desintegraram em terríveis guerras civis diretamente provocadas por múltiplas intervenções estrangeiras que desestabilizaram o Oriente Médio e o mundo em geral. Só a revolução árabe original, a da Tunísia, apesar das tensões entre islamismo e secularismo, parece ter encontrado uma forma de coexistência na construção de um tipo de democracia. Minha intenção, contudo, não é revisitar aqui as revoluções árabes, mas enfatizar, por um lado, o

extraordinário impacto político de inesperados movimentos sociais em rede no mundo árabe e no mundo em geral; por outro lado, dizer que a mudança política que aconteceu não é necessariamente a mudança que desejávamos, muito menos aquela projetada pelos próprios movimentos sociais.

Assim, não sabemos realmente quais serão as consequências finais dessa primeira leva de movimentos sociais em rede que representam o modelo dos movimentos sociais de nossa época, porque nem eu nem ninguém podemos prever coisa alguma acerca do processo de mudança social, já que todos os gurus habituais foram apanhados de surpresa pela explosão dos movimentos que estavam obviamente em construção, como alguns analistas (incluindo este autor) já vinham mostrando havia algum tempo.¹³

Já que sei que não é possível prever o futuro em termos rigorosos, não sei dizer se o Podemos e seus derivados vão realmente sobreviver à ofensiva de toda a classe política espanhola, porque isso vai depender, entre outras coisas, do processo de crise constitucional entre a Catalunha e a Espanha. Além disso, não sei se as sementes plantadas pelo Occupy na mente do povo americano vão brotar num momento de crise social, embora a enorme mobilização contra a impunidade da polícia racista, em dezembro de 2014, mostre que o espírito de resistência à injustiça está vivo e saudável. Ou se novas candidaturas insurgentes a cargos eletivos se apresentarão nos Estados Unidos sobre as ruínas da esperança gerada pelo legado de Obama. Ou se a presidenta Dilma Rousseff, reeleita no Brasil, assumirá o desafio dos movimentos sociais que quase decidiram a eleição de 2014.

O que eu acho, e posso dizer com confiança, é que uma importante mudança política irá sair, no devido tempo, das ações de movimentos sociais em rede; e que esses movimentos continuarão a brotar por todo o mundo, da Catalunha a Hong Kong – porque crises e conflitos sociais estão surgindo nesse período de transição histórica que estamos vivendo e porque as instituições políticas atuais, em quase toda parte, são ineficientes e ilegítimas segundo seus cidadãos. As mentes estão se abrindo graças aos ventos da comunicação livre e inspiram práticas de empoderamento aplicadas por uma juventude destemida.

† Meetup: portal on-line que facilita encontros de grupos de pessoas com interesses

comuns ao redor do mundo. (N.T.)

9. Para além da indignação, a esperança: Vida e morte dos movimentos sociais em rede

“Não é uma crise, é que não amo mais você.”

Faixa na Puerta del Sol ocupada, Madri, maio de
2011

OS MOVIMENTOS SOCIAIS em rede, cuja experiência você e eu compartilhamos neste livro, vão continuar a lutar, debater, evoluir e, por fim, a se dissolver em suas atuais condições de existência, como aconteceu com todos os movimentos sociais da história. Mesmo no caso improvável de se transformarem num ator político, num partido ou em alguma forma nova de agência, deixarão, por isso mesmo, de existir. Porque a única questão relevante para se avaliar o significado de um movimento social é a produtividade histórica e social de sua prática e seu efeito sobre os participantes como pessoas e sobre a sociedade que ele tentou transformar. Nesse sentido, é muito cedo para avaliar o resultado final desses movimentos, embora já possamos dizer que regimes mudaram, instituições foram desafiadas e a crença no capitalismo financeiro global triunfante foi abalada, possivelmente de maneira irreversível, na mente da maioria das pessoas.

Em última análise, o legado de um movimento social consiste na mudança cultural que produziu com sua ação. Como pensamos de modo diferente sobre algumas dimensões fundamentais de nossas vidas pessoais e sociais, as instituições têm de ceder em algum momento. Nada é imutável, embora as mudanças ao longo da história não sigam um rumo predeterminado, porque o suposto senso histórico às vezes não faz sentido. A esse respeito, qual seria o possível legado dos movimentos sociais em rede ainda em processo? A democracia. Uma nova forma de democracia. Uma antiga aspiração da humanidade, jamais concretizada.

Em qualquer movimento social há múltiplas expressões de necessidades e desejos. Há momentos de liberação, em que todos esvaziam sua sacola de frustrações e abrem a caixa mágica de seus sonhos. Assim, podemos encontrar toda projeção humana possível nos

temas e ações desses movimentos: mais notadamente, a crítica severa de um sistema econômico impiedoso, que alimenta o autômato computadorizado dos mercados financeiros especulativos com a carne humana do sofrimento cotidiano. No entanto, se há um tema predominante, um grito de pressão, um sonho revolucionário, este é o apelo a novas formas de deliberação, representação e tomada de decisão na política. Isso porque a governança democrática eficaz é um pré-requisito para a concretização de todos os projetos e demandas. Se os cidadãos não tiverem os meios e formas de se autogovernar, as políticas mais bem-planejadas, os programas mais bem-intencionados, as estratégias mais sofisticadas podem ser ineficazes ou corromper-se ao serem implementados. O instrumento determina a função. Só uma comunidade política democrática pode assegurar uma economia que funcione como se as pessoas importassem, assim como uma sociedade a serviço dos valores humanos e da busca de felicidade pessoal.

Repetidas vezes, os movimentos sociais em rede de todo o mundo têm exigido uma nova forma de democracia, não necessariamente identificando seus procedimentos, mas explorando seus princípios em sua própria prática. Os movimentos, assim como a opinião pública em geral, coincidem em denunciar o escárnio a que são submetidos os ideais democráticos na maior parte do mundo (ver Anexo). Como não se trata apenas da subjetividade dos atores políticos, frequentemente sinceros e honestos segundo sua mentalidade, deve haver algo de errado com “o sistema”, essa obscura entidade que ninguém teve a oportunidade de conhecer pessoalmente, mas cujos efeitos são onipresentes na vida de todos.

E assim, das profundezas do desespero, por toda parte, surgiram um sonho e um projeto: reinventar a democracia, encontrar maneiras que possibilitem aos seres humanos administrar coletivamente suas vidas de acordo com os princípios amplamente compartilhados em suas mentes e em geral negligenciados em sua experiência diária. Esses movimentos sociais em rede são novos tipos de movimento democrático – de movimentos que estão reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre localidades e redes da internet, fazendo experiências com as tomadas de decisão baseadas em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana. Eles reconhecem os

princípios que se anunciaram com as revoluções libertárias do Iluminismo, embora distingam a permanente traição desses princípios, a começar pela negação original da cidadania plena para mulheres, minorias e povos colonizados. Eles enfatizam as contradições entre uma democracia baseada no cidadão e uma cidade à venda pelo lance mais alto. Afirmam seu direito de começar tudo de novo. Começar do começo, após chegar ao limite da autodestruição graças a nossas instituições atuais. Ou assim acreditam os atores desses movimentos, cujas palavras apenas tomei de empréstimo. O legado dos movimentos sociais em rede terá sido afirmar a possibilidade de reaprender a conviver. Na verdadeira democracia.

Posfácio à 1ª edição brasileira

ACONTECEU TAMBÉM no Brasil. Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um grito de indignação contra o aumento do preço dos transportes que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto de esperança de uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões em mais de 350 cidades.

Passe Livre. Porque a mobilidade é um direito universal, e a imobilidade estrutural das metrópoles brasileiras é resultado de um modelo caótico de crescimento urbano produzido pela especulação imobiliária e pela corrupção municipal. E com um transporte a serviço da indústria do automóvel, cujas vendas o governo subsidia. Tempo de vida roubado e pelo qual, além de tudo, deve-se pagar.

Mas também disseram: “Não são os centavos, são nossos direitos.” Porque, como todos os outros movimentos do mundo, ao lado de reivindicações concretas, que logo se ampliaram para educação, saúde, condições de vida, o fundamental foi – e é – a defesa da dignidade de cada um. Ou seja, o direito humano fundamental de ser respeitado como ser humano e como cidadão.

Respeitado por quem? Fundamentalmente, por uma classe política que vê os votos como seus, seus cargos públicos como direito próprio e suas decisões como indiscutíveis. Como em todo o mundo, diziam os manifestantes, a democracia tem sido sequestrada por profissionais da política que, em sua diversidade, estão quase todos de acordo em que a política é coisa dos políticos, não dos cidadãos. A democracia foi reduzida a um mercado de votos em eleições realizadas de tempos em tempos, mercado dominado pelo dinheiro, pelo clientelismo e pela manipulação midiática. E essa incapacidade cidadã de controlar seu dinheiro e seus votos tem consequências em todos os âmbitos da vida.

Por exemplo, a alegria de ter a Copa do Mundo de futebol no Brasil e de que a seleção canarinho volte a vencer converteu-se num negócio mafioso de corrupção em grande escala, do qual participam empresas

de construção, federações esportivas nacionais e internacionais e administrações públicas de diversos níveis, utilizando em boa medida fundos públicos sem controle de contas. “Trocamos dez estádios por um hospital decente”, dizia um cartaz em Belo Horizonte.

Nesse clima de fraternidade encontrado nas redes e percebido nas ruas se difunde a defesa dos direitos dos mais indefesos, dos povos indígenas massacrados pela indiferença pública numa Amazônia espoliada. Esse movimento sem nome, porque do Passe Livre se passou ao clamor pela Liberdade em todas as suas dimensões, surgiu das entranhas de um país perturbado por um modelo de crescimento que ignora a dimensão humana e ecológica do desenvolvimento.

Um modelo centrado no crescimento a qualquer custo, ainda que, no caso do Brasil, acompanhado de uma redução da pobreza e de políticas sociais redistributivas. Mas sem assumir a nova cultura da dignidade e do florescimento da vida para além do consumo. Um modelo neodesenvolvimentista, como o chinês e tantos outros, que enveredam por uma senda autodestrutiva com o objetivo de sair da pobreza. Sem entender que a escolarização sem uma verdadeira melhoria do ensino não é educação, mas armazenamento de crianças. E que a saúde sem a potencialização de médicos e enfermeiros e sem um viés preventivo é um poço sem fundo, no qual a produtividade se mede pela ocupação de camas de hospitais, contando os enfermos, e não os sadios.

De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam – e estão – sempre conectadas, conectadas em rede e enredadas na rua, mão na mão, tuítes a tuítes, post a post, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu. Um mundo que a gerontocracia dominante não entende, não conhece e que não lhe interessa, por ela encarado com suspeita quando seus próprios filhos e netos se comunicam pela internet, entre si e com o mundo, e ela sente que está perdendo o controle.

E efetivamente está perdendo, pois a autocomunicação de massas é a plataforma tecnológica da cultura da autonomia. A partir dessa autonomia, as palavras, as críticas e os sonhos do movimento se

estendem à maior parte da sociedade. No Brasil, mais de 75% dos cidadãos apoiavam o movimento duas semanas depois de seu início na avenida Paulista.

Contudo, o mais significativo do movimento brasileiro até o momento tem sido a resposta das instituições políticas. Como ocorreu no mundo de maneira geral, a classe política em sua grande maioria rechaçou o movimento como demagógico e irresponsável. O governador do estado de São Paulo, tucano, e o governador de Brasília, petista, disputaram para ver quem reprimia com mais violência as primeiras manifestações. Apenas algumas vozes isoladas, particularmente a da líder ecológica e progressista Marina Silva, colocaram-se desde o princípio ao lado dos jovens que se arriscavam a dizer o que muitos pensavam: basta de corrupção política e de pseudodemocracia.

Como o instrumento de gestão política não funciona, os acordos programáticos ou de políticas concretas serão sempre desviados em função dos interesses dos de sempre. É nesse contexto que a reação da presidenta Dilma Rousseff adquire todo seu significado. Pela primeira vez, desde que, em 2010, se iniciaram esses movimentos em rede em noventa países, a mais alta autoridade institucional declarou que “tinha a obrigação de escutar a voz das ruas”. E fez com que seu gesto de legitimação do movimento fosse acompanhado da recomendação, seguida pelas autoridades locais, de se anularem os aumentos das tarifas de transporte.

Também prometeu uma série de medidas (até o momento, apenas promessas) relativas a um grande investimento público em educação, saúde e transporte. O mais relevante, porém, é que ressuscitou um tema perene no Brasil, a reforma política, propondo elaborar leis que investiguem e castiguem mais duramente a corrupção, um sistema eleitoral mais representativo e fórmulas de participação cidadã que limitem a partidocracia. Acima de tudo, propôs aprovar a reforma por plebiscito, para superar o bloqueio sistemático do Congresso, especializado em liquidar qualquer tentativa de reformar a si mesmo.

Um Congresso grotesco, com burocratas partidários e chefetes locais corruptos que por vezes resolvem suas diferenças a tiros de pistola. Um Congresso que havia proposto um decreto (uma Proposta de Emenda Constitucional, PEC) para tirar do Ministério Público o

direito de investigar a corrupção, e que, ante a pressão das ruas, se apressou a votar contra seu próprio projeto, quase que por unanimidade. Obviamente esperando fazer o mesmo por outras vias, quando as coisas se acalmarem.

Seria uma esperança vã essa volta à “normalidade” controlada? No momento, a preocupação da classe política – de todos os matizes, mas sobretudo da oposição –, assim como da burocracia jurídica, é como frear esse plebiscito que ameaça com um curto-circuito o poder que ela detém de autorregular seus privilégios. Diatribes verbais de todo tipo, desqualificações da intenção democratizante da presidenta, batalhas procedimentais e guerrilha judicial são a prova da profunda inquietude da classe política ante a possibilidade de aliança entre um movimento social autônomo e uma Presidência democrática e democratizante.

Enquanto era possível ignorar os manifestantes, espancá-los ou manipulá-los, tudo podia continuar igual, para além de discursos vazios em veículos controlados. Mas se a esperança do movimento se encarna em parte da elite política e chega à Presidência da República, o perigo passa a ser grave e iminente. E como o movimento tampouco confia totalmente na presidenta, já que não confia em político algum até ver suas promessas transformadas em realidade, o resultado dessa inovadora interação entre a política nas ruas e a política nas instituições é, no momento em que escrevo este texto, julho de 2013, uma questão em aberto.

Pode ser que novamente se aborte a vontade de mudança das instituições políticas, que as políticas redistributivas a serem adotadas sejam quantitativamente relevantes, mas não corrijam o modelo neodesenvolvimentista gerador de economia e destrutivo em relação à vida; talvez a autêntica democrata que Dilma Rousseff sempre foi seja cerceada e enfraquecida por seus próprios companheiros de partido, apesar de sua proverbial rigidez e determinação. Mas também pode ser que outros próceres da democracia brasileira, de horizontes políticos distintos, se unam a seu esforço, por sobre interesses partidários, e que o Brasil lidere a reconciliação de sociedade e política no âmbito mundial.

Pois o que é irreversível no Brasil como no mundo é o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a

consciência dos jovens de que tudo que sabemos do futuro é que eles o farão. Móbil-izados.

MANUEL CASTELLS

julho de 2013

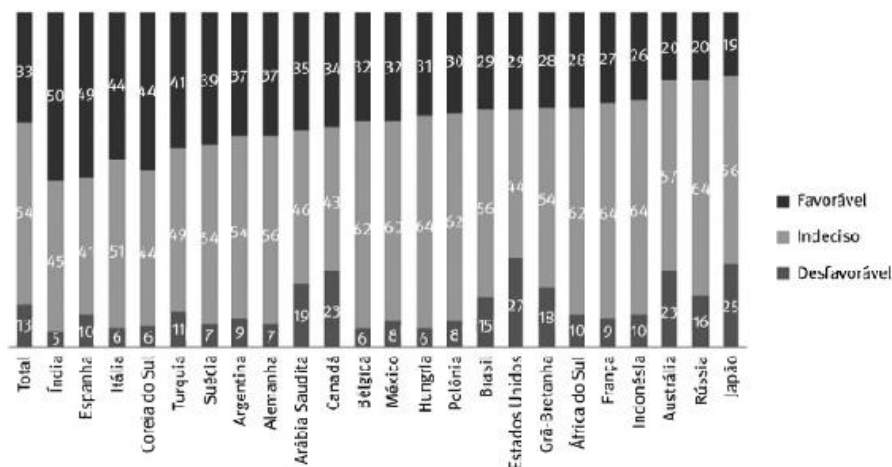
Anexo:

A transformação do mundo na sociedade em rede

Opinião pública, em países selecionados, sobre o movimento Occupy e similares^g

Figura A1. Atitude em relação aos protestos Occupy Wall Street

Pergunta: Em que medida você é favorável ou desfavorável aos protestos Occupy Wall Street, considerando-se que os compreenda?



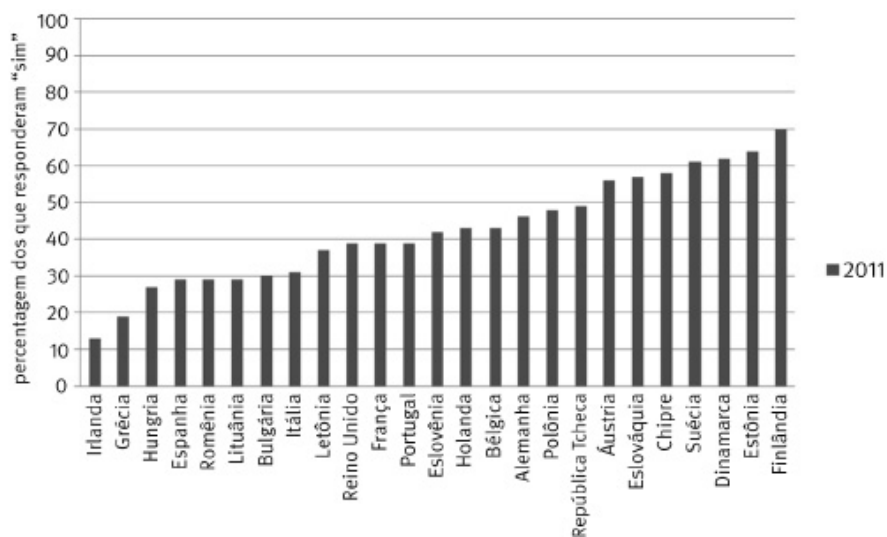
Fonte: Pesquisa Ipsos Global Advisor realizada para a Reuters News (nov 2011).

Atitudes dos cidadãos em relação a governos, política e instituições financeiras nos Estados Unidos, na União Europeia e no mundo em geral^h

UNIÃO EUROPEIA

Figura A2. Confiança nas instituições financeiras europeias

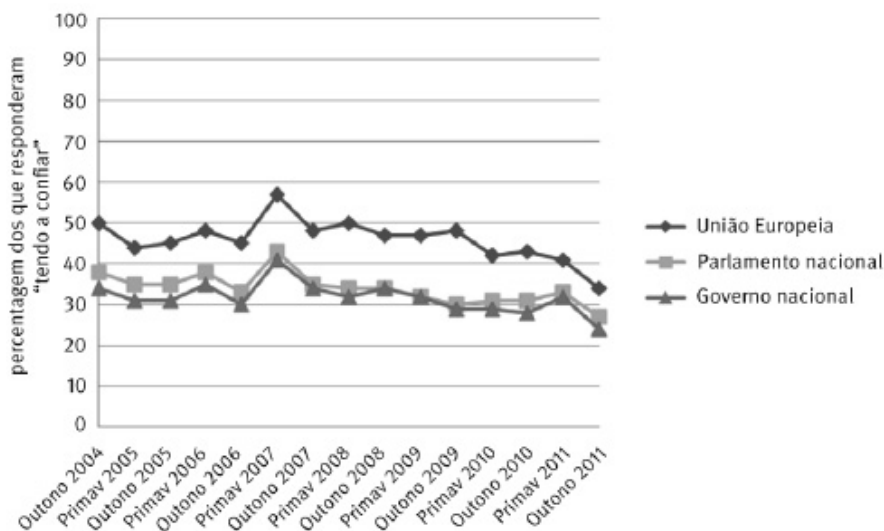
Pergunta: Neste país, você tem confiança em cada um dos seguintes itens ou não?
Instituições financeiras e bancos.



Fonte: Instituto Gallup (jun 2011).

Figura A3. Confiança nas instituições políticas europeias

Pergunta: Gostaria de lhe fazer uma pergunta sobre o quanto você confia em certas instituições. Para cada uma das instituições seguintes, por favor, diga se você tende a confiar ou não confiar nela: União Europeia, Parlamento nacional e governo nacional.



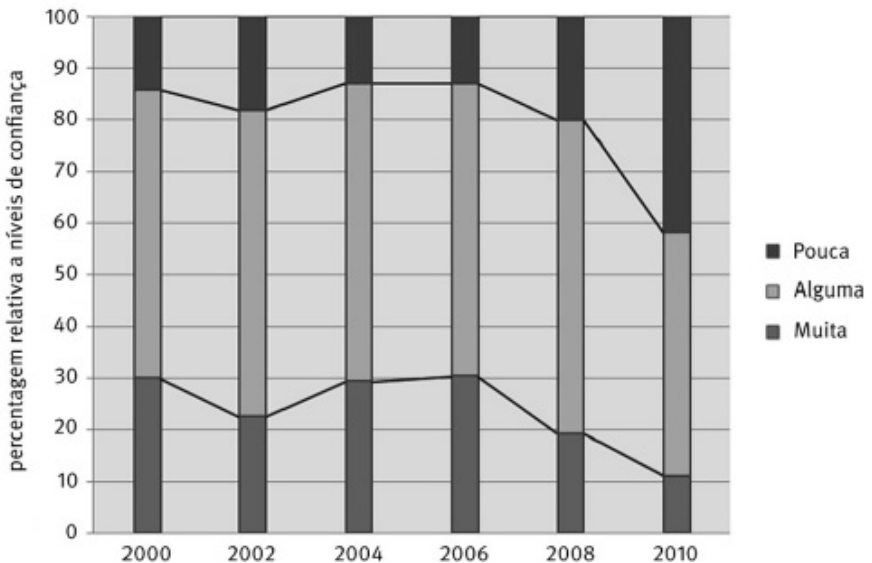
Fonte: Eurobarometer.

ESTADOS UNIDOS

Figura A4. Confiança nos bancos e instituições financeiras dos Estados

Unidos

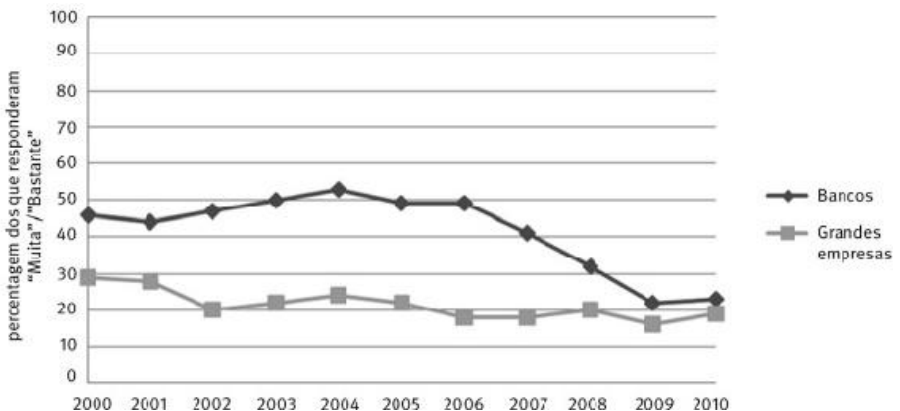
Pergunta: Vou relacionar algumas instituições deste país. No que se refere às pessoas que dirigem essas instituições, você diria que tem muita confiança, alguma confiança ou pouca confiança? Bancos e instituições financeiras.



Fonte: Pesquisa Social Geral, Centro Nacional de Pesquisas de Opinião, Universidade de Chicago.

Figura A5. Confiança nas instituições financeiras dos Estados Unidos

Pergunta: Agora vou ler uma lista de instituições da sociedade americana. Por favor, diga-me quanta confiança você tem em cada uma delas – muita, bastante, alguma ou muito pouca? Bancos e grandes empresas.

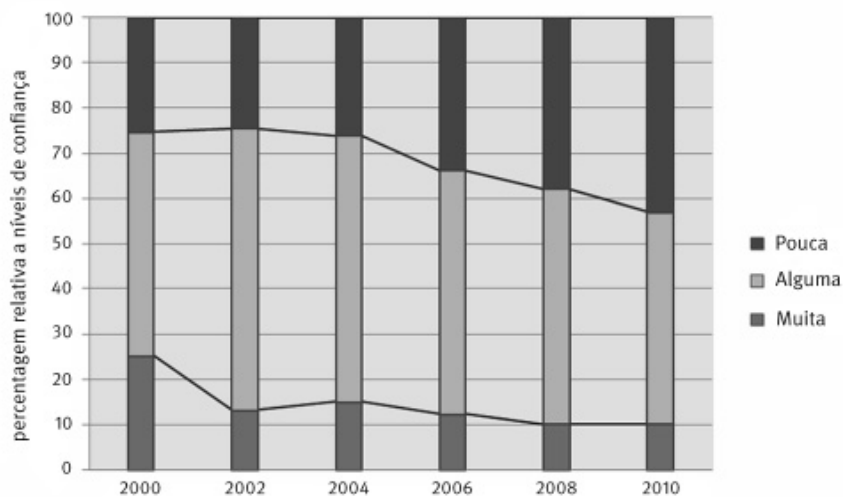


Fonte: Instituto Gallup.

Figura A6. Confiança no braço executivo do governo federal americano

Pergunta: Vou relacionar algumas instituições deste país. No que se refere às

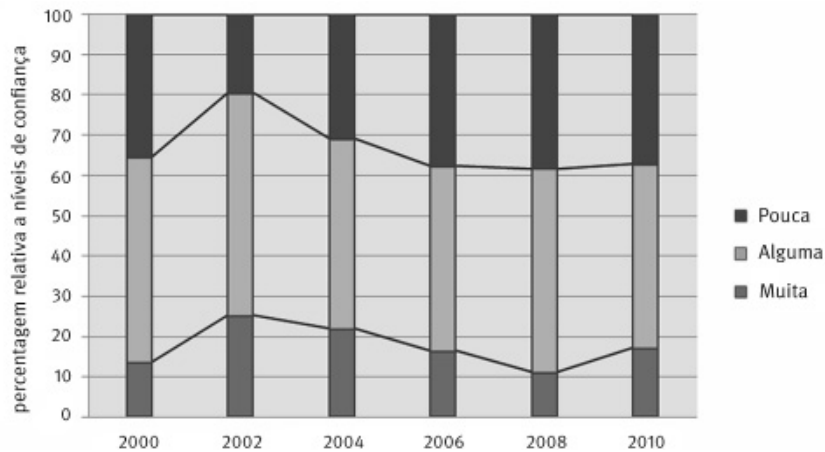
pessoas que dirigem essas instituições, você diria que tem muita confiança, alguma confiança ou pouca confiança? Braço executivo do governo federal.



Fonte: Pesquisa Social Geral, Centro Nacional de Pesquisas de Opinião, Universidade de Chicago.

Figura A7. Confiança no Congresso dos Estados Unidos

Pergunta: Vou relacionar algumas instituições deste país. No que se refere às pessoas que dirigem essas instituições, você diria que tem muita confiança, alguma confiança ou pouca confiança? Congresso.

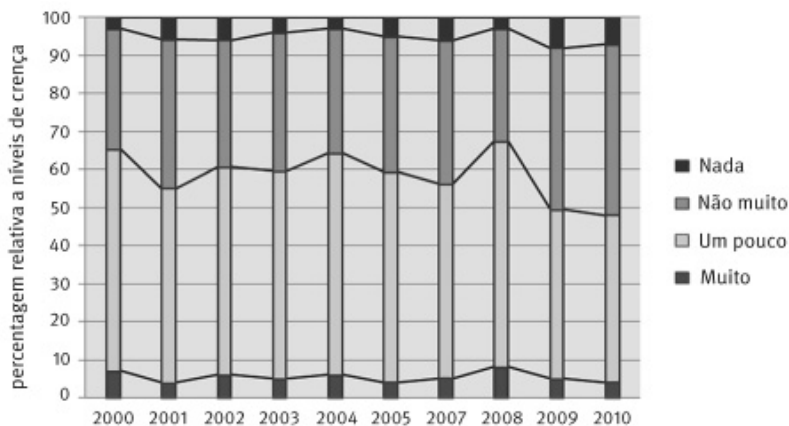


Fonte: Pesquisa Social Geral, Centro Nacional de Pesquisas de Opinião, Universidade de Chicago.

Figura A8. Crença em políticos americanos

Pergunta: O quanto você acredita e confia, de modo geral, nos homens e mulheres envolvidos na vida política deste país que estejam exercendo ou concorrendo a

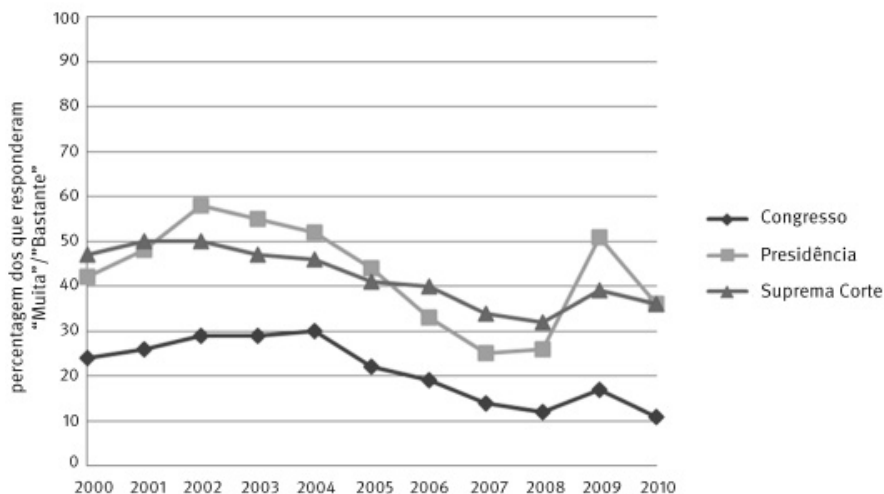
cargos públicos – muito, um pouco, não muito ou nada?



Fonte: Instituto Gallup.

Figura A9. Confiança nas instituições políticas dos Estados Unidos

Pergunta: Agora vou ler uma relação de instituições da sociedade americana. Por favor, diga quanta confiança você tem em cada uma delas – muita, bastante, alguma ou muito pouca? Suprema Corte, Congresso, Presidência.

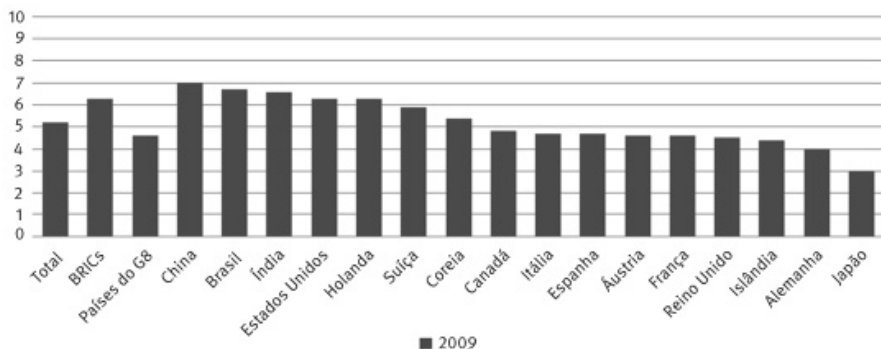


Fonte: Instituto Gallup.

MUNDO EM GERAL

Figura A10. Crença na capacidade do governo de administrar a crise financeira

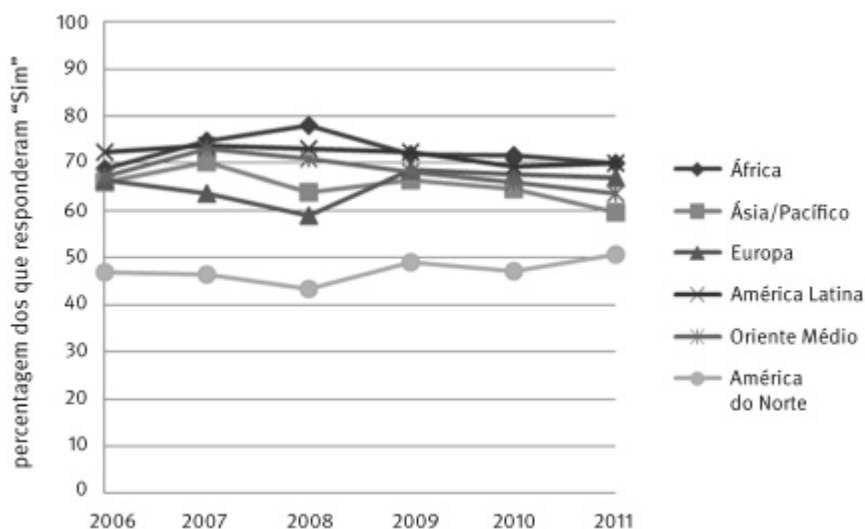
Pergunta: Numa escala de 1 a 10 (onde 1 significa absoluta falta de crença e 10, uma crença absoluta), qual o seu nível de crença na capacidade de seu governo de administrar a crise financeira?



Fonte: ICM.

Figura A11. Corrupção generalizada no mundo empresarial

Pergunta: A corrupção é generalizada ou não nas empresas que funcionam neste país?



Fonte: Gallup World View.

Figura A12. Confiança no governo nacional

Pergunta: Em seu país, você tem confiança em cada um dos seguintes itens ou não? Que dizer do governo nacional?

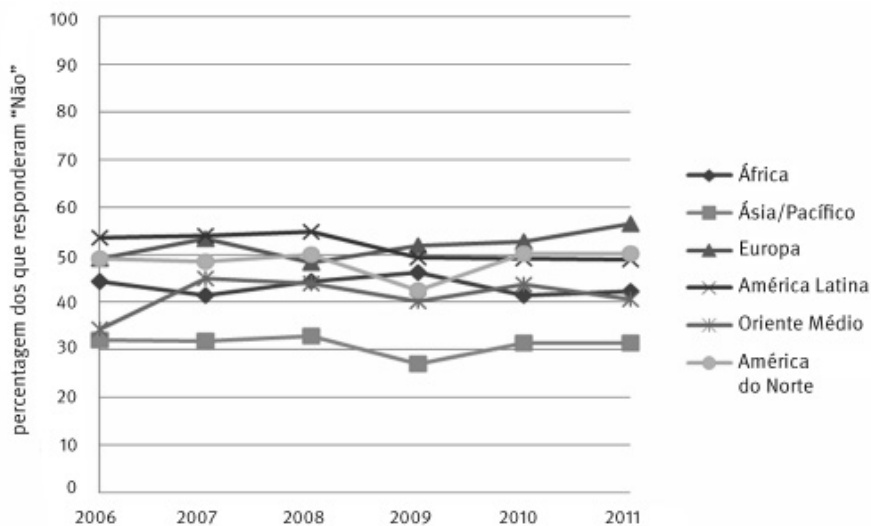


Figura A13. Corrupção generalizada em governos

Pergunta: A corrupção é generalizada no governo deste país ou não?

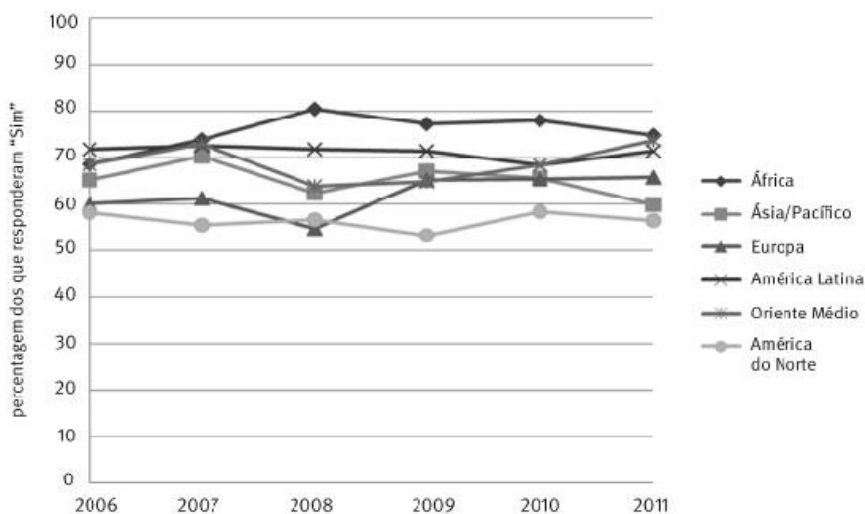
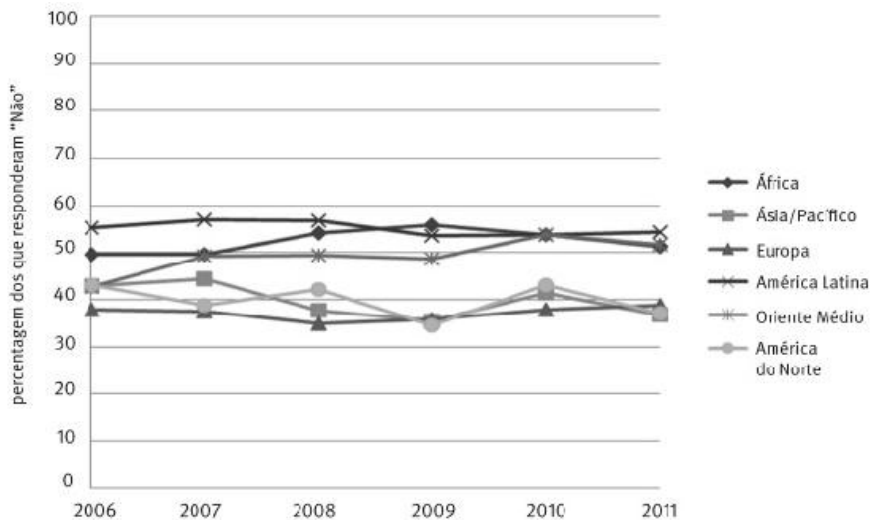


Figura A14. Confiança na honestidade das eleições

Pergunta: Neste país, você tem confiança em cada um dos seguintes itens ou não?
E quanto à honestidade das eleições?



Fonte: Gallup World View.

g Fonte: números organizados por Lana Swartz com base em dados coligidos das fontes citadas em cada gráfico.

h Fonte: números organizados por Lana Swartz com base em dados coligidos pelas fontes citadas em cada gráfico.

Notas

Prefácio à 1ª edição

1. Para um excelente e sofisticado panorama analítico dos movimentos sociais que brotaram por toda parte em 2011, ver Paul Mason, *Why It's Kicking Off Everywhere: The New Global Revolutions*, Londres, Verso, 2012.
2. Para minha caracterização da sociedade em rede, ver meu livro *The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell, 1996, 2ª ed., 2010. Para uma sucinta apresentação de minha teoria do poder em rede, ver meu artigo de 2011 “A network theory of power”, *International Journal of Communication*, n.5, p.773-87.
3. Para a apresentação de uma análise histórica dos movimentos sociais urbanos, ver meu livro *The City and the Grassroots*, Berkeley, University of California Press, 1983, p.15-48.
4. W. Russell Neuman, G.E. Marcus, A.N. Crigler e M. MacKuen (orgs.), *The Affect Effect: Dynamics of Emotions in Political Thinking and Behavior*, Chicago, University of Chicago Press, 2007.
5. Examinei as contribuições da teoria da inteligência afetiva para o estudo da mobilização sociopolítica em meu livro *Communication Power*, Oxford, Oxford University Press, 2009, p.146-55.
6. Para uma análise pioneira da emergência dos movimentos sociais em rede contemporâneos, ver Jeff Juris, *Networked Futures*, Durham, NC, Duke University Press, 2008.
7. Examinei o registro histórico da Comuna de Paris em meu livro *The City and the Grassroots*, 1983, p.15-26.

1. Prelúdio à revolução

1. A melhor análise da revolução tunisiana que conheço é de Choukri Hmed (2011). Alguns elementos-chave de minha análise baseiam-se na dele. Um relato detalhado é o de Viviane Bettaieb (2011). Sobre o papel das redes sociais da internet, da televisão e dos telefones celulares nos protestos da Tunísia, ver Wagner (2011) e Lotan et al. (2011).
2. Lotan et al., op.cit., p.1.389.
3. Uma análise perspicaz e bem-documentada da revolução islandesa pode ser encontrada em Gylfason et al. (2010) e em Gunnarson (2009). Sobre a importância do papel das redes sociais da internet na dinâmica do movimento social, ver Bennett (2011) e García Lamarca (2011). Sobre a crise financeira e as políticas econômicas na Islândia, ver referências.

4. Ver www.wired.co.uk/news/archive/2011-08/01/iceland-constitution.
5. Para o rascunho da Constituição, traduzido para o inglês, ver <http://www.politics.ie/forum/political-reform/173176-proposed-new-icelandic-constitution.html>.
6. Ver www.nakedcapitalism.com/2011/10.
7. Ver J.-J. Rousseau, “Constitutional Project for Corsica”, esboçado em 1765, Edimburgo, Thomas Nelson and Sons, recuperado da Liberty Library, www.constitution.org/jjr/corsica.htm.

2. A revolução egípcia

1. Para um detalhado relato sobre os bastidores e eventos da revolução de janeiro de 2011 no Egito, ver Mona El-Ghobashy, “The praxis of the Egyptian Revolution”, in MER258, Middle East Research and Information Project, 2011; disponível em: www.merip.org/mer/mer258/praxis-egyptian-revolution.
2. Site oficial do Movimento 6 de Abril (em árabe): <http://6april.org>. Esraa Abdel Fattah Ahmed Rashid foi um dos cofundadores do movimento que mais tarde se separaram do grupo. Para mais detalhes, ver a página Frontline do PBS “Inside April 6th Movement”; disponível em: <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/revolution-in-cairo/inside-april6-movement>.
3. No verão de 2009, Adel viajou para a Sérvia a fim de estudar estratégias revolucionárias não violentas. Tina Roseberg, “What Egypt learned from the students who overthrew Milosevic”, *Foreign Policy*; disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/02/16/revolution_u?page=full; e a página Frontline Profile do PBS sobre o Movimento 6 de Abril a partir do documentário *Revolution in Cairo*; disponível em: <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/revolution-in-cairo/inside-april6-movement>.
4. Sobre a “Revolução Silenciosa” prevista pelos membros do grupo Todos somos Khaled Said, Adel Iskandar, “Reclaiming silence in Egypt”, *Egypt Independent*, 22 jul 2010; disponível em: <http://www.egyptindependent.com/opinion/reclaiming-silence-egypt>.
5. Ver Wall e El Zahed, 2011.
6. O importante papel desempenhado pela torcida do clube de futebol al-Ahly na manifestação anti-Mubarak não foi esquecido pela polícia central de segurança. Em 1º de fevereiro de 2012, num jogo realizado em Port Said entre o time local e o al-Ahly, centenas de capangas, disfarçados de torcedores da equipe de Port Said, atacaram jogadores e torcedores do al-Ahly sem qualquer reação dos policiais presentes no estádio. Setenta e quatro pessoas foram mortas e centenas ficaram feridas. A óbvia cumplicidade da velha polícia de Mubarak e a permissividade do regime militar em relação à agressão levaram a violentas manifestações no Cairo nos dias 2 e 3 de fevereiro, com milhares de pessoas investindo contra prédios da polícia tendo nas mãos a bandeira do al-Ahly. Várias delas foram mortas e centenas, feridas.

7. Houve algumas tensões entre coptas e grupos radicais islâmicos durante a ocupação da praça Tahrir. Mas compartilhar riscos e objetivos no movimento criou uma atmosfera de tolerância e cooperação entre muçulmanos, coptas e seculares. Por exemplo, em 6 de fevereiro de 2011 foi celebrada uma missa para múltiplos credos na praça Tahrir, com a presença de milhares de fiéis. Houve, contudo, um importante incidente de violência contra os coptas no dia 9 de outubro, quando estes faziam uma manifestação em frente ao prédio da TV estatal para protestar contra a cobertura da mídia e exigir a renúncia de Tantawi, chefe do Conselho Supremo das Forças Armadas, o que resultou em 25 manifestantes mortos e duzentos feridos. A mídia tentou apresentar o ataque como se tivesse sido organizado por islamitas, mas fontes fidedignas apontaram a responsabilidade policial no planejamento do ataque com a finalidade de estimular a violência sectária. Em 21 de novembro, quando os muçulmanos de Tahrir faziam suas orações de sexta-feira, coptas guarneceram a praça para defendê-la de potenciais agressores, num evidente sinal de solidariedade inter-religiosa.
8. Allagui e Kuebler, 2011, p.1.435.
9. Aouragh e Alexander, 2011, p.1.348.
10. Lotan et al., 2011, p.1.401.
11. A grande desconexão do Egito foi uma situação inteiramente diferente da limitada manipulação da internet que ocorreu na Tunísia, onde apenas rotas específicas foram bloqueadas, ou no Irã, onde a internet permaneceu no ar a uma velocidade limitada, destinada a manter a conectividade extremamente baixa. Desconectar a internet foi relativamente fácil no Egito, em comparação com o que seria necessário em países democráticos. Lá havia apenas quatro grandes ISPs, cada qual com poucos roteadores conectando-os ao mundo exterior. Nos Estados Unidos, bloqueio semelhante teria de lidar com muitas empresas diferentes. Enquanto no Egito é possível desabilitar empresas de telecom por decreto, as regulamentações americanas limitam o poder do governo federal de intervir em canais de comunicação. Mas devemos estar cientes de que membros do Congresso norte-americano propuseram elaborar planos para um “interruptor assassino” com o qual se poderia bloquear a internet apertando-se um botão no caso de uma “emergência de cibersegurança”.
12. BGP (Border Gateway Protocol, ou “Protocolo de Passagem de Fronteira”) é o protocolo que está no cerne do mecanismo de roteamento da internet, empregado por roteadores para trocar informações sobre os caminhos usados pelo tráfego de dados para “pular” de uma rede para outra ao sair de uma fonte para o seu destino.
13. Elmeshad e Sarant, 2011.
14. Site oficial do Partido Al-Nour, “FAQ”; disponível em: <http://www.alnourparty.org/page/answer> e “Who we are”; disponível em: <http://www.alnourparty.org/about>.
15. Elwakil, 2011.

16. E. Flock, “Samira Ibrahim is the woman behind Egypt’s ban of virginity tests”, *The Washington Post*, 2011; disponível em: http://www.washingtonpost.com/blogs/blogpost/post/samira-ibrahim-is-the-woman-behind-egypts-ban-of-virginity-tests/2011/12/27/gIQACKNgKP_blog.html.
17. H. Moore, “Experts weigh in on low female representation in Parliament”, *Daily News Egypt*, 2012; disponível em: <http://www.thedailynewsegypt.com/egypt-elections-2011/experts-weigh-in-on-low-female-representation-in-parliament.html>.
18. *Egyptian Independent*, “Brotherhood sticks to ban on Christians and women for presidency”, 2011; disponível em: <http://www.egyptindependent.com/node/352738>.
19. N.A. Komsan (org.), “Press release: Women’s Status Report of 2011: The Egyptian women between the wings of the Revolution and stripping the reality”, *The Egyptian Center for Women’s Rights*, 2011; disponível em: <http://docs.google.com/viewer?url=http%3A%2F%2Fwww.ecwronline.org%2Fenglish%2Fpress%2520reless%2F2011%2Fpress%2520Release-%2520English-%2520Women’s%2520Status%2520Report%25202011.pdf>.
20. M. Adib e H. Waziri, “The Brotherhood in their first TV appearance: ‘We are not opportunists and reject the Iranian model’”, *Al-Masry Al-Youm*, 2011; disponível em: <http://www.almasry-alyoum.com/article2.aspx?ArticleID=288427>.
21. *Egyptian Independent*, “Muslim Brotherhood to establish ‘Freedom and Justice Party’”, 2011; disponível em: <http://www.egyptindependent.com/node/325599>.
22. M. Adib e H. Waziri, “The Brotherhood: ‘We respect all the treaties signed between Egypt and Israel’”, *Al-Masry Al-Youm*, 2012; disponível em: <http://www.almasry-alyoum.com/article2.aspx?ArticleID=288347>.
23. Elsadda, 2012, p.1.

3. Dignidade, violência, geopolítica

1. Este capítulo baseia-se amplamente na contribuição, sob a forma de informações, coleta de dados e aconselhamento, da jornalista e intelectual Maytha Alhassen. Para a análise que ela mesma faz dos levantes árabes, ver Alhassen, Maytha e Ahmed Shihab-Eldin (orgs.), *Demanding Dignity: Young Voices from the Arab Revolutions*, Ashland, OR, White Cloud Press, 2012.
2. Tawakkol Karman, discurso por ocasião da cerimônia de entrega do prêmio Nobel, a que ela fez jus por seu trabalho pela paz e a justiça no Iêmen, e em prol das mulheres em geral. Disponível em: http://www.democracynow.org/2011/12/13/the_arab_people_have_woken_up.
3. O contexto de cada país explica, em parte, os casos em que os protestos se limitaram a 2011 (a confirmar no futuro). Assim, no Líbano e na Argélia, a memória de guerras civis atroztes teve efeito paralisante, embora ativos protestos tenham acontecido na Argélia e se reproduzido em janeiro de 2012. No Iraque, o doloroso período de guerra, ocupação, guerra civil e terrorismo permanente

deixou a população exausta e ansiando pela paz. Na Arábia Saudita, o limitado protesto que teve lugar em 11 de março foi amplamente restrito à minoria xiita da parte leste do país, de modo que o movimento foi isolado da maioria sunita e facilmente reprimido por um eficiente aparelho de segurança. O movimento social mais significativo na Arábia Saudita foi a campanha das mulheres pelo direito de dirigir, um movimento ainda em curso, com o potencial de se estender a outros direitos. Nos Emirados Árabes Unidos, o fato de a maioria dos habitantes não ser cidadã, e de a maioria dos cidadãos gozar de subsídios que lhes permitem viver na abundância, cria um contexto em que a falta de liberdade não é vista necessariamente como um fardo para os cidadãos, sendo ao mesmo tempo um fator de intimidação para os imigrantes.

4. Para uma discussão sobre as ditaduras árabes, ver Marzouki (2004) e Schlumberger (2007).
5. Howard, 2011.
6. Para os antecedentes sociais dos ativistas sírios, assim como um relato do levante em primeira mão, ver a excelente análise de Mohja Kahf; disponível em: <http://www.jadaliyya.com/pages/index/4274/the-syrian-revolution-on-four-packs-a-day>.
7. Para o impacto do aumento dos preços de alimentos no mundo sobre a situação social nos países árabes (os quais importam mais produtos alimentícios do que qualquer outra região do planeta), ver <http://www.economist.com/node/21550328>.
8. Howard, 2011, p.200.
9. Hussain e Howard, 2012.

4. Uma revolução rizomática

1. Há certa controvérsia no movimento espanhol em relação a seu rótulo. A maioria dos participantes fala simplesmente “Movimento”. O nome mais usado por eles é “15M”, termo neutro que designa a data da primeira manifestação importante que apresentou o protesto a toda a Espanha, em 15 de maio de 2011. Mantive o nome “Indignados” porque esse é o termo mais frequentemente empregado na Espanha e no mundo todo para designar o movimento espanhol, depois que o termo inicial que circulou na internet – #spanishrevolution – deixou de ser empregado. “Indignados” foi amplamente usado pela mídia por ser atraente. Alguns ativistas não gostam dele porque se refere unicamente à indignação, e não à dimensão positiva, propositiva, do movimento, mas esse caráter duplo fica claro no texto de minha análise. Como observei, a maioria das pessoas que simpatizam com o movimento na Espanha se referia aos “Indignados”, pois esse termo fazia eco a seus sentimentos. Por fim, tenho empregado também “Indignadas”, de forma mais ou menos sistemática, no feminino, para seguir o hábito cultural do movimento [que repetia regularmente as “Marchas Indignadas”], de reverter a tradicional conotação machista da língua.

2. O estudo apresentado neste capítulo é amplamente baseado em trabalho de campo, observação participante e entrevistas realizadas por nossa equipe de pesquisa sobre culturas alternativas na Universitat Oberta de Catalunya, em Barcelona, formada por Amalia Cardenas, Joana Conill e por mim mesmo. Amalia e Joana fizeram a maior parte do trabalho de campo e das entrevistas. Também seguimos o movimento por meio de reportagens e relatos pela internet. Duas entrevistas, realizadas por minhas colegas de equipe, em fevereiro de 2012, foram essenciais para minha compreensão do movimento. Uma com Javier Toret e outra com Arnau Monterde, ambos ativistas do movimento caracterizados pela capacidade de autocrítica que desempenharam papel importante na origem do Democracia Real Ya. Minhas próprias conversas anteriores com Javier e Arnau também foram fontes importantes de ideias e análises. Outras fontes de informação, tanto por escrito quanto pela web, são citadas nas referências sem que se lhes atribua nenhuma declaração específica, já que foram misturadas à minha narrativa.
3. Sobre as origens do Democracia Real Ya, e o subsequente desenrolar do movimento em Barcelona, baseei-me na excelente análise de Monterde (2010-11).
4. Entrevista e tradução de Amalia Cardenas, Barcelona, fevereiro de 2012.
5. O panfleto de Hessel (2010) foi traduzido em espanhol e amplamente lido nos meses anteriores ao movimento. Mais de 3 milhões de cópias foram vendidas em todo o mundo. Muitos ativistas não reconhecem sua influência direta, atribuindo-a à obsessão da mídia por encontrar fontes de inspiração fora do próprio movimento. Mas em muitos casos encontrei um profundo respeito e reconhecimento pela dura denúncia do sistema por uma pessoa de uma geração muito mais velha, ainda que na verdade sua referência aos valores da Resistência francesa na Segunda Guerra Mundial não se conectasse ao movimento. Com efeito, Hessel afirmava a necessidade de liderança para que o movimento tivesse sucesso, em clara dissonância com a filosofia do próprio movimento. Havia, porém, uma carinhosa afeição por esse homem cheio de dignidade convocando à defesa de princípios violados pelos governos europeus. Sua maior contribuição talvez tenha sido encontrar uma palavra capaz de reverberar.
6. Blanco, 2011.
7. Javier Toret, Barcelona, fevereiro de 2012, entrevista e tradução de Amalia Cardenas.
8. Serrano, 2011.
9. Conill et al., 2012a e 2012b.
10. Em 2012, uma série de manifestações, particularmente em Barcelona, foi seguida de violentos confrontos entre a polícia e pequenos grupos de jovens queimando caçambas de lixo e quebrando janelas de bancos e lojas. Embora a origem desses atos permaneça obscura, há com certeza uma propensão entre alguns jovens, ultrajados por suas condições de vida, sem qualquer resposta positiva a seus clamores, a se envolver na violência. Essas ações violentas são

amplificadas pela mídia e usadas pelas autoridades para deslegitimar o movimento, indo a ponto de denunciar o surgimento de guerrilhas urbanas, um óbvio exagero, se considerarmos a experiência internacional do que seja uma guerrilha urbana. No entanto, embora esse movimento em particular seja predominantemente não violento, há, ao longo da história, uma ambiguidade entre os atores da mudança social com respeito à questão da violência, incluindo Karl Marx: “A força é parteira de toda sociedade em trabalho de parto de uma nova sociedade” (*O capital*, apud Bruce Lawrence e Aisha Karim [orgs.], 2007, *On Violence: A Reader*, Durham, NC, Duke University Press, p.17. Esse volume é um excelente compêndio de debates sobre a violência em processos de mudança social).

11. Sanchez, 2011.
12. Molinas, 2011.
13. Castells, 2009, p.349-61.
14. O conceito de revolução rizomática me foi sugerido por Isidora Chacon. Segundo a Wikipédia, um rizoma é “o talo de uma planta, caracteristicamente horizontal, que em geral se encontra sob o solo, frequentemente espalhando raízes e brotos a partir de seus nódulos. ... Se um rizoma é separado em duas partes, cada uma delas é capaz de dar origem a uma nova planta”.
15. Ver www.actasmadrid.tomadaplaza.net/?p=2518, tradução minha.
16. *Zoom Político*, 2011; *Metroscopia*, várias pesquisas, 2011; *Simple Lógica*, 2011.
17. Ver <http://www.simplelogica.com/iop/iop11002.asp>.

5. Occupy Wall Street

1. Ver Castells, 2009. Ao concluir minha análise da campanha de Obama, depois de ele vencer a eleição, escrevi: “O quanto [Obama] terá de se desviar de suas ideias originais quando confrontado com as duras realidades econômicas e geopolíticas de nosso mundo, isso é matéria de futuros estudos e avaliações. Mas, enquanto escrevo este texto e você o lê em outra dobra espaçotemporal, a lição analítica fundamental que se deve aprender é como a insurgente política da esperança chegou à frente do cenário político mundial num momento crítico, em que o desespero caía sobre nós. Sempre teremos Berlim. Ou, nesse sentido, o Grant Park” (2009, p.412). Assim, havia desespero, e então chegou a esperança, ao menos para um número suficiente de pessoas que elegeram presidente um afro-americano que enfrentou a máquina dos Clinton e a máquina republicana. Então, muito rapidamente, havia outra vez no país, e entre seus defensores mais entusiastas, um desespero generalizado. Mas as sementes da esperança lançadas no coração das multidões que aplaudiram Obama em Berlim e no Grant Park não foram levadas pela corrente da crise de gerenciamento. Elas produziram uma nova esperança, de diferentes formas, quando mais uma vez chegou a hora de deixar para trás a indignação. Na realidade, há novos indicadores de que houve uma transferência de energia da decepção com Obama para o movimento

Occupy. Segundo levantamento realizado em outubro de 2011 pelo professor de ciência política Costas Panagopoulos, da Universidade Fordham, 60% dos ocupantes votaram em Obama em 2008, mas 73% deles agora desaprovam seu desempenho como presidente. Um cartaz do Occupy Wall Street na cidade de Nova York dizia: “O Barack Obama que elegemos agora estaria aqui conosco.” Outro dizia: “Defendendo a mudança em que votamos”, referindo-se a um dos lemas da campanha de Obama em 2008. “As mesmas pessoas que apoiaram Obama em 2008 agora são organizadoras do Occupy. Aquela mesma energia passou da arena eleitoral para as ruas”, relatou ao *L.A. Times*, em dezembro de 2011, David Goodner, voluntário do Occupy Des Moines. Shepard Fairey, autor, em 2008, do famoso e influente pôster Obama Hope, produziu um novo cartaz, no mesmo estilo e com a imagem de Guy Fawkes (representando o Anonymous), em que se lia: “Sr. presidente, temos a ESPERANÇA de que esteja do nosso lado”, com uma pequena legenda que dizia: “Nós somos os 99%.” Em seu site, o artista escreveu: “Ainda vejo Obama como a coisa mais próxima que temos hoje de ‘um homem infiltrado’. Obviamente, só votar não basta. Precisamos usar todas as nossas ferramentas para nos ajudar a alcançar nossos objetivos e ideais. Mas acho que idealismo e realismo devem caminhar lado a lado. A mudança não se refere a uma eleição, a uma disputa, a um líder, mas a uma dedicação constante ao progresso e a um impulso permanente na direção correta.” Deve-se observar, contudo, que, segundo algumas pesquisas sobre os ocupantes, a esmagadora maioria planejava votar nas eleições presidenciais de 2012, e cerca de metade tendia a votar nos democratas, com um número muito pequeno apoiando o candidato republicano. Mas cerca de 40% estavam indecisos. Há alguns exemplos de membros ativos concorrendo a cargos eletivos a fim de defender as demandas do movimento. Por exemplo, Nate Kleinman, de 29 anos, membro atuante do Occupy Philadelphia, é candidato ao Congresso pelo 13º distrito da Pensilvânia contra a democrata Allyson Schwartz. Mas o movimento em si não apoia sua candidatura. Em outras palavras, a maioria dos ocupantes tem posição política, e sua tendência é progressista. Simplesmente eles não acreditam que seus objetivos possam ser alcançados pelas eleições sem a prévia transformação da visão pública das pessoas em geral.

2. DeGraw, “The economic elite have engineered an extraordinary coup, threatening the very existence of the middle class”, AmpedStatus/Alternet, 2010; disponível em: <http://www.alternet.org/economy/145667/?page=entire>.
3. C. Chase-Dunn e M. Curran-Strange, “Diffusion of the Occupy Movement in California”, IROWS Working Paper # 74, 2011; disponível em: <http://irows.ucr.edu/papers/irows74/irows74a.htm>.
4. Occupy Research Network, *General Demographic and Political Participation Survey*, 2012; disponível em: <http://occupyresearch.net>.
5. H. Cordero-Guzman, *Main Stream Support for a Mainstream Movement: The 99% Movement Comes from and Looks Like the 99%*. Perfil do tráfego na web extraído de occupywallst.org, 2011; disponível em: <http://occupywallst.org/media/pdf/OWS-profile1-10-18-11-sent-v2-HRCG.pdf>.

6. C. Zevon, “We’re Still Here: This is what a holiday looks like at Occupy Washington DC”, *OpenMike*, 2011; disponível em: <http://www.michaelmoore.com/words/mike-friends-blog/were-still-here>.
7. G. Lotan, *#OccupyWallStreet Analyses*, 2011; disponível em: <http://giladlotan.com/2012/02/occupywallstreet-analyses>.
8. Ver Rosen, 2011.
9. Graham-Felsen, 2011.
10. The Global Square, *The Global Square: A project to perpetuate the creative and cooperative spirit of the occupations and transform them into lasting forms of social organization*, 2011; disponível em: <http://theglobalsquare.org>.
11. Em 14 de dezembro, o Twitter recebeu uma intimação do gabinete do procurador distrital da área de Boston requisitando todas as informações disponíveis sobre contas associadas a duas *hashtags*; duas contas e um nome, aparentemente vinculados ao Occupy Boston e a membros do Anonymous que haviam publicado logins on-line, endereços físicos e informações referentes a salários de quarenta funcionários seniores do Departamento de Polícia daquela cidade. Fora redigida em termos muito confusos, como se a Procuradoria realmente não entendesse como o Twitter funciona, já que não existe a associação de uma conta específica com *hashtags*; se quisesse informações sobre todos os usuários que haviam utilizado esse recurso, teria de examinar centenas de milhares. Além disso, uma conta chamada @occupyboston não é necessariamente uma conta ativa e associada ao movimento. É política do Twitter enviar as intimações aos usuários para que tenham a chance de lutar, a menos que a companhia seja especificamente colocada sob restrição. Parece que um usuário visado recebeu uma cópia do Twitter e a postou on-line. A União Americana pelas Liberdades Cívicas entrou com recurso para rejeitar a intimação; ele foi negado pela juíza Carol Ball, que também expediu uma ordem de embargo, medida extraordinária que visa a evitar que ambas as partes discutam argumentos, geralmente utilizada apenas em casos que envolvam questões sensíveis da área de segurança, assuntos sob investigação, intimidação de testemunhas ou a possibilidade de fuga de suspeitos. Em outro caso, em janeiro de 2012, o Tribunal Criminal da Cidade de Nova York requisitou “toda e qualquer informação sobre o usuário”, de 15 de setembro a 31 de dezembro de 2011, referente à conta @destructuremal, pertencente a Malcolm Harris, um manifestante do movimento Occupy que foi preso, juntamente com setecentos outros, na ponte do Brooklyn, em 5 de outubro de 2011.
12. T. Dupay, “The rise of the livestream; telling the truth about Occupy in real time”, *AlterNet*, 2012; disponível em: http://www.alternet.org/occupywallst/154272/rise_of_the_livestreamer_telling_the_truth_about_occupy_in_real_time?page=1.
13. O nome “Spokes Council” refere-se tanto aos “porta-vozes” [*spokespeople*], que falavam em nome de seu conjunto, quanto, mais metaforicamente, aos raios [*spokes*] de uma roda, já que o grupo senta-se em círculo e os porta-vozes se revezam a cada reunião.

14. R. Gray, "Occupy Wall Street debuts the new Spokes Council", *The Village Voice*, 2011; disponível em: <http://www.villagevoice.com/news/occupy-wall-street-debuts-the-new-spokes-council-6666585>.
15. A ocupante Meghann Sheridan escreveu "O processo é a mensagem" na página do Facebook do Occupy Boston, cit. por M. Hoffman, "Protesters debate what demands, if any, to make", *The New York Times*, 2011; disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/10/17/nyregion/occupy-wall-street-trying-to-settle-on-demands.html>.
16. Citado por T. Lawson-Remer, #OccupyDemocracy. *Possible Futures: A Project of the Social Science Research Council*, 2011; disponível em: <http://www.possible-futures.org/2011/12/08/occupydemocracy>.
17. Sydney Tarrow, 2011, p.1.
18. Comentário sobre "Demands Working Group", 2011; disponível em: <http://occupywallst.org/article/so-called-demands-working-group/#comment-175161>.
19. M. Rapport, "Bank Transfer Day: CUNA Says 650,000 have so far", *Credit Union Times*, 2011; disponível em: <http://www.cutimes.com/2011/11/03/bank-transfer-daycuna-says-650000-have-so-far>.
20. George Lakoff, 2011.
21. *The New York Times*, "Public opinion and the Occupy Movement", 2011; disponível em: http://www.nytimes.com/interactive/2011/11/09/us/ows-grid.html?_r=0.
22. The Pew Research Center for the People and the Press, "Frustration with congress could hurt Republican incumbents", 2011; disponível em: <http://www.people-press.org/2011/12/15/frustration-with-congress-could-hurt-republican-incumbents>.
23. Castells, 2003, 2009.
24. The Pew Research Center for the People and the Press, "A Political Rethoric Test: little change in public's response to 'Capitalism', 'Socialism'", 2011; disponível em: <http://www.people-press.org/files/legacy-pdf/12-28-11%20Words%20release.pdf>.
25. "Vós sois o sal da terra; e se o sal for insípido, com que se há de salgar? Para nada mais presta senão para se lançar fora e ser pisado pelos homens" (Mateus 5:3-16). "Sal da terra: pessoa ou grupo de pessoas considerados os melhores de seu gênero" (*Collins English Dictionary*). A óbvia analogia histórica é a marcha de Gandhi até o mar para extrair sal, desafiando a proibição britânica e dando assim início ao processo que levou à derrota do Império. Agradeço a Terra Lawson-Remer por sugerir a comparação.

6. Movimentos sociais em rede

1. Uma excelente fonte de análises e informações sobre os mais importantes movimentos sociais em rede de 2011-13 é a série de artigos e reportagens

originais de observadores e pesquisadores de diferentes países publicada no *Vanguardia Dossier*, 50 (2014). Ver também Gustavo Cardoso e Branco de Fatima (no prelo).

2. A expressão “La Casta” originou-se na Itália, a partir do livro *La Casta* (Roma, Saggi Italiani, 2007), da autoria de dois jornalistas, Sergio Rizzo e Gian Antonio Stella, referindo-se aos privilégios de uma classe política profissional irresponsável. Está agora popularizada por todo o mundo, em particular sob a influência de movimentos sociais, como expressão pejorativa que se refere à arrogância e ao cinismo dos políticos profissionais. A crise mundial de legitimidade política está na fonte de muitos movimentos sociais contemporâneos, já que as instituições políticas não são mais consideradas democráticas. Essa visão encontra eco na maior parte da opinião pública na maioria dos países.
3. Cardoso e De Fatima, no prelo.
4. Cardoso, 2014.
5. Cardoso e De Fatima, no prelo.
6. O jornalista Isil Cinmen afirma que “a revolução turca não será televisionada, será tuitada” (Cinmen, 2014).
7. Cinmen, 2014; Gokmenoglu, 2013a, 2013b, 2014.
8. Branco, 2014a, 2014b.
9. Calderón e Castells, 2014.
10. Monterde e Aragón, 2014.
11. Hsing, 2014.
12. Fang, 2014.

7. A transformação do mundo na sociedade em rede

1. Minha perspectiva teórica sobre a análise dos movimentos sociais baseia-se na teoria de Alain Touraine, tal como apresentada em Touraine (1978). A formulação mais completa de minha perspectiva analítica foi publicada em Castells (1983) e aplicada em Castells (1983; 2003). Ver também Johnston, 2011; Snow et al., 2004; Tilly, 2004; Staggenborg, 2008; Chesters e Welsh, 2000; Diani e McAdam, 2003; Hardt e Negri, 2004.
2. Damásio, 2009.
3. Ekman, 1973.
4. Neuman et al., 2007.
5. Toret (org.), 2014.
6. Castells, 2009; Castells et al., 2006; Hussain e Howard, 2012; Shirky, 2008; Nahon e Hemsley, 2013.
7. Castells et al., 2012; Engelen et al., 2011.

8. Entre 2008 e 2012, houve uma série de poderosos movimentos sociais em rede, além dos casos apresentados neste livro, que brotaram em todo o mundo, com diferentes ênfases, origens e orientações, particularmente no Irã, Grécia, Portugal, Itália, Israel, Chile e Rússia. Ocupações simbólicas do espaço público que nunca chegaram ao plano de um movimento social na plena expressão do termo ocorreram na maioria dos países da Europa e em alguns da América do Sul. Ver Shirky, 2008; Scafuro, 2011; Mason, 2012; Cardoso e Jacobetti, 2012. Entre 2012 e 2014, uma nova onda de movimentos sociais em rede despontou em contextos econômicos, culturais e institucionais muito distintos, tal como analisado no primeiro capítulo deste livro. Apontamos a característica-padrão dos movimentos sociais em rede levando em consideração tanto os casos analisados aqui quanto os ocorridos em outros lugares.
9. Castells, 2014.
10. Nahon e Hemsley, 2013.
11. Toret (org.), 2014.
12. Lawrence e Karim (orgs.), 2007.
13. Sobre o papel da comunicação no desenvolvimento dos movimentos sociais, tanto historicamente quanto nas sociedades contemporâneas, ver, além de minha própria obra (2003; 2009): Thompson, 2000; Downing, 2000; Couldry e Curran (orgs.), 2003; Oberschall, 1996; Neveu, 1996; Curran, 2011; Juris, 2008; Cardoso e Jacobetti, 2012.
14. Juris, 2008.
15. Castells, 2009, p.111-36.
16. Giddens, 1991; Beck, 1992.
17. Castells, 2001.
18. Markoff, 2006.
19. Naughton, 2012; Boyd, 2014.
20. Castells, 2010.
21. Wellman e Rainie, 2012.
22. Castells e Tubella et al., 2005; 2007.
23. Amenta et al., 2010, p.298.
24. Por exemplo, segundo um post de 23 de março de 2012, de Kristen Gwynne da AlterNet: “A greve do sexo está sendo utilizada como forma de ativismo contra os bancos. Segundo a RT News, em Madri, Espanha, acompanhantes de alta classe estão protestando contra o setor bancário, recusando-se a vender aos banqueiros sua mercadoria altamente procurada: sexo. Diz a RT: ‘A maior empresa comercial de acompanhantes de luxo da capital espanhola entrou em greve geral por tempo indeterminado no que se refere a serviços sexuais para banqueiros até que estes voltem a conceder crédito a famílias, empresas de pequeno e médio portes e grandes companhias do país.’ Tudo começou quando uma das mulheres obrigou um cliente a abrir uma linha de crédito e conceder um empréstimo simplesmente

interrompendo seus serviços sexuais até ele ‘cumprir suas obrigações com a sociedade’. A porta-voz da empresa saudou o sucesso enfatizando o modo como o governo e o Banco da Espanha haviam fracassado anteriormente no que se refere a ajustar seu fluxo de crédito. ‘Somos os únicos com a verdadeira capacidade de pressionar esse setor’, afirmou ela. ‘Já estamos em greve há três dias e não achamos que eles possam aguentar muito mais.’ A mulher citada diz que os banqueiros necessitam desesperadamente de serviços sexuais e se tornaram tão detestáveis que elas estão tentando, sem sucesso, seguir outras carreiras, chegando a pedir ajuda ao governo. O ministro da Economia e da Competitividade, Luis de Guindos, teria contado ao site mexicano SDPnoticias.com, responsável por divulgar a matéria, que a falta de regulação da indústria de acompanhantes torna difícil uma intervenção do governo. ‘Na verdade, não houve sequer uma comunicação formal da greve – as acompanhantes estão lançando mão de seu direito de permitir ou negar a entrada no... bem, você sabe. De modo que ninguém pode negociar’, disse ele ao SDPnoticias.com, deixando claro que o sexo é uma ferramenta valiosa e que quem o recusa está passando uma mensagem direta e poderosa.” Kristen Gwynne, AlterNet, postado em 23 de março de 2012; impresso em 23 de março de 2012; disponível em: http://www.alternet.org/newsandviews/article/866354/sex_strike!_madrid's_escorts_launch_coordinated_attack_against_banks,_withhold_sex_services_from_d

8. Movimentos sociais em rede e mudança política

1. Informação obtida por comunicação pessoal, em 2009.
2. Castells, 2003 e 2009.
3. Calderón e Castells, no prelo.
4. Em setembro de 2014, após uma desesperada tentativa do primeiro-ministro socialista Manuel Valls para impedir o colapso de seu partido nas pesquisas formando um novo governo, revelou-se que o recém-nomeado secretário do Comércio Exterior não pagara seus impostos porque, como explicou, estava sofrendo de “fobia administrativa”.
5. Pellizzetti, 2014.
6. Grillo e Casaleggio, 2011.
7. Rizzo e Stella, 2007.
8. Castells, 2009.
9. Arnau Monterde, comunicação pessoal, 2014.
10. Flesher Flominaya, 2014.
11. Frediani, 2014.
12. Incluindo Miquel e Campos, 2013.
13. Castells, 2009; Shirky, 2008.

Fontes e referências bibliográficas

1. Prelúdio à revolução

• Sobre a revolução tunisiana

Beau, N. e Tuquoi, J.P. *Notre ami Ben Ali: l'envers du miracle tunisien*. Paris, La Decouverte, 2002.

Bettaieb, V. *Degage – La revolution tunisienne. 17 decembre 2010-14 janvier 2011*. Paris, Éditions du Lateur, 2011.

Cherni, A. *La révolution tunisienne: s'emparer de l'histoire*. Paris, Al Bouraq, 2011.

De Leon, J.C. e Jones, C.R. (orgs.). *Tunisia and Egypt: Unrest and Revolution*. Nova York, Novinka, Global Political Studies, 2011.

Elsewi, T.A. "A revolution of the imagination". *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.197-206; disponível em: <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/1237/596>.

Haloui, Y. *Life in Revolution: Resistance and Everyday Life in the Tunisian Revolution*. Saarbrücken, Lambert Academic Publishers, 2011.

Hatzenberger, A. "L'Hiver à Tunis et le printemps". *Les Temps Modernes*, mai-jul 2011, p.21-5.

Hmed, C. "Si le peuple un jour aspire à vivre, le destin se doit de répondre: Apprendre à devenir révolutionnaire en Tunisie". *Les Temps Modernes*, mai-jul 2011, p.4-20.

Laurent, J. "Points d'inflexion des révoltes arabes". *Les Temps Modernes*, mai-jul 2011, p.63-84.

Lotan, G. et al. "The revolutions were tweeted: information flows during the 2011 Tunisian and Egyptian revolutions". *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.375-405; disponível em: <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1246/643>.

Newsom, V.A., Lengel, L. e Cassara, C. "Local knowledge and the revolutions: a framework for social media information flow". *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.303-12; disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/1245/607>.

Piot, O. *Dix jours qui ébranlerent le monde arabe*. Paris, Les Petits Matins, 2011.

Wagner, B. "‘I have understood you’: the co-evolution of expression. And control on the internet, television and mobile phones during the Jasmine Revolution in Tunisia". *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.295-303; disponível em: <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/>

• Sobre a revolução islandesa

Recursos da web

Bennett, N. “Iceland’s crowdsourced constitution – a lesson in open source marketing” [on-line], 2011; disponível em: <http://socialmediatoday.com/nick-bennett/305690/icelands-crowdsourced-constitution-lesson-opensource-marketing>; acesso em 9 jan 2012.

Boyes, R. “Age of testosterone comes to end in Iceland”. *The Times* [on-line], 7 fev 2009; disponível em: <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/europe/article5679378.ece>; acesso em 9 jan 2012.

Brown, M. “Icelanders turn on first draft of crowdsourced constitution”. *Wired News* [on-line], 1º ago 2011; disponível em: <http://www.wired.co.uk/news/archive/2011-08/01/iceland-constitution>; acesso em 9 jan 2012.

Constitution Society. *Constitutional Project for Corsica* [on-line], 1994; disponível em: <http://www.constitution.org/jjr/corsica.htm>; acesso em 9 jan 2012.

Crawford, S. “Digital governance: from Iceland to New York City”. Center for Democracy and Technology [blog], 1º ago 2011; disponível em: www.cdt.org/blogs/018digital-governance; acesso em 9 jan 2012.

DryIslandia. *El impulsor de la revolución islandesa manda un mensaje de apoyo a los españoles* [vídeo on-line], 2011; disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=cBAgEUCCdq8&feature=player_embedded; acesso em 9 jan 2012.

Finbar10. “Proposed new Icelandic Constitution”. Politics.ie [fórum], 16 out 2011; disponível em: <http://www.politics.ie/forum/political-reform/173176-proposed-new-icelandic-constitution.html>; acesso em 9 jan 2012.

Fontaine, P. “Occupy Reykjavik begins, police clear out protesters camping in front of Parliament”. *The Reykjavik Grapevine* [on-line], 31 out 2011; disponível em: <http://www.grapevine.is/Home/ReadArticle/Occupy-Reykjavik-Begins>; acesso em 9 jan 2012.

García Lamarca, M. “Learning from Iceland’s ‘Kitchenware Revolution’”. *The Polis Blog* [blog], 22 jun 2011; disponível em: <http://www.thepolisblog.org/2011/06/learning-from-icelands-kitchenware.html>; acesso em 9 jan 2012.

Gunnarson, V. “Iceland’s Rainbow Revolution”. *The Reykjavik Grapevine* [on-line], 2 fev 2009; disponível em: <http://www.grapevine.is/Home/ReadArticle/icelands-rainbow-revolution>; acesso em 9 jan 2012.

Gylfason, T. “Iceland’s special investigation: the plot thickens” [on-line], 2010; disponível em: <http://www.voxeu.org/index.php?q=node/4965>; acesso em 9 jan 2012.

_____. “Crowds and constitutions” [on-line], 2011a; disponível em: <http://www.voxeu.org/index.php?q=node/7090>; acesso em 9 jan 2012.

_____. “From crisis to constitution” [on-line], 2011b; disponível em: <http://www.voxeu.org/index.php?q=node/7077>; acesso em 9 jan 2012.

Landamore, H. “We, All the People. Five lessons from Iceland’s failed experiment in creating a crowdsourced constitution. *Future Tense* [on-line], 31 jul 2014; disponível em: http://www.slate.com/articles/technology/future_tense/2014/07/five_lessons_from_iceland_s_failed_crowdsourced_constitution_experiment.html; acesso em 17 nov 2014.

Siddique, H. “Mob rule: Iceland crowdsources its next constitution”. *The Guardian* [on-line], 9 jun 2011; disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2011/jun/09/iceland-crowdsourcing-constitution-facebook/print>; acesso em 9 jan 2012.

• *Sobre a crise financeira da Islândia*

Artigos de revistas acadêmicas

Wade, R. e Sigurgeirsdottir, S. “Lessons from Iceland”. *New Left Review*, 65, 2010, p.5-29.

Reportagens

Hreinsson, P., Tryggvi, G. e Sigríour, B. *Causes of the Collapse of the Icelandic Banks: Responsibility, Mistakes and Negligence*. Relatório da Comissão Especial de Investigação (Lei nº 142/2008). Althingi, Parlamento Islandês, 2009.

Referências na web

Barley, R. “Investors reward Iceland’s steady progress”. *The Wall Street Journal* [on-line], 10 jun 2011; disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052702304259304576375340039763606.html>; acesso em 9 jan 2012.

Agência Central de Inteligência. *The World Fact Book: Iceland* [on-line], 2011; disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ic.html>; acesso em 9 jan 2012.

IceNews. “Spain adopts Iceland’s Kitchenware Revolution idea”. *IceNews* [on-line], 21 mai 2011; disponível em: <http://www.icenews.is/index.php/2011/05/21/spain-adopts-iceland-kitchenware-revolution-idea>; acesso em 9 jan 2012.

Jiménez, D. “Islandia se mueve ante la crisis”. *Noticias Positivas* [on-line], 21 mar 2011; disponível em: <http://www.noticiaspositivas.net/2011/03/21/islandia-se-mueve-ante-la-crisis>; acesso em 9 jan 2012.

Lamant, L. “A gentle cure for the crisis”. *Presseurop.eu* [on-line], 8 abr 2011; disponível em: <http://www.presseurop.eu/en/content/article/590821-gentle-cure-crisis>; acesso em 9 jan 2012.

Neate, R. “Iceland’s former premier denies criminal negligence over banking crisis”. *The Guardian* [on-line], 7 jun 2011; disponível em: <http://www.guardian.co.uk/>

- business/2011/jun/07/iceland-former-premier-trial-banking-crisis; acesso em 9 jan 2012.
- Roos, J. “Democracy 2.0: Iceland crowdsources new constitution”. *Roarmag.org* [on-line], 2011; disponível em: <http://roarmag.org/2011/06/iceland-crowdsources-constitution-investors-spain-greece>; acesso em 9 jan 2012.
- Sibert, A. “Love letters from Iceland: accountability of the Eurosystem” [on-line], 2010; disponível em: <http://voxeu.org/index.php?q=node/5059>; acesso em 9 jan 2012.
- Valdimarsson, O.R. “Icelanders reject foreign depositor claims, forcing year-long court battle”. *Bloomberg* [on-line], 11 abr 2011; disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/2011-04-07/icelanders-may-reject-icesave-accord-in-april-9-referendum-html>; acesso em 9 jan 2012.
- Wienberg, C. e Valdimarsson, O.R. “Iceland president defends pre-crisis tours promoting bank model”. *Bloomberg* [on-line], 14 abr 2011; disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/2011-04-14/iceland-president-defends-pre-crisis-tours-promoting-bank-model>; acesso em 9 jan 2012.

2. A revolução egípcia

Os títulos dos textos originalmente escritos em árabe e usados como fontes foram traduzidos para a conveniência do leitor. Os textos referidos são em árabe.

• *Sobre os bastidores e eventos da revolução egípcia*

Movimento da Juventude 6 de Abril (site oficial), 2011: <http://6april.org>.

Al Jazeera (árabe). “Protestos no Egito continuam e elevada taxa de mortandade”, 2011a; disponível em: <http://www.aljazeera.net/news/pages/585df5cd-4ee1-46d3-ae2e-bb82d15221ce>.

_____. “Mortos e feridos: manifestações no Egito”, 2011b; disponível em: <http://www.aljazeera.net/news/pages/9b5f8d6d-afed-4584-a502-cabf184ec070>.

_____. “Batida policial: acontecimentos no Egito”, 2011c; disponível em: <http://www.aljazeera.net/news/pages/fc20dc11-146b-4081-b745-a1222bba2953>.

_____. “Mobilização de 2 milhões na praça Tahrir”, 2011d; disponível em: <http://www.aljazeera.net/news/pages/b35ad6ba-80e2-4105-a310-35b980547b04>.

Al Jazeera (inglês). “Timeline: Egypt’s Revolution”, 2011; disponível em: <http://aljazeera.com/news/middleeast/2011/01/201112515334871490.html>.

Al-Khalsan, M. “The Army and the economy in Egypt”. *Jadaliyya*; disponível em: <http://www.jadaliyya.com/pages/index/3732/the-army-and-the-economy-in-egypt>, 2011.

Cook, S.O. *The Struggle for Egypt: from Nasser to Tahrir Square*. Oxford, Oxford

University Press, 2011.

El-Gobashy, M. "The praxis of the Egyptian Revolution". *Middle East Report*, v.41, ed. prim. (MER258), 2011.

Elmeshad, M. e Sarant, L. (árabe). "Violence erupts as pro-Mubarak forces pour into Tahrir". *Al-Masry Al-Youm*, 2011; disponível em: <http://almasryalyoum.com/node/308110>.

Ghonin, W. *Revolution 2.0: The Power of the People Is Greater than the People in Power. A Memoir*. Boston, Houghton-Mifflin-Harcourt, 2012.

"Hosni Mubarak announced that he would step down and hand over power to the Supreme Council of Armed Forces". *Al Arabiya*, 2011; disponível em: <http://www.alarabiya.net/articles/2011/02/11/137168.html>.

Kouddous, S.A. "Tahrir one year later: the fight for Egypt's future". *The Nation* [on-line], 2012; disponível em: <http://www.thenation.com/article/165735/tahrir-one-year-later-fight-egypts-future>.

Shatz, A. "Whose Egypt?". *London Review of Books* [on-line], jan 2012; disponível em: <https://www.lrb.co.uk/v34/n01/adam-shatz/whose-egypt>.

PBS Frontline. "Inside April 6th Movement". *Revolution in Cairo*, 2011a; disponível em: <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/revolution-in-cairo/inside-april-6-movement>.

_____. "Day to Day' Timeline", 2011b; disponível em: <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/revolution-in-cairo/day-to-day>.

• Sobre a interação entre redes da internet, redes sociais e espaço público no processo da revolução

Allagui, I. e Kuebler, J. "The Arab Spring and the role of ICTs". *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.435-42; disponível em: <http://ijoc.org/ojs/index.php/ijoc/article/view/1392/616>.

Aouragh, M. e Alexander, A. "The Egyptian experience: sense and nonsense of the Internet Revolution". *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.344-58; disponível em: <http://ijoc.org/ojs/index.php/ijoc/article/view/1191/610>.

Eltantawy, N. e Wiest, J.B. "Social media in the Egyptian Revolution: reconsidering resource mobilization theory". *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.207-24; disponível em: <http://ijoc.org/ojs/index.php/ijoc/article/view/1242/597>.

Harlow, S. e Johnson, T. "Overthrowing the protest paradigm? How the *New York Times*, Global Voices and Twitter covered the Egyptian Revolution". *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.359-74; disponível em: <http://ijoc.org/ojs/index.php/ijoc/article/view/1239/611>.

Iskander, E. "Connecting the national and the virtual: can Facebook activism remain

- relevant after Egypt's January 25 uprising?". *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.225-37; disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/1165/598>.
- Lotan, G. et al. "The revolutions were tweeted: information flows during the 2011 Tunisian and Egyptian Revolutions". *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.375-405; disponível em: <http://ijoc.org/ojs/index.php/ijoc/article/view/1246>.
- Rinke, E.M. e Röder, M. "Media ecologies, communication culture, and temporal-spatial unfolding: three components in a communication model of the Egyptian regime change. *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.273-85; disponível em: <http://ijoc.org/ojs/index.php/ijoc/article/view/1173/603>.
- Russell, A. "Extra-national information flows, social media, and the 2011 Egyptian uprising. *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.375-405; disponível em: <http://ijoc.org/ojs/index.php/ijoc/article/view/93/630>.
- Wall, M. e El Zahed, S. "'I'll be waiting for you guys': a YouTube call to action in the Egyptian Revolution". *International Journal of Communication* [on-line], v.5, 2011, p.1.333-43; disponível em: <http://ijoc.org/ojs/index.php/ijoc/article/view/1241/609>.

• *Sobre a mídia na revolução egípcia*

- Iskandar, A. "A year in the life of Egypt's media: a 2011 timeline". *Jadaliyya*, 2012; disponível em: http://www.jadaliyya.com/pages/index/3642/a-year-in-the-life-of-egypts-media_a-2011-timeline.

• *Sobre as mulheres na revolução egípcia*

- Abdel-Fattah, B. "Mulheres egípcias vítimas da revolução e da eleição". *Al Jazeera* (árabe), 2012; disponível em: <http://aljazeera.net/NR/EXERES/4A52E5A7-B70A-4CD6-B64A-83B12CAD5CA.html>.
- Carr, S. "Women march against SCAF brutality, hope for a nascent movement". *Al-Masry Al-Youm*, 2011; disponível em: <http://www.egyptindependent.com/news/women-march-against-scaf-brutality-hope-nascent-movement>.
- Centro Egípcio de Direitos das Mulheres (árabe); disponível em: <http://www.ecwronline.org>.
- Centro Egípcio de Direitos das Mulheres (inglês); disponível em: <http://www.ecwronline.org/english/index.html>.
- Elsadda, H. "Exclusive Egypt – the revolution will continue". *The Women's Media Center*, 2012; disponível em: <http://womensmediacenter.com/feature/entry/egypt-the-revolution-will-continue>.
- Elwakil, M. "Women's demo outlines controversial demands". *Egypt Independent*, 8 mar 2011; disponível em: <http://egyptindependent.com/node/344981>.

Komsan, N.A. (org.). “The Egyptian women between the wings of the revolution and stripping the reality”. Press Release: “The status of Egyptian women in 2011”. *The Egyptian Center for Women’s Rights*, 2011; disponível em: <http://www.ecwronline.org/english/press%20reless/2011/Press%20Release-%20English-%20Women’s%20Status%20Report%202011.pdf>.

• *Sobre o islamismo político no Egito*

Adib, M. e Waziri, H. “The Brotherhood renewed demands for Mubarak’s departure for a peaceful transition of power”. *Al-Masry Al-Youm*, 2011a; disponível em: <http://www.almazryalyoum.com/article2.aspx?ArticleID=287453>.

_____. “The Brotherhood in their first TV appearance: ‘We’re not opportunists and reject the Iranian model’”. *Al-Masry Al-Youm*, 2011b; disponível em: <http://www.almazry-alyoum.com/article2.aspx?ArticleID=288427>.

_____. “The Brotherhood: ‘We respect all the treaties signed between Egypt and Israel’”, 2012; disponível em: <http://www.almazry-alyoum.com/article2.aspx?ArticleID=288347>.

Partido Al-Nour (site em árabe), 2012a; disponível em: <http://www.alnourparty.org>.

_____. Quem somos, 2012b; disponível em: <http://www.alnourparty.org/about>.

_____. FAQ, 2012c; disponível em: <http://www.alnourparty.org/page/answer>.

Ashour, A. “Islamic parties in Turkey”. *AL-AHRAM*, 2011; disponível em: <http://weekly.ahram.org.eg/2011/1072/op42.htm>.

Bokhari, K. e Senzai, F. “The many shades of Islamist”. *The Huffington Post*, 2011; disponível em: http://www.thehuffingtonpost.com/kamran-bokhari/the-many-shades-of-islami_h_1102063.

Egypt Independent. “Muslim Brotherhood to establish ‘Freedom and Justice Party’”, 2011; disponível em: <http://www.egyptindependent.com/node/325599>.

El-Shobaki, Amr. “Where does the Brotherhood’s strength lie?” *Egypt Independent*, 2011; disponível em: <http://www.egyptindependent.com/node/470381>.

Partido Liberdade e Justiça (“hurriyeh”) (site em árabe), 2011; disponível em: <http://www.hurriyeh.com>.

Partido Liberdade e Justiça (site em inglês), 2011; disponível em: <http://www.fjponline.com>.

Iskander, A. “‘We Are All Khaled Said’ group members: reclaiming silence in Egypt”. *Egypt Independent*, 2010; disponível em: <http://www.egyptindependent.com/node/58021>.

Irmandade Muçulmana (site em árabe); disponível em: <http://www.ikhwanonline.com>.

Irmandade Muçulmana (site em inglês); disponível em: <http://www.ikhwanweb.com>.

Plataformas dos Partidos 2011; disponível em: <http://www.fjponline.com/articles.php?pid=80>.

• *Sobre a relação do nacionalismo árabe com o islamismo político*

Ver minha análise sobre o tema, que fornece o pano de fundo para a interpretação aqui apresentada:

Castells, M. *The Power of Identity*. Oxford, Blackwell, 2010, p.13-23.

• *Ver também*

Carre, O. *Le nationalisme arabe*. Paris, Payot, 2004.

Keppel, G. *Beyond Terror and Martyrdom: The Future of the Middle East*. Cambridge, Harvard University Press, 2008.

Roy, O. *Secularism Confronts Islam*. Nova York, Columbia University Press, 2007.

3. Dignidade, violência, geopolítica

Conselho de Relações Exteriores. *The New Arab Revolts: What Happened, What it Means, and What Comes Next*. Nova York, Conselho de Relações Exteriores, 2011.

Howard, P. *The Digital Origins of Dictatorship and Democracy. Information Technology and Political Islam*. Oxford, Oxford University Press, 2011.

Hussain, M.M. e Howard, P. “Democracy’s fourth wave? Information technology and the fuzzy causes of the Arab Spring”. Comunicação não publicada apresentada ao Encontro da Associação de Estudos Internacionais, San Diego, 1 a 4 abr 2011.

Marzouki, M. *Le mal arabe. Entre dictatures et integrisme: la démocratie interdite*. Paris, L’Harmattan, 2004.

Noland, M. *The Arab Economies in a Changing World*. Washington, DC, Instituto Peter G. Peterson de Economia Internacional, 2011.

Schlumberger, O. *Debating Arab Authoritarianism: Dynamics and Durability in Nondemocratic Regimes*. Stanford, Stanford University Press, 2007.

4. Uma revolução rizomática

Bennasar, S. *La primavera dels indign@ts*. Barcelona, Meteora, 2011.

Calvo, K., Gomez-Pastrana, T. e Mena, L. “Movimiento 15M: quienes son y que reivindican?” *Zoom Político*, 4:11, 2011, p.4-17. Salamanca, Laboratorio de Alternativas.

Castells, M. *Communication Power*. Oxford, Oxford University Press, 2009.

Cocktail Analysis. *Movimiento #15M/Democracia Real Ya: Representatividad*,

- movilización y canales de información*. Madri, The Cocktail Analysis, 2011; disponível em: <http://www.tcanalysis.com>; acesso em 18 jan 2012.
- Conill, J., Cardenas, A., Castells, M. e Servon, L. “Another life is possible: the rise of alternative economic cultures”. In Castells, M., Caraca, J. e Cardoso, G. (orgs.). *Aftermath. The Cultures of the Economic Crisis*. Oxford, Oxford University Press, 2012a.
- Conill, J., Cardenas, A., Castells, M., Servon, L. e Hlebig, S. *Otra vida es posible: prácticas económicas alternativas en la crisis*. Barcelona, Ediciones UOC Press, 2012b.
- Fernandez-Planells, A. e Figueras, M. *Plaza en red. Características del seguimiento informativo de la @acampadaBCN por parte de los/las jóvenes participantes en Plaza Cataluña* (informe), 2012; disponível em: <http://hdl.handle.net/10230/16284>.
- Hessel, S. *Indignez-vous!*. Montpellier, Indigene, 2010.
- Jimenez Sanchez, M. “Influyo el 15M en las elecciones municipales?”. *Zoom Político*, 4/11, 2011, p.18-28. Salamanca: Laboratorio de Alternativas.
- Lawrence, B. e Karim, A. (orgs.). *On Violence: A Reader*. Durham, NC, Duke University Press, 2007.
- Metroscopia. Opinión de los españoles ante el 15M, 22 jun 2011.
- Molinas, C. “La izquierda volatil sigue decidiendo pero...”. *El País*, 22 nov 2011.
- Monterde Mateo, A. *Movimients moleculars a la ciutat-xarxa, producio de noves subjectivitats connectedes y emergencia dels “commons”*. Un prelude del 15M. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Sociedade da Informação e Conhecimento, Universitat Oberta de Catalunya, Barcelona, 2010-11.
- Serrano, E. *El poder de las palabras*. Madrilonia.org (blog), jun 2011.
- Simple Lógica. *Indices de opinión pública sobre el movimiento 15M*. Madri, 2011; disponível em: <http://www.simplelogica.com/iop/iop11002.asp>; acesso em 18 jan 2012.
- Taibo, C. *El 15M en sesenta preguntas*. Madri, Los Libros de la Catarata, 2011.
- Vários autores. *Nosotros los Indignados*. Barcelona, Destino, 2011a.
- Vários autores. *Las voces del 15M*. Barcelona, Del Lince, 2011b.
- Vários autores. *La rebelión de los Indignados*. Madri, Popular, 2011c.
- Velasco, P. *No nos representan. El Manifiesto de los Indignados en 25 propuestas*. Madri, Temas de Hoy, 2011.

• *Evolução do movimento*

Recursos da web

15October.net. “October 29 #Robinhood global march” [on-line], 2011; disponível

- em: <http://15october.net>; acesso em 25 fev 2012.
- AcampadaBcn. “Documents”, 2011; disponível em: <http://acampadabcn.wordpress.com/documents>; acesso em 28 fev 2012.
- Acampadasol. Como fué #acampadasol, texto para difusión internacional [on-line], 2011; disponível em: <http://madrid.tomalaplaza.net/2011/07/16/como-fue-acampadasol-texto-para-difusion-internacional>; acesso em 25 fev 2012.
- Antibanks. “September 17th everywhere” [on-line], 2011; disponível em: <http://antibanks.takethesquare.net/2011/08/15/september-17th-everywhere>; acesso em 25 fev 2012.
- Bcnhubmeeting. “15SHM statement”. *Bcnhubmeeting* [blog], 18 set 2011; disponível em: <http://bcnhubmeeting.wordpress.com>; acesso em 25 fev 2012.
- Blanco, J.L. “Análisis estadístico del movimiento 15M: ¿Cuántos y quiénes se han manifestado?”. *Ciencia Explicada* [blog], 26 out 2011; disponível em: <http://www.ciencia-explicada.com/2011/10/analisis-estadistico-del-movimiento-15m.html>; acesso em 18 jan 2012.
- Bretos, D. “Democracia Real Ya convoca una manifestación internacional para el 15 de octubre”. *Nación Red* [on-line], 30 mai 2011; disponível em: <http://www.nacionred.com/sociedad-civil-digital/democracia-real-ya-convoca-una-manifestacion-internacional-para-el-15-de-octubre>; acesso em 25 fev 2012.
- Buentes, P. ¿Como se gestó el 15M? [on-line], 2011; disponível em: <http://storify.com/pablobuentes/que-es-y-como-se-gesto-el-movimiento-15m>; acesso em 25 fev 2012.
- Democracia Real Ya. Datos de participación oficiales de DRY [on-line], 2011; disponível em: <http://www.facebook.com/notes/democracia-real-ya/datos-de-participacion%C3%B3n-oficiales-de-dry/139427826133836>; acesso em 25 fev 2012.
- De Soto, P. “Los mapas del 15M al 15O”. *Periodismo Humano* [blog], 15 out 2011; disponível em: <http://tomalapalabra.periodismohumano.com/2011/10/15/los-mapas-del-15m-al-15o>; acesso em 25 fev 2012.
- Fernández-Savater, A. “Apuntes de AcampadaSol”. *Publico.es Fuera de Lugar* [blog], 9 jun 2011; disponível em: <http://blogs.publico.es/fueradelugar/531/apuntes-de-acampadasol-8>; acesso em 25 fev 2012.

Fontes próprias de Joana Conill (2011).

- Galarraga, N. “951 ciudades en 82 países (por ahora) se suman a la protesta planetaria del 15-O”. *El País* [on-line], 14 out 2011; disponível em: http://politica.elpais.com/politica/2011/10/13/actualidad/1318509855_468846.html; acesso em 25 fev 2012.
- Kaosenlared. “Inside 15M: 48 horas con l@s indignad@s” [vídeo on-line], 2011; disponível em: <http://www.portaloaca.com/videos/documentales-/3194-documental-inside-15m-48-horas-con-ls-indignads.html>; acesso em 25 fev 2012.

- Lenore, Victor. “15 datos que explican el 15M”. *Madrilonia.org* [blog], 19 set 2011; disponível em: <http://madrilonia.org/2011/07/15-datos-que-explican-el-15m>; acesso em 25 fev 2012.
- Letón, H. e Sanz, D. “¿Quién es quién en las protestas de la red?”. *Diagonal Web* [on-line], 4 mai 2011; disponível em: <http://www.diagonalperiodico.net/Quien-es-quien-en-las-protestas-de.html>; acesso em 25 fev 2012.
- Noor, O. “Espagne labs: Inventer la démocratie du futur”. *Owni* [on-line], 6 jun 2011; disponível em: <http://owni.fr/2011/06/06/espagne-labs-inventer-la-democratie-du-futur>; acesso em 25 fev 2012.
- Saleh, S. “El nucleo del 15-M acuerda irse el domingo”. *El País* [on-line], 8 jun 2011; disponível em: http://www.elpais.com/articulo/madrid/nucleo/15-M/acuerda/irse/domingo/elpepiespmad/20110608elpmad_1/Tes; acesso em 25 fev 2012.
- Sánchez, J. “El 15-M rompe otro tópico y llena Madrid en verano”. *Periodismo Humano* [on-line], 25 jul 2011; disponível em: <http://periodismohumano.com/sociedad/el-15m-rompe-otro-topico-y-llena-madrid-en-verano.html>; acesso em 25 fev 2012.
- Sandiumenge, L. “La calle (y la red) es nuestra”. *La Vanguardia.com Los guerreros del teclado* [blog], 2 mai 2011; disponível em: <http://blogs.lavanguardia.com/guerreros-del-teclado/2011/05/02/la-calle-y-la-red-es-nuestra>; acesso em 25 fev 2012.
- Taylor, A. “Occupy Wall Street spreads beyond NYC”. *The Atlantic* [on-line], 7 out 2011; disponível em: <http://www.theatlantic.com/infocus/2011/10/occupy-wall-street-spreads-beyond-nyc/100165>; acesso em 25 fev 2012.
- Versus Sistema. “¿Qué ha pasado con la Spanish Revolution?”. *Versus Sistema* [blog], 23 set 2011; disponível em: <http://versussistema.com/2011/09/%C2%BFque-ha-pasado-con-la-spanish-revolution>; acesso em 25 fev 2012.
- Wikipédia. “Protestos na Espanha de 2011 a 2012”; disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/15M>; acesso em 28 fev 2012.

• *Sobre violência*

- Hotmatube. *¿Quiénes son los violentos?* [vídeo on-line], 2011; disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=pbhuEVgU9mI&feature=player_embedded; acesso em 25 fev 2012.
- Teclista. *Quince de mayo no tuvimos miedo* [vídeo on-line], 2011; disponível em: <http://vimeo.com/29544229>; acesso em 25 fev 2012.

• *Sobre a internet nos acampamentos*

Mapa de interações

- BifiUnizar. *Interacciones entre usuarios 15M* [vídeo on-line], 2011; disponível em: <http://15m.bifi.es/index.php>; acesso em 25 fev 2012.

Twitter nas praças ocupadas

15October.net. Relatos [on-line], 2011; disponível em: <http://map.15october.net>; acesso em 25 fev 2012.

Algo grande. “Clasificación de las acampadas por el volumen de su conversación”. *Algo grande* [blog], 23 mai 2011; disponível em: <http://algogrande.org/seccion/analisis>; acesso em 25 fev 2011.

Comscore. “El tiempo en la Red crece en España un 17% en mayo, influido por los acontecimientos nacionales e internacionales” [press release], 7 jul 2011; disponível em: http://www.comscore.com/esl/Press_Events/Press_Releases/2011/7/comScore_Releases/2011/7/comScore_Releases_Overview_of_European_Internet_Usage_for_May_2011; acesso em 25 fev 2012.

Congosto, M.L. “Evolución de la propagación del 15M en la plaza de Twitter”. *Barri blog*, 21 mai 2011; disponível em: <http://www.barriblog.com/index.php/2011/05/21/evolucion-de-la-propagacion-del-15m-en-la-plaza-de-twitter>; acesso em 25 fev 2012.

• Sobre a mídia e o movimento

Ibarrondo, J. “Medios de comunicación y 15M: un avispero fuera de control”. *Diagonal Web* [on-line], 14 jul 2011a; disponível em: <http://www.diagonalperiodico.net/Medios-de-comunicacion-y-15-M-un.html>; acesso em 25 fev 2012.

_____. “Medios de comunicación y 15M”. *Análisis Madrid 15M* [blog], 18 jul 2011b; disponível em: <http://analisismadrid.wordpress.com/2011/07/18/medios-de-comunicacion-y-15m-juan-ibarrondo>; acesso em 25 fev 2012.

Público.es. “Los manifestantes de ‘Occupy Wall Street’ son como los nazis”. *Público.es* [on-line], 5 out 2011; disponível em: <http://www.publico.es/internacional/399995/los-manifestantes-de-occupy-wall-street-son-como-los-nazis>; acesso em 25 fev 2012.

• Sobre liderança

Ballogger, R. “Cómo se hace una asamblea en Wall Street”. *Tuamiguelturrayyoafiladelfia* [blog], 12 out 2011; disponível em: <http://tuamiguelturrayyoafiladelfia.blogspot.com/2011/10/como-se-hace-una-asamblea-en-wall.html>; acesso em 25 fev 2012.

• Fontes gerais

15m.cc. Project [on-line], 2011; disponível em: <http://www.15m.cc>; acesso em 25 fev 2012. (Conjunto de documentos e entrevistas livremente disponível na web. Trata-se de um projeto de documentário em andamento.)

Centro de Documentación Ciudadana, 2011; disponível em: <http://>

• *Sites do movimento*

Acampadabcn. [on-line], 2011a; disponível em: <http://acampadabcn.wordpress.com>; acesso em 25 fev 2012.

_____. Actes de l'Assemblea [on-line], 2011b; disponível em: <http://acampadabcn.wordpress.com/documents/actes-de-lassemblea-general>; acesso em 25 fev 2012.

Acampadasol. 2011; disponível em: <http://madrid.tomalaplaza.net>; acesso em 25 fev 2012.

Acampadatr. 2011a; disponível em: <http://acampadatr.net>; acesso em 25 fev 2012.

_____. Acampadatr - Pads [on-line], 2011b; disponível em: <http://agora.acampadatr.net/es/node/3/contents/pads>; acesso em 25 fev 2012.

_____. Agora, 2011c; disponível em: <http://agora.acampadatr.net>; acesso em 25 fev 2012.

Análisis Madrid. 2011; disponível em: <http://analismadrid.wordpress.com>; acesso em 25 fev 2012.

Democracia Real Ya. 2011; disponível em: <http://democraciarealya.es>; acesso em 25 fev 2012.

Marchapopularindignada. 2011; disponível em: <http://marchapopularindignada.wordpress.com>; acesso em 25 fev 2012.

N-1. 2011; disponível em: <https://n-1.cc>; acesso em 25 fev 2012. É uma fonte fundamental; trata de documentos internos e interações no movimento que não estão disponíveis em nenhum outro lugar.

Occupy Wall Street. 2011; disponível em: <http://occupy-wallst.org>; acesso em 25 fev 2012.

Tomalaplaza.net. Actas de #acampadasol, 2011a; disponível em: <http://actasmadrid.tomalaplaza.net>; acesso em 25 fev 2012.

_____. Grupo Pensamiento, 2011b; disponível em: <http://madrid.tomalaplaza.net/category/grupos-de-trabajo/pensamiento>; acesso em 25 fev 2012.

5. Occupy Wall Street

Castells, M. *The Power of Identity*. Oxford: Blackwell, 2ª ed., 2003.

_____. *Communication Power*. Oxford, Oxford University Press, 2009.

Costanza-Chock, S. "Preliminary Findings: Occupy Research Demographic and Political Participation Survey 2012". *Occupy Research*, 2012. Disponível em: <http://www.occupyresearch.net/2012/03/23/preliminary-findings-occupy->

research-demographic-and-political-participation-survey.

Graham-Felsen, S. "Is Occupy Wall Street the Tumblr Revolution?" *GOOD: Technology*, 2011. Disponível em: <http://www.good.is/post/is-occupy-wall-street-the-tumblrrevolution>.

Klein, E. "Who are the 99 percent?" *Wonkblog, The Washington Post*, 2011. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/blogs/ezra-klein/post/who-are-the-99-percent/2011/08/25/gIQA87jKL_blog.html.

Lakoff, G. "How Occupy Wall Street's moral vision can beat the disastrous conservative world view". *AlterNet*, 2011. Disponível em: http://www.alternet.org/teaparty/152800/lakoff%3A_how_occupy_wall_street%27s_moral_vision_can_beat_the_disastrous_conservative_worldview.

Lawson-Remer, T. #OccupyDemocracy. *Possible Futures: A Project of the Social Science Research Council*, 2011. Disponível em: <http://www.possible-futures.org/2011/12/08/occupydemocracy>.

Rosen, R. "The 99 Percent Tumblr: self-service history". *The Atlantic*, 2011. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/technology/archive/2011/10/the-99-percent-tumblr-self-service-history/246385>.

Tarrow, S. "Why Occupy Wall Street is not the Tea Party of the Left". *Foreign Affairs, Snapshot*, 2011. Disponível em: <http://foreignaffairs.com/articles/136401/sidney-tarrow/why-occupy-wall-street-is-not-the-tea-party-of-the-left>.

Outras fontes selecionadas usadas neste capítulo

• Sobre as origens e o desenvolvimento do movimento Occupy Wall Street

Beeston, L. "The ballerina and the bull". *The Link*, 2011. Disponível em: <http://thelinknewspaper.ca/article/1951>.

Chafkin, M. "Revolution Number 99: An oral history of Occupy Wall Street". *Vanity Fair*, 2012. Disponível em: <http://www.vanityfair.com/politics/2012/02/occupy-wall-street-201202>.

Eifling, S. "AdBusters' Kalle Lasn talks about Occupy Wall Street". *The Tyee*, 2011. Disponível em: <http://thetyee.ca/News/2011/10/07/Kalle-Lasn-Occupy-Wall-Street>.

Elliott, J. "The origins of Occupy Wall Street explained". *Salon*, 2011. Disponível em: http://www.salon.com/2011/10/04/adbusters_occupy_wall_st.

Kaste, M. "Exploring Occupy Wall Street's 'AdBuster' origin". *NPR Morning Edition*, 2011. Disponível em: <http://www.npr.org/2011/10/20/141526467/exploring-occupy-wall-streets-adbuster-origins>.

Kennedy, M. "Global solidarity and the Occupy Movement". *Possible Futures*, 2011. Disponível em: <http://www.possible-futures.org/2011/12/05/global-solidarity-occupy-movement>.

- Kroll, A. "How Occupy Wall Street really got started". *Mother Jones*, 2011. Disponível em: <http://motherjones.com/politics/2011/10/occupy-wall-street-international-origins>.
- Schwartz, M. "Pre-occupied: the origins and future of Occupy Wall Street". *The New Yorker*, 2011. Disponível em: <http://www.newyorker.com/magazine/2011/11/28/pre-occupied>.
- Sledge, M. "Reawakening the radical imagination: the origins of Occupy Wall Street". *The Huffington Post*, 2011. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2011/11/10/occupy-wall-street-origins_n_1083977.html.
- Weigel, D. e Hepler, L. "A timeline of the movement, from February to today". *Slate*, 2011. Disponível em: http://www.slate.com/articles/news_and_politics/politics/features/2011/occupy_wall_street/what_is_ows_a_complete_timeline.html.

• *Sobre a vida cotidiana nos acampamentos*

- Ashraf, N. "Brown Power at #OccupyWallStreet". *Killing New York*, 2011. Disponível em: <http://killingnewyork.tumblr.com/post/10839600460/brownpower>.
- Carney, J. "Occupy Wall Street: What life is like for protesters". *NetNet, CNBC*, 2011. Disponível em: <http://www.cnbc.com/id/44874685>.
- Donovan, J. "Who are the people in your neighborhood, #OccupyLA?" *Occupy the Social*, 2011. Disponível em: <http://www.occupythesocial.com/post/12316820038/who-are-the-people-in-your-neighborhood-occupyla>.
- Kleinfield, N. e Buckley, C. "Wall Street occupiers, protesting till whenever". *New York Times*, 2011. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/10/01/nyregion/wall-street-occupiers-protesting-till-whenever.html?pagewanted=all>.
- Packer, G. "All the angry people". *New Yorker*, 2011. Disponível em: http://www.newyorker.com/reporting/2011/12/05/111205fa_fact_packer.
- Scradie, J. "Why tents (still) matter for the Occupy Movement". *Common Dreams*, 2011. Disponível em: <http://www.commondreams.org/views/2011/11/24/why-tents-still-matter-occupy-movement>.
- Stoller, M. "#OccupyWallStreet is a church of dissent, not a protest". *Naked Capitalism*, 2011. Disponível em: <http://www.nakedcapitalism.com/2011/09/matt-stoller-occupywallstreet-is-a-church-of-dissent-not-a-protest.html>.
- "The State of the Occupation". *Fire Dog Lake*, 2012. Disponível em: <http://firedoglake.com/state-of-the-occupation>.
- Tool. "A day in the life of Occupy Wall Street". *Daily Kos*, 2011. Disponível em: <http://www.dailykos.com/story/2011/10/23/1029380/-A-Day-In-A-Life-At-Occupy-Wallstreet>.

• *Sobre as redes de comunicação do movimento*

- Captain, S. "Inside Occupy Wall Street's (kinda) secret media HQ". *Threat Level, Wired*, 2011. Disponível em: <http://www.wired.com/threatlevel/2011/11/inside-ows-media-hq/?pid=195&pageid=32957>.
- Donovan, J. "Conference calling across the Occupy rhizome". *The Occupied Wall Street Journal*, 2012. Disponível em: <http://occupiedmedia.us/2012/02/conference-calling-across-the-occupy-rhizome>.
- Gladstone, B. "Occupy Wall Street after Zuccotti Park". *On the Media*, 2011. Disponível em: <http://www.onthemediasite.org/2011/nov/18/ows-communications>.
- Global Revolution*, 2012; disponível em: <http://www.livestream.com/globalrevolution>.
- Kessler, S. "How Occupy Wall Street is building its own Internet". *Mashable*, 2011. Disponível em: <http://mashable.com/2011/11/14/how-occupy-wall-street-is-building-its-own-internet-video>.
- Martin, A. "Occupy Wall Street is building its own social network". *Atlantic Wire*, 2011. Disponível em: <http://www.theatlanticwire.com/national/2011/10/occupy-wall-street-building-its-own-social-network/43637>.
- Occupy Streams, 2012; disponível em: <http://occupystreams.com>.
- Polletta, F. "Maybe you're better off not holding hands and singing We Shall Overcome". *Mobilizing Ideas*, 2011. Disponível em: <http://mobilizingideas.wordpress.com/2011/11/21/maybe-youre-better-off-not-holding-hands-and-singing-we-shall-overcome>.
- Porzucki, N. "The informal media team behind Occupy Wall Street". *All Things Considered*, 2011. Disponível em: <http://www.npr.org/2011/10/19/141510541/the-informal-media-team-behind-occupy-wall-street>.
- Santo, A. "Occupy Wall Street's media team". *Columbia Journalism Review*, 2011. Disponível em: http://www.cjr.org/the_news_frontier/occupy_wall_street_media_team.php.
- Shlinkert, S. "The technology propelling Occupy Wall Street". *Daily Beast*, 2011. Disponível em: <http://www.thedailybeast.com/articles/2011/10/06/occupy-wall-street-protests-tech-gurus-televises-the-demonstrations.html>.
- Stetler, B. "Occupy Wall Street puts protests in the spotlight". *New York Times*, 2011. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/11/21/business/media/occupy-wall-street-puts-the-coverage-in-the-spotlight.html>.
- Trope, A. e Swartz, L. "A visual primer of the occupation, month one and counting". *Civic Paths*, 2011. Disponível em: <http://civicpaths.uscannenberg.org/2011/10/the-visual-culture-of-the-occupation-month-one-and-counting>.
- Ungerleider, N. "How virtual private networks keep Occupy Wall Street networks up and protesting", 2011. Disponível em: <http://www.fastcompany.com/1792974/why-occupy-wall-street-uses-vpns>.
- Wagstaff, K. "Occupy the Internet: Protests give rise to DIY data networks".

- Techland, Time, 2012. Disponível em: <http://techland.time.com/2012/03/28/occupy-the-internet-protests-give-rise-to-diy-networks>.
- Weinstein, A. “‘We are the 99%’ creators revealed”. *Mother Jones*, 2011. Disponível em: <http://motherjones.com/politics/2011/10/we-are-the-99-percent-creators>.
- *Sobre organização e tomadas de decisão nos acampamentos*
- Graeber, D. “Enacting the impossible (on consensus decision making)”. *Occupy Wall Street*, 2011a. Disponível em: <http://occupywallst.org/article/enacting-the-impossible>.
- Graeber, D. “Occupy Wall Street’s anarchist roots”. *Al Jazeera*, 2011b. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/11/2011112872835904508.html>.
- Grusin, R. “Premeditation and the virtual occupation of Wall Street”. *Theory and Event*, v.114, n.4, 2011.
- Hepler, L. e Weigel, D. “Twinkling, ‘mic check’, and Zuccotti Park: a guide to protest terminology”. *Slate*, 2011. Disponível em: http://www.slate.com/articles/news_and_politics/politics/features/2011/occupy_wall_street/what_is_ows_a_glossary_of_the_protest_movement_.html.
- Kim, R. “We are all human microphones now”. *The Nation*, 2011. Disponível em: <http://www.thenation.com/blog/163767/we-are-all-human-microphones-now>.
- Klein, A. “Jazz hands and wagging fingers: How Occupy Wall Street makes decisions”. *New York Magazine*, 2011. Disponível em: http://nymag.com/daily/intel/2011/10/occupy_wall_street_hand_gestur.html.
- Loofbourow, L. “The livestream ended: How I got off my computer and into the streets at Occupy Oakland”. *The Awl*, 2011. Disponível em: <http://www.theawl.com/2011/10/the-livestream-ended-how-i-got-off-my-computer-and-into-the-streets-at-occupy-oakland>.
- Schneider, N. “Wall Street occupiers inch toward a demand – by living it”. *Waging Nonviolence*, 2011. Disponível em: <http://wagingnonviolence.org/2011/09/wall-street-occupiers-inch-toward-a-demandby-living-it>.
- Vargas-Cooper, N. “The night Occupy LA tore itself in two”. *The Awl*, 2011. Disponível em: <http://theawl.com/2011/10/the-night-occupy-los-angeles-tore-itself-in-two>.
- Wood, D. e Goodale, G. “Does ‘Occupy Wall Street’ have leaders? Does it need any?” *Christian Science Monitor*, 2011. Disponível em: <http://www.csmonitor.com/USA/Politics/2011/1010/Does-Occupy-Wall-Street-have-leaders-Does-it-need-any>.
- W.W. “Leaderless, consensus-based participatory democracy and its discontents”. *The Economist*, 2011. Disponível em: <http://www.economist.com/blogs/democracyinamerica/2011/10/occupy-wall-street-3>.
- Zick, T. “Occupy Wall Street and democratic protest”. *Al Jazeera*, 2012. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/>

• *Sobre violência e não violência*

Calhoun, C. "Evicting the public". *Possible Futures*, 2011. Disponível em: <http://www.ssrc.org/calhoun/2011/11/18/evicting-the-public-why-occupying-public-spaces-brought-such-heavy-handed-repression>.

Elliott, J. "Occupy Wall Street's struggle for non-violence". *Salon*, 2011. Disponível em: http://www.salon.com/2011/10/17/occupy_wall_streets_struggle_for_non_violence.

Goodale, G. "Occupy Wall Street non-violence: Is Oakland the exception or the future?" *The Christian Science Monitor*, 2012. Disponível em: <http://www.csmonitor.com/USA/Politics/2012/0131/Occupy-Wall-St-nonviolence-Is-Oakland-the-excep-tion-or-the-future-video>.

Gordillo, G. "The human chain as a non-violent weapon". *Space and Politics*, 2011. Disponível em: http://spaceandpolitics.blogspot.com/2011/11/weapon-of-occupy-movement_23.html.

Graeber, D. "Concerning the Violent Peace-Police: an open letter to Chris Hedges". *n + 1*, 2012. Disponível em: <http://nplusonemag.com/concerning-the-violent-peace-police>.

Haberman, C. *A new generation of dissenters*. City Room, *New York Times*, 2011. Disponível em: <https://cityroom.blogs.nytimes.com/2011/10/10/a-new-generation-of-dissenters/>.

Hedges, C. "The cancer in Occupy". *Truth Dig*, 2012. Disponível em: http://www.truthdig.com/report/item/the_cancer_of_occupy_20120206.

"Occupy LA protesters are evicted – in pictures". *The Guardian*, 2011. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/gallery/2011/nov/30/occupy-la-protesters-are-evicted-in-pictures>.

Schneider, N. "What 'diversity of tactics' really means for Occupy Wall Street". *Waging Nonviolence*, 2011. Disponível em: <http://wagingnonviolence.org/2011/10/what-diversity-of-tactics-really-means-for-occupy-wall-street>.

• *Sobre campanhas e ações do movimento*

Doll, J. "Kristen Christian, who created 'Bank Transfer Day', the November 5 boycott, tells us why". *The Village Voice*, 2011. Disponível em: http://blogs.villagevoice.com/runninscared/2011/10/kristen_christian_bank_boycott_bank_transfer_day_occupy_wall_street.php.

Gabbat, A. "Occupy aims to shut down West Coast ports – as it happened". *The Guardian*, 2011. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/blog/2011/dec/12/occupy-west-coast-ports-shut-down>.

Goodale, G. "Bank Transfer Day: How much impact did it have?" *Christian Science*

- Monitor, 2011. Disponível em: <http://www.csmonitor.com/USA/Politics/2011/1107/Bank-Transfer-Day-How-much-impact-did-it-have>.
- Hamilton, W., Reckard, S. e Willon, P. "Occupy Movement moves into neighborhoods". *Los Angeles Times*, 2011. Disponível em: <http://articles.latimes.com/2011/dec/06/business/la-fi-occupy-home-20111206>.
- "Occupy Wall Street goes home". *Occupy Wall Street*, 2011. Disponível em: <http://occupywallst.org/article/occupy-wall-street-goes-home/>.
- Riquier, A., Gopal, P. e Brandt, N. "Occupy Movement targets home evictions in US Day of Action". *Bloomberg*, 2011. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/2011-12-06/occupy-protest-movement-targets-home-evictions-in-u-s-day-of-action-.html>.
- Swartz, L. "Ghoulish ATMs, It's a Wonderful Bank, and Bloody Valentines: Personal finance as civic communication". *Civic Paths*, 2010. Disponível em: <http://civicpaths.net/groupblog/2010/11/10/ghoulish-atms-its-a-wonderful-bank-and-bloody-valentines-personal-finance-as-civic-communication/>.
- *Sobre as relações do movimento com a política*
- Bowers, C. "Politicians start to take sides on Occupy Wall Street". *Daily Kos*, 2011. Disponível em: <http://www.dailykos.com/story/2011/10/5/1023087/>.
- Dovi, C. "Can Occupy and the Tea Party team up?". *Salon*, 2011. Disponível em: http://www.salon.com/2011/12/07/can_occupy_and_the_tea_party_team_up/.
- Francis, D. "The politics and economics of Occupy Wall Street". *US News*, 2011. Disponível em: <http://money.usnews.com/money/business-economy/articles/2011/12/12/the-economics-of-occupy-wall-street>.
- Gautney, H. "Why Occupy Wall Street wants nothing to do with our politicians". *Washington Post*, 2011. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/national/on-leadership/why-occupy-wall-street-wants-nothing-to-do-with-our-politicians/2011/10/21/gIQAc2wT3L_story.html.
- Klein, R. "Democrats seek to own 'Occupy Wall Street'". *ABC News*, 2011. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Politics/democrats-seek-occupy-wall-street-movement/story?id=14701337>.
- Lawler, K. "Fear of a slacker revolution". *Possible Futures*, 2011. Disponível em: <http://possible-futures.org/2011/12/01/fear-slacker-revolution-occupy-wall-street-cultural-politics-class-struggle>.
- Lessig, L. "#OccupyWallSt, then #OccupyKSt, then #OccupyMainSt". *Huffington Post*, 2011. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/lawrence-lessig/occupywallst-then-occupyk_b_995547.html.
- Marcuse, P. "Perspective on Occupy: occupiers, sympathizers, and antagonists". *Peter Marcuse's Blog*, 2011. Disponível em: <https://pmarcuse.wordpress.com/2011/12/31/perspective-on-occupy-occupiers-sympathizers-and-antagonists/>.

- Neal, M. "Politicians react to the Occupy Wall Street Movement". *Huffington Post*, 2012. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2011/10/17/occupy-wall-street-politician-reactions_n_1014273.html.
- "Occupy Wall Street protesters fed up with both parties". *AP/Huffington Post*, 2011. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2011/10/06/occupy-wall-street-protesters_n_999289.html.
- Pierce, C. "We must give Occupy a politics worthy of its courage". *Politics Blog, Esquire*, 2011. Disponível em: <http://www.esquire.com/blogs/politics/occupy-class-warfare-6592653>.
- Wolf, N. "How to Occupy the moral and political high ground". *The Guardian*, 2011. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/nov/06/naomi-wolf-occupy-movement>.

• *Sobre a opinião pública e o movimento*

- Bartels, L. "Occupy's impact beyond the beltway". *Bill Moyers*, 2012. Disponível em: <http://billmoyers.com/2012/01/18/has-the-occupy-movement-altered-public-opinion>.
- "Bay Areas news group poll finds 94% support for Occupy Oakland". *Occupy Oakland*, 2012. Disponível em: <http://occupyoakland.org/2012/02/bay-area-news-group-poll-finds-94-support-occupy>.
- Montopoli, B. "Occupy Wall Street: More popular than you think". *CBS News*, 2011. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/occupy-wall-street-more-popular-than-you-think/>.
- Reich, R. "Occupy Wall Street has transformed public opinion". *Salon*, 2011. Disponível em: http://www.salon.com/2011/10/31/how_ows_has_transformed_public_opinion.
- Sargeant, G. "Will Occupy Wall Street alienate the middle of the country? It hasn't yet". *Washington Post*, 2011. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/blogs/plum-line/post/will-occupy-wall-street-alienate-the-middle-of-the-country-it-hasnt-yet/2011/10/24/gIQAZ1zJDM_blog.html?utm_term=.58e4ea6faf4e.

• *Fontes gerais*

- Blodget, H. "CHARTS: Here's what the Occupy Wall Street protesters are so angry about". *Business Insider*, 2011. Disponível em: <http://www.businessinsider.com/what-wall-street-protesters-are-so-angry-about-2011-10>.
- "By the Numbers". *Demos*, 2011. Disponível em: <http://archive.demos.org/inequality/numbers.cfm>.
- Gilson, D. "Charts: Who are the 1%?" *Mother Jones*, 2011. Disponível em: <http://www.motherjones.com/mojo/2011/10/one-percent-income-inequality-OWS>.
- Gosztola, K. "The dissenter". *Fire Dog Lake*, 2011-12. Disponível em: <http://dissenter.firedoglake.com>.

- InterOccupy: Connecting Occupations*. Disponível em: <http://interoccupy.org>.
- Kilkenny, A. "Occupy Wall Street: Searching for hope in America". *The Nation*, 2011. Disponível em: <http://www.thenation.com/blog/163462/occupywallstreet-searching-hope-america>.
- Mitchell, G. "The Occupy USA blog". *The Nation*, 2011-12. Disponível em: <http://www.thenation.com/blogs/greg-mitchell>.
- New York City General Assembly*. Disponível em: <http://www.nycga.net>.
- Occupied Wall Street Journal*. Disponível em: <http://occupied-media.us>.
- Occupy! N + 1*. Disponível em: <https://nplusonemag.com/online-only/occupy/>.
- Occupy Together*. Disponível em: <http://occupytogether.org>.
- Rushkoff, D. "Think Occupy Wall Street is a phase? You don't get it". *CNN*, 2011. Disponível em: <http://cnn.com/2011/10/05/opinion/rushkoff-occupy-wall-street/index.html>.
- Samuelson, T. "Meet the occupants". *New York Magazine*, 2011. Disponível em: nymag.com/news/intelligencer/topic/occupy-wall-street-2011-10.
- Sassen, S. "The global street comes to Wall Street". *Possible Futures*, 2011. Disponível em: <http://www.possible-futures.org/2011/11/22/the-global-street-comes-to-wall-street>.
- Schneider, N. "Occupy Wall Street: FAQs". *The Nation*, 2011. Disponível em: <http://www.thenation.com/article/163719/occupy-wall-street-faq>.
- Sifry, M. "#OccupyWallStreet: There's something happening here, Mr. Jones". *Tech President*, 2011. Disponível em: <http://techpresident.com/blog-entry/occupywallstreet-theres-something-happening-here-mr-jones>.
- Tidal: Occupy Theory, Occupy Strategy*. Disponível em: <http://www.occupytheory.org>.
- Waging Nonviolence*. Disponível em: <http://wagingnonviolence.org>.
- Weigel, D. "A complete guide to anti-corporate protests taking place around the nation". *Slate*, 2011. Disponível em: http://www.slate.com/articles/news_and_politics/politics/features/2011/occupy_wall_street/what_is_ows_a_guide_to_the_anti_corporate_protests.html.
- Wolff, R. "Occupy Wall Street ends capitalism's alibi". *The Guardian*, 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2011/oct/04/occupy-wall-street-new-york>.

6. Movimentos sociais em rede

- Branco, M. "Brasil 2013: La calle y la presidenta". *Vanguardia Dossier*, n.50, 2014a, p.83-93.
- _____. Comunicação pessoal, 2014b.
- Calderón, F. e Castells, M. "Development, democracy and social change in Chile". In

- Castells, M. e Himanen, P. (orgs.). *Reconceptualizing Development in the Global Information Age*. Oxford, Oxford University Press, 2014, p.175-204.
- Cardoso, G. “Movilización social y medios sociales”. *Vanguardia Dossier*, n.50, 2014, p.17-28.
- Cardoso, G. e De Fatima, B. *People Are the Message: Social Mobilization and Social Media in Brazil* (no prelo).
- Cinmen, I. “Turquia: la rebelión de junio”. *Vanguardia Dossier*, n.50, 2014, p.72-80.
- Fang, K. “New media technology in Hong Kong’s Umbrella Revolution”. Filadélfia, Annenberg School of Communication, Universidade da Pensilvânia, Centro de Estudos da Comunicação Global, documento de pesquisa (publ. on-line), 2014.
- Gokmenoglu, B. “The Gezi Movement: a comparative perspective”. Los Angeles, Universidade do Sul da Califórnia, Departamento de Sociologia, documento de pesquisa, 2013a.
- _____. “The Gezi Movement: a personal account”. Los Angeles, Universidade do Sul da Califórnia, Departamento de Sociologia, documento de pesquisa, 2013b.
- _____. “The 2014 local elections in Turkey: a research note”. Los Angeles, Universidade do Sul da Califórnia, Departamento de Sociologia, 2014.
- Hsing, Y.-T. “Development as culture: human development and information development in China”. In Castells, M. e Himanen, P. (orgs.), op.cit., 2014, p.116-39.
- Monterde, A. e Aragón, P. “#YoSoy132: un movimiento en red. Autocomunicación, redes policentricas y comunicaciones globales”. Barcelona, Internet Interdisciplinary Institute, Universitat Oberta de Catalunya, Relatório de Pesquisa, 2014.
- Vários autores. *Vanguardia Dossier*, n.50, jan-mar 2014. “El poder de las redes sociales”, Barcelona, Ediciones La Vanguardia.

7. A transformação do mundo na sociedade em rede

- Amenta, E., Caren, N., Chiarello, E. e Su, Y. “The political consequences of social movements”. *Annual Review of Sociology*, 36, 2010, p.287-307.
- Beck, U. *The Risk Society*. Polity Press, Cambridge, 1992.
- BCS. “The Information Dividend: Why IT Makes you ‘Happier’”. Wilshire, The British Computer Science Institute, relatório de pesquisa, 2010.
- Boyd, D. *It’s Complicated. The Social Lives of Networked Teens*. New Haven, Yale University Press, 2014.
- Cardoso, G. e Jacobetti P. “Surfing the crisis: alternative cultures and social movements in Portugal”. In Castells, M., Caraca, J. e Cardoso, G. (orgs.). *Aftermath: The cultures of the economic crisis*. Oxford, Oxford University Press, 2012.

- Castells, M. *The City and the Grassroots. A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements*. Berkeley, University of California Press, 1983.
- _____. *The Internet Galaxy*. Oxford, Oxford University Press, 2001 (trad. bras., *A galáxia da internet*, Rio de Janeiro, Zahar, 2003).
- _____. *The Power of Identity*. Oxford, Blackwell, 2003.
- _____. *Communication Power*. Oxford, Oxford University Press, 2009.
- _____. “Social networks in the internet: what research knows about it”. Palestra proferida no simpósio Web Science, a New Frontier, por ocasião do 350º aniversário da Royal Society, Londres, 28 set 2010.
- _____. “The Space of Autonomy. Cyberspace and Urban Space in Networked Social Movements”. Palestra proferida no simpósio Manuel Castells Urban Theory, Graduate School of Design, Universidade Harvard, 18 fev 2014.
- Castell, M., Caraca, J. e Cardoso, G. (orgs.). *Aftermath: The Cultures of the Economic Crisis*. Oxford, Oxford University Press, 2012.
- Castells, M., Fernandez-Ardevol, M., Qiu, L. e Sey, A. *Mobile Communication and Society. A global perspective*. Cambridge, MA, MIT Press, 2006.
- Castells, M., Tubella, I. et al. “The transformation of the social structure of the network society: social uses of the internet in Catalonia”. In Castells, M. (org.). *The Network Society: A Cross-cultural Perspective*. Malden, MA, Edward Elgar, 2005.
- Castells, M., Tubella, I. et al. *La transición a la sociedad red*. Barcelona, Ariel, 2007.
- Chesters, G. e Welsh, I. *Complexity and Social Movements: Multitudes at the Edge of Chaos*. Londres, Routledge, 2000.
- Couldry, N. e Curran, J. (orgs.). *Contesting Media Power: Alternative Media in a Networked World*. Lanham, MD, Rowman and Littlefield, 2003.
- Curran, J. *Media and Democracy*. Londres, Routledge, 2011.
- Damasio, A. *Self Comes to Mind*. Nova York, Pantheon Books, 2009.
- Diani, M. e McAdam, D. *Social Movements and Networks*. Oxford, Oxford University Press, 2003.
- Downing, J. *Radical Media: Rebellious Communication and Social Movements*. Thousand Oaks, CA, Sage, 2000.
- Ekman, P. *Darwin and Facial Expression: A Century of Research in Review*. Nova York, Academic Press, 1973.
- Engelen, E. et al. *After the Great Complacence: Financial Crisis and the Politics of Reform*. Oxford, Oxford University Press, 2011.
- Giddens, A. *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press, 1991 (trad. bras., *Modernidade e identidade*, Rio de Janeiro, Zahar, 2002).
- Hardt, M. e Negri, A. *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*. Nova York, Penguin, 2004.

- Howard, P. "Digital technologies in the Arab Revolutions". Comunicação apresentada ao encontro da Associação de Estudos Internacionais, San Diego, 1º abr 2012.
- Hussain, M.M. e P.N. Howard. "Democracy's fourth wave? Information technology and the fuzzy causes of the Arab Spring". Comunicação inédita apresentada ao encontro da Associação de Estudos Internacionais, San Diego, 1º abr 2012.
- Johnston, H. *States and Social Movements*. Cambridge, Polity Press, 2011.
- Juris, J. *Networked Futures*. Durham, NC, Duke University Press, 2008.
- Lawrence, B.B. e Karim, A. (orgs.). *On Violence: A Reader*. Durham, NC, Duke University Press, 2007.
- Markoff, J. *What the Dormouse Said: How the Sixties Counterculture Shaped the Personal Computer Industry*. Nova York, Penguin, 2006.
- Mason, P. *Why It's Kicking off Everywhere: The New Global Revolutions*. Londres, Verso, 2012.
- Nahon, K. "Network theory and networked social movements: Israel, 2011". Comunicação apresentada ao encontro da Annenberg Network on Networks, Los Angeles, 27 abr 2012.
- Nahon, K. e Hemsley, J. *Going Viral*. Cambridge, Polity Press, 2013.
- Naughton, J. *What You Really Need to Know About the Internet: From Gutenberg to Zuckerberg*. Londres, Quercus, 2012.
- Neuman, W., Russell, G.E., Marcus, A.N., Crigler e MacKuen, M. (orgs.). *The Affect Effect: Dynamics of Emotions in Political Thinking and Behavior*. Chicago, IL, University of Chicago Press, 2007.
- Neveu, E. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris, La Decouverte, 1996.
- Oberschall, A. *Social Movements: Ideologies, Interests, and Identities*. Piscataway, NJ, Transaction, 1996.
- Scafuro, E. *Autocomunicazione orizzontale di massa: il potere della rete*. Dissertação de mestrado apresentada à Facoltà di Scienze della Formazione, Università degli Studi di Genova. Gênova, 2011.
- Shirky, C. *Here Comes Everybody: The Power of Organizing without Organization*. Nova York, Penguin, 2008.
- Snow, D., Soule, S. e Kriesi, H. (orgs.) *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2004.
- Staggenborg, S. *Social Movements*. Oxford, Oxford University Press, 2008.
- Thompson, J. *Political Scandal: Power and Visibility in the Media Age*. Cambridge, Polity Press, 2000.
- Tilly, C. *Social Movements, 1768-2004*. Boulder, CO, Paradigm, 2004.
- Toret, J. (org.). *Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida*. Barcelona, Universitat Oberta

- de Catalunya (UOC) Press, 2014.
- Touraine, A. *La voix et le regard: sociologie des mouvements sociaux*. Paris, Seuil, 1978.
- Wellman, B. e Rainie, L. *Networked*. Cambridge, MA, MIT Press, 2012.

8. Movimentos sociais em rede e mudança política

- Calderón, F. e Castells, M. *Huellas del futuro en América Latina*. Santiago do Chile, Fondo de Cultura Económica (no prelo).
- Castells, M. *The Power of Identity*. Oxford, Blackwell, 2ª ed., 2003.
- _____. *Communication Power*. Oxford, Oxford University Press, 2009.
- Flesher Flominaya, C. “Spain is different. Podemos e 15M”. *Open Democracy*, 29 mai 2014.
- Frediani, C. “How Tech-Savvy Podemos became one of Spain’s most popular parties in one hundred days”. *TechPresident.com/news*, 11 ago 2014.
- Grillo, B. e Casaleggio, P. *Siamo en guerra: per una nuova politica*. Milão, Perfect Paperback, 2011.
- Miquel, J. e Campos, L.M. *Asaltad el Sistema*. Madri, Bubok, 2013.
- Pellizzetti, P. “No todo el que dice ‘redes, redes’ entrara en el reino de los networks”. *Vanguardia Dossier*, n.50, 2014, p.64-7.
- Rizzo, S. e Stella, G. *La Casta*. Roma, Saggi Italiani, 2007.
- Shirky, Clay. *Here Comes Everybody. The Power of Organizing without Organization*. Nova York, Penguin Books, 2008.

Título original:

Networks of Outrage and Hope

(Social Movements in the Internet Age)

Tradução autorizada da segunda edição inglesa, publicada em 2015 por Polity Press, de Cambridge, Inglaterra

Copyright © 2012, 2015, Manuel Castells

Copyright da edição brasileira © 2013, 2017:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de S. Vicente 99 – 1º | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Capa: Sérgio Campante | Foto da capa: © Anna Dantes

Produção do arquivo ePub: Booknando Livros

Edição digital: fevereiro 2017

ISBN: 978-85-378-1664-6

Manuel Castells

da A Galáxia Internet

REFLEXÕES SOBRE A INTERNET, OS NEGÓCIOS E A SOCIEDADE



A galáxia da internet

Castells, Manuel

9788537814802

242 páginas

[Compre agora e leia](#)

Apontado pela The Economist como o primeiro e mais importante filósofo do ciberespaço, Manuel Castells analisa nesse livro a internet como espinha dorsal das sociedades contemporâneas e da nova economia mundial, desvendando sua lógica, suas imposições e a liberdade que ela nos dá. Evitando fazer prescrições e previsões, apresenta dados fartos e pesquisa detalhada para ajudar a compreender como a internet é o meio pelo qual nos tornamos habitantes de uma rede global.

Em A galáxia da internet, Castells retrança a história da ascensão da internet; discute o e-business, a nova economia e os conceitos de comunidade virtual e de sociedade em rede; analisa a multimídia e a geografia da web e debate a ideia de partilha virtual, destacando ainda as contradições criadas pela internet e os problemas das sociedades em rede. Ao fim de cada capítulo, sugestões de links de leitura e e-lines correlacionados ampliam os temas de interesse tanto para estudiosos de economia, política e homens de negócios quanto para o público em geral.

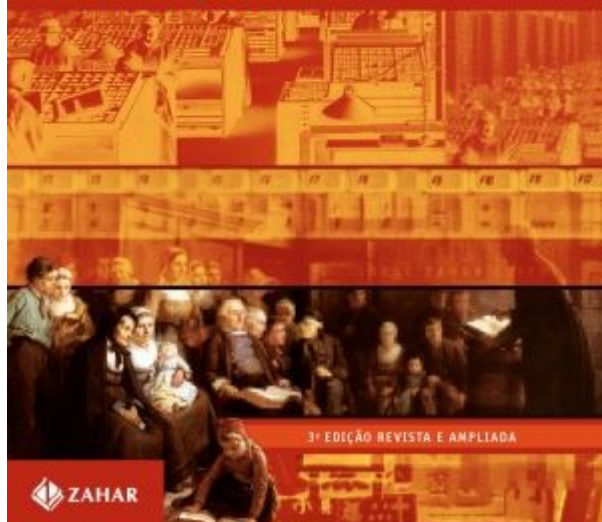
"Adam Smith explicou como o capitalismo funcionava, e Karl Marx explicou por que ele não funcionava. Agora as relações econômicas e sociais da Era da Informação foram desveladas por Manuel Castells." The Wall Street Journal

[Compre agora e leia](#)

ASA BRIGGS & PETER BURKE

UMA HISTÓRIA, SOCIAL DA MÍDIA

De Gutenberg à Internet



3ª EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA

 ZAHAR

Uma história social da mídia

Briggs, Asa

9788537815922

423 páginas

[Compre agora e leia](#)

Esse livro apresenta uma análise dos meios de comunicação, destacando os contextos sociais e culturais em que emergem e se desenvolvem, além de traçar a história das diferentes mídias e das novas linguagens que elas criam para a civilização ocidental - da invenção da prensa gráfica à internet.

Nos três primeiros capítulos, Peter Burke avalia os estudos dos meios de comunicação, da retórica ao ciberespaço, e analisa a história da Europa no período que antecedeu a era moderna - da generalização da imprensa até as revoluções francesa e industrial. Asa Briggs em seguida delinea o percurso do vapor à eletricidade e examina em detalhe a história dos diversos dispositivos de comunicação que prepararam o caminho para os atuais computadores. No último capítulo, questiona-se a possibilidade de desenvolvimento de um ciberespaço capaz de dominar o espaço real da existência humana. Rico em fatos e curiosidades, esse é um volume imprescindível para todos aqueles que se interessam por estudos culturais, técnicas de comunicação e jornalismo.

"Obra-prima de concisão e síntese. (...) O livro é uma obra de referência, porém com um discurso histórico fluente. O trabalho tem a virtude de ser quase uma enciclopédia e, portanto, constitui instrumento vital para uma ampla variedade de leitores." Anthony Smith, professor do Magdalen College, Universidade de Oxford

"Leitura obrigatória para os estudiosos da mídia em todos os níveis,

certamente merece seu lugar na maior parte das 'bibliotecas virtuais'."
David Phillips, English Historical Review

"Cheio de adoráveis preciosidades..." The Guardian

[Compre agora e leia](#)

Inclui posfácio do autor sobre o Brasil

REDES Manuel Castells DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA



Movimentos sociais
na era da internet

 ZAHAR

Redes de indignação e esperança

Castells, Manuel

9788537811153

272 páginas

[Compre agora e leia](#)

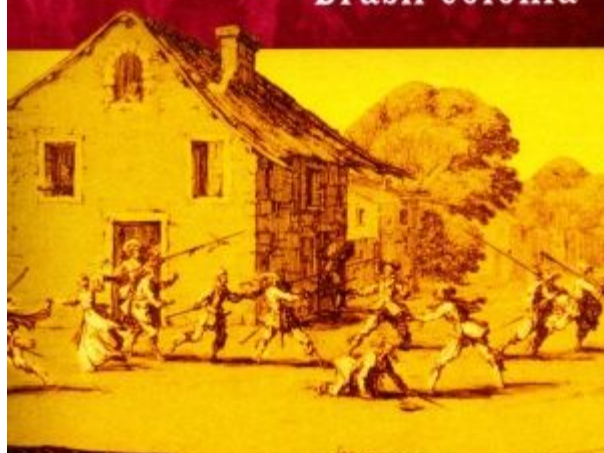
Principal pensador das sociedades conectadas em rede, Manuel Castells examina os movimentos sociais que eclodiram em 2011 - como a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, os movimentos Occupy nos Estados Unidos - e oferece uma análise pioneira de suas características sociais inovadoras: conexão e comunicação horizontais; ocupação do espaço público urbano; criação de tempo e de espaço próprios; ausência de lideranças e de programas; aspecto ao mesmo tempo local e global. Tudo isso, observa o autor, propiciado pelo modelo da internet.

O sociólogo espanhol faz um relato dos eventos-chave dos movimentos e divulga informações importantes sobre o contexto específico das lutas. Mapeando as atividades e práticas das diversas rebeliões, Castells sugere duas questões fundamentais: o que detonou as mobilizações de massa de 2011 pelo mundo? Como compreender essas novas formas de ação e participação política? Para ele, a resposta é simples: os movimentos começaram na internet e se disseminaram por contágio, via comunicação sem fio, mídias móveis e troca viral de imagens e conteúdos. Segundo ele, a internet criou um "espaço de autonomia" para a troca de informações e para a partilha de sentimentos coletivos de indignação e esperança - um novo modelo de participação cidadã.

[Compre agora e leia](#)

JORGE ZAHAR EDITOR

Rebeliões no Brasil Colônia



LUCIANO FIGUEIREDO

Descobrindo o Brasil

Rebeliões no Brasil Colônia

Figueiredo, Luciano

9788537807644

88 páginas

[Compre agora e leia](#)

Inúmeras rebeliões e movimentos armados coletivos sacudiram a América portuguesa nos séculos XVII e XVIII. Esse livro propõe uma revisão das leituras tradicionais sobre o tema, mostrando como as lutas por direitos políticos, sociais e econômicos fizeram emergir uma nova identidade colonial.

[Compre agora e leia](#)



razões da crítica

LUIZ CAMILLO OSORIO

arte.

JORGE zahar EDITOR

Razões da crítica

Osorio, Luiz Camillo

9788537807750

70 páginas

[Compre agora e leia](#)

Entre tudo poder ser arte e qualquer coisa de fato ser arte reside uma diferença fundamental. Esse livro discute o papel e os lugares da crítica na atualidade, bem como sua participação no processo de criação e disseminação de sentido, deslocando-a da posição de juiz para a de testemunha.

[Compre agora e leia](#)